

# excellence

REVISTA CIENTÍFICA

[www.excellenceeduc.com](http://www.excellenceeduc.com)

REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE | V.22. N. 01. SETEMBRO. 2023

## GÊNERO E DIVERSIDADE:

caminhos para abordar o assunto em sala de aula.



ISSN 2595-8704

DOI: 10.29327/2323543.22.1



## EXPEDIENTE

### CONSELHO EDITORIAL

**Editor Chefe**

Prof<sup>o</sup>. Pós-Doutor Cristiano de Assis Silva

**Vice Editor**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo

**Presidente**

Weberth Martins Dos Santos

**Coordenador de Extensão**

Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino

**Secretária de Assuntos Educacionais**

Prof<sup>a</sup>. Mestranda Kristielly Pereira de A. Ribeiro da Silva

**Jornalista Responsável**

Cleilton Bastos Ferreira

**Projeto Gráfico e Diagramação**

InovaES Editora

### JUNTA EDITORIAL

**Artur Quixona Finda**

Ex-Presidente do PAPOD (Partido Popular Angolano para o Desenvolvimento)

**Claudia Simões Cardoso**

Ex-Secretária Municipal de Assistência Social -Anchieta – E. S.

**Claudia Batista Ferreira**

Secretária Municipal de Saúde de Muqui – E. S.

**Dilzerly Miranda Machado Tinoco**

Ex-Secretária Municipal de Educação de Pres. Kennedy – E. S.

**Karla dos Santos Leal**

Membro do Conselho de Direito da Criança e Adolescente de Itapemirim – E. S.

**Fátima Agrizzi Ceccon**

Secretária Municipal de Educação de Presidente Kennedy – E. S.

**Salatiel Elias de Oliveira**

Ex-Secretário Municipal de Educação de Apiacá – E. S.

**Tânia Mara Fontana Correa**

Vereadora do Município de Presidente Kennedy E. S.

**Gilsete Lopes**

Investigador de Polícia Especial; Chefe da Seção de Investigação do 7º Distrito Policial.

**Rusley Hiláro Medeiros Miorim**

Coordenador de Ensino e Formação da Guarda Municipal de Vila Velha, E. S.

**Hilário Jebeson Viana da Costa**

Membro da Academia de Letras e Culturas da Amazônia – ALCAMA.

**Sandreane Wélia Silva Paulino**

Membro da Academia Cajueirense de Letras

**Regilane Ribeiro Sansão**

Avaliadora do MEC

### COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

- Pós-Dr<sup>a</sup> Carmem Lisiane Escouto de Souza
- Pós-Dr. Carlos Luis Pereira
- Pós-Dr<sup>a</sup> Maria Fabris Colodete
- Pós-Doutorando Cristiano de Assis Silva
- Pós-Doutorando Salatiel Elias de Oliveira
- Pós-Doutorando Artur Quixona Finda
- Pós-Doutoranda Regilane Ribeiro Sansão
- Dr<sup>a</sup>. Aleksandra dos Santos Oliveira
- Dr<sup>a</sup>. Maria Tereza Coimbra de Carvalho
- Dr<sup>a</sup>. Dorca Rodrigues Silva de Recamán
- Dr. Rinaldo Pevitor Pereira
- Dr<sup>a</sup>. Betijane Soares de Barros
- Dr<sup>a</sup>. Andrea Marques Vanderlei Ferreira
- Dr<sup>a</sup>. Dirlan de Oliveira Machado Bravo
- Dr. Rafael Vital dos Santos
- Dr. Francisco José Lopes Cajado
- Dr. Eduardo Cabral Silva
- Dr<sup>a</sup>. Patrícia Casagrande Dias de Almeida
- Dr<sup>a</sup>. Franciane Figueiredo da Silva
- Dr. Michell Pedruzzi Mendes de Araújo
- Dr<sup>a</sup>. Izaionara Cosmea Jadjesky
- Doutoranda Ângela Maria dos Santos Florentino
- Doutoranda Mariana Nascimento
- Doutoranda Zilanda Pereira de Souza
- Doutoranda Thalyta Botelho Monteiro
- Doutoranda Melina Barbosa Peixoto
- Doutorando Rusley Hiláro Medeiros Miorim
- Mestra Débora Buril Rocha Ribeiro
- Mestra Noslaine da Conceição Sant'Anna Celestino
- Mestre Bruno de Freitas Santos
- Mestre Wemerson Carvalho dos Santos
- Mestra Patricia Vassoler Scaramussa
- Mestrando Ruann Freitas do Amaral
- Mestranda Sandreane Wélia Silva Paulino
- Mestranda Cristiane de Assis Ribeiro da Silva
- Mestranda Gislaine Pereira Souza
- Mestranda Kristielly Pereira de Assis Ribeiro da Silva
- Mestrando Hilário Jebeson Viana da Costa
- Mestranda Margareth Lima Marques de Aguiar
- Especialista Wladimir de Assis Ribeiro da Silva
- Especialista Gilsete Lopes
- Especialista Kelly Cristina Soares Maia
- Especialista Ronaldo de Araujo Maia

**EDITORA EXCELLENCE**

CNPJ: 31.655.465 / 0001-04

IM: 434750 ISSN: 2595-8704

E-mail: publicacao@editoraexcellence.com

**CORRESPONDÊNCIA:**

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28.

Ed. Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia.

Guarapari. E. S. CEP: 29.227-100

PUBLICAÇÕES INTERDISCIPLINARES DE PESQUISADORES DE  
PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA:



REVISTA CIENTÍFICA EXCELLENCE  
EDITORA EXCELLENCE

V. 22. N. 01. SETEMBRO. 2023 | Espírito Santo, Brasil.

Versão On-line.

Resumo em português e inglês.

ISSN (eletrônico): 2595-8704

DOI: 10.29327/2323543.22.1

1. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Educação.
2. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Saúde Pública.
3. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Gestão Empresarial.
4. Manuscritos Científicos na Área do Conhecimento em Direito.

CDU 371

DIREITOS DE PERMISSÃO  
E UTILIZAÇÃO

As opiniões emitidas nos textos publicados na  
Revista Científica Excellence  
são de total responsabilidade de seus respectivos autores.  
Todos os direitos de reprodução,  
tradução e adaptações estão  
reservados com identificação  
da fonte.

OS ARTIGOS ESTÃO DISPONÍVEIS EM:

<<http://www.excellenceeduc.com/revista-cientifica-excellence-edicao-Atual/>>



ISSN 2595-8704



## PREFÁCIO

É com grande satisfação que apresentamos a **22ª edição da Revista Científica Excellence**, uma publicação que se destaca por sua dedicação à disseminação do conhecimento acadêmico e científico nas áreas da Educação, Saúde, Direito e diversas áreas do saber. Nesta edição, abordamos uma temática de extrema relevância: "**Gênero e Diversidade: Caminhos para Abordar o Assunto em Sala de Aula**".

A diversidade é um dos pilares da sociedade contemporânea e, portanto, deve ser incorporada de forma integral no ambiente educacional. Nossa missão é fornecer um espaço para discussões aprofundadas e apresentação de pesquisas que contribuam para a compreensão e implementação de práticas educacionais, de saúde inclusivas e igualitárias.

No âmbito da Educação, esta edição traz artigos que exploram os desafios e oportunidades de promover a diversidade em sala de aula. A diversidade cultural, étnica, de gênero e de habilidades são temas centrais que permeiam os trabalhos aqui apresentados. Os autores compartilham suas experiências e pesquisas, oferecendo insights valiosos sobre como tornar o ambiente escolar mais acolhedor e enriquecedor para todos os estudantes.

É importante ressaltar que a diversidade não é apenas uma questão de reconhecimento e respeito, mas também uma oportunidade de enriquecimento mútuo. A convivência com pessoas de diferentes origens e perspectivas enriquece nossa compreensão do mundo e nos prepara para enfrentar os desafios complexos que a sociedade enfrenta hoje. A educação

de gênero nas escolas também é crucial para promover e combater estereótipos prejudiciais e criar um ambiente inclusivo e respeitoso para todos os estudantes.

Nesta edição da Excellence, convidamos você a explorar os diversos artigos que abordam múltiplas dimensões do conhecimento. Estamos confiantes de que as pesquisas e ideias aqui apresentadas contribuirão para a construção de um futuro mais diverso e igualitário.

Agradecemos a todos os autores, revisores e leitores por fazerem parte desta jornada de conhecimento. Juntos, continuaremos a promover a excelência na pesquisa e na prática em educação e saúde.

**Boa leitura!**

Pós-Doutor  
Cristiano de Assis Silva  
Editor-Chefe



DESCONSTRUINDO PRECONCEITOS:  
**INCLUSÃO E EMPATIA NA EDUCAÇÃO.**



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b> .....	04
<b>GÊNERO E DIVERSIDADE: CAMINHOS PARA ABORDAR O ASSUNTO EM SALA DE AULA</b> <i>Cristiano de Assis Silva &amp; Kelly Cristina Soares Maia &amp; Ronaldo de Araujo Maia &amp; Ruann Freitas do Amaral</i> ...	08-12
<b>IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: ABORDAGEM BILÍNGUE E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE EM FOCO</b> <i>Maria Das Dores Pereira de Sousa &amp; Francisco José Lopes Cajado</i> .....	13-19
<b>PRÁTICAS INCLUSIVAS NA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS: UMA ANÁLISE LEGAL</b> <i>Maria Das Dores Pereira De Sousa &amp; Francisco José Lopes Cajado</i> .....	20-26
<b>EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DO ENSINO DE LIBRAS PARA O ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL I</b> <i>Nátaly Marinho dos Santos Alves</i> .....	27-36
<b>A LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS: UM ESTUDO SOBRE SUA RELEVÂNCIA E IMPACTO</b> <i>Edinaldo Pádua Dias Carneiro &amp; Francisco José Lopes Cajado</i> .....	37-43
<b>A EDUCAÇÃO INFANTIL E O BRINCAR: CONCEPÇÕES EXPRESSAS NA LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS</b> <i>Jocelita Alves de Souza</i> .....	44-51
<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL E BIOSSEGURANÇA: A ESCOLA EM BUSCA DA ÉTICA E A CONSCIENTIZAÇÃO DO CIDADÃO</b> <i>Asenath dos Santos Santana da Mota</i> .....	52-58
<b>DIAGNÓSTICO E CLASSIFICAÇÃO DA ANEMIA HEMOLÍTICA AUTOIMUNE: UMA REVISÃO DE LITERATURA</b> <i>Ivy Soares Lima Furmiga</i> .....	59-68
<b>PRINCIPAIS ASPECTOS ASSOCIADOS À INFECÇÃO PELO HPV NA COMUNIDADE: UMA REVISÃO DA LITERATURA</b> <i>Delane Cristina da Silva</i> .....	69-75
<b>APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: A SEGURANÇA PSICOLÓGICA NA VISÃO POSITIVA DO ERRO EVOLUTIVO</b> <i>Sylvana Lima Teixeira</i> .....	76-82
<b>INTERDISCIPLINARIDADE: UM AVANÇO NA EDUCAÇÃO</b> <i>Esrael dos Santos Ramos</i> .....	83-90
<b>EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PRÁTICAS DE TELECONSULTA EM PACIENTES COM DIABETES MELLITUS NO SÉCULO XXI</b> <i>Custódio Cazenga Francisco</i> .....	91-103
<b>ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS: DESAFIOS DO LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DA GERAÇÃO Z</b> <i>Custódio Cazenga Francisco</i> .....	104-115
<b>MEDIASTINITE ODONTOGÊNICA RESULTANTE DE TRATAMENTO TRADICIONAL</b> <i>Lídia Celestina Miji Conde &amp; Modesto Paulo Mateus</i> .....	116-121

<b>ASPECTOS CLÍNICOS E TERAPÊUTICOS SOBRE A HEMOFILIA ADQUIRIDA</b>	
<i>Michelle Barbosa Dias</i> .....	122-127
<b>ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA COMO RECURSO PARA A ALFABETIZAÇÃO</b>	
<i>Cristiana Costa Leite</i> .....	128-134
<b>CULTURA CORPORAL E O AUTISMO: REFLEXÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO ATRAVÉS DE UM ESTUDO DE CASO</b>	
<i>João Paulo Viana da Costa</i> .....	135-139
<b>A LÍNGUA PORTUGUESA E SEUS FUNDAMENTOS</b>	
<i>Daniel Pires Pereira</i> .....	140-147
<b>A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR</b>	
<i>Rosa Alice Aragão Benevenuto</i> .....	148-151
<b>A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR</b>	
<i>Rosa Alice Aragão Benevenuto</i> .....	148-151
<b>A CONTRIBUIÇÃO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
<i>Josefa Luciene Moura Ferreira</i> .....	152-158
<b>CÂNCER DE PELE EM CRIANÇAS: COMO É FEITA A PREVENÇÃO? UM PANORAMA EM ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA EM FORTALEZA/CE/BRASIL</b>	
<i>Vládía Maria Machado Sales</i> .....	159-166
<b>APICULTURA X AGROTÓXICOS</b>	
<i>Cherles Kanul</i> .....	167-171
<b>CONTRIBUIÇÕES PARA O MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL</b>	
<i>Neusa Maria Bandeira da Silva</i> .....	172-181
<b>A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO LEDOR / TRANSCRITOR PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL</b>	
<i>Kelly Cristina Soares Maia &amp; Ronaldo de Araujo Maia</i> .....	182-187
<b>CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO: DESAFIOS, ENTRAVES E PERSPECTIVAS</b>	
<i>José Armando Soares dos Santos</i> .....	188-195
<b>O SILÊNCIO DE DEUS É DESAFIADOR</b>	
<i>Salatiel Elias de Oliveira</i> .....	196-206
<b>IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA AÇÃO HUMANA E DA NATUREZA</b>	
<i>José Ernando Soares</i> .....	207-213
<b>O NÚCLEO GESTOR E O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	
<i>Francisca Edineuza Souza Pereira</i> .....	214-224



Os **artigos** publicados são de total **responsabilidade** dos autores;

A Revista Científica Excellence não se responsabiliza pelas **opiniões, ideias e conceitos** emitidos nos textos, por serem de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es);

É **reservado aos editores** o direito de proceder ajustes textuais e de adequação do artigo às normas de publicação.

## GÊNERO E DIVERSIDADE: CAMINHOS PARA ABORDAR O ASSUNTO EM SALA DE AULA GENDER AND DIVERSITY: WAYS TO APPROACH THE SUBJECT IN THE CLASSROOM

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-1

Cristiano de Assis Silva <sup>1</sup>  
Kelly Cristina Soares Maia <sup>2</sup>  
Ronaldo de Araujo Maia <sup>3</sup>  
Ruann Freitas do Amaral <sup>4</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A questão do gênero e da diversidade na escola é um tópico importante e relevante na educação contemporânea. Ela se refere à promoção de um ambiente escolar inclusivo, que respeita e celebra a diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais, etnias, religiões, origens socioeconômicas e habilidade. **OBJETIVO:** Analisar questões de interação, respeito, diversidade, gênero no contexto escolar na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, Brasil. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva por se tratar de questões de cunho observacional trazendo assim relato de experiência, mediante a vivência e fatos que corroboram com para o desenvolvimento do aluno em sala de aula. A pesquisa acontece em ambiente escolar em variados momentos de convívio na região metropolitana de Vitória nos turnos matutino, vespertino e noturno, com alunos alfabetizados e não alfabetizados, com idade entre 06 anos e 60 anos, de ambos os sexos, devidamente matriculados no ano de 2023, frequentando escola pública entre a séries: 1º ano do ensino fundamental I a 4ª série do ensino médio de instituições escolares públicas, na região metropolitana do Estado do Espírito Santo, Brasil, que ocorreram no período de novembro de 2021 a agosto de 2023. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Diante da participação de variados momentos em sala de aula os autores observaram muita diversidade no ambiente escolar, muitas situações de relação de gênero entre alunados das instituições de ensino e a escola este sendo ambiente para desenvolver conhecimento, harmonia e desenvolvimento intelectual precisa ser segura, interessante e acolhedor. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Sabemos que Vivemos em um país miscigenado e com muitas culturas e nuances diversas. Isso se traduz em todos os aspectos da sociedade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Diversidade. Cultura. Preconceito.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The issue of gender and diversity at school is an important and relevant topic in contemporary education. It refers to the promotion of an inclusive school environment that respects and celebrates the diversity of gender identities, sexual orientations, ethnicities, religions, socioeconomic backgrounds and ability. **OBJECTIVE:** To analyze issues of interaction, respect, diversity and gender in the school context in the metropolitan region of Vitória, Espírito Santo, Brazil. **METHODOLOGY:** This is a qualitative study with an exploratory, descriptive focus, as it deals with observational issues, thus bringing experience reports, through the experience and facts that corroborate with the student's development in the classroom. The research takes place in a school environment in various moments of conviviality in the metropolitan region of Vitória in the morning, afternoon and evening shifts, with literate and non-literate students, aged between 06 years and 60 years, of both sexes, duly enrolled in the year 2023, attending public school between the grades: 1st year of elementary school I to 4th grade of high school in public school institutions, in the metropolitan region of the State of Espírito Santo, Brazil, which took place from November 2021 to August 2023.

**KEYWORDS:** Diversity. Culture. Prejudice.

<sup>1</sup> Pós-Doutor em Ciências da Educação. Doutor em Ciências da Saúde Coletiva. Mestre em Ciências da Educação pela ACU – Absoulute Christian University. Mestrando em Ciência, Tecnologia e Educação pela Faculdade Vale do Cricaré. Especialista em Nutrição Clínica pela UVA, Docência no Ensino Superior pela FLC. Saúde Coletiva pela FLC. Licenciatura em Biologia pelo IFES, Graduação em Nutrição pela FSV. **E-MAIL:** cristiano.wc32@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7723981451094769

<sup>2</sup> Especialista em Carnaval pelo Instituto do Carnaval. Especialização em Psicopedagogia Clínica-Institucional. Pela Escola Superior Aberta do Brasil, ESAB. Graduação em andamento em História pela Universidade Norte do Paraná, UNOPAR. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá, UNESA. Graduação em Radialista pela ESCOLA DE RÁDIO DO RIO DE JANEIRO, ER/RJ. **E-MAIL:** Kellycristinasoares@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9006098941554413

<sup>3</sup> Especialização em Direito Processual Civil pela Faculdades Integradas de Vitória, FDV. Especialização em andamento em Gestão Escolar pela Escola Superior Aberta do Brasil, ESAB. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Vila Velha, METODISTA ES. Graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Filosofia de Cachoeiro de Itapemirim - ES, FAFI. **E-MAIL:** ramaiadramaia@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9982713022249514

<sup>4</sup> Mestrando em Artes pela Universidade Federal do Espírito Santo, UFES. Especialização em Artes e Educação pela ISEAC, ISEAC\_PPROV. Graduação em Música pela Faculdade de Música do Espírito Santo, FAMES. **E-MAIL:** ruannfreitassax@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9471850252938807

## INTRODUÇÃO

A questão do gênero e da diversidade na escola é um tópico importante e relevante na educação contemporânea. Ela se refere à promoção de um ambiente escolar inclusivo, que respeita e celebra a diversidade de identidades de gênero, orientações sexuais, etnias, religiões, origens socioeconômicas e habilidade.

O tema sexo no contexto escolar é um assunto importante e atual, cujo objetivo principal é conhecer as situações sexuais no ambiente escolar, enfatizando principalmente o papel do pedagogo diante dessa problemática e o papel do professor. no ambiente escolar. este problema. a família e suas contribuições. Estudar esse tema é fundamental para que o professor e o diretor possam tratar esse tema, que tanto acontece na escola, da forma mais natural possível e sempre reconheçam a responsabilidade de suas ações pedagógicas em documentos oficiais. Além disso, é importante abordar os conceitos e práticas necessárias para reduzir episódios de preconceito e discriminação no ambiente escolar e melhorar a educação com foco na inclusão social.

A educação para a diversidade é uma abordagem pedagógica que busca promover a compreensão, o respeito e a valorização da diversidade de identidades, culturas, perspectivas e experiências. Ela se concentra em prepara os alunos para viver e trabalhar em sociedade cada vez mais diversas e globalizadas.

A escola, portanto, tem atuação fundamental na desconstrução da percepção patológica da sexualidade, gênero e diversidade, contribuindo para a formação de sujeitos, oferecendo não apenas uma compreensão teórica e científica de leitura do mundo.

Segundo Beraldo (2003), na escola acontece uma interação entre o mundo e as pessoas que o cercam. A autora também ressalta que a escola não quer e nem pode fazer a função da família, mas que ela

deve disponibilizar aprendizagens que visem ao desenvolvimento do indivíduo em todos os aspectos. O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 referente à educação defende que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

O ambiente escolar contribui diretamente para a formação de sujeitos, que considerem a diversidade humana, o respeito à mesma bem como a busca por igualdade de direitos. Sendo assim, deve tomar iniciativas para combater qualquer forma de manifestação preconceituosa quanto a diversidade no que tange relações de gênero.

Segundo Darsie e Saraiva (2016), os educadores devem examinar conhecimentos e práticas que possam reforçar os determinismos biológicos encontrados nos modelos de gênero. Aqueles que endurecem o comportamento sexual de mulheres e homens aumentam a desigualdade de gênero. Assim, é importante ressaltar que o professor pode se ver como mediador tanto nos processos educativos quanto nos processos identitários dos alunos e das alunas. Pensar e agir como professor, considerando a diversidade e o gênero também cria reflexões sobre diferentes histórias e identidades e possibilita atividades interpessoais de forma mais respeitosa e empática.

## GÊNERO NO CONTEXTO ESCOLAR

A educação possui cada vez mais um papel importante na sociedade, sendo responsável por transformações sociais, inclusive em relação à diversidade de nossa sociedade capitalista e excludente.

Historicamente, conceitos sociais perpassam por constantes modificações no âmbito escolar, entre elas a questão de gênero. Gênero como identificação ou diferenciação de representações sociais entre homens e mulheres, ou seja, gênero masculino e feminino (SCOTT, 1995).

Dentre os dois aspectos que influenciam o significado da palavra, estão o biológico e o social, na qual se diferenciam, cada um diante de suas perspectivas de representação social. Segundo Lins, Machado e Escoura (2016), o termo começou a ser utilizado na década de 1970, pela necessidade de argumentos para as noções do feminino e do masculino, se inserindo em relações sociais de poder. Entretanto, que o termo só se popularizou na década de 1990.

O conceito de sexo refere-se tanto aos órgãos reprodutores, como a suas características biológicas e cromossômicas. São questões biologicamente construídas. Para Canella (2006, p.84), a diferenciação dos sexos se inicia biologicamente, e a partir daí a sociedade, o registro civil, as famílias moldam de acordo com seu reconhecimento sexual.

Já o conceito de gênero é definido a partir de questões sociais nas quais compreende a diferenciação social entre as pessoas, sendo a possível construção e desconstrução, pois, é a partir de padrões históricos e culturais que definimos comportamento de mulheres e de homens (MUSSKOPF, 2008). Por fim, a sexualidade é um termo usado para nos referirmos a sentimentos afetivos e sexuais. É o que sentimos perante as pessoas que nos relacionamos, seja ela homem ou mulher. Conforme confirma Musskopf (2008), sexualidade refere-se às práticas sexuais, bem como pelo ao desejo e a atração sexual, sendo denominado de "orientação sexual".

O termo gênero surgiu por meio movimentos sociais organizados pelos grupos LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), para a luta por seus direitos. Esses grupos lidam com a repressão social e violação de seus direitos, inclusive no âmbito

educacional (LINS, MACHADO e ESCOURA, 2016). Acrescidos aos grupos LGBT, importante destacar a discussão de gênero nos movimentos feministas que compreendeu a conquista aos direitos políticos e educacionais das mulheres (SCOTT, 1995).

Ao citar direitos educacionais, no PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) é afirmado que deve ser levada as discussões de gênero para dentro do âmbito escolar desde 1997 (BRASIL, 1997, p. 321-322). A escola tem um papel muito importante de influência pessoal, tanto nos pais e alunos quanto na própria sociedade, assim o objetivo deste estudo foi apresentar uma revisão narrativa sobre a temática gênero no âmbito escolar.

## DIVERSIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR

No ambiente escolar, a diversidade é um conceito que propõe a inclusão de todos os estudantes e suas diferenças em um mesmo contexto educativo. Logo, é por meio dela que os alunos passam a ter mais respeito e uma convivência pacífica com as variedades de comportamento, religião, cor e gênero.

A diversidade, entendida como construção histórica, social, cultural e política das diferenças, realiza-se em meio às relações de poder e ao crescimento das desigualdades e da crise econômica que se acentuam no contexto nacional e internacional. Não se pode negar, nesse debate, os efeitos da desigualdade socioeconômica sobre toda a sociedade e, em especial, sobre os coletivos sociais considerados diversos. Portanto, a análise sobre a trama desigualdades e diversidade deverá ser realizada levando em consideração a sua interrelação com alguns fatores, tais como: os desafios da articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade ou de reconhecimento da diferença no contexto nacional e internacional, a necessária reinvenção do Estado rumo à emancipação social, o acirramento da pobreza e a desigual distribuição de renda da população, os atuais

avanços e desafios dos setores populares e dos movimentos sociais em relação ao acesso à educação, à moradia, ao trabalho, à saúde e aos bens culturais, bem como os impactos da relação entre igualdade, desigualdades e diversidade nas políticas públicas..

não se educa "para alguma coisa", educa-se porque a educação é um direito e, como tal, deve ser garantido de forma igualitária, equânime e justa. O objetivo da educação e das suas políticas não é formar gerações para o mercado, para o vestibular ou, tampouco, atingir os índices internacionais de alfabetização e matematização. O foco central são os sujeitos sociais, entendidos como cidadãos e sujeitos de direitos. Essa interpretação tem sido adensada do ponto de vista político e epistemológico pelos movimentos sociais ao enfatizarem que os sujeitos de direitos são também diversos em raça, etnia, credo, gênero, orientação sexual e idade, entre outros. Enfatizam, também, que essa diversidade tem sido tratada de forma desigual e discriminatória ao longo dos séculos e ainda não foi devidamente equacionada pelas políticas de Estado, pelas escolas e seus currículos.

Dessa forma, devido às pressões sociais, o entendimento da diversidade como construção social constituinte dos processos históricos, culturais, políticos, econômicos e educacionais e não mais vista como um "problema" começa a ter mais espaço na sociedade, nos fóruns políticos, nas teorias sociais e educacionais.

São também os movimentos sociais, principalmente os de caráter identitário (indígenas, negros, quilombolas, feministas, LGBT, povos do campo, pessoas com deficiência, povos e comunidades tradicionais, entre outros), que, a partir dos anos de 1980, no Brasil, contribuem para a entrada do olhar afirmativo da diversidade na cena social. Eles reivindicam que a educação considere, nos seus níveis, etapas e modalidades, a relação entre desigualdades e diversidade. Indagam o caráter perverso do capitalismo de acirrar não só as desigualdades no plano econômico, mas também de

tratar de forma desigual e inferiorizante os coletivos sociais considerados diversos no decorrer da história.

A imbricação entre desigualdades e diversidade tem sofrido interpretações as mais diversas no contexto das relações de poder, nas quais se inserem as lutas sociais. São interpretações advindas tanto das políticas neoliberais que se acirraram no Brasil, nos países latino-americanos e em outros contextos do mundo a partir dos anos de 1990, quanto das lutas por identidade e reconhecimento desenvolvidas pelos próprios movimentos sociais, ações coletivas, organizações de caráter emancipatório e novos sujeitos sociais no mesmo período.

## OBJETIVO

Analisar questões de interação, respeito, diversidade, gênero no contexto escolar na região metropolitana de Vitória, Espírito Santo, Brasil.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque exploratória, descritiva por se tratar de questões de cunho observacional trazendo assim relato de experiência, mediante a vivência e fatos que corroboram com para o desenvolvimento do aluno em sala de aula. A pesquisa acontece em ambiente escolar em variados momentos de convívio na região metropolitana de Vitória nos turnos matutino, vespertino e noturno, com alunos alfabetizados e não alfabetizados, com idade entre 06 anos e 60 anos, de ambos os sexos, devidamente matriculados no ano de 2023, frequentando escola pública entre a séries: 1º ano do ensino fundamental I a 4ª série do ensino médio de instituições escolares públicas, na região metropolitana do Estado do Espírito Santo, Brasil, que ocorreram no período de novembro de 2021 a agosto de 2023.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da participação de variados momentos em sala de aula os autores observaram muita diversidade no ambiente escolar, muitas situações de relação de gênero entre alunados das instituições de ensino e a escola este sendo ambiente para desenvolver conhecimento, harmonia e desenvolvimento intelectual precisa ser segura, interessante e acolhedor. Percebemos que cada vez mais a abordagens e intervenções sobre a questão de gênero e diversidade e que tanto a população estudantil quando os docentes, buscam entendimento e harmonia entre saber falar, lidar e conviver com todas as diferenças partindo do princípio da igual entre todos.

com avanços e limites, algumas dimensões da diversidade pleiteadas historicamente pelos movimentos sociais e demais setores organizados da sociedade começam a fazer parte da pauta da agenda das políticas públicas. Transformam-se em temas de debate e de disputa na arena política e na própria produção intelectual. É nesse contexto que a discussão sobre a justiça social passa a ocupar mais espaço na produção teórica, na análise e na implementação das políticas públicas, entre elas, as educacionais.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que Vivemos em um país miscigenado e com muitas culturas e nuances diversas. Isso se traduz em todos os aspectos da sociedade. Portanto, é importante tratar abertamente sobre a questão da diversidade na escola como forma de construir um ambiente saudável. A diversidade se apresenta de diversas formas: diferentes raças, religiões, culturas e deficiências físicas e neurológicas, bem como diferentes formas de encarar a sexualidade e a questão de gênero. O país é diverso, o mundo é diverso e as nossas crianças e adolescentes precisam aprender a respeitar esses contrastes. Portanto, a escola é um ambiente em que a diversidade deve ser respeitada, mas esse respeito nem sempre vem de casa. Assim, é preciso que ele seja ensinado, valorizado

e introjetado na cultura da comunidade escolar. Tudo isso demonstra o quanto essa questão da diversidade é importante na escola. O respeito às diferenças é o primeiro passo para o fim do bullying e de todas as formas de discriminação no ambiente escolar. E, por fim, é essencial para a construção de uma sociedade democrática, justa e humanitária.

### REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, A.; RODRIGUES, T.C.; CRUZ, A.C.J. **A diferença e a diversidade na educação**. Contemporânea, São Carlos, n. 2, p. 85-97, ago.-dez. 2011.

BERALDO, F.N.M. **Sexualidade e escola: espaço de intervenção**. Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRAPEE), n.1, p.103- 104, 2003.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Resolução CEB nº 2, de 19 de abril de 1999. **Institui diretrizes Curriculares para a Formação de Docentes da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, em nível médio, na modalidade Normal**.

CANELA, P. R. B. **Sexo, sexualidade e gênero**. Revista brasileira de sexualidade humana. Volume 17 - Número 1, p. 81-100. Sociedade Brasileira de Estudos em Sexualidade Humana. São Paulo: Iglu, 2006. Disponível em: Acesso em:16 out. 2016.

DARSIE, C.; SARAIVA, E.S. **Gênero e diversidade sexual na educação**. Reflexão e ação, n.1, v.24, 2016.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais**. São Paulo: Revira Volta, 2016.

MUSSKOPF, André Sidnei. **Quando sexo, gênero e sexualidade se encontram**. 2008. Disponível em: Acesso em: 23 out. 2016.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, 1995. Disponível em Acesso em: 27 mar 2016.

**IMPLEMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS INCLUSIVAS NA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM  
DE ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO FUNDAMENTAL:  
ABORDAGEM BILÍNGUE E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE EM FOCO**  
**IMPLEMENTATION OF INCLUSIVE PRACTICES IN THE ASSESSMENT OF LEARNING  
FOR DEAF STUDENTS IN ELEMENTARY EDUCATION: BILINGUAL APPROACH AND  
FOCUS ON ACCESSIBILITY RESOURCES**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-2

**Maria das Dores Pereira de Sousa**<sup>1</sup>

**Francisco José Lopes Cajado**<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este estudo investigou a implementação de práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, com enfoque na abordagem bilíngue e no uso de recursos de acessibilidade. O objetivo foi compreender as ações das escolas nesse contexto, identificando desafios, boas práticas e oportunidades de aprimoramento. O problema central foi compreender como as escolas lidam com a inclusão de estudantes surdos na avaliação, considerando a abordagem bilíngue e os recursos previstos pelo Decreto 5626/2005. A metodologia adotada consistiu em uma abordagem qualitativa, envolvendo a coleta de dados por meio de questionários aplicados aos coordenadores pedagógicos de escolas municipais. A análise dos resultados revelou uma heterogeneidade nas práticas adotadas pelas escolas, com algumas demonstrando esforços colaborativos para adaptações curriculares e uso de recursos multimídia, enquanto outras enfrentam desafios na implementação dessas práticas. A presença da abordagem bilíngue nas escolas variou, indicando diferentes níveis de implementação da educação em Libras junto à língua escrita. A colaboração entre os profissionais, incluindo intérpretes, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coordenadores pedagógicos, foi destacada como fundamental para a adaptação curricular e a aplicação de recursos de acessibilidade. A formação adequada dos profissionais e a implementação de estratégias diferenciadas também foram ressaltadas como cruciais. As conclusões apontam para a importância de promover uma educação verdadeiramente inclusiva, na qual sejam consideradas as necessidades individuais dos estudantes surdos, proporcionando-lhes igualdade de oportunidades e acessibilidade. A implementação efetiva da abordagem bilíngue e o uso de recursos de acessibilidade requerem esforços colaborativos contínuos e formação adequada dos profissionais. O estudo contribui para a compreensão das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos, oferecendo subsídios para aprimorar as políticas educacionais e as práticas pedagógicas, visando uma educação mais equitativa e eficaz.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão. Estudantes surdos. Abordagem bilíngue. Acessibilidade

**ABSTRACT**

This study investigated the implementation of inclusive practices in the assessment of learning for deaf students in Elementary Education, with a focus on the bilingual approach and the use of accessibility resources. The objective was to comprehend the actions of schools in this context, identifying challenges, best practices, and opportunities for improvement. The central problem was to understand how schools address the inclusion of deaf students in assessments, considering the bilingual approach and the resources provided by Decree 5626/2005. The adopted methodology involved a qualitative approach, encompassing data collection through questionnaires applied to pedagogical coordinators in municipal schools. Analysis of the results revealed heterogeneity in the practices adopted by schools, with some demonstrating collaborative efforts for curricular adaptations and the use of multimedia resources, while others faced challenges in implementing these practices. The presence of the bilingual approach in schools varied, indicating different levels of implementation of education in Brazilian Sign Language alongside written language. Collaboration among professionals, including interpreters, Specialized Educational Assistance (SEA) teachers, and pedagogical coordinators, was highlighted as essential for curricular adaptation and the application of accessibility resources. Adequate professional training and the implementation of differentiated strategies were also emphasized as crucial. The conclusions highlight the importance of promoting a truly inclusive education, where the individual needs of deaf students are considered, providing them with equal opportunities and accessibility. The effective implementation of the bilingual approach and the use of accessibility resources require continuous collaborative efforts and proper professional training. This study contributes to the understanding of inclusive practices in the assessment of learning for deaf students, offering insights to enhance educational policies and pedagogical practices, aiming for a more equitable and effective education.

**KEYWORDS:** Inclusion. Deaf students. Bilingual approach. Accessibility.

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia (UESPI); Especialista em Educação Infantil (UECE); Especialista em Neuropsicopedagogia (SEVEN/FAEME); Especialista em Atendimento Educacional Especializado (IESM) e Mestranda em Educação pela ACU - Absolute Christian University.

**CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/2877952311747748](https://lattes.cnpq.br/2877952311747748)

<sup>2</sup> Licenciado em Biologia (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Especialista em Análises Clínicas (FUMG); Mestre em Engenharia de Pesca (UFC) e Doutor em Biotecnologia (UFC). Professor Colaborador da ACU - Absolute Christian University e Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH). **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/7366500861439534](https://lattes.cnpq.br/7366500861439534)

## INTRODUÇÃO

No cenário educacional contemporâneo, a busca pela educação inclusiva emergiu como um imperativo moral e social, com o intuito de proporcionar oportunidades equitativas de aprendizado para todos os alunos, independentemente de suas características individuais (FERNANDES, 2023).

Nesse contexto, este trabalho indaga: Como as práticas inclusivas podem ser efetivamente aplicadas no processo de avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, a partir da perspectiva da educação inclusiva?

Deste modo, é importante avaliar de maneira justa e eficaz os estudantes surdos no Ensino Fundamental dentro de um contexto inclusivo é um desafio complexo. A inclusão desses estudantes no sistema educacional exige abordagens que considerem suas necessidades específicas, garantindo que suas habilidades sejam adequadamente reconhecidas e suas dificuldades atendidas. Assim, a educação inclusiva não é apenas um princípio aspiracional; é uma abordagem que visa construir sociedades mais justas e igualitárias. Este estudo se justifica pela necessidade de compreender as práticas inclusivas relacionadas à avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental.

Desta forma, o trabalho objetivou investigar a implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, considerando a abordagem bilíngue e os recursos de acessibilidade previstos pelo Decreto 5626/2005, visando compreender as ações realizadas pelas escolas e identificar desafios e boas práticas nesse contexto. Objetivou ainda, analisar como as escolas de Teresina, Piauí, promovem a abordagem bilíngue na Proposta Pedagógica (PP), considerando a adaptação curricular para a avaliação da aprendizagem de estudantes surdos, em conformidade com o Decreto

5626/2005; investigar a disponibilidade e o uso de recursos de acessibilidade na avaliação da aprendizagem, identificando a presença de mecanismos alternativos e estratégias adaptativas aplicadas nas provas e avaliações; Avaliar a colaboração de coordenadores no planejamento e na execução das adaptações curriculares.

## METODOLOGIA

Este estudo investigou a avaliação educacional no contexto das relações entre professores e estudantes surdos em escolas de Teresina, Piauí. Foram utilizados procedimentos metodológicos sistemáticos, conforme orientações de Gil (2017) e teve como base, uma abordagem bibliográfica e de campo. Buscou-se respostas para questões relacionadas às práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem escolar de estudantes surdos no Ensino Fundamental. A pesquisa é classificada como exploratória e descritiva, adotando uma abordagem qualitativa para compreender a complexidade das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. O universo de interesse da investigação englobou escolas municipais que oferecem Atendimento Educacional Especializado (AEE) e apresentam matrícula de estudantes surdos no Ensino Fundamental, durante o ano letivo de 2019. A partir desses critérios, foram identificadas 30 escolas, selecionadas de um total de 313 escolas municipais. Para coleta de dados, foram elencados os coordenadores pedagógicos de escolas de Teresina, Piauí.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os coordenadores foram questionados sobre os pontos destacados na Proposta Pedagógica (PP) que permitem fazer adequações nos instrumentais de avaliação, bem como os fundamentos legais que orientam essas práticas. Suas respostas, revelaram que: CP1: A PP e o regimento escolar registram a possibilidade

de adaptações na avaliação, permitindo aos alunos surdos mais tempo para realizar provas e a presença de intérpretes. Os intérpretes reforçam a necessidade de garantir tais ajustes. CP2: Embora a PP esteja fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e em resoluções locais, não aborda aspectos cruciais, como as funções do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e as adaptações necessárias para estudantes surdos. A equipe pedagógica pretende atualizar a proposta, levando em consideração decretos específicos. CP3: A PP disponibiliza o AEE e intérpretes. Há planos de atualizar a proposta e explorar o conteúdo de um decreto de 2005 para orientação. CP4: A escola reconhece a existência de leis que recomendam adaptações no processo de ensino e avaliação. É compreendido que a avaliação de estudantes surdos requer modificações e a PP está sendo atualizada em conformidade com as leis.

Os resultados concordam com Alves (2023), indicando uma conscientização da necessidade de adaptações no processo de avaliação para estudantes surdos nas escolas inclusivas. No entanto, as respostas também revelam desafios, como a falta de clareza na PP sobre as práticas inclusivas, especialmente para os estudantes com surdez.

A busca pela atualização da PP demonstra um compromisso em alinhar as práticas escolares às recomendações legais, incluindo decretos específicos (GALTER, 2023). Essa abordagem reflete a importância de uma educação inclusiva que respeite os direitos dos estudantes com surdez.

Foi investigado ainda as percepções dos coordenadores sobre as diferenças entre escolas bilíngues para surdos e escolas inclusivas. CP1: destacou que a escola inclusiva prioriza o planejamento adaptado, incorporando planos inclusivos, formação continuada e acessibilidade para várias deficiências. Além disso, mencionou que uma escola bilíngue exige mais ênfase na prática da segunda língua (Libras) com ouvintes e envolvimento de todos os professores para interagir com os estudantes surdos. A escola bilíngue é caracterizada

pelo uso natural da Libras em sala de aula, atividades recreativas e projetos, visando dominar essa língua. CP2: apontou a amplitude da inclusão na escola inclusiva, abrangendo aspectos sociais e pedagógicos. Ele destacou a necessidade de auxiliares e intérpretes para garantir a inclusão plena. No entanto, observou que, na realidade, essa inclusão ainda não está sendo concretizada na escola devido à falta de acesso à Sala de AEE e à ausência de intérprete para o estudante surdo na sala de aula regular. CP3: enfatizou as melhorias necessárias para tornar a escola inclusiva mais abrangente, incluindo a colaboração da equipe. Na escola inclusiva, recursos como sala de recursos multifuncionais, intérpretes e uso da Libras são mencionados como forma de facilitar a inclusão, inclusive nas avaliações. A escola bilíngue, descrita como uma evolução da escola inclusiva, envolve um engajamento maior dos professores, estudantes e demais envolvidos, enfatizando uma linguagem compartilhada. CP4: enfatizou a relevância da escola inclusiva como uma abordagem mais acolhedora e favorável à inclusão. Enquanto reconheceu o foco eficaz da escola bilíngue no ensino da Libras, ressaltou que essa abordagem pode não ser ideal para inclusão. A escola inclusiva foi considerada superior, onde os professores empregam atividades com o apoio do AEE, gestos e leitura oral para comunicação.

Os resultados deste estudo são semelhantes aos apresentados por Mariconi (2020), que ilustram uma gama de perspectivas sobre as diferenças entre escolas bilíngues para surdos e escolas inclusivas. A compreensão da escola inclusiva se destaca pela ênfase em práticas adaptativas, formação e acessibilidade. A escola bilíngue, por outro lado, é caracterizada por uma imersão natural na Libras e na cultura surda.

Foram coletadas informações sobre o conhecimento dos coordenadores em relação às leis que tratam da educação bilíngue para surdos e as adequações legais na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. Suas respostas revelaram diversas percepções e práticas. CP1: destacou que a escola segue

as leis orientadoras da organização de uma escola inclusiva. Os professores são incentivados a fazer cursos de Libras, e a escola conta com intérpretes. Nas avaliações, eles buscam fazer adaptações desde o planejamento do professor. Intérpretes alertam sobre a necessidade de reescrita caso um estudante compreenda, mas tenha dificuldades na escrita. Essa prática está consolidada na escola, e os professores estão engajados na promoção da aprendizagem colaborativa. CP2: que atualmente não estão sendo realizadas adaptações para estudantes surdos. Ele acredita que o estudante consegue ler nos lábios e faz as provas como os demais. Ele menciona a importância de estudar o Decreto e considerar a Resolução CNE nº. 4, de 2009 (BRASIL, 2009). CP3: destacou que a escola atende as determinações legais oferecendo professores do AEE e intérpretes para os alunos surdos. Intérpretes e professores auxiliam os alunos na comunicação, inclusive com placas contendo palavras e sinais. O coordenador realizou estudos relacionados ao Decreto. CP4: informou que a escola orienta os professores a fazerem adaptações para os alunos com deficiência. Ele ressaltou a importância de os professores conhecerem a Libras para facilitar a avaliação, incluindo a explicação, interpretação e reescrita do texto com erros característicos da Libras.

Os resultados revelam uma variedade de abordagens nas escolas em relação às adaptações legais na avaliação de estudantes surdos e corroboram pelos escritos de Mendes (2023). Enquanto alguns coordenadores demonstraram conhecimento e comprometimento com práticas inclusivas e bilíngues, outros apresentaram falta de ação nesse sentido.

A prática da escola inclusiva demonstrada por CP1 reflete um comprometimento sólido com a inclusão e a adaptação das avaliações para estudantes surdos. O engajamento dos professores, o apoio dos intérpretes e a promoção da aprendizagem colaborativa ilustram uma abordagem eficaz. A resposta de CP2 destaca a necessidade de conscientização e aprofundamento na

compreensão das leis e regulamentos pertinentes à educação bilíngue para surdos. O estudo do Decreto e a consideração da Resolução CNE nº. 4, de 2009, podem fornecer direcionamento para a prática. CP3 evidencia a aplicação das diretrizes legais, oferecendo professores do AEE e intérpretes, bem como implementando estratégias para auxiliar os alunos surdos na comunicação. A realização de estudos relacionados ao Decreto reflete o compromisso com a melhoria contínua. A visão de CP4 destaca a importância do conhecimento da Libras pelos professores para facilitar a avaliação. A orientação dos professores para fazerem adaptações, juntamente com a compreensão das particularidades da Libras, indica um esforço em promover avaliações eficazes e inclusivas.

Deste modo, os resultados apontam neste trabalho, se assemelham com os de Costa (2021), para diferentes níveis de conhecimento e aplicação das leis e regulamentos que tratam da educação bilíngue para surdos. A compreensão, compromisso e ação prática variam entre os coordenadores, influenciando diretamente a eficácia das adaptações na avaliação dos estudantes surdos.

As questões aplicadas aos coordenadores abordaram as práticas de avaliação inclusiva, com foco na implementação da abordagem bilíngue na PP da escola. Eles foram questionados sobre como a escola adotou o modelo de educação bilíngue, o que consideram relevante no PPP em relação ao acompanhamento da aprendizagem e como as práticas avaliativas são observadas na escola. Sobre a dinâmica da escola, para CP1: a escola busca assegurar o acesso ao conhecimento e à comunicação por meio da Libras, mas reconhece que ainda há muito a ser feito. A escola promove cursos de formação com especialistas em Libras e busca feedback para melhorar. O acompanhamento sistemático e a revisão das produções escritas são práticas comuns. Momentos nos encontros pedagógicos são destinados aos estudantes surdos, onde exemplos de aulas adaptadas são apresentados para demonstrar a

viabilidade da abordagem. CP2: expressou que a escola não garante claramente na PP nem na prática a implementação da abordagem bilíngue. Como o estudante surdo sabe ler, recursos específicos não são oferecidos, e nenhuma adaptação nas provas é feita. O coordenador menciona que o AEE não está atendendo e que ainda aguardam um intérprete para auxiliá-lo. CP3: reconheceu a ausência de adaptações até o momento. O estudante surdo acompanha as aulas com auxílio da professora do AEE e da intérprete. A escola está buscando melhorias no acesso ao conhecimento, uso de tecnologias e na forma de avaliação e acompanhamento do estudante. A professora do AEE e a intérprete desempenham papéis incentivadores. CP4: mencionou planos de atualizar a PP. Na prática, a escola garante um profissional que acompanha a aluna surda na sala de aula. O foco inicial é no aprendizado dos sinais da Libras. O coordenador ressalta a importância de um olhar individualizado para o estudante e elogia a professora da Sala de Recursos Multifuncionais e a acompanhante de Libras.

Deste modo, os resultados apresentados se mostraram semelhantes aos de Correia (2020), que indicam uma variedade de abordagens em relação à implementação da abordagem bilíngue na PP e à prática avaliativa inclusiva. CP1 demonstra um comprometimento da escola em garantir o acesso à Libras e melhorar continuamente suas práticas. O incentivo à formação, a revisão das produções escritas e a demonstração prática de adaptações exemplificam uma abordagem positiva. CP2 destaca uma lacuna entre a abordagem bilíngue proposta e a prática efetiva na escola. A falta de recursos específicos e a ausência de adaptações nas provas levantam preocupações sobre a eficácia da inclusão. CP3 reconhece a busca por melhorias no acesso ao conhecimento e na avaliação, mas ainda não implementou adaptações específicas. A presença da professora do AEE e da intérprete é fundamental para apoiar o estudante surdo. CP4 ressalta a necessidade de atualizar a PP e enfatiza o olhar

individualizado para o estudante surdo. O trabalho da professora da Sala de Recursos Multifuncionais e da acompanhante de Libras é destacado como contribuinte para a abordagem bilíngue. Portanto, os resultados refletem a diversidade de abordagens na implementação da educação bilíngue e das práticas avaliativas inclusivas. O comprometimento, a formação e a conscientização parecem ser fatores chave para o sucesso na promoção da abordagem bilíngue e na prática avaliativa inclusiva (MARTINS, 2005).

Os coordenadores foram questionados sobre mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. Foram solicitados a fazer um comparativo entre o que deve ser feito e o que é possível fazer para promover adequações curriculares nos procedimentos e recursos de avaliação, além de indicar o que está sendo realizado na escola, conforme o Decreto 5626/2005, em seu Art. 14, incisos VI, VII e VIII (BRASIL, 2005). CP1: descreve um processo colaborativo de avaliação, onde a prova é revisada em uma reunião com a presença do professor, intérprete, professora do AEE e coordenadora. Juntos, eles decidem a melhor forma de avaliar o estudante, com reescrita da prova se necessário. A escola utiliza recursos multimídia, desenhos, sala de vídeo e data show para proporcionar uma avaliação mais inclusiva. O coordenador reconhece a necessidade de formação específica para orientar os professores de forma adequada. CP2: informou que o estudante surdo faz provas iguais às dos demais alunos, sem adequações. A escola ainda não adotou mecanismos alternativos para a avaliação em Libras, e recursos adaptados não foram disponibilizados. CP3: relatou que as provas para o estudante surdo são as mesmas das demais turmas. Ainda não foi possível realizar as adequações necessárias para a avaliação dele. CP4: destacou que as adequações são feitas tanto no Atendimento Educacional Especializado (AEE) como nas salas de aula. Eles sugerem a troca de ideias sobre recursos e metodologias, incluindo o uso de recursos

adaptados, imagens, alfabeto em datilografia e dicionário bilíngue Libras/Português, além de jogos no computador.

Desta maneira, os resultados apontam para diferentes abordagens em relação aos mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a investigar a implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental, sob a perspectiva da abordagem bilíngue e dos recursos de acessibilidade previstos pelo Decreto 5626/2005. As análises e discussões realizadas contribuíram para uma compreensão mais aprofundada das ações das escolas nesse contexto, revelando desafios, boas práticas e oportunidades de aprimoramento.

Ficou evidente que as escolas enfrentam um cenário diversificado em relação à implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos. As respostas dos coordenadores pedagógicos revelaram diferentes abordagens, desde um esforço colaborativo para adaptações até lacunas na implementação de mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade. A abordagem bilíngue, que visa promover o uso da Libras em conjunto com a língua escrita, mostrou-se presente em algumas instituições, enquanto outras ainda buscam formas de aprimorar sua implementação.

As práticas de avaliação inclusiva foram observadas em algumas escolas, onde a colaboração entre profissionais como intérpretes, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e coordenadores pedagógicos desempenha um papel crucial na adaptação curricular e na aplicação de recursos de acessibilidade. No entanto, também ficou claro que desafios persistem, como a falta de formação específica

para orientar os professores e a ausência de mecanismos alternativos para avaliações em Libras.

A análise das respostas dos coordenadores pedagógicos em relação aos mecanismos alternativos e recursos de acessibilidade indicou a importância da colaboração entre os profissionais e a necessidade de estratégias diferenciadas para atender às necessidades dos estudantes surdos. Ainda que algumas escolas tenham demonstrado esforços para adaptações curriculares e uso de recursos multimídia, outras carecem de adequações específicas para as avaliações dos estudantes surdos.

Diante desses resultados, torna-se claro que a implementação das práticas inclusivas na avaliação da aprendizagem de estudantes surdos requer um comprometimento contínuo das escolas em promover a abordagem bilíngue e a utilização eficaz de recursos de acessibilidade. A colaboração interdisciplinar e a formação adequada dos profissionais são fundamentais para garantir a equidade educacional e a inclusão efetiva dos estudantes surdos no processo educativo.

## REFERÊNCIAS

ALVES, T.C.L.S. Avaliação e Gestão da Educação de Surdos na Educação Básica e no Ensino Superior. **Colóquios-Geplage-PPGED-CNPq**, n. 4, p. lxxvii-lxxxvi, 2023.

BRASIL. **Resolução nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação especial, Brasília: MEC, 2009.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União.

CORRÊA, Adriana Moreira de Souza. **Avaliação do aluno surdo na escola regular: pressupostos e práticas de professores de uma escola da rede pública de Cajazeiras/PB**. 2020. Dissertação de Mestrado. UERN.

COSTA, J.D. Práticas informacionais de sujeitos surdos na biblioteca universitária Joaquim Cardozo da UFPE. 2021.

**Dissertação** (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

FERNANDES, L.M.M. **Um estudo comparativo entre as legislações portuguesa e brasileira no âmbito das políticas educacionais de inclusão dos alunos com necessidades especiais.** Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GALTER, Ester Cardoso de Moraes. A formação continuada de professores da rede municipal de ensino de Curitiba para a inclusão escolar de alunos com transtorno do espectro autista. 2023. 167 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2023.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira. Formação de leitores surdos e a educação inclusiva. 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios. **Ensino colaborativo como apoio à inclusão escolar: unindo esforços entre educação comum e especial.** EdUFSCar, 2023.

MORICONI, L.V. Interações das crianças surdas no contexto escolar: Panorama de diferentes perspectivas na educação. 2020. **Dissertação de Mestrado** apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas–UNICAMP. Campinas.

**PRÁTICAS INCLUSIVAS NA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA  
APRENDIZAGEM DE ESTUDANTES SURDOS: UMA ANÁLISE LEGAL**  
**INCLUSIVE PRACTICES IN ASSESSMENT AND MONITORING OF  
DEAF STUDENTS' LEARNING: A LEGAL ANALYSIS**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-3

**Maria das Dores Pereira de Sousa**<sup>1</sup>  
**Francisco José Lopes Cajado**<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo empreendeu uma análise abrangente das práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos, examinando minuciosamente o arcabouço jurídico que fundamenta a inclusão educacional. A revisão de literatura abordou primordialmente a importância vital da inclusão, expondo as demandas educacionais específicas dos estudantes surdos, investigando as práticas inclusivas, e investigando de perto as leis relevantes que moldam o cenário. Por meio de uma avaliação crítica, destacou-se de forma significativa a importância da colaboração sinérgica entre profissionais, a adaptação flexível dos formatos de avaliação e a implementação pragmática de tecnologias assistivas. A despeito do progresso inegável alcançado até então, desafios substanciais perduram, com barreiras linguísticas e limitações de recursos como pontos críticos. As considerações finais sublinharam de maneira enfática a necessidade perene de contínuo aprimoramento e de uma colaboração contínua, alicerçada na finalidade de efetivar uma avaliação autenticamente inclusiva, abraçando a diversidade e potenciando um ambiente educacional igualitário e capacitar todos os estudantes a atingir seu pleno potencial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão educacional, estudantes surdos, práticas inclusivas, legislação, avaliação.

**ABSTRACT**

This article conducted a comprehensive analysis of inclusive practices in assessing and monitoring the learning of deaf students, closely examining the legal framework that underpins educational inclusion. The literature review primarily addressed the vital significance of inclusion, elucidated the specific educational needs of deaf students, delved into inclusive practices, and scrutinized the relevant laws shaping the landscape. Through critical evaluation, the pivotal role of synergistic collaboration among professionals, the adaptable adjustment of assessment formats, and the pragmatic deployment of assistive technologies were prominently underscored. Despite undeniable progress achieved thus far, substantial challenges persist, with linguistic barriers and resource constraints being pivotal concerns. The concluding remarks emphatically underscored the perennial need for continuous enhancement and ongoing collaboration, grounded in the pursuit of an authentically inclusive assessment, embracing diversity, and empowering an equitable educational environment to enable all students to reach their full potential.

**KEYWORDS:** Educational inclusion, deaf students, inclusive practices, legislation, assessment.

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia (UESPI); Especialista em Educação Infantil (UECE); Especialista em Neuropsicopedagogia (SEVEN/FAEME); Especialista em Atendimento Educacional Especializado (IESM) e Mestranda em Educação pela ACU - Absolute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/2877952311747748](http://lattes.cnpq.br/2877952311747748)

<sup>2</sup> Licenciado em Biologia (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas (UECE); Especialista em Análises Clínicas (FUMG); Mestre em Engenharia de Pesca (UFC) e Doutor em Biotecnologia (UFC). Professor Colaborador da ACU - Absolute Christian University e Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH). **CURRÍCULO LATTES:** [lattes.cnpq.br/7366500861439534](http://lattes.cnpq.br/7366500861439534)

## INTRODUÇÃO

A inclusão educacional é um pilar fundamental na busca por uma sociedade mais igualitária e acessível, onde todas as pessoas, independentemente de suas habilidades e características individuais, tenham a oportunidade de participar plenamente da educação e do desenvolvimento pessoal (PICCOLO, 2023). No contexto educacional, uma das comunidades que merece atenção especial são os estudantes surdos. A garantia de uma educação de qualidade para esses alunos não apenas reforça seus direitos fundamentais, mas também enriquece o ambiente educacional, promovendo a diversidade e o respeito pela diferença.

Deste modo, este trabalho se dedicou a explorar as práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos. O foco principal está na análise das leis e regulamentos que orientam essas práticas, visando compreender como o enquadramento legal impacta a educação desses estudantes. Através dessa análise, o artigo buscou avaliar o progresso e os desafios enfrentados na busca pela educação inclusiva. Assim, o objetivo principal foi lançar luz sobre as barreiras enfrentadas por estudantes surdos no contexto educacional e examinar como as leis e regulamentos podem desempenhar um papel crucial na promoção de práticas inclusivas eficazes. Para isso, foram abordados tópicos como a legislação que protege os direitos educacionais dos estudantes surdos em nível nacional e internacional. Além disso, foram explorados os desafios específicos enfrentados durante os processos de avaliação e acompanhamento, considerando a diversidade linguística e as necessidades individuais desses estudantes.

Nesse sentido, este artigo pretendeu fornecer uma análise abrangente das estratégias e abordagens que têm sido adotadas para a promoção da inclusão educacional de estudantes surdos. Através da revisão crítica da literatura atual, foram apresentados exemplos

de melhores práticas que têm se mostrado eficazes na superação das barreiras existentes.

## DESENVOLVIMENTO:

### INCLUSÃO EDUCACIONAL E SUA IMPORTÂNCIA

A inclusão educacional refere-se ao princípio fundamental de proporcionar a todos os alunos, independentemente de suas habilidades, origens étnicas, socioeconômicas ou características individuais, a oportunidade de participar plenamente do processo educacional em ambientes de aprendizagem que valorizem a diversidade e promovam a equidade (GAITAS, 2022).

A sua importância reside na capacidade de criar um ambiente de aprendizagem enriquecedor e equitativo, onde cada aluno é valorizado por suas contribuições únicas. A inclusão não apenas beneficia aqueles que têm necessidades especiais, como estudantes com deficiência, mas também enriquece a experiência educacional de todos os alunos, ao promover a compreensão, empatia e respeito pela diversidade (DOS SANTOS, 2020).

Desta forma, em um mundo em constante evolução, com mudanças tecnológicas, sociais e econômicas aceleradas, a inclusão educacional é essencial para capacitar os alunos com as habilidades necessárias para enfrentar desafios e oportunidades futuros. Portanto, a sua promoção não é apenas uma obrigação moral, mas também uma estratégia inteligente para construir um futuro mais igualitário, progressista e inclusivo para todas as gerações.

### NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECÍFICAS

As necessidades educacionais específicas de estudantes surdos são únicas e requerem abordagens pedagógicas e recursos adaptados para garantir que esses alunos tenham acesso a uma educação de qualidade. A surdez pode variar em graus, desde perdas

auditivas leves até surdez profunda, e as necessidades educacionais podem diferir de acordo com a gravidade da perda auditiva, o momento em que a surdez ocorreu e a comunicação preferencial do aluno (ALMEIDA, 2022).

A língua de sinais, por exemplo, é uma forma vital de comunicação para muitos surdos. Acesso a intérpretes de língua de sinais ou educadores fluentes em língua de sinais é crucial para garantir a compreensão do conteúdo curricular (VEDOATO, 2020).

Desta maneira, tecnologias como amplificadores de som, sistemas de FM e dispositivos de legenda podem ser essenciais para melhorar a experiência educacional dos estudantes surdos, permitindo-lhes receber informações sonoras e verbais de maneira mais clara.

Para Da Silva Rodrigues et al (2020), alunos surdos que usam língua de sinais como meio de comunicação podem precisar de apoio específico para desenvolver habilidades de leitura, escrita e matemática em sua língua de sinais. Além disso, estudantes que usam comunicação alternativa ou tecnologia de comunicação aumentativa (como *tablets* com aplicativos de comunicação) requerem apoio técnico e treinamento.

Os métodos tradicionais de avaliação, como testes escritos, podem não ser adequados para alunos surdos. É importante desenvolver métodos de avaliação que considerem as habilidades linguísticas, visuais e cognitivas dos alunos surdos, proporcionando igualdade de oportunidades.

Deste modo, educadores que trabalham com estudantes surdos precisam de treinamento específico para compreender as necessidades linguísticas e comunicativas desses alunos, além de aprender estratégias para adaptar os materiais e métodos de ensino.

A socialização e interação com os colegas são importantes para o desenvolvimento de todos os alunos, incluindo os surdos. A inclusão em atividades extracurriculares, clubes e grupos escolares pode ser facilitada por meio de estratégias que promovam a comunicação e a interação (CARVALHO; OLIVEIRA, 2022).

Outro fator a ser destacado é o envolvimento da família, que vem a ser fundamental para o sucesso educacional destes estudantes. Assim, a colaboração entre a escola e a família ajuda a entender as necessidades individuais do aluno e a desenvolver um plano educacional adaptado.

Com isto, as práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento de estudantes surdos desempenham um papel fundamental na garantia de uma educação equitativa e de qualidade para todos os alunos. A inclusão não se limita apenas à presença física dos estudantes no ambiente escolar, mas também se estende aos processos de avaliação e acompanhamento, garantindo que cada aluno tenha a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e habilidades de maneira justa e acessível. A relevância dessas práticas inclusivas é abrangente e impacta diversos aspectos da educação (PEREIRA; CORDEIRO, 2020).

A acessibilidade é um dos princípios fundamentais das práticas inclusivas. A adaptação de materiais, a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais e o uso de tecnologias assistivas garantem que os estudantes surdos possam acessar o conteúdo curricular e participar plenamente da avaliação (DE SOUZA BORGES, 2012).

Deste modo, as práticas inclusivas na avaliação contribuem para a construção da autoestima e motivação dos estudantes surdos. Quando eles percebem que seus esforços são reconhecidos e valorizados, tornam-se mais confiantes em seu aprendizado e mais motivados para alcançar resultados acadêmicos significativos.

Portanto, a educação inclusiva visa preparar os estudantes para a vida em uma sociedade diversa e complexa. Ao adotar práticas inclusivas na avaliação, as escolas capacitam os estudantes surdos com habilidades necessárias para enfrentar desafios e oportunidades futuros, incluindo situações de trabalho, estudo superior e interações sociais.

## FUNDAMENTOS LEGAIS

No âmbito da educação inclusiva, a garantia dos direitos educacionais dos estudantes surdos é uma prioridade inegável. Através da exploração minuciosa das leis e regulamentos nacionais e internacionais, é possível compreender a base legal que respalda a busca por uma educação equitativa, acessível e de qualidade para esses estudantes.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), adotada em 2006 pela Assembleia Geral das Nações Unidas, é um marco significativo no reconhecimento dos direitos das pessoas com deficiência, incluindo estudantes surdos. O artigo 24 da Convenção destaca o direito à educação inclusiva, reconhecendo a importância de garantir que estudantes com deficiência, incluindo aqueles com surdez, possam acessar o sistema educacional sem discriminação e em igualdade de oportunidades (ONU, 2006).

Em muitos países, a legislação nacional também é formulada para garantir os direitos educacionais dos estudantes surdos. Isso pode incluir leis que abordam o acesso à educação inclusiva, a formação de professores, o uso de tecnologias assistivas e a disponibilidade de recursos de apoio. Muitas vezes, as leis nacionais refletem as diretrizes estabelecidas em acordos internacionais, como a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A exploração dessas leis e regulamentos revela um progresso significativo na garantia dos direitos educacionais dos estudantes surdos. No entanto, desafios ainda persistem, incluindo a falta de implementação consistente, a necessidade de formação adequada para educadores e a falta de recursos adequados para acomodar as necessidades específicas desses estudantes.

A adesão e implementação eficazes das leis e regulamentos são essenciais para concretizar os direitos educacionais dos estudantes surdos. Isso requer a colaboração entre governos, instituições educacionais, professores, famílias e organizações da sociedade civil. A conscientização, a defesa e o monitoramento contínuo

são componentes cruciais para garantir que esses direitos sejam respeitados e cumpridos.

A CDPD reconhece que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que todas as outras pessoas. Isso se aplica diretamente ao contexto educacional, garantindo que os estudantes surdos tenham o direito inalienável de acessar uma educação de qualidade em igualdade de condições. Além disso, ela enfatiza a importância da educação inclusiva para as pessoas com deficiência, incluindo os estudantes surdos. Ela reconhece o direito de todos os alunos a uma educação que respeite suas diferenças e necessidades individuais. Isso implica que as escolas devem adotar medidas adequadas para garantir que os estudantes surdos tenham acesso a um ambiente de aprendizagem acessível e adaptado (ONU, 2006).

A convenção destaca o direito das pessoas com deficiência a ter acesso a informações e comunicação em formatos acessíveis. No contexto educacional, isso se traduz na necessidade de adaptar materiais didáticos, disponibilizar intérpretes de língua de sinais e adotar tecnologias assistivas para garantir que os estudantes surdos possam participar plenamente das atividades educacionais.

Por outro lado, embora a CDPD tenha sido um avanço significativo para a promoção da educação inclusiva, ainda existem desafios na sua implementação. A adaptação de políticas educacionais, formação de professores e provisão de recursos adequados são questões que requerem atenção contínua. No entanto, a convenção também oferece oportunidades para a construção de sistemas educacionais mais equitativos e respeitosos com a diversidade.

## DESAFIOS NA AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

A avaliação tradicional é um componente central do sistema educacional, mas para estudantes surdos, esse processo pode apresentar desafios significativos que afetam sua capacidade de demonstrar

seu verdadeiro potencial acadêmico. A análise dos desafios específicos que os estudantes surdos enfrentam durante esses processos de avaliação tradicional lança luz sobre a necessidade urgente de adotar abordagens inclusivas que levem em consideração suas características únicas (JESUS DE LELIS, 2023).

Um dos principais desafios enfrentados por estudantes surdos durante a avaliação tradicional está relacionado às barreiras linguísticas e comunicativas. A maioria das avaliações é baseada em linguagem oral e escrita, o que coloca os estudantes surdos em desvantagem, uma vez que a língua de sinais ou outras formas de comunicação alternativa podem não ser consideradas.

Os materiais de avaliação muitas vezes não são adaptados para atender às necessidades visuais dos estudantes surdos. Isso pode incluir gráficos, imagens, vídeos ou outros recursos visuais que facilitariam a compreensão do conteúdo. A falta de adaptação dos materiais pode levar a uma interpretação incorreta das perguntas e prejudicar o desempenho do aluno.

A leitura de textos escritos pode ser mais demorada para estudantes surdos, especialmente aqueles que dependem da língua de sinais como meio de comunicação (DE GÓES, 2020). O tempo insuficiente para ler e compreender o conteúdo da avaliação pode afetar negativamente sua capacidade de responder às perguntas de maneira completa e precisa. Para os que usam a língua de sinais, a dependência de intérpretes para traduzir o conteúdo da avaliação pode ser desafiadora. Os intérpretes precisam captar nuances e transmitir informações com precisão, o que pode ser complexo em contextos educacionais. A interpretação inadequada pode resultar em respostas incorretas.

Os desafios enfrentados durante a avaliação tradicional podem ter impactos no bem-estar psicossocial dos estudantes surdos. Sentimento de frustração, ansiedade e baixa autoestima podem surgir quando os alunos percebem que não têm igualdade de

oportunidades para demonstrar seu conhecimento (DE GÓES, 2020).

Desta forma, a análise desses desafios ressalta a importância da adoção de abordagens inclusivas na avaliação de estudantes surdos. Estratégias que considerem suas necessidades linguísticas e comunicativas, adaptem os materiais de avaliação, ofereçam tempo adequado e minimizem a dependência de intérpretes são fundamentais para garantir uma avaliação justa e precisa.

## PRÁTICAS EXITOSA EM SISTEMAS EDUCACIONAIS

Vários sistemas educacionais ao redor do mundo têm se esforçado para implementar práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos, reconhecendo a importância de garantir igualdade de oportunidades e acessibilidade.

A Finlândia é conhecida por seu sistema educacional progressista e inclusivo. Para estudantes surdos, as avaliações são adaptadas para considerar suas necessidades individuais. Intérpretes de língua de sinais são disponibilizados durante as avaliações escritas e orais, e os materiais são adaptados visualmente para garantir compreensão (BASTOS, 2017). Além disso, os estudantes podem escolher entre diferentes formatos de avaliação, como provas orais, apresentações visuais e projetos práticos.

Nos Estados Unidos, o *Individuals with Disabilities Education Act* (IDEA) exige que os estudantes surdos recebam avaliações apropriadas às suas necessidades. Isso inclui a disponibilidade de intérpretes de língua de sinais, a adaptação de materiais e a utilização de tecnologias assistivas. Algumas escolas também adotam avaliações baseadas em portfólios, onde os estudantes podem demonstrar suas habilidades através de projetos e trabalhos práticos (TANIGUTI, 2022).

A Austrália tem se esforçado para garantir que os estudantes surdos tenham acesso igualitário à educação e avaliações. Algumas escolas implementam a "Auslan",

que é a língua de sinais australiana, como uma língua de instrução e comunicação (ARAÚJO, 2022). Além disso, os professores são treinados para usar estratégias de ensino e avaliação que se alinham às necessidades dos estudantes surdos.

Já na Noruega, as escolas estão adotando práticas inclusivas que consideram as necessidades linguísticas dos estudantes surdos. Intérpretes de língua de sinais são usados durante as avaliações, e os materiais são adaptados para serem visualmente acessíveis (BASTOS, 2017). Além disso, as escolas promovem avaliações formativas, que focam na aprendizagem contínua e no desenvolvimento de habilidades, ao invés de avaliações puramente sumativas.

No Japão tem investido em tecnologias assistivas para avaliar estudantes surdos. Além do uso de intérpretes de língua de sinais, as escolas estão incorporando legendas em vídeo e dispositivos de comunicação alternativa durante as avaliações. Isso garante que os alunos possam participar plenamente de avaliações multimídia (TANIGUTI, 2022).

Esses exemplos ilustram como diferentes sistemas educacionais estão adotando práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos. Essas abordagens não apenas reconhecem as necessidades individuais dos alunos, mas também demonstram um compromisso com a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo à educação.

Entretanto, a implementação de práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos varia entre os sistemas educacionais ao redor do mundo, refletindo diferentes abordagens e prioridades.

Embora haja variações nos sistemas educacionais, a tendência global é reconhecer a importância das práticas inclusivas na avaliação de estudantes surdos. A colaboração entre professores, intérpretes e outros profissionais é uma característica comum em todos esses sistemas, destacando a necessidade de considerar as necessidades individuais dos alunos para promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

## METODOLOGIA

Para atingir os objetivos, este trabalho, adotou uma abordagem que combina extenso levantamento bibliográfico com a exploração de bibliotecas digitais e buscadores na rede mundial de computadores. Essa escolha metodológica decorre da natureza exploratória do estudo e da necessidade de compreender a evolução das práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos, com foco nas leis e regulamentos que embasam essas práticas conforme Gil (2017).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo explorou práticas inclusivas na avaliação e acompanhamento da aprendizagem de estudantes surdos, focando em implicações legais e regulamentares da educação inclusiva. A revisão de literatura abordou a importância da inclusão educacional, necessidades específicas de estudantes surdos, práticas inclusivas na avaliação, leis nacionais e internacionais relevantes, além de desafios da avaliação tradicional. A promoção de práticas inclusivas é crucial para garantir igualdade de oportunidades a todos os alunos, reconhecendo diversidade de habilidades e estilos de aprendizado. Legislações e regulamentos são fundamentais para estabelecer direitos educacionais e recursos adequados.

Portanto, a análise das práticas inclusivas destaca colaboração entre professores, intérpretes e outros profissionais, criando ambiente que valoriza necessidades individuais, adapta avaliações e oferece suporte linguístico.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C.G. de S. O direito a inclusão do surdo na escola regular. *Gestão & Educação*, v. 5, n. 09, p. 46 a 59-46 a 59, 2022.

ARAÚJO, A.C. de et al. Competências digitais, currículo e formação docente em Educação Física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 43, 2021.

BASTOS, R.M.B. O surpreendente êxito do sistema educacional finlandês em um cenário global de educação mercantilizada. **Revista brasileira de Educação**, v. 22, p. 802-825, 2017.

CARVALHO, C.S.L.; OLIVEIRA, R.S. Surdos no Ambiente Escolar: Uma Análise Sobre os Níveis de Interação Entre os Alunos em Sala de Aula. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 3, p. 125-137, 2022.

DA SILVA RODRIGUES, C.M.; THIENGO, E.R.; DA PENHA, N.M. O uso da libras no processo de ensino e aprendizagem da matemática a estudantes surdos: elemento definitivo ou potencializador? **Boletim Cearense de Educação e História da Matemática**, v. 10, n. 28, p. 1-15, 2023.

DE SOUZA BORGES, A. Os **Direitos Fundamentais do Portador de Deficiência**: entre o reconhecimento e o estigma, Dissertação de mestrado, Brasília, 2012.

DE GÓES, M. C. R. **Linguagem, surdez e educação**. Ed. Autores Associados, 4ª ed, São Paulo, E-book Kindle , 2020.

DE JESUS LELIS, D.A. **Caminhos da Educação: debates e desafios contemporâneos**. Volume 7. Editora Dialética, 2023.

DOS SANTOS, N.D.M.; DE MELO REIS, N.M. Contribuições da Terapia Ocupacional para o processo de inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. **Pedagogia em Ação**, v. 14, n. 2, p. 6-29, 2020.

GAITAS, S.; CARÊTO, C. Educação inclusiva e as (insuperáveis?). **Fronteiras da organização escolar**. **Currículo sem Fronteiras**, v. 22, p. e1816, 2022.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos**. Editora Atlas S.A., Edição: 5., São Paulo, 2017.

ONU. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: **Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009: Declaração Universal dos Direitos Humanos.

PEREIRA, B. da S.R.; CORDEIRO, A.F.M. As atribuições do “Docente de apoio à integração” para a inclusão do estudante com deficiência na educação básica na província de Córdoba, Argentina. **Revista Educação Especial**, v. 36, p. 1-22, 2020.

PICCOLO, G.M. Por que devemos abandonar a ideia de educação inclusiva. **Educação & Sociedade**, v. 44, p. e260386, 2023.

TANIGUTI, G. Internacionalização das ciências sociais. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, 2022.

VEDOATO, S.C.M. A formação em Libras de professores que atuam no contexto educacional bilíngue com alunos surdos. **Revista Educação, artes e inclusão**, v. 16, n. 3, p. 245-265, 2020.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL E OS DESAFIOS DO ENSINO DE LIBRAS PARA  
O ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL I  
SPECIAL EDUCATION AND THE CHALLENGES OF TEACHING  
LIBRAS FOR DEAF STUDENTS IN ELEMENTARY SCHOOL I**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-4

**Nátaly Marinho dos Santos Alves**<sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho busca promover uma discussão a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios sobre o ensino de LIBRAS para se chegar à inclusão garantindo uma vida escolar de qualidade. Destacando a importância da inclusão nas escolas; discutindo as dificuldades encontradas no processo do ensino de Libras, e compreender como os professores e intérpretes consideram a inclusão. Diante disso, são tratados alguns pontos determinantes como, a Constituição Federal Brasileira (1988), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96, Plano Nacional de Educação (2014) assim como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que dão suporte legal de uma educação de qualidade. **OBJETIVO:** analisar a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios sobre o ensino de LIBRAS para se chegar à inclusão garantindo uma vida escolar de qualidade. **METODOLOGIA:** A metodologia utilizada foi através da pesquisa qualitativa descritiva, que utiliza as informações da própria realidade. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados demonstram que os desafios acabam acontecendo de todas as ordens e níveis, e vindo da diversidade de personalidades, ou seja, podem surgir da própria educação doméstica fornecida pelas famílias, das potencialidades, dificuldades e problemas externalizados por cada educando que faz parte da sala de aula.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação especial; libras; ensino fundamental; aluno surdo.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** The present work seeks to promote a discussion on the inclusion of deaf students in school, highlighting the challenges of teaching LIBRAS to achieve inclusion, guaranteeing a quality school life. Highlighting the importance of inclusion in schools; discussing the difficulties encountered in the process of teaching Libras, and understanding how teachers and interpreters consider inclusion. In view of this, some decisive points are addressed, such as the Brazilian Federal Constitution (1988), the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB) nº 9394/96, the National Education Plan (2014) as well as the National Policy on Special Education in the Perspective of Inclusive Education (2008) that provide legal support for quality education. **OBJECTIVE:** to analyze the inclusion of deaf students in school, highlighting the challenges of teaching LIBRAS to achieve inclusion, guaranteeing a quality school life. **METHODOLY:** The methodology used was through descriptive qualitative research, which uses information from reality itself. **FINAL CONSIDERATIONS:** The results demonstrate that the challenges end up happening in all orders and levels, and coming from the diversity of personalities, that is, they can arise from the domestic education provided by the families, from the potentialities, difficulties and problems externalized by each student who does part of the classroom.

**KEYWORDS:** special education; pounds; elementary School; deaf student.

<sup>1</sup> Gestora da Escola Presbiteriana Oseas Gonçalves da Silva de Porto Franco-MA. Graduação: Mestranda em Ciências da Educação; Especialização em Educação em Direitos Humanos; Licenciatura em Pedagogia; Licenciatura em Ciências Naturais da Educação. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** nataly-ma@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2637049074263739

## INTRODUÇÃO

Sabe-se que tanto o Brasil, como em muitos outros países, a experiência com educação bilíngue ainda não é uma realidade para todos os surdos. E um dos motivos para este quadro é, sem dúvida, a resistência de muitos a considerar a língua de sinais como uma língua verdadeira. Um ponto também a ser refletido é o trabalho da colaboração entre professores, para construir, coletivamente, atividades que atendam às necessidades desses alunos, que também poderá trazer vantajosa participação entre surdos e ouvintes.

A inclusão e a permanência desse aluno nas escolas regulares da rede pública de educação ainda é um grande desafio. Diante disso, o presente trabalho propõe uma reflexão sobre os problemas e situações que ocorrem para garantir uma educação de qualidade para que esse aluno se sinta realmente inserido.

Entretanto, muitos professores ficam receosos ao receberem em sala de aula alunos com deficiências, e no que se refere ao aluno surdo a maioria destes professores não dominam a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e com isso não conseguem se comunicar com eles. E é nesse momento, que esses alunos precisam de um outro professor, um intérprete que auxilie nesse processo de aprendizagem.

Nesse sentido, analisando o artigo 59 da LDB nº 9.394/96, ao estabelecer em seu inciso III que os sistemas de ensino assegurarão “professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”, observa-se que há uma defesa de que os professores do ensino regular estejam capacitados e preparados para essa inclusão. Por isso ainda há muito o que se fazer, para de fato garantir esse preparo.

A problemática a ser investigada nesse estudo, teve como base o seguinte problema: Quais são os desafios da inclusão e do ensino de Libras para alunos surdos no Fundamental I?

## OBJETIVO

Analisar a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios sobre o ensino de LIBRAS para se chegar à inclusão garantindo uma vida escolar de qualidade.

## METODOLOGIA

O estudo consiste em uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, que tem como base matérias publicadas sobre o tema, na imprensa convencional e divulgados de forma virtual via Internet por sítios confiáveis, onde foram devidamente referenciados ao final da pesquisa. Todo o material obtido foi analisado, tendo sido incluídos apenas os que apresentassem clareza e objetividade ao tratar do tema proposto (GIL, 2010).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### EDUCAÇÃO ESPECIAL - CONCEITO, CONTEXTUALIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO

A história da Educação Especial no Brasil tem como marco fundamental o período Imperial no Rio de Janeiro, com a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos, no ano de 1854, pelo Imperador D. Pedro II, para instruir as crianças cegas do Império. A instituição foi instalada no Rio de Janeiro e tinha como modelo o Instituto de Meninos Cegos de Paris (CARVALHO; SALERNO; ARAÚJO, 2015).

Hoje, esse instituto recebe o nome de Instituto Benjamin Constant (IBC), e oferece atividades culturais e de lazer, além de possuir um Departamento de Educação que planeja e realiza atividades nas áreas cultural e de lazer, para comemorar as datas cívicas previstas no calendário escolar, envolvendo alunos, professores e demais setores da instituição (GUARINELLO, et al, 2006).

Conta também com o Museu do Instituto Benjamin Constant que procura resgatar e conservar a história e a tradição do Instituto, através de documentos, quadros, esculturas, mobiliário, objetos, fotos, filmes,

recursos especializados e maquinários utilizados desde a fundação da primeira instituição de educação de pessoas portadoras de deficiência visual na América Latina. Ainda dispõe da Biblioteca Louis Braille que possui um acervo de títulos didáticos, informativos, culturais e de lazer impressos no Sistema Braille, à tinta e gravados em fitas cassete (CARVALHO; SALERNO; ARAÚJO, 2015).

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB), Lei nº, 9.394/96, no Capítulo III, art. 4º, inciso III, garante ser dever do Estado, garantir o “atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. Dedicando ainda o capítulo V aos aspectos referentes à Educação Especial. Entre os pontos especificados, o art. 58. § 1º versa sobre os serviços de apoio especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais (GUARINELLO, et al, 2006).

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

E ainda, em seu Art.2º a LDB/96, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade, versa sobre o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para exercer a cidadania e sua qualificação profissional (CARVALHO; SALERNO; ARAÚJO, 2015).

## O ENSINO DE LIBRAS E SEUS DESAFIOS

Ao longo da história a surdez era vista como uma doença, as crianças que nasciam com essa deficiência já foram banidas da sociedade e muitas vezes até criadas nos porões das casas ou não podiam fazer parte de nenhum evento social. As famílias tinham vergonha de expô-las, com passar dos tempos as escolas para surdos foi atualizando e construindo uma política para atender esses alunos com qualidade, mas ainda excluído do estudar juntos (SILVA; PEREIRA, 2012).

Após longas discussões sobre o tema, as leis, os decretos contidos nas declarações, acordos internacionais, pareceres e resoluções, entre outros, começam a surgir mudanças importantes nessa área que traz em seu texto igualdade para todos. Devido às mudanças que vem junto com essa inclusão envolvem um número de grande diversidade para todos envolvidos nesse processo.

A construção de uma educação inclusiva nas escolas de ensino regular da rede pública de educação começa a partir do reconhecimento das suas diferenças significativas com o convívio e o enfrentamento de novos desafios e ao debater sobre o assunto volta-se à questão de que ainda é preciso haver muitas mudanças, pois essa inclusão apresenta muitos desafios que precisam ser superados. É importante destacar que um grande avanço veio por meio da Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002, em que a Língua Brasileira de Sinais foi reconhecida no Brasil, como a língua oficial dos surdos (BRASIL, 2002).

As políticas nacionais de inclusão escolar têm como base a Lei de Diretrizes de Bases da Educação no Brasil – LDB, Lei 9394/96 que define Educação Especial como:

Modalidade escolar para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente na rede regular de ensino. Também é importante destacar a Resolução CNE/CEB 2/2001, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial

na Educação Básica, e o Parecer CNE/CEB 17/2001, o qual contém definições e abordagens relativas aos conceitos referenciais que sustentam o discurso da educação inclusiva no Brasil (BRASIL, 1996, p. 21).

Um dos documentos vigentes voltados para as leis da inclusão hoje no Brasil que tratam em seus textos os direitos da inclusão, é a Declaração de Salamanca que traz em seu texto elencados aos pais o direito de escolha sobre a educação de seus filhos, cabe à família escolher o que julga ser melhor nessa etapa do aprendizado. Propõe estratégias dos pais participarem de atividades educacionais na escola e em suas próprias casas, caracterizando atividades extracurriculares, sabe-se o quanto é importante continuar a aprendizagem em casa para fortalecer a aprendizagem dos seus filhos em relação às atividades desenvolvidas na sala de aula caracterizando assim um reforço para aluno (BRASIL, 1994).

O Decreto 5626/2005, que regulamenta a Lei 10.436/2002, em seu Artigo 3º cita a inserção da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema Federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (SILVA; PEREIRA, 2012).

No Brasil, após a Constituição de 1988, a discussão em torno do tema da educação especial ganhou muita força e espaço para garantir a inclusão escolar, e receber o aluno e poder dar todas as condições para superar as dificuldades na aprendizagem (OLIVEIRA, 2012).

A educação de surdos deve ser ministrada nas duas línguas, desde a educação infantil, pois quando começa cedo o ensino a criança aprende melhor essa fase é da imitação e assim garante que nos próximos anos já estão familiarizados com as duas línguas e pode futuramente escolher para melhor progredir em seus estudos e para a vida adulta também, e assim poder ser inserido melhor na vida adulta (COUTO; ALMEIDA, 2014).

A Constituição Federal (1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96) garantem a integração do educando com necessidades especiais no sistema comum de ensino.

Diante disso, e levando em consideração o que é mencionado pelo Ministério de Educação (1994), a “Política Nacional de Educação Especial”, assim define normalização:

Princípio que representa a base filosófico-ideológica da integração. Não se trata de normalizar as pessoas, mas sim o contexto em que se desenvolvem, ou seja, oferecer, aos portadores de necessidades especiais, modos e condições de vida diária o mais semelhante possível às formas e condições de vida do resto da sociedade (BRASIL, 1994, p. 22).

O ensino das crianças surdas deve ocorrer por meio da Libras como primeira Língua L1 e da Língua Portuguesa como segunda Língua L2, para poder fazer parte da sociedade e assim ser inserida em sua totalidade. Mas ainda percebe que a escolarização dos alunos surdos enfrentam alguns entraves, na educação de surdos ainda deixa muito a desejar, pois faltam investimentos para melhor atender a inclusão (OLIVEIRA, 2012).

Têm-se mais documentos relevantes sobre o assunto um desses é a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, aprovado em 05 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá (MARILENE; MEYER, 2016).

Esse documento veio para ajudar pais, professores, gestores educacionais, mostrar que todos devem agir juntos para garantir a inclusão em sua totalidade. Seria bom que não precisasse recorrer às leis para fazer valer os direitos da inclusão. Torna-se muito desgastante quando é necessária ir a uma estância maior para fazer valer o que este previsto em leis, ou seja, garantir os direitos da inclusão. Muitas vezes as famílias desses alunos não têm conhecimentos das leis muito menos dos seus direitos (PAULA, 2018).

Portanto, para os alunos surdos, além do processo que precisa acontecer que é a inclusão, ainda tem a necessidade de aprendizado da Língua Brasileira de Sinais – Libras, reconhecida pela Lei Federal nº 10.436/02, que legitima a Libras como meio de comunicação dos surdos, um reconhecimento que deixa cada vez mais fortalecido as estratégias de conquistas dos movimentos de surdos. Essa legislação garante ao surdo o direito linguístico de ter acesso aos conhecimentos escolares na língua de sinais. Essa lei age como um instrumento legal que reconhece e afirma a Libras como uma das línguas brasileiras usadas pela comunidade surda do Brasil.

### **A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO FUNDAMENTAL I**

As escolas no Brasil com base nos fatos históricos têm excluído os surdos, oferecendo apenas a aquisição da linguagem oral e escrita nas salas de ensino regular.

Influenciadas por tais pressupostos, iniciativas específicas para a escolarização dos surdos passaram a ser sistematizadas e postas em prática no Brasil com um caráter eminentemente normatizador, filantrópico e assistencialista em instituições voltadas para esse fim, de forma mais recorrente a partir do final do século XIX até meados do século XX, resultando na criação de instituições especiais que contavam com a atuação de professores especializados na área da surdez (OLIVEIRA, 2012, p. 96).

O reconhecimento da Libras representou um grande progresso, contudo, foi apenas em 2005, que de fato esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626/05, que em seu artigo 2º traz que “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo

uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” (BRASIL, 2005).

A Libras é, portanto, uma língua, que assim como outras, apresenta seus próprios aspectos gramaticais. Linguisticamente, pode-se afirmar que a língua de sinais é língua porque apresenta características presentes em outras línguas naturais e, essencialmente, por que é humana. Então, não podemos acreditar erroneamente como muitos, que ainda não a consideram uma língua, mas simplesmente gestos e mímicas. É preciso mudarmos esse pensamento (SILVA; PEREIRA, 2012).

A educação dos surdos ainda vem sendo marcada, ao longo da história, pelo fracasso escolar, justamente pelo fato de muitos docentes por falta de conhecimento, insistirem em tentar alfabetizar o aluno surdo utilizando o Português (COUTO; ALMEIDA, 2012).

Diante disso, é necessário compreender que a língua materna do surdo é a Libras, e inclusive como já citado, esta língua já foi reconhecida como a língua oficial dos surdos. Então, devido a essas concepções erradas, e pelo fato de a inclusão não ocorrer, diversos surdos lutam e anseiam por uma escola bilíngue, ou seja, onde todos aqueles que a compõem utilizam a Libras. O bilinguismo, é, portanto, uma proposta que torna acessíveis duas línguas no contexto escolar, a língua materna que é a língua de sinais e seria considerada com a L1, e a língua oficial do país, como L2, a Língua Portuguesa (PAULA, 2018).

Nesse aspecto, o bilinguismo é uma proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar. Os estudos têm apontado para essa proposta como sendo mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019).

Desta maneira, observa-se que há uma precária qualidade no processo de inclusão desses alunos, pois se o lema é incluir, então que condições adequadas sejam oferecidas.

É muito importante refletir que a pessoa com surdez é um sujeito que aperfeiçoa sua experiência na sua interligação cultural e assim estabelece as bases de uma comunicação de forma concreta através do seu pensamento e utilizando os sinais para se comunicar. Porém este contexto de desenvolvimento somente se torna viável, quando lhe é proporcionado os meios adequados para a sua construção (PAULA, 2018).

Para que se concretize a inclusão do aluno surdo no ensino fundamental as escolas devem oferecerem sua organização:

1 - Atividades em classe comum:

a) com professores capacitados para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos;

b) com o apoio de professor de Educação Especial e, se for o caso, do intérprete de LIBRAS/ Língua Portuguesa, em concordância com o projeto pedagógico da instituição;

2 - Serviços de apoio especializado, complementado também em salas de recursos, em turno diverso, em classes hospitalares, no atendimento domiciliar, ou outros espaços definidos pelo sistema de ensino (GUARINELLO, et al, 2006, p. 320).

O papel da escola consiste unicamente em formar cidadãos, através da sua transmissão de valores éticos e morais, conhecimentos e desenvolvendo habilidades no educando, através do processo pedagógico de ensino-aprendizagem, preparando-os para desempenhar da melhor maneira possível o pleno exercício da cidadania e sua preparação para vivência em sociedade, de forma atuante, crítica, transformadora (VALADÃO, et al, 2016).

Não tenho dúvida de que cabe à escola um lugar de destaque no alargamento das condições de exercício da cidadania e o domínio da 'norma culta' (no plano da linguagem) e dos conhecimentos, hábitos e comportamentos mais valorizados socialmente (dos quais uma boa parcela é veiculada pela escola (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019, p. 305).

Diante desse processo de ensino-aprendizagem, os desafios acabam acontecendo de todas as ordens e níveis, e vindo da diversidade de personalidades, ou seja, podem surgir da própria educação doméstica fornecida pelas famílias, das potencialidades, dificuldades e problemas externalizados por cada educando que faz parte da sala de aula (CÓRDULA, 2013).

Sendo assim, com os processos de inclusão e igualdade nas escolas (Lei da Inclusão, nº 13.146/15), as salas de aula acabaram sendo também inclusivas para as diversidades de necessidades e deficiências físico-motoras e cognitivas, destinadas “a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, p. 1), proporcionando o amplo direito para que esse cidadão também possa se desenvolver, incluindo os educandos com deficiências visuais e auditivas.

A inclusão não pode ser concebida como mera inserção, alocação, integração do aluno Surdo no espaço escolar, mas como aquela que atente à diversidade e contemple conhecimentos sobre as especificidades de todos os alunos (PORTARIA nº 555/2007/MEC). Apesar de todo acolhimento e simpatia por colegas e professores ouvintes, há necessidade de buscar o conhecimento em que realize um trabalho de valorização das diferenças, pautado no desenvolvimento biopsicossocial do indivíduo e seu preparo para estar inserido no contexto social (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019).

E nesta perspectiva é observado, também o que há de mais importante entre Surdos e ouvintes para a efetiva comunicação que é a própria língua. Uma Língua que não somente favoreça a comunicação entre todos, mas principalmente a aquisição do conhecimento (Língua Brasileira de Sinais- L1: primeira língua e Língua Portuguesa- L2: segunda língua). O Decreto nº 5.626/05 deixa bem claro, no seu artigo 14iii, capítulo IV, inciso II:

Ofertar, obrigatoriamente, desde a educação infantil, o ensino da Libras e também da Língua Portuguesa, como segunda

língua para alunos surdos; assim como no inciso V: apoiar, na comunidade escolar, o uso e a difusão de Libras entre professores, alunos, funcionários, direção da escola e familiares, inclusive por meio da oferta de cursos (BRASIL, 2005, p. 12).

Apesar do respaldo da Lei e Decreto, citados anteriormente, e mais a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece a acessibilidade nos sistemas de comunicação e sinalização, mesmo assim ainda há necessidade de se desconstruir concepções clínicas que ficaram arraigadas nas relações entre Surdos e ouvintes (PAULA, 2018).

### **A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO À INCLUSÃO DE ALUNOS SURDOS**

É preciso que os professores estejam de fato capacitados e qualificados para o atendimento dos alunos com alguma deficiência, pois muito se cobra do professor em sala de aula, entretanto, pouco se faz por este profissional. E não somente os professores devem estar capacitados, é preciso que todos estejam (PAULA, 2018).

Ainda por meio do Decreto nº 5.626/05, em seu artigo 3º, foi estabelecido que:

Art. 3º A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 2005).

Ou seja, o decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, também dispõe sobre a formação de professores de libras e formação de tradutores e interpretes de libras e língua portuguesa. Para tanto esse decreto deixa claro que por obrigação esses cursos tem que ter a disciplina de libras.

É oportuno ressaltar que em nosso país o número de professores “preparados” para atuarem com crianças que possuem deficiência auditiva é insuficiente, igualmente é o número de estabelecimentos escolares aptos a atuarem.

Contudo, ainda que os cursos de formação inicial tenham a Libras como disciplina obrigatória, o que podemos constatar em diversas escolas, é que apenas esse contato durante o curso não possibilita que os docentes que lá atuam tenham todos os conhecimentos necessários para se tornarem fluentes e poderem se comunicar livremente com os alunos surdos (OLIVEIRA, 2012).

Aprender Libras não ocorre de forma mágica, é preciso muito esforço e comprometimento. Muitos professores acabam se interessando pela língua, têm até o desejo de aprendê-la, mas como exige tempo, acabam se distanciando ou desinteressando nessa aprendizagem. E nesse caso recorrem à figura do intérprete, como aquele que deverá estar na sala de aula para auxiliá-lo (VALADÃO, et al, 2016).

Nesse sentido, possibilitar aos alunos surdos aprendizagens significativas, nos leva à discussão sobre a inclusão destes discentes. Mas a inclusão de fato ocorre? O Plano Nacional de Educação, com vigência de 2014 a 2024, estabelece em sua meta 4 que:

Meta 4: universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014, p. 2).

Nesta meta, quando se afirma que tem como objetivo promover a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, “com a garantia de sistema inclusivo”, destaca-se que possibilitar que os alunos estejam na rede regular de

ensino, não garante que de fato, a inclusão ocorra (OLIVEIRA, 2012).

Como citado acima, ao lado do professor, encontra-se o intérprete, que atua na sala de aula como fosse um elo entre o professor e o aluno surdo. No entanto, muitas vezes o papel do intérprete é confundido com o do professor regente da sala de aula, pois alguns docentes querem transferir toda a responsabilidade do processo de ensino e aprendizagem para este profissional. Contudo, o que deve ocorrer é uma ajuda mútua entre os profissionais para que o aluno com surdez aprenda da melhor forma possível (PAULA, 2018).

A formação do professor deve ser um compromisso dos sistemas de ensino comprometidos com a qualidade do ensino. Nessa perspectiva, devem assegurar que sejam aptos a elaborar e implementar novas propostas e práticas de ensino para responder às características de seus alunos, incluindo aquelas evidenciadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais (MACEDO; NUNES; BENEVIDES, 2019, p. 305).

Conforme a autora, os professores têm que ser capazes de analisar os domínios de conhecimentos atuais dos alunos, e suas diferentes necessidades conforme seu processo de aprendizagem, bem como, criar atividades e materiais acessíveis, além de analisar formas de avaliar os alunos para aprimorar o atendimento e qualificar os mesmos, para os alunos (OLIVEIRA, 2012).

O desafio que se enfrenta neste século consiste em transformar a escola de todos para todos numa instituição igualitária, ou seja, por meio da renovação de suas práticas educativas para atender à realidade dos desafios que chegam à sociedade, na formação de um cidadão pleno de seu compromisso.

É de suma importância entender que a formação inicial do professor deveria proporcionar a ele condições de um trabalho docente consciente, em outras palavras, não só de teoria, mas destacar a construção do conhecimento com práticas para que se possa enfrentar os desafios do processo ensino-aprendizagem. Desta forma, Saviani (2010, p.53):

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associadas a um consistente preparo teórico-científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente. [...] Condições adequadas de trabalho que lhes permitam atualização constante, preparação consistente de suas atividades curriculares e atendimento às necessidades pedagógicas dos alunos, revendo e reelaborando os conteúdos e os métodos do ensino ministrado.

Sendo assim, compreender que a formação do professor necessita acontecer de forma contínua e continuada que o conhecimento seja progressivo e sistematizado com perspectivas de inovar, vencer os desafios, é preciso antes de tudo isso, parar de enxergar a educação como processo de integração, mas sim como inclusão, com base nos fundamentos de direitos humanos, pois a educação é um direito de todos, com garantia de acesso e permanência nas escolas (OLIVEIRA, 2012).

Portanto, o professor que não identifica as peculiaridades em seus próprios alunos, como também as potencialidades que estes possuem, não pode apresentar um currículo flexível a necessidade dos educandos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é o espaço fundamental e determinantes para se formar cidadãos proativos para a construção da sociedade. Nesse processo, também estão incluídos alunos com deficiência física, visual, auditiva e outras. Porém, deficiências não são motivos para que esses cidadãos não sejam considerados como tal.

Através da inclusão escolar, as instituições de ensino tem a obrigação de matricular todos os alunos, e as esferas governamentais precisam proporcionar um suporte durante todo esse processo para aquelas estarem preparadas para atender a todos os educandos, além de reconhecer o papel do intérprete como elemento mediador no processo de ensino-aprendizagem do educando surdo, no ensino de Libras como L1 ou L2, assim como a

formação continuada de professores e recursos didático-pedagógicos para poder lecionar conteúdos curriculares das disciplinas e permitir que o surdo consiga adquirir o bilinguismo, ou seja, todo o aparato para que o educando surdo possa se sentir incluído e garantido o seu pleno desenvolvimento educacional.

Nesse viés, na formação do professor é preciso possibilitar mecanismos de construção de estratégias pedagógicas para que de fato a inclusão ocorra, mais especificamente dos alunos surdos, como aborda esse trabalho, e levar esse conhecimento para sala de aula, tornar a Libras instrumento de comunicação e acesso ao conhecimento e deixar que todos os alunos, deficientes ou não sejam conscientes de suas ações.

Em suma, esse trabalho buscou analisar a inserção do aluno surdo na escola, destacando os desafios sobre o ensino de LIBRAS para se chegar à inclusão garantindo uma vida escolar de qualidade. Destacando a importância da inclusão nas escolas; discutindo as dificuldades encontradas no processo do ensino de Libras, e compreender como os professores e intérpretes consideram a inclusão.

Por fim, ressalta-se que o currículo atenda as particularidades de todos no processo educativo, sem exceções e a experiência visual sobressai a oralidade, ações afirmativas que fortaleçam a cultura e identidade do surdo e sempre tendo a responsabilidade que é necessária para promover cidadania e assim será possível oportunizar os direitos de todos na construção de uma sociedade mais igualitária.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9394/96 de 23/12/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB. Brasília: Diário Oficial da União, nº 248 de 23/12/96.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 15/011/2023.

BRASIL. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Senado Federal, 2015.

CARVALHO, Camila Lopes de; SALERNO, Marina Brasileiro; ARAÚJO, Paulo Ferreira de. A educação especial nas leis de diretrizes e bases da educação brasileira: uma transformação em direção à inclusão educacional. Horizontes – Revista de Educação, Dourados, MS, v.3, n.6, p. 34- 48, jul./dez. 2015.

COUTO, Marli; ALMEIDA, Josiane Junia Facundo de. Formação dos professores que atuam na inclusão de alunos surdos no ensino regular. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Volume I, 2014.

CÓRDULA, Eduardo Beltrão de Lucena. Na relação professor-aluno, cada criança é um universo infinito de possibilidades. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, Cecierj, v. 13, nº 12, p. 1-2, 2013.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GUARINELLO, Ana Cristina et al. A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. Revista Brasileira de

Educação Especial, Marília, v. 12, nº 3, p. 317-330, set./dez. 2006.

LIMA, Juliana Acácio Cordeiro de. O ensino da Libras no Ensino Fundamental. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/9/o-ensino-da-libras-no-ensino-fundamental>. Acesso em: 10/01/2023.

MACEDO, Yuri Miguel; NUNES, Elna Lacerda Machado; BENEVIDES, Silvia Lúcia Lopes. Libras: Desafios e possibilidade para a implantação do currículo da educação básica, da rede regular de ensino de Uibaí. Arquivo Brasileiro de Educação, Belo Horizonte, v. 7, n. 16, 2019.

MARILENE, Domanovski; MEYER, Vassão Adriane. A importância da libras para inclusão escolar do surdo. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Volume I, 2016.

OLIVEIRA, Fabiana Barros. Desafios na inclusão dos surdos e o intérprete de libras. Diálogos & Saberes, Mandaguari, v. 8, n. 1, p. 93-108, 2012.

PAULA, Leandro Silva de. O ensino de libras no curso de pedagogia: desafios, avanços e o papel do intérprete educacional. Rev. Docência Ens. Sup., Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 77-91, jan./jun. 2018.

SAVINI, D. XX – formação de professores. In: Livro: Interlocuções Pedagógicas: Entrevista. Entrevista ao Jornal das Ciências – USP de Ribeirão Preto em 2004. Editora Autores Associados, 2010.

SILVA, Simone Maria Santos; PEREIRA, Maggie Francis Santos. Alfabetização de surdos: o desafio do ensino de libras em sala de atendimento educacional especializado em escola regular. VI Colóquio Internacional. São Cristovão-SE/Brasil. 20 a 22 de setembro de 2012.

VALADÃO, Michelle Nave, et al. Os desafios do ensino e aprendizagem da libras para crianças ouvintes e suas relações com a educação inclusiva de alunos surdos. Artigo recebido em: 10/04/2016. Artigo aceito em: 03/07/2016. Artigo publicado em: 05/07/2016.

## A LEITURA E ESCRITA NOS ANOS INICIAIS: UM ESTUDO SOBRE SUA RELEVÂNCIA E IMPACTO READING AND WRITING IN THE EARLY YEARS: A STUDY ON ITS RELEVANCE AND IMPACT

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-5

Edinaldo Pádua Dias Carneiro <sup>1</sup>  
Francisco José Lopes Cajado <sup>2</sup>

### RESUMO

Este trabalho teve como objetivo refletir sobre a importância da leitura e escrita no processo de ensino-aprendizagem das crianças nos anos iniciais. Buscou ainda investigar as práticas pedagógicas adotadas nesse contexto, compreender a apropriação da leitura e escrita nos primeiros anos do ensino fundamental e destacar o papel fundamental do professor nesse processo. O problema abordado diz respeito à necessidade de compreender e valorizar a relevância da leitura e escrita no desenvolvimento completo das crianças em fase de aprendizagem, considerando os aspectos cognitivos, sociais e motores. Para alcançar tais objetivos, utilizamos estudos bibliográficos, análise e reflexão embasados em estudos teóricos, bem como uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa. Os dados coletados foram apresentados e expostos em forma de gráficos, permitindo uma análise objetiva do tema. As reflexões foram embasadas nas contribuições de diversos autores, incluindo Lajolo (2014), Freire (2013), Vygotsky (2019), Ferreiro (2019) e outros, explorando a importância da leitura e escrita nos anos iniciais e do papel do professor nesse processo educacional. Os resultados obtidos fornecem evidências da necessidade de promover práticas pedagógicas eficazes e adequadas ao desenvolvimento da leitura e escrita nos primeiros anos do ensino fundamental. Destaca-se, ainda, a importância do professor como mediador e facilitador do processo de aquisição dessas habilidades essenciais. Como conclusão, esta pesquisa reforça a importância da leitura e escrita como elementos fundamentais no desenvolvimento integral das crianças nos anos iniciais, evidenciando a necessidade de investir em práticas pedagógicas coerentes e qualificadas, bem como na formação e valorização dos professores nesse contexto. Espera-se que essas reflexões contribuam para aprimorar a educação nas fases iniciais, promovendo um ensino mais efetivo e proporcionando melhores oportunidades de aprendizagem para as crianças.

**PALAVRAS-CHAVES:** Leitura. Escrita. Aprendizagem.

### ABSTRACT

This work aimed to reflect on the importance of reading and writing in the teaching and learning process of children in the early years. It also sought to investigate the pedagogical practices adopted in this context, understand the acquisition of reading and writing skills in the early years of elementary education, and highlight the fundamental role of the teacher in this process. The addressed problem concerns the need to understand and value the relevance of reading and writing in the complete development of children in the learning phase, considering cognitive, social, and motor aspects. To achieve these objectives, we utilized bibliographic studies, analysis, and reflection based on theoretical studies, as well as a field research with a quantitative approach. The collected data were presented and exposed in the form of graphs, enabling an objective analysis of the topic. The reflections were grounded in the contributions of various authors, including Lajolo (2014), Freire (2013), Vygotsky (2019), Ferreiro (2019), and others, exploring the importance of reading and writing in the early years and the role of the teacher in this educational process. The obtained results provide evidence of the need to promote effective and appropriate pedagogical practices for the development of reading and writing skills in the early years of elementary education. Furthermore, the importance of the teacher as a mediator and facilitator of the acquisition of these essential skills is highlighted. In conclusion, this research reinforces the importance of reading and writing as fundamental elements in the holistic development of children in the early years, emphasizing the need to invest in coherent and qualified pedagogical practices, as well as in the training and appreciation of teachers in this context. It is expected that these reflections will contribute to enhancing education in the early stages, promoting more effective teaching and providing better learning opportunities for children.

**KEYWORDS:** Reading. Writing. Apprenticeship.

<sup>1</sup> Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Especialista em Educação do Campo (UEMA); Especialista em Filosofia, Sociologia e Ensino Religioso (Faculdade Dom Bosco) e Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University.

<sup>2</sup> Doutor em Biotecnologia (UFC). Mestre em Engenharia de Pesca (UFC); Especialista em Análises Clínicas (Faculdade Única - MG); Licenciado em Ciências Biológicas (UECE); Bacharel em Ciências Biológicas/Ecologia (UECE); Professor celetista da Faculdade Metropolitana de Horizonte (FMH) e professor orientador e colaborador da ACU - Absolute Christian University. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/7366500861439534

## INTRODUÇÃO

O contato com a leitura e a escrita proporcione à criança entrar em um mundo novo, em que predomina a fantasia e lhe permita recriar e construir valores, descobrir e se fascinar com uma nova realidade e despertar o pensamento reflexivo e crítico (FRESQUET, 2020).

Para cultivar leitores, é essencial esta seja introduzida o mais cedo possível para a criança, de maneira envolvente e estimulante, despertando nelas o desejo de conhecer e vivenciar histórias.

A leitura e a escrita oferecem a oportunidade de viajar e descobrir uma nova forma de perceber a realidade, proporcionando momentos encantadores e aprendizados de forma lúdica e prazerosa (ALVES, 2021).

O professor necessita reconhecer que cada criança possui seu próprio ritmo de desenvolvimento. Deste modo, a interação da criança nesse ambiente tem um papel significativo no seu aprendizado, possibilitando uma aprendizagem mais eficiente e rápida dessas habilidades.

A metodologia deste trabalho incluiu estudos bibliográficos, análise, reflexão e pesquisa de campo com abordagem quantitativa. Os dados são apresentados em tabelas para uma investigação aprofundada. Com a implementação do ensino fundamental de nove anos, a importância da leitura e escrita é destacada. Reflexões embasadas em autores como Lajolo, Freire, Vygotsky, Teberosky, entre outros.

Considerando os problemas educacionais devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, em sua pergunta norteados é indagado: qual a importância da leitura e da escrita no desenvolvimento das crianças nos primeiros anos de ambiente escolar?

Portanto, este estudo buscou analisar a importância da leitura e da escrita no processo ensino aprendizagem das crianças nos anos iniciais,

investigando, assim, as práticas pedagógicas que envolvem a leitura no ambiente escolar para a faixa etária em questão, refletindo sobre a apropriação da leitura e da escrita nos primeiros anos do ensino fundamental.

## METODOLOGIA

A pesquisa trata de um estudo exploratório, utilizando uma abordagem qualitativa. A coleta de dados foi realizada conforme Gil (2010), por meio de entrevistas semiestruturadas com professores alfabetizadores e alunos dos primeiros anos do ensino fundamental em uma escola no município de São João do Sóter, Maranhão. Além disso, foram realizadas observações em sala de aula para registrar as práticas pedagógicas adotadas.

Para análise dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, identificando temas e padrões emergentes. Os resultados foram apresentados de forma descritiva e interpretativa, com o suporte de citações dos participantes.

A pesquisa seguiu os princípios éticos, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações obtidas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO:

### QUESTIONÁRIOS APLICADOS A ESTUDANTES

Os alunos foram entrevistados sobre sua idade e foi constatado que 3 dos entrevistados tinham nove anos, outros 4, dez anos e três 11 anos. Conforme Nascimento (2022), a defasagem de idade pode ocorrer por diferentes razões, como repetência, evasão escolar ou ingresso tardio no sistema educacional.

Quando perguntados sobre qual ano da educação básica o aluno cursava, 4 dos entrevistados afirmaram cursar o 4º ano da educação básica e outros 6, disseram estar no 5º ano. Palú et al (2022),

consideram que o aluno da educação básica, nesse momento de pandemia, tem passado por diversas mudanças, onde os moldes da educação estão no modelo de ensino em casa através de aulas online e atividades impressas para aqueles que não dispõem de *internet*.

Ao serem questionados sobre sua habilidade de leitura e escrita, 5 alunos afirmaram que conseguem ler e escrever com clareza, demonstrando facilidade em interpretar textos. Por outro lado, 3 alunos responderam que possuem habilidades de leitura mais ou menos, ainda encontrando dificuldades na interpretação textual e outros 2 afirmaram ter muitas dificuldades na leitura e não conseguem interpretar o que leem. Florenciano (2019), ressalta a importância de um ensino voltado para o desenvolvimento das habilidades de leitura e interpretação.

Ao serem questionados sobre o que mais gostam de fazer na escola, 6 alunos responderam que preferem ler, enquanto outros 4 mencionaram assuntos diversos.

Os alunos foram indagados sobre se preferiam ler ou escrever. Deste modo, 4 alunos responderam que gostam mais de escrever e 6 de ler. Eles acreditam que a escrita facilita o desenvolvimento da leitura. Segundo eles, ao escrever, se esforçam para ler primeiro, o que aprimora suas habilidades de escrita e leitura em conjunto. Bacich; Moran (2018), afirmam que a leitura oferece a oportunidade de explorar diferentes mundos e expandir o conhecimento, enquanto a escrita possibilita a expressão de ideias e o aprimoramento das habilidades de comunicação.

Os alunos foram questionados sobre o ambiente adequado para leitura na escola. Com isto, 8 alunos afirmaram que a escola possui um ambiente apropriado para a leitura e escrita, destacando a presença da Sala de Leitura. Por outro lado, 2 alunos responderam que talvez. Para Valle (2023), a existência de uma sala para a leitura e escrita é um indicativo positivo, pois demonstra a preocupação da

escola em proporcionar um ambiente favorável ao desenvolvimento das habilidades literárias dos alunos.

Os alunos foram questionados sobre quais seriam as maiores dificuldades encontradas nos anos iniciais. Nesta pergunta, foram levantadas as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos nos anos iniciais da escola. Dos participantes entrevistados, 6 alunos destacaram a falta de recursos apropriados para o ensino da leitura e escrita, como jogos e materiais que facilitem o trabalho do professor. Por outro lado, 4 alunos mencionaram que a estrutura física de algumas escolas ainda é um problema, como pode ser visto no gráfico a seguir. Senhoras (2021), reforça a importância de se investir em recursos adequados para o ensino, especialmente nos anos iniciais, onde os alunos estão adquirindo as bases fundamentais da leitura e escrita.

Os alunos foram indagados ainda sobre os tipos de leitura preferidas, onde, 5 participantes afirmaram que gostam de ler de tudo, 3 preferem os contos e fábulas e outros 2 mencionaram que preferem ler jornais e revistas. Lima (2019), relata que a preferência por gêneros literários tradicionais, como contos e fábulas, indica a apreciação por narrativas envolventes e moralizantes, podem contribuir para o desenvolvimento da imaginação e dos valores morais dos leitores.

Quando perguntados sobre a preferência pela leitura de seus familiares, 5 alunos afirmaram que eles têm um amor pela leitura, envolvendo-se regularmente com diversos tipos de materiais, como jornais, revistas e livros. Outros 3 alunos mencionaram que a preferência pela leitura na família é variável, com alguns membros gostando de ler e outros não. Outros 2 alunos, relataram que seus familiares não costumam ler em casa e que não possuem recursos literários disponíveis. Santos (2023), afirma que é necessário investir em estratégias e programas que incentivem as famílias a incluir a leitura em suas rotinas diárias

Quando indagados se recebem auxílio de seus familiares, 8 alunos afirmaram que sim. Entretanto, 2 alunos disseram não receber apoio dos familiares. Brito et al (2021), destaca que a participação da família nas atividades escolares é um fator determinante para o sucesso educacional das crianças.

Quando indagados sobre a preferência pela leitura, 6 alunos responderam que gostavam de ler, e 4 responderam não. De acordo com teorias da psicologia da aprendizagem, como a teoria da motivação intrínseca de Deci e Ryan (1985), as atividades de leitura devem ser desafiadoras, relevantes e oferecer um senso de autonomia e competência aos alunos.

Por fim, quando solicitadas a opinar sobre qual os maiores desafios encontrados na sua escola, 7 alunos responderam ser as aulas remotas. Outros 3 responderam que dificuldades maiores são a falta de alguns recursos na escola.

Desta maneira, conforme Cardoso et al (2020), as aulas remotas, também tem sido um grande desafio para a educação na atualidade.

### QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Os professores foram indagados sobre sua faixa etária. Foi constatado que 3 deles tinham idades entre 25 e 35 anos, 4 entre 35 a 45 anos e 3 estavam com idade superior a 45 anos. Para De Oliveira (2020), essa diversidade de faixas etárias entre os professores pode enriquecer o ambiente educacional, promovendo uma troca de conhecimentos e experiências entre as gerações.

A tabela 1, a seguir, mostra o tempo de atuação desses profissionais na rede municipal, questionadas na pesquisa.

**TABELA 1:** Tempo de Atuação como Professor na Rede Municipal de São João do Sóter.

Docentes	%	Resposta
----------	---	----------

03	30%	Mais de 25 anos na rede
02	20%	Mais de 15 anos na rede
02	20%	Mais de 10 anos na rede
02	20%	Mais de 5 anos na rede
01	10%	Menos de 5 anos na rede

**FONTE:** Autor.

Para Cipriani e Moreira (2021), a análise do tempo de atuação dos professores pode revelar diferentes perfis dentro do corpo docente, como aqueles que são recém-ingressos na profissão, os que têm uma experiência moderada e os que possuem uma longa trajetória como educadores.

Os docentes foram indagados quais técnicas mais utilizavam para trabalhar leitura e escrita com os seus alunos. Portanto, 4 docentes responderam que utilizam a música, outros 4 utilizam os nomes das crianças como personagens nas histórias e 2 utilizam a técnica da dramatização, procurando dramatizar e ilustrar as historinhas infantis lidas em sala. Para Boto (2019), quem possui no seu dia a dia o costume de ler possui grandes oportunidades de crescimento e de conhecimento em todas áreas.

Os professores foram questionados como os seus alunos interagem durante a leitura e escrita em sala de aula. Portanto, 8 docentes, consideram a interação dos seus alunos no momento da leitura como boa e outros 2 dos entrevistados a consideram como excelente.

Os docentes foram indagados quais os possíveis efeitos positivos da leitura para os alunos. Assim, 8 entrevistados responderam que passam a compreender melhor o mundo e outros 2 disseram que desenvolvem a intelectualidade dos alunos.

Sobre qual a importância da leitura e da escrita, 3 professores responderam que dar asas à imaginação; outros 3, que alegrem as crianças, e 2 que encantam. Para 1 dos entrevistados a leitura e a escrita é que mais importa, pois, se sabem ler e escrever tem como aprenderem as outras coisas.

Os entrevistados foram questionados sobre os maiores desafios no processo de leitura e escrita. Assim, 8 professores afirmaram que o maior desafio é quando não se tem ajuda da família. Outros 2, que o maior desafio hoje é a falta de interesse dos alunos. André (2017), verifica a não colaboração dos familiares, que é sem dúvida um fator de dificuldade muito grande no que diz respeito à evolução dos alunos nessa fase.

Os professores foram indagados ainda sobre quais os tipos de leitura eram mais apreciados por seus alunos e 5 professores responderam que eram os contos e fábulas, 3 afirmaram ser os poemas e outros 3 responderam que eles preferiam ler jornais e revistas. Outros 2 responderam que eles preferem jornais e revistas. Para Cosson (2020), os poemas também foram citados como gosto pelos alunos, isso se faz simples de entender, as rimas são facilmente memorizadas e a sonoridade das mesmas traz uma familiaridade e facilitam seu entendimento.

Os professores foram perguntados, se eles eram incentivadores da leitura. Assim, 8 docentes responderam que “sim” e 2 afirmaram que acham que sim. Ao serem questionados sobre quais estratégias utilizavam para a realização da leitura em tempos de pandemia, eles fizeram afirmações diversas como: “através da leitura de imagens, estudando cada letra e família silábica; gravar vídeo lendo ou receber a leitura através de vídeo chamada via *WhatsApp*; Através de vídeo aula com histórias recontada por eles e por meio de vídeos com leituras dos seus temas preferidos. Andrade (2021), comenta que é importante ressaltar que o ensino remoto trouxe desafios adicionais, especialmente em relação à leitura e escrita dos alunos. Os professores foram perguntados se consideravam a direção da escola democrática e se a mesma ajudava com recursos favoráveis nas aulas de seus docentes. Os mesmos responderam conforme a tabela a seguir.

**Tabela 2-** Participação na Direção escolar e recursos favoráveis em suas salas de aula.

Docentes	%	Resposta
04	30%	Sim. É democrática
02	20%	As vezes sim. As vezes não.
02	20%	Na maioria das vezes sim.
01	20%	Não costuma ser.
01	10%	Não respondeu.

**FONTE:** Autor.

Os professores foram questionados ainda se acreditavam que seria possível transformar alunos leitores ocasionaria em uma mudança nos aspectos globais. Desta forma, 8 professores responderam que sim, 2 afirmaram que talvez. Da Silva (2022) destaca que ao cultivar o gosto pela leitura nos alunos, os professores estão proporcionando desenvolver habilidades.

Os entrevistados opinaram sobre quais seriam as prioridades para educação básica em seu município conforme a tabela a seguir.

**Tabela 3 -** As prioridades na educação básica

Docentes	%	Resposta
06	60%	Consideram como prioridade escolas bem estruturadas e organizadas aptas para receber o aluno
02	20%	Consideram como prioridade a merenda escolar para as crianças principalmente as de baixa renda que inúmeras vezes vai para a escola sem se alimentar.
02	20%	Consideram como prioridade a valorização do profissional da educação.

**FONTE:** Autor.

Os docentes responderam ainda se costumam trabalhar a leitura todos os dias. Dos entrevistados, 7 praticam a leitura cotidianamente na sala de aula e apenas 3 praticam o ato de ler no cotidiano.

Por fim, os professores foram indagados quantos livros tinham lido durante um ano. Os resultados apontam que 6 dos docentes leram um livro, 3 estavam lendo apenas um livro, e 1 professor

leu dois livros. Para Krug (2015), quando se trata da leitura, é a partir de como essa prática é apresentada e proposta pelo professor em sala de aula que irá determinar a formação leitora do aluno

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou proporcionar uma reflexão sobre a importância da leitura e da escrita, destacando seu aspecto histórico, pioneiros e sua relevância no contexto escolar. Foi evidenciado que a literatura infanto-juvenil é crucial para estimular o gosto pela leitura nas crianças e deve estar presente na sala de aula.

A leitura é uma prática social que precisa estar presente diariamente no ambiente escolar para formar leitores conscientes e críticos. No entanto, muitas escolas não incentivam e propõem a prática da leitura de forma adequada, o que afeta o desenvolvimento dos alunos.

Deste modo, é fundamental que os professores estimulem a leitura de forma planejada, contextualizada e com estratégias dinâmicas e lúdicas. A leitura deve ser apresentada como uma experiência envolvente que desperta a curiosidade dos alunos e está conectada à realidade deles. A falta de leitura acarreta dificuldades que se refletem ao longo da vida do indivíduo, e cabe à escola, principalmente as públicas, reverter essa situação e oferecer uma educação de qualidade.

Assim, a presente pesquisa ressaltou a importância do professor como mediador no processo de aquisição da leitura e escrita nos anos iniciais do ensino fundamental. Práticas pedagógicas adequadas, como leitura em voz alta, atividades interativas e estímulo à produção textual, são essenciais para promover o desenvolvimento dessas habilidades.

### REFERÊNCIAS

ALVES, A.B.A. (2021). "Formar leitores: práticas pedagógicas no contexto da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo do Ensino Básico", 204 p.. **Dissertação**. Mestrado em Educação. Educação Pré-Escolar e Ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.

ANDRADE, P.M.F. **Práticas pedagógicas da escola SOS Criança: os desafios de ensinar em tempos de pandemia**. AYA Editora, 2021.

ANDRÉ, M. **Pedagogia das diferenças na sala de aula**. Papirus Editora, 2017.

BACICH, L.; MORAN, J. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Penso Editora, 2018.

BOTO, C. **A liturgia escolar na Idade Moderna**. Papirus Editora, 2019.

CARDOSO, C.A.; FERREIRA, V.A.; BARBOSA, F.C.G. (Des) igualdade de acesso à educação em tempos de pandemia: uma análise do acesso às tecnologias e das alternativas de ensino remoto. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 3, p. 38-46, 2020.

CIPRIANI, F.M.; MOREIRA, A.F.B.; CARIUS, A.C. Atuação docente na educação básica em tempo de pandemia. **Educação & Realidade**, v. 46, 2021.

COSSON, R. **Paradigmas do ensino da literatura**. Editora Contexto, 2020.

DA SILVA, A.C.A. et al. Educação infantil: ambiente alfabetizador. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, p. 09-58, 2022.

DECI, E. L.; RYAN, R. M. (1985). **Motivação intrínseca e autodeterminação no comportamento humano**. Plenum.

FERREIRO, E. **Com todas as letras**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2019.

FLORENCIANO, K.A.B.; BARBOSA, E.A.B. A prática da leitura no ensino fundamental: reflexões e possibilidades. **Horizontes-Revista de Educação**, v. 7, n. 13, p. 24-36, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Belo Horizonte: Artmed, 2013.

FRESQUET, A. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e "fora" da escola**. Autêntica Editora, 2020.

GIL, L. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Ática, 2010.

LAJOLO, M. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo: Ática, 2014.

LIMA, L. F. Princesas que dançam: a recepção de diferentes narrativas de um conto de fadas. 2019. 107 f. **Dissertação** (Mestrado em Linguagem e Ensino) – Pós-Graduação em Linguagem e Ensino, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2019.

NASCIMENTO, R.C. do. O trabalho infantil nas vias públicas de Santos à luz da pandemia da Covid-19. 2022. 134 f. **Dissertação** (mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, 2022.

PALÚ, J.; SCHÜTZ, J.A.; MAYER, L. Desafios da educação em tempos de pandemia. **Cruz Alta: Ilustração**, v. 324, 2020.

SANTOS, J. F. A literatura paraibana na sala de aula: caminhos e descobertas para a formação de leitores literários em uma turma do 9º ano do ensino fundamental. 2023. 253 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Formação de Professores). UEPB, Campina Grande, 2023.

SENHORAS, E.M. **Ensino remoto e a pandemia de COVID-19**. Editora Iole, 2021.

VALLE, J.P.S. do. Práticas de ensino de Língua Portuguesa para surdos: possibilidades de aprendizagem. 2023. 161 f. **Dissertação** (Mestrado em Estudos Linguísticos) - UFU, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **Leitura e escrita na sala de aula: Símbolos, homem primitivo e criança**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2019.

**A EDUCAÇÃO INFANTIL E O BRINCAR: CONCEPÇÕES EXPRESSAS NA  
LEGISLAÇÃO E DOCUMENTOS OFICIAIS**  
**EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND PLAYING: CONCEPTIONS  
EXPRESSED IN LEGISLATION AND OFFICIAL DOCUMENTS**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-6

Jocelita Alves de Souza<sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** O brincar e se movimentar são ações de extrema importância para se conseguir alcançar o desenvolvimento infantil, isso é garantido pela legislação e pelos documentos orientadores da Educação Infantil brasileira, porém, não existem garantias de que isso de fato é executado no âmbito escolar. **OBJETIVO:** O objetivo da pesquisa foi identificar os parâmetros legais que asseguram o direito ao brincar e ao movimento das crianças da Educação Infantil, promovendo assim algumas reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nesse contexto educacional. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo documental e bibliográfico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Observou-se que existe uma grande contradição entre as recomendações pedagógicas presentes nos documentos oficiais da Educação infantil sobre o brincar e se movimentar e o distanciamento do cumprimento dessas orientações dentro das escolas, ao mesmo tempo que acaba sendo caracterizada a falta de garantia do respeito ao direito das crianças pequenas e os prejuízos que a falta dessas atividades corporais pode acarretar a saúde e ao desenvolvimento infantil.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação infantil; brincadeiras; ludicidade; legislação.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** Playing and moving are extremely important actions to achieve child development, this is guaranteed by legislation and by the guiding documents of Brazilian Early Childhood Education, however, there are no guarantees that this is actually carried out in the school environment. **OBJECTIVE:** The objective of the research was to identify the legal parameters that ensure the right to play and movement of children in Early Childhood Education, thus promoting some reflections on the challenges of pedagogical practice in this educational context. **METHODOLY:** This is a documentary and bibliographical study. **FINAL CONSIDERATIONS:** It was observed that there is a great contradiction between the pedagogical recommendations present in the official documents of Early Childhood Education about playing and moving and the distancing of compliance with these guidelines within schools, at the same time that it ends up being characterized as a lack of guarantee of respect for the rights of young children and the damage that the lack of these physical activities can cause to the health and development of children.

**KEYWORDS:** early childhood education; pranks; playfulness; legislation.

<sup>1</sup>Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** jocelitaalves@hotmail.com.  
**CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4355934152073375

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema a importância do brincar na Educação Infantil. Pois trata-se de uma atividade que dá prazer e faz parte da vida de qualquer criança, por isso toda criança tem direito a brincadeira. Através das atividades lúdicas as crianças desenvolvem habilidades para imaginação e para a criatividade, além do mais, aprendem brincando.

Sendo um levantamento bibliográfico, tem como objetivo identificar as contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento da aprendizagem escolar de crianças no primeiro ano do ensino fundamental, considerando que estas práticas podem ser compreendidas como as brincadeiras e jogos e tantas outras nas quais se exerçam a ludicidade. Assim, a pesquisa busca conhecer a importância das brincadeiras e jogos, principalmente no primeiro ano do ensino fundamental, pois as crianças dessa faixa etária sentem muita falta do momento com o brinquedo, o que não deveria ter deixado de existir com a transição da educação infantil para esse nível de ensino.

Geralmente essas crianças, por estarem iniciando o ciclo de alfabetização, sofrem pelo despreparo de alguns profissionais que dedicam mais tempo inserindo a leitura e a escrita e esquecendo que são crianças e precisam estar em contato com brincar.

A criança ao brincar, vivencia a realidade sob sua própria perspectiva, o que lhe permite viajar no mundo imaginário e nas suas fantasias. Ao brincar a criança experimenta, inventa, descobre, aprende e desenvolve suas habilidades. Além disso, estimula a curiosidade, a autoconfiança e lhe proporciona autonomia. E através do brincar, que se dá o desenvolvimento da linguagem, por meio da comunicação, estimula o pensamento, a concentração e a atenção.

O brincar é muito mais que parte da infância, ele é importante para a saúde física e mental das crianças e serve como ponte do imaginário para o real. Também é fundamental, através da brincadeira, introduzir coisas do

cotidiano dos alunos, por terem uma grande bagagem adquirida em suas experiências de vida, no meio onde estão inseridas, além da aquisição de muitas outras habilidades.

O educador ao mediar suas aulas de forma lúdica e dinâmica, proporciona a seus alunos a construção do conhecimento e, ao mesmo tempo, a autonomia da criança. É nesse brincar que a criança demonstra em qual estágio de desenvolvimento se encontra, quais suas habilidades e dificuldades, transferindo os seus sentimentos e suas angústias, medos, inseguranças, entre outros. Além do mais, de acordo com os tipos de brincadeiras e jogos, criam-se oportunidades para interagir com outras crianças e adultos, ou seja, proporciona-se a socialização.

As brincadeiras e os jogos têm que estar presentes na escola, para que a criança possa desenvolver os aspectos físicos, cognitivos e a mente. Além de servir como recurso motivacional ao aprendizado.

Quando se chega à sala de aula, na maioria das vezes os professores se deparam com um número elevado de alunos com grande dificuldade de aprendizagem e, conseqüentemente, desmotivados. Por essa razão, faz-se necessário uma prática educacional dinâmica e instigante, no intuito de promover uma aprendizagem significativa. O educador, como mediador, é parte principal nesse processo.

## OBJETIVO

Identificar os parâmetros legais que asseguram o direito ao brincar e ao movimento das crianças da Educação Infantil, promovendo assim algumas reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nesse contexto educacional.

## METODOLOGIA

A metodologia é um dos elementos englobados no processo de investigação que são subsequentes da problemática e que possibilitam a evolução dos métodos e das técnicas indispensáveis para a realização da pesquisa.

O estudo teve caráter de abordagem qualitativa, pois tem como fonte um determinado grupo de pessoas em que se enquadram a temática da pesquisa. Segundo Gil (2010, p. 25) “As pesquisas podem ser classificadas de diferentes maneiras. Mas para que esta classificação seja coerente, é necessário definir previamente o critério adotado para classificação”.

Continua no mesmo sentido Fonseca (2002, p. 2):

A pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. [...] A pesquisa qualitativa é criticada pelo seu empirismo, subjetividade e o envolvimento emocional do pesquisador.

No que se refere a escolha da natureza qualitativa, a mesma ocorre pela dinâmica e possibilidades que ela permite junto a pesquisa, como um maior aprofundamento no tema a ser trabalhado e toda e a compreensão da complexidade por trás das informações vinculadas ao referido tema. Ademais o uso da flexibilidade desta natureza de pesquisa permite alterações sempre que necessário sendo o método mais hábil na problemática.

De utilização do método de pesquisa descritivo, o presente trabalho tem por finalidade identificar os parâmetros legais que asseguram o direito ao brincar e ao movimento das crianças da Educação Infantil, promovendo assim algumas reflexões sobre os desafios da prática pedagógica nesse contexto educacional.

Acerca desta temática Gil (2010, p. 28) descreve:

Algumas pesquisas, descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. [...] Há, porém, pesquisas que, embora definidas

como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias.

Ainda de acordo com Ruiz (2008, p. 138):

A rigor, porém reserva-se a palavra método para significar o traçado das etapas fundamentais da pesquisa, enquanto a palavra técnica significa os diversos procedimentos ou a utilização de diversos recursos peculiares a cada objeto de pesquisa, dentro das diversas etapas do método.

Em relação aos meios, este trabalho utilizou do procedimento de pesquisa bibliográfica, devido às fontes que informam sobre a criação e desenvolvimento da temática escolhida. Gil (2010, p. 31) menciona que “a modalidade mais comum de documento é a constituída por um texto escrito em papel, mas estão se tornando cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos”.

Pesquisa bibliográfica trata-se do levantamento, seleção e documentação de toda bibliografia já publicada sobre o assunto que está sendo pesquisado, sejam em livros, jornais, boletins, monografias, teses, dissertações, material cartográfico [...]”, ou seja, o objetivo desta pesquisa é colocar o pesquisador em contato direto com todo o material já escrito sobre ele, mas para isso também é preciso pensar nos autores que fundamentarão os argumentos. Em geral esta pesquisa é regida pela pesquisa documental que trabalha com dados que ainda não receberam tratamento analítico e ainda não foram publicados (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 66).

No entendimento de Marconi e Lakatos (2007, p 84) “pode utilizar métodos formais que se aproximam dos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com a finalidade de fornecer dados para a verificação de hipóteses”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreende-se a importância do lúdico para o desenvolvimento da criança, tanto e de tal maneira, que a legislação lhe assegura acesso a estas práticas impondo isto como direito. Procurando compreender como as práticas lúdicas são enfocadas na legislação, faremos uma abordagem de leis que trazem a obrigatoriedade do uso de tais práticas, expressamente ou subentendidas.

Assim, observemos a Constituição Federal (1988) e a consideremos como base deste princípio quando no corpo do artigo 6º ela coloca, dentre outros, o direito à educação.

Se a criança tem direito à educação, é necessário que entendamos o significado abrangente da palavra. Segundo o dicionário Aurélio, educação é o "processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social" (AURÉLIO, 2000, p. 59). A partir disso, vemos que educação tange o desenvolvimento em aspectos variados e não apenas no que diz respeito a ensinar e aprender.

Desta forma, quando a Constituição Federal garante educação como direito, fica subentendido este conceito mais horizontal. Para atender a este conceito, é necessário que nos primeiros anos, as crianças devam ser estimuladas através de atividades lúdicas, jogos, leituras, imagens e sons, principalmente no primeiro nível, buscando através dos vários processos pedagógicos, conduzi-la ao conhecimento do mundo pessoal, familiar e social, garantindo-lhe efetivamente, o direito à educação expressa na Constituição que nos diz que a educação é direito da criança, dever do Estado e, obviamente, da família que deve tomar possível o acesso da criança à escola.

No Brasil, a educação é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Visto a obrigatoriedade do Estado, família e sociedade, abordaremos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, além de definir outros aspectos importantes da educação em todas as suas etapas de ensino, nos dá o seguinte texto em relação à educação infantil:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, p. 93).

Este ponto da LDB nos remete ao significado mais amplo da educação quando sugere o desenvolvimento integral observando inúmeros aspectos, portanto, voltamos a destacar aqui, a importância do lúdico para o desenvolvimento da criança, uma vez que, a utilização deste artifício propicia amplo desenvolvimento infantil, contribuindo com o que dispõe no artigo 29 da LDB.

Outra parte da legislação que surge com intuito de direcionar as ações que englobem o desenvolvimento da criança é o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, veio regulamentar, garantir e inovar através de um mandamento constitucional o qual impõem à família, à sociedade e ao Estado "assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão" (CF, 1988. Art. 229). Sendo a inclusão da família, sociedade, além do Estado, uma das inovações consideradas positivas no Estatuto, na promoção dos direitos da criança e do adolescente.

O objetivo maior do Estatuto da Criança e do Adolescente é proteger a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de abuso, bem como garantir que todos os direitos estabelecidos na Constituição lhes

sejam assistidos. Além de disciplinar os mecanismos os quais devem ser utilizados para que a família, a sociedade e o Estado garantam todos os direitos inerentes ao menor.

Além de todas as prerrogativas do ECA, vimos que uma de suas bases é garantir o direito à educação em sua integralidade, o que está expresso em seu artigo terceiro:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (ECA - Lei 8069/90, Art. 3º).

Com a legislação se direcionando a garantir o direito à educação da criança e do adolescente, surge a exigência de que esta educação seja de qualidade e com isso passa-se a rever o conceito de educação no Brasil no que diz respeito à qualidade que se deseja, espera e que é necessária.

Tendo em vista desenvolver a Educação no país, com o olhar atento à educação de base, em 2007 o governo Federal cria o Plano de desenvolvimento da Educação — PDE. A principal meta do PDE é uma educação básica de qualidade, para isso deve-se investir na educação profissional e na educação superior. Para isso se tornar realidade deve acontecer o envolvimento de todos: pais, alunos, professores e gestores, em busca da permanência do aluno na escola. Com o PDE o Ministério da Educação pretende mostrar tudo o que se passa dentro e fora da escola e realizar uma grande prestação de contas.

As iniciativas do MEC devem chegar a sala de aula para beneficiar a criança para atingir a qualidade que se deseja para a educação brasileira. O PDE foi editado no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal e este por premissas a visão sistêmica da educação, a sustentação

da qualidade do ensino e a prioridade a educação básica. Todas essas iniciativas preconizam o acesso à educação de forma democrática, ampliada e expressiva, bem como, firma o propósito de contribuir com a integralidade do desenvolvimento da criança.

A Educação Infantil considerada hoje como primeira etapa da Educação Básica, tem como intuito o desenvolvimento integral da criança de 0 a 5 anos, com o objetivo de ajudar a desenvolver os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, completando assim a ação da família e da comunidade é o que afirma a LDB (BRASIL, 1996).

Mas para se chegar a este objetivo, a educação infantil passou e vem passando cada vez mais por mudanças com o intuito de melhorar esta etapa de educação no Brasil. Ao analisamos a história da legislação sobre essa etapa de ensino no nosso país, percebemos que a cada modificação na legislação caracterizava-se um determinado momento, onde as concepções sobre infância se diferenciavam e se ampliavam ao longo do tempo. Pois com a Lei 4.024/61, a primeira LDB, a educação pré-primária era ministrada em jardins de infância e escolas maternas. Logo depois pela primeira vez na Constituição de 1988, foi destacada a importância do atendimento à criança e definiu-se o papel do Estado face ao direito da criança. Além disso, a educação passa a ser complemento à ação da família, ficando assim determinado:

[...] É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma e negligência, discriminação, violência e opressão (BRASIL, 1988, p. 199).

É relevante compreender que a criança precisa está em um ambiente favorável ao seu crescimento e a Educação Infantil permite que a criança se desenvolva de forma espontânea e o professor se torna, na maioria das

vezes, como se fosse alguém da família. Portanto é tão substancial que se entenda que o trabalho realizado em sala de aula vai muito além de apenas cuidar.

Outro aspecto que deve ser ressaltado é que com a nova Constituição a criança passa agora a ser um sujeito de direitos e outros documentos começam a legitimar esta garantia, como a lei 8.069 de 1990 que aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Esta lei esclareceu melhor cada um dos direitos da criança e do adolescente, bem como os princípios que devem nortear as políticas de atendimento a esse público.

Atualmente a instituição social educativa, ou seja, a escola assim como o professor membro de uma equipe, vem sendo questionada acerca de seu papel como ambientes e agentes criativos, inovadores e transformadores de uma gama de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais em que o mundo se encontra hoje. Assim, surge uma série de reflexões sobre o papel da escola e o papel do professor, ambos com relações estreitas no que tange a sociedade e, conseqüentemente, suas transformações. Tais reflexões sugerem uma postura diferenciada, destes dois entes, que devem ser capazes de acompanhar as mudanças sociais e garantir a qualidade da educação.

Nesta perspectiva, novas exigências são acrescentadas ao papel desempenhado pela escola e ao trabalho do professor, de modo que ambos respondam às necessidades da sociedade. A partir disto, criam-se novos padrões de qualidade para a educação onde a formação do professor passa a ser fundamental em amplos aspectos e não apenas ao que está restrito à sala de aula. Diante do exposto afirma Luckesi (2000, p.11) “a formação do professor é reconhecidamente um dos fatores mais importantes para a promoção de padrões de qualidade adequados na educação, qualquer que seja o grau ou modalidade”.

Neste sentido, as reflexões sobre o papel da escola e mais especificamente do educador, estão diretamente ligadas com as ações desenvolvidas no

processo de formação, o qual deve ser pensado e realizado no sentido de promover aprendizagens que despertem realmente a capacidade do professor, impulsionando-o a sair do tradicionalismo e a buscar alternativas interessantes para que as crianças sintam prazer em aprender. Com relação a isto, Piaget (1975) fez críticas às práticas de ensino tradicionais, onde os métodos passivos sem estabelecer diálogo e situações que estimulem o aluno a pensar é o que prevalece. O professor transmite o conteúdo e o aluno terá que absorvê-lo e elaborar conceitos da mesma forma que lhe foi transmitido. Em consequência, o aluno termina por não conseguir assimilar o que lhe foi passado na escola em diferentes situações da vida.

Para Libâneo (2001, p. 58) afirma que:

Torna-se relevante que a formação de professores se dê de forma reflexiva e os mesmos sejam capazes de refletirem sobre as contribuições para o aluno no processo de aprendizagem, ou seja, que o professor não só pense em sua formação, mas sim em buscar metodologias diferenciadas que ocasionem o desenvolvimento no processo de ensino e de aprendizagem.

Trazer o lúdico para sala de aula remete aos educadores um compromisso de romper com a relação que fazem do brincar apenas como recreação, considerando o brincar como sinônimo de dispersão, e ainda, com uma visão em que a brincadeira e a aprendizagem não deve se estabelecer no mesmo espaço.

Por conta deste pensamento retrógrado, que ainda persiste na mente de muitos educadores, é dispensada esta prática na sala de aula, não entendendo que este momento que os fazem interagir com a situação lúdica é mais um auxílio que poderá favorecer o desenvolvimento da criança em todos os seus aspectos. Ou ainda a recreação também poderá ser vista como mais uma colaboradora no desenvolvimento e no aprofundamento dos conteúdos no contexto de sala de aula, pois assim, no transcorrer da aula, as crianças não

sentirão imposição das atividades escolares pelos professores, podendo sentir-se livres, pois, estando elas livres também poderão aprender a serem criativas. Kishimoto (2000, p. 98), “estabelece que a pedagogia deve considerar a criança como atividade criadora e despertar, mediante estímulos, suas faculdades próprias para a criação produtiva”.

Portanto, a escola e o educador precisam evoluir trazendo novas técnicas de aprendizagem e uma nova concepção de técnica educativa que possa viabilizar, a todas as classes sociais, uma aprendizagem criativa e harmoniosa entre educador e criança.

Portanto, cabe aqui enfatizar o valor do lúdico no processo educativo, através do uso de jogos e brinquedos, capazes de despertar a curiosidade e o exercício da mente, atuando como recursos riquíssimos na prática educativa e tendo o professor como mediador, como bem enfatiza o Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil, “e o adulto, na figura do professor, portanto, que na instituição infantil, ajuda a estruturar o campo das brincadeiras na vida das crianças” (RCNEI, 1998, p. 28).

Que o professor em sua prática transforme o espaço da sala de aula em um ambiente inspirador de aprendizagem, e que este mesmo espaço, seja aberto para a criatividade onde a criança seja estimulada a criar, inventar, cooperar e ainda, levantar hipóteses e colocá-las à prova em uma constante relação de confiança entre professor e aluno e este último com os demais da turma.

Com isso, é possível entender a importância do professor como sujeito da ação pedagógica, intervindo, estimulando e despertando ideias com a finalidade de favorecer a aprendizagem dos alunos, estando assim, consciente de que seu trabalho é organizar práticas escolares como um importante aliado ao ensino, porém, consciente da importância de sempre partir do que o aluno já sabe para, a partir daí, ampliar os conhecimentos já adquiridos e assim promover o desenvolvimento de ambas as partes, de novas estruturas cognitivas, sociais, afetivas etc.

Assim, entre as contribuições das fontes teóricas, constata-se a grande importância das atividades lúdicas como um recurso riquíssimo na prática educativa para o desenvolvimento intelectual social e cultural da criança.

Para tanto, não basta apenas proporcionar às crianças momentos de brincadeiras ou jogos de forma isolada do contexto educacional. Logo, é preciso preparar futuros pedagogos para que sejam capazes de buscar transformar velhas práticas docentes em um ensino mais criativo e inovador. Como bem ilustra Neves (2009, p. 113), “[...] não existe um bom trabalho docente em sala de aula [...] se ele não for movido pela curiosidade e pela persistência em buscar, descobrir o que ainda não conhece.” Percebe-se então, a importância da formação do professor que corresponda às transformações da sociedade com práticas pedagógicas voltadas para desde cedo aguçar a criatividade dos alunos.

Assim afirma Kishimoto (2000, p.36) “O uso do brinquedo/jogo educativo com fins pedagógicos remete-nos para relevância desse instrumento para situações de ensino- aprendizagem e de desenvolvimento infantil”. Percebe-se a importância que o brinquedo desempenha nas situações lúdicas no processo educativo, e através das trocas nas interações sociais, surge a dimensão de potencializar a construção do conhecimento, criando novos significados no seu desenvolvimento e assim estimulando na criança múltiplas inteligências.

Segundo Almeida (2003) é realmente necessário construir caminhos que levem às práticas educativas, liberdade de expressão e de desafios. A educação lúdica, neste sentido, proporciona uma gama de experiências que transitam interações e conhecimentos.

Para promover organizações de atividades é preciso, portanto, superar a dicotomia, ou seja, é preciso libertar-se das ações que levam a escolher apenas áreas de conhecimentos como linguagem, matemática, sem nenhum atrativo e mistar práticas que proporcionam em conjunto a interação de todas as habilidades. Neste

sentido, as propostas pedagógicas devem possibilitar a ênfase no trabalho com diferentes linguagens como recurso básico de desenvolvimento na educação infantil. Para tanto, os professores deverão buscar aperfeiçoamento que os levem a compreender o contexto atual de educação que propiciem suporte de ações e trocas sociais, pelas as quais a criança aprende nas interações.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O professor de Educação Infantil tem que antes de tudo possuir uma boa postura profissional e pedagógica para que o mesmo possa vir instruir os seus alunos a uma melhor postura possível, claro que não podemos nos esquivar e muito menos limitar esses tipos de atitudes apenas a este profissional, é necessário que todo o corpo docente, juntamente com os demais profissionais e gestão de uma boa escola possam ter a mesma mentalidade, caso contrário será apenas mais uma ação que trará tantos efeitos positivos. O fracasso escolar estar exatamente nessa particularidade, onde apenas uma minoria ainda tem a preocupação de refletir sobre os problemas enfrentados e isso consequentemente acaba distorcendo os resultados previstos.

Assim, o currículo escolar requer que o professor tenha noção acerca das condições necessárias do que se atribui a interação e estruturação, em espaços para exploração, constituindo um meio de desenvolvimento infantil, ligando-o às práticas cotidianas. Observamos que no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil requer que o professor amplie a prática pedagógica ao lúdico no processo de construção do conhecimento no que tange a educação infantil. Portanto, é no contexto escolar que poderão propor ações lúdicas, criando e recriando possibilidade de imaginação.

Tem-se com certeza a ideia de que a instituição escolar sempre irá se apresentar como um ambiente de grandes problemáticas, todavia é necessário que toda a escola esteja equiparada para enfrentar essas diversidades. Vale lembrar que a presente pesquisa se refere a resolução

da problemática voltada para o aluno, mas que o devemos perceber que o professor é elemento chave na resolução dessa problemática, pois professores insatisfeitos ou que não apresentam uma responsabilidade com a formação não apenas cognitiva, mas também afetiva e disciplinar, não estará fazendo tantas vantagens.

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica. Técnicas e jogos pedagógicos. 11ª edição. São Paulo: Loyola, 2003.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. de 05 de outubro de 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 15 junho. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm) Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e da Cultura. Secretaria de Educação Básica. Referencial curricular nacional para a educação infantil. 1998. Brasília. v.1.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KISHIMOTO, Tizuko M. (Org.): Jogo, brinquedo, brincadeira, e a educação. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? Pátio, Rio Grande do Sul, n.12, p. 6-11, fev/mar. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RUIZ, João Alvaro. Metodologia Científica. Guia para eficiência nos estudos. 2ª. Edição. São Paulo, Atlas, 2008.

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL E BIOSSEGURANÇA:  
A ESCOLA EM BUSCA DA ÉTICA E A CONSCIENTIZAÇÃO DO CIDADÃO  
ENVIRONMENTAL EDUCATION AND BIOSAFETY:  
THE SCHOOL IN SEARCH OF ETHICS AND CITIZEN AWARENESS**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-7

**Asenath dos Santos Santana da Mota**<sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** O presente trabalho científico faz uma abordagem a respeito da importância da conscientização sobre a temática educação ambiental e biossegurança, tendo a escola como principal responsável pela moldagem de um futuro cidadão, consciente e responsável sobre suas obrigações com o meio ambiente. A Educação Ambiental é de suma importância nas séries do ensino fundamental, todavia a implantação de maneira interdisciplinar entre os conteúdos do ano letivo do ano letivo, ainda consiste em um grande desafio para a escola e os educadores. **OBJETIVO:** discutir quais orientações pedagógicas podem ser ofertadas aos educadores e as escolas de uma forma geral que favoreçam a formação da conscientização ambiental do aluno. **METOLOGIA:** O estudo foi baseado em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e cunho exploratório, que buscou descrever, à luz da literatura, preceitos da educação ambiental e biossegurança no ambiente escolar. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os resultados alcançados foram importantes para perceber a que ponto as escolas tem abordado as questões ambientais de modo que estejam favorecendo a formação do cidadão consciente ambientalmente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação ambiental; Conscientização do aluno; Formação do cidadão; Aprendizagem; Preservação.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** The present scientific work approaches the importance of raising awareness about environmental education and biosafety, with the school as the main responsible for shaping a future citizen, aware and responsible about his obligations to the environment. Environmental Education is of paramount importance in the elementary school grades, however the implementation in an interdisciplinary way between the contents of the school year of the school year, still constitutes a great challenge for the school and the educators. **OBJECTIVE:** to discuss which pedagogical guidelines can be offered to educators and schools in general that favor the formation of students' environmental awareness. **METHOD:** The study was based on a bibliographical research, with a qualitative and exploratory approach, which sought to describe, in the light of the literature, precepts of environmental education and biosafety in the school environment. **FINAL CONSIDERATIONS:** The results achieved were important to understand the extent to which schools have addressed environmental issues in a way that they are favoring the formation of environmentally conscious citizens.

**KEYWORDS:** Environmental education; Student awareness; Citizen training; Learning; Preservation.

<sup>1</sup> Docente. Mestre em Ciências da Educação pela ACU - Absoulute Christian University. **E-MAIL:** asenath2@hotmail.com, **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9955966505530050

## INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, a educação tem recepcionando o lócus de reflexão acerca de vários problemas que decorrem na vida em sociedade. Tal afirmação dá entender, a representatividade do trabalho docente na formação do cidadão.

Partindo dessas considerações o presente trabalho referenda mais uma oportunidade de refletir a responsabilidade social da escola, ao propor como temática a questão da Educação Ambiental na escola, visualizando essa ação como um momento de suma importância a ser incluído de uma forma mais amadurecida como conteúdo e prática para os alunos. Além disso, não se pode deixar de pontuar a necessidade de refletir também sobre o papel da Biossegurança no ambiente de ensino.

Segundo a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o conceito de biossegurança se refere a um conjunto de ações designadas para minimizar, combater e eliminar riscos intrínsecos a algumas atividades com potencial de comprometimento à saúde dos envolvidos.

Sendo assim, a biossegurança faz referência tanto aos protocolos sanitários, quanto às medidas de conscientização e prevenção que procuram garantir a segurança e o bem-estar de uma população pertencente a um determinado ambiente.

No interior dos estabelecimentos de ensino, esse tipo de cuidado precisa ser ainda melhor observado, visto que nesses espaços ocorrem variadas formas de interação social, o que implica em maiores chances de contaminação, por exemplo.

A temática meio ambiente fornece uma visão que envolve não somente os elementos naturais do habitat em que se vive, mas também os elementos construídos em todos os níveis sociais envolvidos no contexto das questões ambientais. Com foco nessa visão, o homem se torna o principal protagonista principal mostrando-se como um elemento a mais que,

porém, este tem extraordinária capacidade de atuar e se sobre sair tendo o potencial de modificar o meio, o que pode, às vezes, volta-se contra ele próprio.

O ato de educar vem como alternativa de associar as transformações do meio de modo que dê sustentabilidade aos recursos, os tornando renováveis. O educador neste contexto é um elemento importante para conduzir os futuros cidadãos de modo a interação com este meio, de forma adequada, fazendo-os compreender a realidade, evidenciando valores essenciais para o bem viver. Tais ações são realizadas não apenas dentro do recinto escolar, mas também fora dele.

A aprendizagem se torna a ferramenta indispensável para o desenvolvimento da participação, da conscientização através da solidariedade e da coresponsabilidade sobre antrópicas desenvolvidas no planeta. A natureza construiu com grande sabedoria ao longo de 15 bilhões de anos o trabalho de equilíbrio do universo. Os bens da terra são patrimônios de toda humanidade e seu uso tem que obedecer às regras de respeito e solidariedade para com o restante da humanidade e para com as gerações futuras.

A problemática do estudo foi discutir quais orientações pedagógicas podem ser ofertadas aos educadores e as escolas de uma forma geral que favoreçam a formação da conscientização ambiental do aluno?

## OBJETIVO

Discutir quais orientações pedagógicas podem ser ofertadas aos educadores e as escolas de uma forma geral que favoreçam a formação da conscientização ambiental do aluno.

## METODOLOGIA

Este estudo foi baseado em uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa e cunho exploratório, que buscou descrever, à luz da literatura,

preceitos da educação ambiental e biossegurança no ambiente escolar.

A respeito dessa linhagem metodológica Gil (2010, p. 43) pontua “que a pesquisa bibliográfica é elaborada partindo com base em material já aplicado”. De acordo com Teixeira (2014), a pesquisa qualitativa manuseia os dados procurando a sua significação, havendo como base a compreensão do fenômeno dentro do seu ambiente. E por fim, a pesquisa exploratória, segundo Gil (2010) envolve levantamentos de bibliografias, entrevistas com componentes diretos do assunto, bem como, a análise e compreensão do problema abordado.

Para tanto, utilizou-se como base para a pesquisa artigos científicos, livros, e outros trabalhos científicos que versassem sobre a temática abordada no presente estudo. A busca foi realizada nas seguintes bases informatizadas de artigos indexados: Scientific Electronic Library On Line (SciELO) e Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Para a busca dos artigos científicos foram utilizados os seguintes descritores: educação; ensino de Ciências Biológicas; biossegurança; capacitação profissional e conscientização.

Ao final da busca em banco de dados, foram selecionados artigos e trabalhos científicos publicados entre os anos de 2010 e 2022, na íntegra e em língua portuguesa, totalizando ao final da análise preliminar, 56 artigos pré-selecionados.

Posteriormente foi imprescindível uma segunda análise, com foco nos objetivos dos artigos selecionados, chegando-se a um total de 33 artigos, tendo em vista que 15 artigos foram descartados, pois não atendiam ao objetivo geral desta pesquisa. Por fim, chegou-se a um total de 8 artigos para análise e discussão da temática levantada.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo os temas transversais, o Meio Ambiente deve possuir um caráter de tipo globalizante, ou seja, não deve estar confinado a somente uma área do saber, pelo fato de que possui complexidade demais para ficar restrita a somente uma área de estudo. Trata-se de um campo de pesquisas que se completa apenas de maneira organizada após uma série de articulações e ligações sistêmicas que devem ser feitas de forma apurada (FRISSO; SOARES, 2010).

Dessa forma, os temas transversais veem a Educação ambiental como uma preciosa fonte de construção de conhecimento, valores e atitudes para não somente os alunos, mas também para toda a comunidade escolar (SANTOS, et al, 2019).

O professor que atua nas séries do ensino fundamental deve possuir um perfil formado por vários aspectos, oriundos de sua formação acadêmica com valores éticos modelados pela influência das problemáticas ambientais. Sua personalidade deve estar voltada para valores que virtuem a ação da educação ambiental de modo que se torne eficaz como agente nesse processo (SANTOS, et al, 2011).

Os primeiros educadores ambientais se constituem de pais e, logo após, o docente pré-escolar e das séries iniciais. O menino e a menina, através de variadas estratégias instituídas por estes, vivenciarão os problemas ambientais e suas possíveis soluções, conhecendo a forma de valorizá-lo, respeitá-lo e conservá-lo. Mas é através do exemplo de seu mestre e de ambientes de aprendizagem especialmente preparados para isso, que aqueles assumirão uma atitude responsável de sua conduta ante o meio (FIGUEREDO, et al, 2018).

A causa da falta de conscientização por parte do docente no ensino fundamental é porque lhe falta assumir que o problema ambiental não é um problema dos demais homens, senão também de um mesmo em particular, de nossas famílias, de nossas comunidades, de nosso bairro, etc (ROCHA; BESSA; ALMEIDA, 2012). Por isso, em seu lar, em sua comunidade, em sua vida cotidiana, os que não praticam a educação ambiental e que

exibem condutas que vão à contramão do as perspectivas da preservação do meio ambiente possuem uma atitude inconsciente e claramente divorciada da educação ambiental. Dessa forma, a educação ambiental seria então a luta contra a ignorância e negligência do homem e, também, contra seu próprio egoísmo míope (FRISSE; SOARES, 2010).

O docente foi formado academicamente para a conservação e defesa do ambiente, com o objetivo de ser o promotor das experiências significativas para os jovens e crianças para que assim possa levá-los a conseguirem alcançar os objetivos e fins visados pela Educação Pré-escolar e das séries iniciais, ao basear sua ação pedagógica em leis e teorias, no entanto, sendo a sua vocação e seu amor pela natureza o fator que determinará sua ação na tarefa tanto de conscientizar como de preservar os nossos patrimônios ambientais (COSTA, et al, 2020).

Ao professor cabe o desenvolvimento de uma dupla dimensão de sua profissão: ser facilitador da aprendizagem de seus alunos e investigar sua própria atividade profissional. Por que não existem conhecimentos prontos para serem transmitidos e memorizados, o que existe são processos de uma dinâmica coletiva de reflexão, negociação e evolução de significados, tanto no aluno quanto no professor (SANTOS, et al, 2019).

No intuito do bom desempenho de sua função, o professor precisa ter um bom nível de conhecimento das estratégias didáticas e métodos de ensino, o qual faz com que um conteúdo complexo seja compreensível e interessante para estudantes e que promovam um desenvolvimento conceitual do conteúdo das estruturas mentais do aluno propiciando seu desenvolvimento integral (FRISSE; SOARES, 2010).

Na Educação Ambiental o currículo deve ser o resultado de um processo de interação e negociação, onde os alunos tragam suas experiências, concepções e crenças pessoais, valores, interesses, problemas e expectativas e o professor, por sua vez, coloque tudo isso na visão do conhecimento científico e histórico-social,

usando metodologias e técnicas pedagógicas (SANTOS, et al, 2011).

Dentro da Educação Ambiental as atividades poderão ser planejadas em conjunto com os alunos, e, dessa forma, poderão permitir que estes assumam uma importante atuação na execução dos projetos, responsabilizando-se progressivamente pela realização de tarefas concretas, relativas ao tema e atuando em equipes, para exercitar na prática, um trabalho conjunto (FIGUEREDO, et al, 2018).

É necessário reconhecer que, para cumprir os objetivos propostos em relação a Educação Ambiental, o caminho é longo, complexo e difícil, sendo necessários investimentos importantes na capacitação dos professores, mas, ao mesmo tempo, perceber a necessidade do professor para estar à altura dos desafios que o novo milênio coloca, tendo plena confiança que é capaz de construir os novos caminhos da Educação Ambiental no Brasil (MONTEIRO; RODRIGUES, 2018).

A escola é um local de transmissão e manutenção da memória social. Nela, trabalha-se com o conhecimento valorizado pelo grupo social, operacionalmente segmentado em áreas, cursos, disciplinas e séries (SANTOS, et al, 2011).

A escola centraliza suas preocupações em alguns aspectos do conhecimento. Por isso, promove um determinado tipo de Educação, educação escolar, respeitada socialmente e indicadora (por meio de suas avaliações e certificados), diante do grupo social, do grau de conhecimento e formação que cada aluno foi capaz de atingir em sua trajetória escolar (SANTOS, et al, 2019).

A função da escola, em todos os níveis, ao ensino de determinados conhecimentos e competências não restringe sua plena atuação como instituição de memória social informal. As memórias de um grupo social (incorporadas nas linguagens, histórias, lendas, canções, relações interpessoais, brincadeiras, rituais, festas, tradições, nos hábitos e nos mitos) estão permanentemente presentes nas escolas de todos os tempos, através das ações e interações espontâneas entre professores,

alunos e demais pessoas que por ali circulam (FRISSE; SOARES, 2010).

Nos espaços das salas de aula, independente do programa e da matéria que esteja sendo desenvolvida, trocam-se ideias e comportamentos. Cria-se ou recuperam-se memórias sociais (atitudes, hábitos e valores) respeitados pelo grupo ao qual a escola pertence. Incorporam-se comportamentos característicos da instituição de ensino e que passam a fazer parte dos procedimentos, formais e informais de professores e alunos (MONTEIRO; RODRIGUES, 2018).

A “cultura escolar”, memória informal é transmitida nesse convívio é aprendida e marca a maneira de agir dos alunos. Adquirem posturas e linguagens que identificam a formação, a origem escolar (PENNA, 2010).

A ação específica da escola apresenta-se principalmente por meio de seu acervo de conteúdos existentes nas diversas disciplinas, metodologias e práticas curriculares. Os conhecimentos variam de acordo com os objetivos e especificidade de cada instituição, de cada época. Espelham como cada grupo identifica o que seria os conhecimentos básicos para serem ensinados / aprendidos em cada estágio da civilização (SANTOS, et al, 2019).

Atualmente, estamos no estágio da sociedade digital, em que conhecimentos e práticas educativas não são mais apenas atribuições específicas das instituições tradicionais de ensino, o professor amplia sua função de agente da educação cabendo a ele, coordenar a ação reflexiva sobre o processo de definição das memórias educativas que constituirão o acervo de conhecimentos valorizados e referendados socialmente (ROCHA; BESSA; ALMEIDA, 2012). O professor contando com um universo de informação apresentada pela tecnologia da informação, pode estabelecer certa ordem e direcionamento para as práticas, os conhecimentos, as vivências e posicionamentos apreendidos nos mais variados ambientes e equipamentos: dos livros aos computadores, redes e ambientes virtuais (FRISSE; SOARES, 2010).

O professor dinamiza a ação didática através de atividades orientadas de busca, reflexão e crítica dos dados coletados, transformando-os em acervos informativos educacionais, por meio dos quais a aprendizagem coletiva, a memória do conhecimento escolar globalizado se faz (SANTOS, et al, 2011).

A partir das atividades realizadas interativamente com outras realidades e grupos sociais via redes, a escola deixa de ser uma instituição fechada e auto centrada para transformar-se em um espaço de trocas, informações e conhecimentos, com outras pessoas e instituições diferenciadas, no país e no mundo (MONTEIRO; RODRIGUES, 2018).

É com esta multiplicidade de informação que o professor deve estar presente como agente de inovações em um novo sentido. Seu papel, neste momento, não será anunciar a informação, mas orientar, promover a discussão estimular a reflexão crítica diante dos dados recolhidos nas amplas e variadas fontes (FIGUEREDO, et al, 2018).

Assim, analisando que nas últimas décadas a sociedade humana tem se defrontado com uma grave crise ambiental, assim configura-se como uma sintonia de uma crise de civilização, cujas bases estão assentadas na degeneração relação homem X meio ambiente, expressa tanto em níveis locais quanto globais, perceberemos a urgência de ações efetivas de preservação do meio ambiente (FRISSE; SOARES, 2010).

A percepção dessa crise tem desencadeado uma série de discussões nos mais variados fóruns e instâncias, buscando indicativos que apontam para superação dessa problemática. Um dos pontos que parece ser consenso nessas discussões é a necessidades da Educação Ambiental, ou Educação relativa ao meio ambiente, como agente para o desenvolvimento da cidadania e da formação da consciência ambiental (SANTOS, et al, 2019).

Esse processo de reconstrução tem tido o espaço escolar como um dos seus principais cenários, por configurar-se como um espaço próprio para o desenvolvimento de atividades que desencadeiam experiências e

vivências mais vigorosas por serem alimentadas no saber (ROCHA; BESSA; ALMEIDA, 2012). Essa concepção influenciou inclusive a proposta oficial brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais, que apresenta o tema Meio Ambiente como componente curricular que deverá integrar as práticas pedagógicas de professores de diferentes disciplinas da escola fundamental (FRISSE; SOARES, 2010).

Acreditamos que o estabelecimento de uma nova relação ser humano, meio ambiente, a partir da consciência ambiental e pleno exercício da cidadania, deve ter bases sólidas, construídas a partir da educação infantil e das séries iniciais da escola fundamental, despertando uma consciência preservacionista, buscando identificar sua representação social de meio ambiente (COSTA, et al, 2020).

A educação surge como conjunto de ações que buscam conciliar desenvolvimento, preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida do ser humano (SANTOS, et al, 2011).

Diante disso, se destaca a colaboração de Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, durante a realização da Eco – 92, que diz o seguinte:

A Educação Ambiental deve tratar das questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, seu contexto social histórico. Aspectos primordiais relacionados com desenvolvimento e o meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação de flora e da fauna, devem ser abordados dessa maneira.

A Educação Ambiental deve (de acordo com a Conferência de Tbilisi), promover a conservação e a melhoria do meio ambiente, preservando os sistemas ecológicos, melhorando assim a qualidade de vida (FRISSE; SOARES, 2010).

A conferência recomenda ainda:

a) Que a Educação Ambiental tenha por finalidade criar uma consciência, comportamentos e valores com vista a conservar a biosfera, melhorar a qualidade

de vida em todas as partes e salvaguardar os valores éticos, e patrimônio cultural e natural, compreendendo os sítios históricos, as obras de arte, os monumentos e lugares de interesse artístico e arqueológico, o meio natural e humano, incluindo sua fauna e flora, e os assentamentos humanos;

b) Que as autoridades competentes estabeleçam uma unidade especializada, encarregada de prestar serviços à Educação Ambiental, com as seguintes atribuições:

- Formação especialista no campo do meio ambiente.
- Elaboração de programas de estudos escolares compatíveis com as necessidades do meio, em âmbito local, regional e mundial;
- Preparação de livros e obras de referência científica necessários ao plano de melhoria dos estudos;
- Determinação de métodos e meios pedagógicos para popularizar os planos de estudos e explicar os projetos ambientais.

A conferência acrescentou que ao estabelecer programas de Educação Ambiental, tenha-se em conta a influência positiva e enriquecedora dos valores éticos (SANTOS, et al, 2019).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática ambiental pode traçar um novo caminho para a educação, pois não se trata de transmitir conteúdos, conceitos, mas sim aprender a olhar e ler a natureza, entendendo a ciência como criatividade e atividade que permite integrar a arte e os diferentes conhecimentos, abandonando o paradigma racionalista de ciência e de exploração dos recursos naturais.

Há grande necessidade de se enfatizar a Educação Ambiental e Biossegurança centrada na conscientização dos indivíduos, recuperando o conceito de educação integral e de uma pedagogia democrática, ética e solidária, atualizada com as contribuições ecológicas. A Educação Ambiental deve trabalhar primordialmente com a integridade humana. O simples fato de o ser humano

aprender a economizar, a reciclar, a compartilhar, a preservar e aceitar diferenças pode representar a revolução no corpo do sistema social. No ambiente escolar, professores e alunos são agentes diante da tarefa de reaprender estes valores, com um sabor existencial profundo que une a natureza e a cultura.

No que se refere à área ambiental, há muitas informações, valores e procedimentos que são transmitidos à criança pelo que se faz e se diz em casa. Esse conhecimento deverá ser trazido e incluído nos trabalhos da escola, para que se estabeleçam as relações entre esses dois universos no reconhecimento dos valores que se expressam por meio de comportamentos, técnicas, manifestações artísticas e culturais.

Os resultados alcançados foram importantes para perceber a que ponto as escolas tem abordado as questões ambientais de modo que estejam favorecendo a formação do cidadão consciente ambientalmente.

Por fim, conclui-se que existe uma necessidade óbvia de realizar a implantação da educação ambiental em grande parte dentro do recinto escolar, buscando ser trabalhadas problemáticas ambientais externas que ocorrem na sociedade. A manutenção da biossegurança no interior das instituições de ensino exige esforços de todos os envolvidos no processo educacional: alunos, pais, professores, gestores e demais colaboradores.

Portanto, é necessário trabalhar firmemente na educação e conscientização de toda a comunidade escolar no que diz respeito aos protocolos de biossegurança. Campanhas, eventos, abordagem em sala de aula e cartazes espalhados pelas dependências do colégio são maneiras bem eficientes de orientar a todos.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Marco Antonio Ferreira da, et al. Biossegurança no ensino médio: uma discussão preliminar sobre conteúdos em livros didáticos de ciências e práticas docentes. Artigo. 2020.

FIGUEREDO, Valéria Almeida, et al. Conhecimento sobre biossegurança dos alunos concludentes da área da saúde de uma instituição de ensino superior privada na cidade de Bacabal-MA. *InterfacEHS – Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*. Vol. 13 no 2 – dezembro de 2018.

FRISSE, Mariza Angela de Araújo; SOARES, Bernardo Elias Corrêa. Ensino em biossegurança: educação e sensibilização do profissional de biotério para as práticas seguras de experimentação animal. *REMPEC - Ensino, Saúde e Ambiente*, v.3 n 3 p.80-95, dezembro 2010.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, Miriam da Glória Seoldo Ferreira; RODRIGUES, Denise Celeste Godoy de Andrade. Percepção de estudantes de uma instituição de ensino superior acerca da biossegurança. *Ensino, Saúde e Ambiente – V11 (3)*, pp. 97-118, dez. 2018.

PENNA, P.M.M. et al. Biossegurança: uma revisão. *Arq. Inst. Biol.*, São Paulo, v.77, n.3, p.555-465, jul./set., 2010.

ROCHA, Sheila Sotelino da; BESSA, Theolis Costa Barbosa; ALMEIDA, Alzira Maria Paiva de. Biossegurança, Proteção Ambiental e Saúde: compondo o mosaico. *Ciência & Saúde Coletiva*, 17(2):287-292, 2012.

SANTOS, Hellen Paula Alcântara dos, et al. A importância da biossegurança no laboratório clínico de biomedicina. *Revista Saúde em Foco – Edição nº11 – Ano: 2019*.

SANTOS, Monica Jandira dos, et al. Ensino de biossegurança e meio ambiente: uma experiência na Fundação Oswaldo Cruz. *Ciências & Cognição* 2011; Vol 16 (1): 193-205.

TEIXEIRA, Elizabeth. As três metodologias: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 8ª Edição. Editora Vozes: São Paulo, 2014.

**DIAGNÓSTICO E CLASSIFICAÇÃO DA ANEMIA HEMOLÍTICA AUTOIMUNE:  
UMA REVISÃO DE LITERATURA**  
**DIAGNOSIS AND CLASSIFICATION OF AUTOIMMUNE HEMOLYTIC ANEMIA:  
A LITERATURE REVIEW**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-8

Ivy Soares Lima Furmiga <sup>1</sup>

**RESUMO**

A anemia hemolítica autoimune (AHAI) é uma doença caracterizada pela presença de autoanticorpos dirigidos contra estruturas presentes na membrana eritrocitária, os quais são detectados e reconhecidos pelo sistema reticuloendotelial e geram a destruição precoce dos eritrócitos. O diagnóstico é feito através de sinais e sintomas clínicos, exames laboratoriais, exames imunohematológicos e testes de imunoensaio. A grande particularidade na fisiopatologia está ligada à reatividade térmica que os autoanticorpos têm de se ligar e potencializar uma reação de lise celular. No entanto, destaca-se a grande complexidade em classificar a AHAI em decorrência da sua reatividade diante dos testes laboratoriais de rotina. Apesar de surgirem novos métodos, os exames imunohematológicos dão suporte ao quadro suspeito, mas ainda assim existe a necessidade de testes mais acessíveis e com maior sensibilidade para o tipo de reação. Assim, o presente artigo tem como objetivo analisar o diagnóstico e a classificação da anemia hemolítica autoimune, por meio de um levantamento na literatura científica dos últimos 5 anos (2018 – 2023) a respeito da temática. As buscas dos trabalhos publicados foram realizadas nas bases de dados do Google Acadêmico, *Science Direct*, Periódicos Capes e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A análise temporal dos trabalhos publicados demonstra um maior interesse na temática ao longo dos últimos anos. Pode-se concluir que é importante reconhecer as características da AHAI, a fim de se realizar o diagnóstico de forma precoce e intervir com terapias imediatas para minimizar complicações que possam advir dessa patologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Anemia Hemolítica; Anemia Hemolítica Autoimune; Teste de Coombs.

**ABSTRACT**

Autoimmune hemolytic anemia (AHAI) is a disease characterized by the presence of autoantibodies directed against structures present in the erythrocyte membrane, which are detected and recognized by the reticuloendothelial system and generate early destruction of erythrocytes. The diagnosis is made through clinical signs and symptoms, laboratory tests, immunohematological tests and immunoassay tests. The great particularity in pathophysiology is linked to the thermal reactivity that autoantibodies have to bind and potentiate a cell lysis reaction. However, the great complexity of classifying AHAI is highlighted due to its reactivity to routine laboratory tests. Despite the emergence of new methods, immunohematological tests support the suspected condition, but there is still a need for more accessible tests with greater sensitivity for the type of reaction. Thus, this article aims to analyze the diagnosis and classification of autoimmune hemolytic anemia, through a survey of the scientific literature of the last 5 years (2018 - 2023) regarding the subject. Searches for published works were carried out in the databases of Google Scholar, Science Direct, Periódicos Capes and the Virtual Health Library (BVS). The temporal analysis of published works demonstrates a greater interest in the subject over the last few years. It can be concluded that it is important to recognize the characteristics of AHAI, in order to make an early diagnosis and intervene with immediate therapies to minimize complications that may arise from this pathology.

**KEYWORDS:** Hemolytic Anemia; Autoimmune Hemolytic Anemia; Coombs Test.

<sup>1</sup>Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela Absoulute Christian University – ACU. Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. **E-MAIL:** ivysoares.lima@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0408724837683127.

## INTRODUÇÃO

A Anemia Hemolítica Imune (AHI) é uma condição clínica na qual os anticorpos predominantes, IgG e IgM, unem-se à superfície dos glóbulos vermelhos e ativam a via do complemento ou do sistema retículoendotelial, resultando na destruição dos eritrócitos e reduzindo o tempo de meia vida destes para menos de 120 dias na circulação (ESPINOSA; ARBELÁEZ, 2020).

De acordo com o estímulo antigênico, a AHI pode ser: autoimune (AHAI), quando mediada por autoanticorpos; induzida por drogas; ou ainda aloimune, sendo esta última caracterizada por apresentar anticorpos contra antígenos não próprios presentes nas hemácias, os quais são inseridos através de estímulo, como gestação, transplante ou transfusão. Por outro lado, a anemia hemolítica induzida por drogas acontece quando há a produção de anticorpos contra um medicamento, com posterior dano às hemácias do paciente (HARMENING, 2012).

A classificação da anemia hemolítica autoimune considera a faixa térmica de autoanticorpos (AHAI a quente, a frio ou mista) e a presença ou ausência de algum tipo de doença associada (AHAI primária/idiopática ou secundária). Nas últimas décadas, a compreensão dos imunocomplexos, que abrangem IgG, IgM, IgA ou frações do complemento que contribuem para a hemólise, tem fornecido informações importantes para o tratamento e prognóstico de pacientes acometidos por AHAI (BORGE; MANSFIELD, 2020).

Aproximadamente 65% dos pacientes apresentam AHAI a quente, com quadro clínico consistente e Teste da Antiglobulina Direta (TAD) positivo para IgG ou frações do complemento (C3d) e IgG. No caso da AHAI por crioaglutininas, autoanticorpos comumente da classe IgM levam à hemólise e à hemoaglutinação em temperaturas inferiores a 37°C. Assim, em exposição leve ou moderada ao frio os pacientes podem apresentar palidez, acrocianose e fenômeno de Raynaud. A suspeita

clínica pode ser confirmada por pesquisa de crioaglutininas positiva e TAD positivo. Em situações nas quais a concentração de autoanticorpos é pequena, o Coombs direto pode ser negativo. O desaparecimento da hemoaglutinação quando há o aquecimento do sangue a 37°C é igualmente relevante no diagnóstico do quadro. Alguns pacientes podem produzir outros autoanticorpos como anti-DNA ou fator antinuclear (FAN). Complementarmente, uma biópsia de medula óssea é essencial para descartar neoplasias hematológicas ou linfomas. Em pacientes levemente sintomáticos, o tratamento consiste em evitar a exposição ao frio, e em casos mais graves, agentes citotóxicos podem ser necessários (ZATTERA, 2020).

A diferenciação entre a AHAI a quente e a frio é essencial, pois o prognóstico e as estratégias terapêuticas são distintos. A AHAI referida como idiopática não é associada a nenhuma doença de base; entretanto, a secundária é geralmente associada à infecção, que desaparece após a resolução do quadro infeccioso (ZATTERA, 2020).

O diagnóstico precoce da AHAI é fundamental para o tratamento e melhora do paciente. Esse diagnóstico é feito através de sinais e sintomas clínicos, como a presença de anemia associada à reticulocitose, hiperbilirrubinemia devido ao aumento da fração indireta, aumento da lactato desidrogenase, além de outras condições clínicas. Exames laboratoriais hematológicos, bioquímicos, testes de imunoensaio e imunohematológicos, dentre eles o TAD, também se mostram necessários (ALVES; FERREIRA; SILVA, 2016).

Em meados dos anos 40, Robin Coombs descreveu a aplicação diagnóstica do TAD para a investigação de AHAI e doença hemolítica do recém-nascido por incompatibilidade materno-fetal. Esse exame laboratorial vem sendo considerado um padrão ouro no diagnóstico dessas patologias e recebeu o nome de teste de Coombs. O soro de Coombs, que é utilizado no TAD, é uma anti-globulina humana que demonstra os imunocomplexos

presentes na membrana eritrocitária através de uma reação de hemaglutinação (ESPINOSA; ARBELÁEZ, 2020).

Segundo Berentsen (2016), no padrão do TAD, os eritrócitos apresentam-se positivos no ensaio poliespecífico, que incluem tanto anticorpos contra frações do complemento quanto IgG. O teste monoespecífico, normalmente demonstra células positivas para C3 e positividade fraca para IgG, fato observado em até 20% dos casos.

O tratamento de AHAI tem como objetivo reduzir a produção de autoanticorpos e conseqüentemente diminuir ou cessar a intensidade da hemólise. Portanto, o monitoramento do TAD, dos níveis de hemoglobina e da contagem de reticulócitos são essenciais nesse contexto clínico (FERREIRA *et al.*, 2020).

No entanto, destaca-se a grande complexidade em classificar a AHAI em decorrência da sua reatividade diante dos testes laboratoriais de rotina. Apesar de surgirem novos métodos, os exames imunohematológicos dão suporte ao quadro suspeito, mas ainda assim existe a necessidade de testes mais acessíveis e com maior sensibilidade para o tipo de reação. Além disso, ainda que a metodologia em gel seja a mais segura a ser aplicada, apresenta alto custo.

## OBJETIVO

O presente artigo teve como objetivo analisar as ferramentas diagnósticas utilizadas e a classificação da anemia hemolítica autoimune, por meio de um levantamento na literatura científica dos últimos 5 anos a respeito da temática.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com enfoque exploratório, descritiva e comparativa. As buscas dos trabalhos publicados foram realizadas nas bases de dados do Google Acadêmico (<https://scholar.google.com.br/>), *Science Direct*

(<http://www.sciencedirect.com>), Periódicos Capes (<https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.peri-odicos.capes.gov.br/>) e Biblioteca Virtual em Saúde – BVS (<https://bvsalud.org/en/>), em fevereiro de 2023, referentes aos 5 últimos anos (2018 – 2023) de publicações sobre o tema sugerido. Essas plataformas possuem um grande acervo de trabalhos nacionais e internacionais, que atenderam às necessidades desta pesquisa. Foram escolhidos 3 “*Search strings*” (combinações de caracteres, e no caso do presente trabalho, combinações de palavras) para conduzir melhor a busca de publicações que englobaram o tema escolhido. Sendo estas:

1. "Anemia hemolítica" AND "Anemia hemolítica autoimune"
2. "Anemia hemolítica" AND "Teste de Coombs"
3. "Anemia hemolítica autoimune" AND "Teste de Coombs".

Para refinar a busca dos trabalhos publicados, foi utilizado o operador lógico booleano “AND”, que tem a função de criar uma interseção entre as palavras para mostrar todos os trabalhos que contenham todas as palavras inseridas, a fim de se ter uma amplitude maior nas buscas, quando relacionadas as palavras utilizadas. As aspas (“”), foram utilizadas para indicar a frase exata que se pretendia buscar na combinação de palavras utilizada, para que estas venham sempre juntas e exatamente na forma que foi inserida.

As informações foram obtidas através de uma leitura sistemática do título, resumo, palavras-chave e resultados de todos os artigos utilizados, depois de uma prévia triagem das publicações para excluir os artigos que em seu conteúdo não estavam relacionados à temática.

Para a análise e síntese dos artigos, foi elaborado um quadro, o qual contemplou os aspectos relevantes para a pesquisa, como autor, tema do artigo, ano da publicação, local da publicação, aspectos diagnósticos abordados e a conclusão (Quadro 1).

**QUADRO 1:** Descrição dos artigos de acordo com os critérios de inclusão.

AUTOR (ANO)	LOCAL	TIPO DE ESTUDO	ASPECTOS DIAGNÓSTICOS	RESULTADOS	CONCLUSÃO
CASTILHO et al. (2022)	Hemorio (RJ, Brasil)	Transversal. 71 pacientes com AHAI	-Teste de Coombs Direto; -Temperatura de incubação; -Classe das imunoglobulinas e/ou complemento;	-Maior prevalência de AHAI em mulheres (62%); -Maior frequência de AHAIQ (62%). AHAIF: 8,5%, AHAIM: 7%; -IgG detectada nos 3 tipos; -Mais casos com autoanticorpos circulantes (79%) e 17% com aloanticorpos associados.	-Testes imunohematológicos são fundamentais para classificação e tratamento da AHAI e detecção de aloanticorpos associados; - A estratégia transfusional se mostrou eficaz no suporte hemoterápico dos pacientes.
FATTIZZO & BARCELLIN (2022)	Milão (Itália)	Revisão de literatura	-Aspectos clínicos do paciente; Teste de Coombs Direto e indireto; -Outros exames laboratoriais; -Classe das imunoglobulinas e/ou complemento. -Determinação da amplitude térmica.	-AHAI é uma doença rara e heterogênea; -AHAI apresenta vários mecanismos patogênicos, como produção de autoanticorpos, ativação do complemento, fagocitose e compensação da medula óssea; -Terapias devem ser diferenciadas entre AHAI quente e fria; -Várias complicações, incluindo trombose e infecções podem piorar o curso da doença.	-AHAI é multifatorial, com predisposições genéticas e exposições ambientais que levam à quebra de tolerância; -Distinção entre AHAIQ e AHAIF com antissoros monoespecíficos é fundamental, pois padrões hemolíticos devem ser tratados de formas diferentes; -Fundamental identificar condições associadas, pois podem complicar o diagnóstico e exigir manejo específico.
JOLY et al. (2022)	Toronto (Canadá)	Transversal. 50 pacientes com CAD	-Teste de Coombs Direto; -Temperatura de incubação; -Classe das imunoglobulinas e/ou complemento.	-90% dos pacientes relataram fadiga. -CAD possui grande impacto no bem-estar físico, emocional, vida social e finanças domésticas dos pacientes.	- Tipos de fadiga e flutuação dos sintomas da CAD. -Estudos adicionais são necessários para entender melhor a carga de sintomas relacionados à CAD.
NETO, et al. (2022)	Ourinhos (SP, Brasil)	Relato de caso. 1 paciente com AHAI	-Aspectos clínicos do paciente; -Teste de Coombs Direto; -Classe das imunoglobulinas e/ou complemento. -Outros exames laboratoriais;	-Paciente do sexo masculino, 40 anos, com teste de Coombs direto positivo em soro mono e poliespecífico (IgG e IgG+C3d); -Teste de autoanticorpos positivo em fase salina e de antiglobulina humana; -Pesquisa de anticorpos irregulares e provas cruzadas positivas, indicando incompatibilidade.	-Grande complexidade em classificar a AHAI; -Reatividade diante de testes laboratoriais ofertados; -Exames imunohematológicos dão suporte ao quadro suspeito; -Necessidade de testes mais baratos com maior sensibilidade para o tipo de reação; -Metodologia em gel é mais segura, mas tem alto custo.

OKAMOTO et al. (2022)	Kobe (Japão)	Relato de caso. 1 paciente com AHAI	-Teste de Coombs -Classe das imunoglobulinas e/ ou complemento. -Aspectos clínicos do paciente;	- Paciente sexo masculino, 60 anos com queixa de fadiga; -Sintomas relacionados à anemia hemolítica, icterícia com aumento de aglutinação ao frio; -Realização de esplenectomia.	-A esplenectomia melhorou significativamente a anemia hemolítica refratária devido à CAD primária.
RAMOS et al. (2022)	Minas Gerais (MG, Brasil)	Revisão de literatura integrativa . Artigos de 2018 a 2022	-Aspectos clínicos do paciente; -Teste de Coombs Direto; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento. -Outros exames laboratoriais	-15 artigos de 2018 a 2022; -Avaliação da etiopatogenia, manifestações clínicas, diagnóstico laboratorial e tratamento.	-AHAÍ consiste em um grupo de doenças caracterizadas pela presença de autoanticorpos; -AHAÍ é rara em crianças e adolescentes. -Apresenta resposta a corticoide e imunoglobulina; -Relato de casos fatais; -Pior prognóstico na presença de doença crônica de base.
WANG, Z. et al. (2022)	Tianjin (China)	Transversa I. 59 pacientes com AHAI primária	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes; -Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-Casos divididos em 3 grupos: Grupo I (5 casos com Coombs direto negativo pelos 2 métodos); Grupo II (26 casos com Coombs direto negativo em tubo, mas positivo pelo gel); Grupo III (28 casos com Coombs direto positivo por ambos os métodos).	-Gravidade da anemia em pacientes com AHAI primária e Coombs direto negativo em tubo e positivo em gel foi semelhante àqueles com Coombs negativo ou positivo por ambos os métodos; -Mecanismo e o envolvimento do sistema complemento na hemólise podem ser diferentes.
CONTENTE et al. (2021)	Belém (PA, Brasil)	Transversa I. 24 pacientes com AHAI	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes analisados; -Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-Maior prevalência de AHAI em crianças de até 2 anos; -75% dos pacientes não apresentaram doenças de base; - 92% dos pacientes apresentaram resposta ao tratamento. -A maior parte dos pacientes corresponde a AHAI por anticorpos quentes.	-Diagnóstico de AHAI deve ser feito precocemente; -Tratamento com corticoterapia iniciado precocemente apresenta altas taxas de remissão; -Devem ser sempre investigadas outras patologias associadas, devido à alta prevalência de AHAI secundária.
GÁLVEZ-CÁRDENA et al. (2021)	Medellín (Colômbia)	Relato de caso. 1 paciente com AHAI (CAD)	-Aspectos clínicos e laboratoriais da paciente analisada; - Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas	-Paciente do sexo feminino, 89 anos com CAD -Deve-se suspeitar de CAD em idosos com sintomas acrais induzidos pelo frio e na presença de anemia hemolítica;	-É vital manter o tubo de amostra aquecido durante a coleta de sangue e transporte para o laboratório, para melhor precisão do teste; -Recomendado analisar causas secundárias, como doenças

			e/ ou complemento. -Identificação das causas secundárias em caso de Doença da Aglutinina Fria.	-Importante identificar o tipo de anticorpo envolvido na hemólise.	autoimunes, infecciosas ou neoplásicas para distinção entre CAD e CAS, pois disso dependerá o tratamento e a resposta do paciente.
RANGEL et al. (2021)	Macapá (AP, Brasil)	Revisão de literatura. Artigos, teses e dissertações de 1998 a 2017	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes; -Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-25 artigos, teses e dissertações de 1998 a 2017; -Avaliaram a classificação e o diagnóstico laboratorial da AHAI; -Na AHAI os achados laboratoriais são semelhantes à AHAIQ e AHAIM; -Diagnóstico precoce e tratamento adequado proporcionam melhor sobrevida para o paciente.	-Exame físico, anamnese, acompanhamento com exames laboratoriais, análise do sangue periférico, teste de Coombs, estudos bioquímicos e imunohematológicos são de suma importância para o acompanhamento da evolução ou regressão da AHAI;
OLIVEIRA et al. (2020)	Minas Gerais (Brasil)	Revisão de literatura.	-Aspectos clínicos dos pacientes; -Teste de Coombs Direto; -Pesquisa de Anticorpos Irregulares no soro e no eluato; -Provas de hemólise.	-A anemia hemolítica induzida por drogas é de difícil diagnóstico; -Caso a mesma seja diagnosticada, terá sua evolução favorável.	-Necessidade da realização de testes de imunohematologia para investigação de anticorpos dirigidos contra fármacos; -Tais testes devem ser incorporados à prática clínica, devido a morbimortalidade de AHAI e evolução favorável, caso esta seja diagnosticada.
ZATTERA et al. (2020)	São Paulo (Brasil)	Relato de caso. 1 paciente com AHAI	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes; -Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-Paciente do sexo masculino, 56 anos; -Exames laboratoriais demonstrando anemia e <i>rouleaux</i> eritrocitário, FAN reagente, Coombs direto e pesquisa de anticorpos irregulares reagentes; -Pesquisa de crioaglutininas reagente.	-Alterações hematológicas normalmente são os primeiros sinais percebidos e podem auxiliar no diagnóstico e controle da doença; -Importância do hemograma para diagnóstico e tratamento mais precoce, trazendo mais qualidade de vida ao paciente.
BRITO et al. (2020)	Tocantins (Brasil)	Relato de caso. 1 paciente com AHAI	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes; -Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-AHAI pode ter variadas etiologias, contudo é importante reconhecer as suas características; - O paciente estudado desenvolveu AVE isquêmico grave, mesmo sendo assistido; -Necessidade de pesquisas na área para manter a qualidade de vida dos portadores.	-Importância de assistir o paciente portador de AHAI, pois esta pode se mostrar imprevisível e desencadear consequências irreparáveis; -Necessidade de pesquisas na área para possibilitar inovações que impeçam ocorrência de lesões e melhor

			-Identificação das causas secundárias		qualidade de vida de seus portadores.
FERREIRA et al. (2020)	Goiânia (GO, Brasil)	Revisão de literatura. Artigos, teses e dissertações dos últimos 15 anos	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes; -Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-Para elucidação da suspeita clínica são solicitados exames laboratoriais, contudo em 90% dos casos o Coombs direto positivo é patognomônico. - 76% dos pacientes necessitam de hemotransfusão -26,6% dos pacientes possuem uma doença de base - Para o tratamento é importante determinar a temperatura de reatividade dos anticorpos.	- As AHAI são raras, mas graves, e com morbimortalidade considerável entre os acometidos, merecendo atenção para o diagnóstico e tratamento precoces. - O emprego de outras técnicas, especialmente a citometria de fluxo são importantes quando o Coombs direto for negativo.
HILL et al. (2019)	Washington (D.C., EUA)	Revisão de literatura.	-Aspectos clínicos e laboratoriais dos pacientes; - Teste de Coombs; -Determinação da classe das imunoglobulinas e/ ou complemento.	-Avaliação sistemática da terminologia aplicada à AHAI; -Existe consenso de que a AHAI primária(idiopática) ocorra sem condição associada; -A terminologia para AHAI primárias e secundárias mediadas por anticorpos frios é inconsistente; -Quatro estudos diagnosticaram AHAI quente na presença de Coombs direto positivo para IgG com ou sem C3d.	-Uso inconsistente de definições e ausência de consenso sobre os critérios utilizados para a resposta ao tratamento; - Múltiplos agentes inibitórios que atuam em diferentes etapas da resposta imune estão sendo avaliados em pacientes com AHAI. -Necessidade urgente de padronizar os critérios para anemia autoimune.

**AHAI:** Anemia Hemolítica Autoimune; **AHAIQ:** Anemia Hemolítica Autoimune a Quente; **AHAIF:** Anemia Hemolítica Autoimune a Frio; **AHAIM:** Anemia Hemolítica Autoimune Mista; **CAD:** Doença da crioglobulina (AHAI a frio primária); **CAS:** Síndrome da crioglobulina (AHAI a Frio secundária). **FONTE:** Os autores (2023).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Utilizando os termos de busca escolhidos para este trabalho nos sites de busca, foram encontrados 1079 arquivos, sendo 870 na BVS, 21 no *Science Direct*, 6 no Periódicos da CAPES e 182 no Google Acadêmico. Apesar da variação de palavras, depois da triagem, apenas 15 artigos foram computados, pois apenas esses mostraram-se relacionados à problemática analisada e obtinham as informações que puderam ser utilizadas neste estudo (Quadro 1). Os motivos de exclusão para os

demais foram os artigos que não contemplam a temática abordada, além do período considerado dos 5 últimos anos (2018 – 2023).

É possível observar que as palavras em evidência na nuvem foram “AHAI”, “paciente”, “diagnóstico”, “anemia” e “tratamento”. Em consonância ao objetivo deste trabalho, optou-se por descrever as palavras que apresentaram frequência total no texto e, a partir de seus sentidos nos campos textuais, tinham maior relevância para o estudo do diagnóstico e classificação da AHAI, como apresentado na Figura 1.

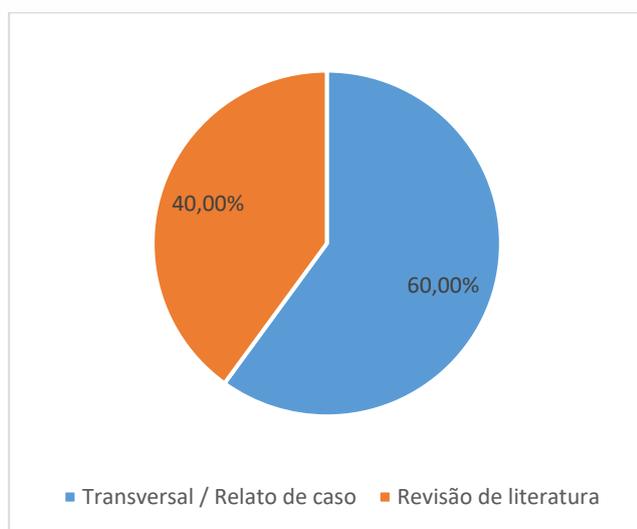
**FIGURA 1.** Nuvem de palavras com as palavras mais frequentes.



**FONTE:** Os autores (2023).

Com relação à análise dos artigos pesquisados, podemos destacar inicialmente a escassez de estudos epidemiológicos sobre as AHAI, o que reflete em poucas informações a respeito da incidência e prevalência da doença. Entre os artigos selecionados para o estudo (n=15), houve a predominância (60%) de estudos realizados no Brasil (n=9). Além disso, observou-se maior frequência de estudos de revisão de literatura (n=6, 40%), seguidos pelos relatos de caso (n=5, 33,3%) e estudo transversal (n=4, 26,7%), como pode-se observar na figura 2.

**FIGURA 2.** Análise do tipo de estudo dos artigos publicados nos últimos 5 anos sobre AHAI.

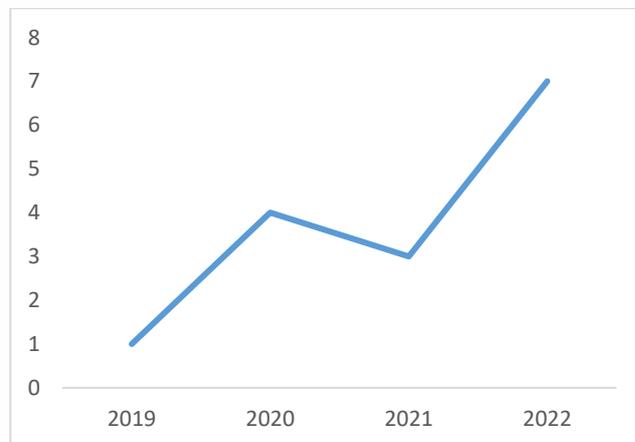


**FONTE:** Os autores (2023).

As AHAI consistem em um grupo de patologias nas quais autoanticorpos fixam-se aos antígenos presentes na superfície das hemácias mediando sua destruição precoce. A grande particularidade na fisiopatologia está ligada a reatividade térmica que autoanticorpos têm de se ligar e potencializar uma reação de lise celular por ativação do sistema complemento ou sistema reticuloendotelial, podendo ser secundária a desordens imunológicas linfoproliferativas, uso de medicamentos e frente a infecções virais e bacterianas.

A análise temporal dos trabalhos publicados demonstra um maior interesse na temática ao longo dos últimos anos. Podemos observar na figura 3 um aumento do total de publicações refletindo uma importância maior dada aos sintomas e diagnósticos que envolvem a AHAI.

**FIGURA 3.** Análise temporal dos artigos publicados nos últimos 5 anos sobre AHAI.



**FONTE:** Os autores (2023)

A classificação dessa anemia pode ser realizada quanto ao tipo de autoanticorpo em: AHAI por anticorpos quentes, anticorpos frios, hemoglobinúria paroxística ao frio e mista. Para a determinação deste tipo de anemia, os primeiros passos são confirmar a presença de hemólise, a relação de autoimunidade e o tipo de anticorpo envolvido. Os achados laboratoriais típicos de hemólise são: reticulocitose, bilirrubina

indireta aumentada, desidrogenase láctica em nível normal ou elevado, haptoglobina reduzida, hemoglobínúria, hemossiderinúria, além da presença de esferócitos, aglutinação ou policromasia em esfregaço de sangue periférico. Ademais, alguns parâmetros podem estar normais, denotando um quadro de hemólise compensada.

A AHAI quente é uma condição caracterizada pela destruição eritrocitária pela imunoglobulina G (IgG) autorreativa, com ou sem ativação do complemento. As manifestações clínicas dependem da velocidade do desenvolvimento e severidade da anemia.

A AHAI fria se manifesta como anemia hemolítica aguda ou crônica, ocorrendo palidez e fadiga. Os autoanticorpos se ligam aos eritrócitos em uma temperatura que varia entre 4°C e 18°C, podendo levar a aglutinação de eritrócitos na circulação sanguínea, com essa ativação do sistema completo ocorre a hemólise, levando os pacientes a apresentarem anemia leve. As crises hemolíticas têm como sintomas dor nas costas, dor de cabeça, vômitos, diarreia, urina escura e hepatoesplenomegalia. As AHAI mistas caracterizam-se por apresentar autoanticorpos IgG e IgM, possuir ativação em temperaturas altas e baixas e características clínicas semelhantes à AHAI ativada por anticorpos frios e quentes, produzindo dificuldades com a investigação dos anticorpos e com a prova cruzada.

As anemias hemolíticas induzidas por fármacos (AHIF) são raras e de incidência desconhecida. Atualmente estão associadas a cerca de 130 fármacos, sendo descritos quatro mecanismos distintos: formação de imunocomplexos, adsorção do fármaco, adsorção de proteína não imunológica e anemia hemolítica autoimune. Apesar do difícil diagnóstico, são raros os casos de suspeição clínica associados às dificuldades de padronização e disponibilidade dos testes imunohematológicos para investigação de anticorpos dirigidos contra fármacos. Ainda assim, tal prática deve ser incorporada à prática clínica dada a possível

morbimortalidade de AHIF e evolução favorável, caso ela seja diagnosticada.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AHAI pode ter várias etiologias, mas mesmo sem definir a qual doença está diretamente ligada, é importante reconhecer as características desta, a fim de se realizar o diagnóstico de forma precoce, podendo intervir com terapias imediatas para minimizar complicações que possam advir dessa patologia. Os testes imunohematológicos norteiam a classificação da doença, o tratamento e o suporte hemoterápico.

Destaca-se a importância no desenvolvimento de mais pesquisas sobre as AHAI, pois até o presente momento são escassos os estudos epidemiológicos, o que reflete em poucas informações a respeito da incidência e prevalência da doença. Os estudos existentes são do tipo relato de caso ou transversais, em sua maioria.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, A. C. L.; FERREIRA, P. C. E.; SILVA, N. A. Anemia Hemolítica Auto-Imune. **Unilus**, São Paulo, v. 13, n. 30, p. 1, out. 2016.
- BERENTSEN, S. Cold agglutinin disease. **Hematology, ASH education program**, Washington, v. 1 p. 226-231, dec. 2016.
- BRITO, M. L. S. et al. Anemia Hemolítica Auto-imune em Lactente: um relato de caso. **Revista de Patologia do Tocantins**. v. 7, n. 2, p. 91, 2020.
- BORGE, P. D.; MANSFIELD, P. M. The positive direct anti-globulin test and immune-mediated hemolysis. **Technical manual**, 20. ed., p. 429-455. American Association of Blood Banks: United States, 2020.
- CASTILHO, S. L. et al. Perfil imuno-hematológico de pacientes com anemia hemolítica autoimune. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, v.44, supl. 2, p. S474, 2022.
- CONTENTE, A.G.S. et al. Perfil clínico-epidemiológico dos pacientes pediátricos portadores de anemia hemolítica

auto-imune em um serviço de referência. **Residência Pediátrica**. v.11, n. 3, 2021.

TORO ESPINOSA, L. A.; JARAMILLO ARBELÁEZ. P. E. Caracterización de la anemia hemolítica autoimune y utilidad de la prueba de antiglobulina directa monoespecífica em el diagnóstico. **Revista Hematología**. v. 24, n. 2, p. 55-64, 2020.

FATTIZZO, B.; BARCELLINI, W. Autoimmune hemolytic anemia: causes and consequences. **Expert Review of Clinical Immunology**, v. 18, n.7, p. 731-745, 2022.

FATTIZZO, B.; BARCELLINI, W. New Therapies for the Treatment of Warm Autoimmune Hemolytic Anemia. **Transfusion Medicine Reviews**, v.36, n. 4, p. 175-180, 2022.

FERRAZ, S. L. N. S. et al. Anemia Hemolítica Induzida por Medicamento: uma revisão sistemática. **RECIMA21 – Revista Científica Multidisciplinar**, v. 3, n. 12, 2022.

FERREIRA, C. F.; MENDES C. I.; PIRES, T. S.; CARNEIRO, C. L.; GUILLO, A. L.; AMARAL, N. W.; JESUINO, R. S. Diagnóstico e Tratamento da Anemia Hemolítica Autoimune: Uma Minirrevisão. **Revista Médica de Minas Gerais**. v. 30, p. 1-6, 2020. Disponível em: <<https://rmmg.org/artigo/detalhes/2724>> Acesso em: 20 fev. 2023

GÁLVEZ-CÁRDENAS, K. M. et al. Enfermedad por aglutininas frías: proceso diagnóstico, tratamiento y seguimiento de um paciente. **Medicina & Laboratorio**, v. 25, p. 735-742, 2021.

HARMENING, D. M. **Modern Blood Banking & Transfusion Practices**. 6. ed. Philadelphia: Davis Company, 2012.

HILL, Q. A. et al. Defining autoimmune hemolytic anemia: a systematic review of the terminology used for diagnosis and treatment. **Blood Advances**, v. 3, n. 12, p. 1897-1906, 2019.

HOFMANN, A. A. et al. Doença da Aglutinina Fria Primária: Um Distúrbio Monoclonal. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, v. 44, sup. 2. p. S35. Rio de Janeiro: out/2022.

JOLY, F. et al. The Burden of Cold Agglutinin Disease on Patients' Daily Life: Web-Based Cross-sectional Survey of 50 American Patients. **JMIR Formative Research**, v. 6, n. 7, 2022.

NETO, J. et al. Anemia Hemolítica Autoimune e os Desafios Transfusionais Associados: Relato de Caso. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, v.44, ed. 2, 2022.

OKAMOTO, S. et al. Successful Management of Refractory Autoimmune Hemolytic Anemia with Cold Agglutinin Disease with Splenectomy: A Case Report with Review of Literature. **Kobe Journal of Medical Sciences**, v. 68, n. 1, p. E30-E34, 2022.

OLIVEIRA, F.A.M. et al. Testes imunohematológicos para detecção de anemia hemolítica induzida por drogas. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**, v. 42, supl. 2, p. S58, nov/2020.

RAMOS, Ana Beatriz Amorim et al. Anemia Hemolítica Autoimune: uma revisão integrativa. **E-Acadêmica**, v. 3, n. 2, 2022.

RANGEL, R.L.G; SOUZA, Y.L.P.; SANTOS, A.M. Diagnóstico Laboratorial da Anemia Hemolítica Autoimune. **Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas**, v. 6, n. 1, p. 180-201, 2021.

WANG, Z. et al. Clinical and Laboratory Characteristics of Primary Autoimmune Hemolytic Anemia Patients with Negative Results of DAT by Tube Test But Positive Results by Microcolumn Gel Assay. **Zhongguo Shi Yan Xue Ye Xue Za zhi**, v. 30, n.5, p. 1532-1535, out/2022.

ZATTERA G. et al. Anemia Hemolítica Autoimune por Crioglobulinas: Relato de Caso. **Hematology, Transfusion and Cell Therapy**. v. 42. Supl. 2. p. S426, 2020.

**PRINCIPAIS ASPECTOS ASSOCIADOS À INFECÇÃO PELO HPV NA COMUNIDADE:  
UMA REVISÃO DA LITERATURA**  
**THE MAIN ASPECTS ASSOCIATED WITH THE PREVALENCE OF HPV IN THE COMMUNITY:  
A LITERATURE REVIEW**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-9

**Delane Cristina da Silva**<sup>1</sup>

**RESUMO**

A infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) está associada a alterações neoplásicas persistentes na população jovem sexualmente ativa, sendo responsável pelo desenvolvimento de lesões celulares, do tipo intraepitelial escamosa e carcinoma invasivo. No Brasil, ocorrem cerca de 700 mil casos novos a cada ano. O presente estudo teve como objetivo discutir os principais aspectos associados à infecção pelo HPV na população, com ênfase nos aspectos da resposta imune, características epidemiológicas, manifestações clínicas e diagnóstico laboratorial. Este estudo foi desenvolvido através de uma revisão integrativa da literatura, a partir de artigos indexados nas bases de dados Google acadêmico e Scielo, no período de 2015 a 2023. Os vírus da família *Papillomaviridae* apresentam diversos subtipos que infectam humanos, sendo alguns destes oncogênicos. Os tipos 16 e 18 são rotineiramente associados ao desenvolvimento de neoplasias em diversos sítios anatômicos. O processo infeccioso produzido pelo HPV está intimamente associado a imunidade do hospedeiro. Entre os grupos mais vulneráveis se destacam: pacientes com doenças imunossupressoras, adolescentes, adultos jovens sexualmente ativos, população com baixo nível socioeconômico e com barreias de acesso aos serviços de saúde. Mediante a resposta do hospedeiro ao vírus, a infecção poderá seguir três possíveis rotas: eliminação viral após fase aguda, infecção latente e/ou infecção ativa. O rastreamento preventivo e a detecção das alterações citopatológicas são executadas através de exames laboratoriais, entre eles o exame citopatológico ginecológico e os testes de biologia molecular. Assim sendo, diante da epidemia global de HPV, torna-se necessário adotar novas estratégias para a redução dessa infecção na população.

**PALAVRAS-CHAVE:** Infecção; Prevalência; Papilomavírus Humano; HPV.

**ABSTRACT**

The Human Papillomavirus (HPV) infection is associated with persistent neoplastic changes in the sexually active young population, and it is responsible for the development of cellular lesions, squamous intraepithelial type and invasive carcinoma. In Brazil, 700,000 new cases are estimated each year. The present study aimed to discuss the main aspects associated with HPV infection in the population, with emphasis on aspects of the immune response, epidemiological characteristics, clinical manifestations and laboratory diagnosis. This study was developed through an integrative literature review, based on articles indexed in Google Academic and Scielo databases, published between 2015 and 2023. Viruses from the *Papillomaviridae* family have several subtypes that infect humans, some of which are oncogenic. Types 16 and 18 are routinely associated with the development of neoplasms in various anatomical sites. The infectious process produced by HPV is closely associated with host immunity. Among the most vulnerable groups are: patients with immunosuppressive diseases, adolescents, sexually active young adults, people with low socioeconomic status and with barriers to accessing health services. Through the host's response to the virus, the infection may follow three possible routes: viral elimination after the acute phase, latent infection and/or active infection. Preventive screening and detection of cytopathological alterations are carried out through laboratory tests, including gynecological cytopathological examination and molecular biology tests. Therefore, in view of the global HPV epidemic, it is necessary to adopt new strategies to reduce this infection in the population.

**KEYWORDS:** Infection; prevalence; Human Papillomavirus; HPV.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absoulute Christian University – ACU. Especialista em Hematologia e Hemoterapia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. **E-MAIL:** delane\_cristina@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0982146187621241.

## INTRODUÇÃO

A infecção pelo Papilomavírus Humano (HPV) é caracterizada como uma doença infectocontagiosa que pode acometer, recorrentemente, o trato reprodutivo de mulheres e homens sexualmente ativos. Assim, pode ser considerada também uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST), quando sua transmissão ocorre através do contato sexual (OPAS, 2020).

Dados da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS) e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADIS-SUS) destacam que a infecção pelo vírus é recorrentemente associada ao aparecimento de vários tipos de câncer, entre eles de colo de útero, assim como verrugas genitais (condiloma acuminado), papilomatose respiratória, cânceres anal, vulva, vagina, pênis e orofaringe (OPAS, 2020, PROADIS-SUS, 2020). Essa infecção é considerada um problema de saúde pública pelos órgãos de saúde em todo mundo (PUPO-MARRUGO, 2022).

No mundo, cerca de 11,7% da população está infectada pelo HPV (PROADIS-SUS, 2020), com estimativa de 1:10 infectados, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, ocorrem em torno de 700 mil casos novos a cada ano. Em relação à exposição da população ao vírus, calcula-se uma prevalência de cerca de 70%, em países como Estados Unidos, a 95%, em países da África (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Segundo dados da OPAS, em 2018 ocorreram 570 mil novos casos de câncer de colo de útero no mundo (OPAS, 2020). Na América Latina e Caribe, o câncer de colo de útero é a principal causa de morte entre as mulheres. Estima-se que a doença mate em torno de 35,7mil mulheres por ano nas Américas, com cerca de 80% dos casos na América Latina. Dados estatísticos sugerem que devido ao crescimento populacional e aumento da expectativa de vida, a doença possa produzir mais de 51,5 mil mortes em 2030 neste continente. Nos países desenvolvidos têm se observado um aumento dos casos de câncer da cavidade oral (orofaringe, amígdala e

base da língua) associado ao HPV, sendo estes decorrentes das modificações no comportamento sexual, com uma incidência maior entre homens (PROADIS-SUS, 2020).

O HPV é um vírus com genoma de DNA dupla fita circular, pertencente à família *Papillomaviridae*, e com ciclo de replicação nas células epiteliais do tipo escamosas (OPAS, 2020). Os vírus dessa família são responsáveis pela indução em sítios anatômicos do epitélio cutâneo, escamoso e/ou mucosa, o qual é caracterizado pelo crescimento limitado, podendo ocorrer a regressão com espontaneidade das lesões em 90% no período de 2 anos (OPAS, 2020; PUPO-MARRUGO, 2022).

Atualmente, são conhecidos mais de 200 subtipos de HPV. Estes possuem antígenos similares, e cerca de 14 são considerados de alto risco para o desenvolvimento oncogênico, entre os quais destacam-se os subtipos de HPV 16 e 18, responsáveis por desenvolver 70% das alterações oncológicas de colo do útero e lesões pré-cancerosas (OPAS, 2020; PROADIS-SUS, 2020; PUPO-MARRUGO, 2022).

Diante do exposto, esta pesquisa teve por objetivo realizar uma revisão de literatura sobre os principais aspectos associados à infecção pelo HPV na população, visto que esse vírus acomete parte considerável da população mundial e demanda estudos, por ser o principal fator de risco para o desenvolvimento do câncer do colo de útero decorrente ao agravamento de lesões geradas pelo vírus.

## METODOLOGIA

O estudo desenvolvido trata de uma revisão integrativa da literatura. A pesquisa foi desenvolvida por meio de busca de artigos científicos e/ou periódicos indexados em banco de dados eletrônicos e gratuitos. Optou-se pela escolha do *Scielo* e Google Acadêmico. Foram avaliados artigos científicos completos publicados no período de 2015 a 2023, nos idiomas português,

espanhol e inglês e utilizando-se os descritores: “infecção”; “prevalência”; “HPV OU Papilomavírus Humano”.

Para complementação da discussão ao longo da pesquisa realizou-se inserção de recursos de órgãos governamentais oficiais, como por exemplo: manuais e documentos publicados pelo Ministério da saúde, do Brasil, do Instituto Nacional do Câncer (Inca), da Sociedade Brasileira de Ginecologia e da Organização Pan-americana de Saúde (OPAS), além de artigos mais antigos (fora do período elencado) para melhor discutir as informações.

Além disso, foi feita uma pesquisa bibliográfica em livros da área para embasar os estudos. Dos materiais que foram selecionados para compor o estudo, inicialmente foram lidos os resumos, e, posteriormente, os textos completos. Mediante uma análise primária dos textos incluídos na pesquisa, foram excluídos artigos incompletos, pagos, repetidos, relatos de casos, experimentos animais, idiomas e/ou período não especificados na metodologia e que não tratassem da temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a etapa de pré-seleção foram identificados 44 artigos no *Scielo* e mais de 7mil resultados no Google Acadêmico. Após a análise destes, resultaram 11 artigos que atenderam aos critérios de inclusão e eram de estudos sobre os aspectos relacionados à infecção pelo HPV na população, com ênfase nos aspectos da resposta imune, características epidemiológicas, manifestações clínicas e diagnóstico laboratorial.

### ASPECTOS DA RESPOSTA IMUNE AO HPV

A família *Papillomaviridae* é composta por vírus com simetria icosaédrica, pequenos (55 nm), com genoma de DNA em fita dupla (dsDNA), circular formado

por 8.000 pares de bases. Entre os subtipos de HPV conhecidos, 100 infectam humanos, e 40 subtipos infectam especificamente a região ano-genital, sendo 20 destes oncogênicos (PRIMO; PRIMO, 2019).

Cardial et al. (2019) argumentam que os tipos de HPV 6 e 11 se relacionam ao desenvolvimento de condilomas acuminados e papilomatose, enquanto os tipos 16 e 18 estão associados ao desenvolvimento de câncer de colo de útero, e em outros sítios como por exemplo: vagina, vulva, ânus, orofaringe e pênis.

O genoma do HPV apresenta diferentes regiões de replicação viral. Destas, foram identificadas seis regiões para a codificação de proteínas não-estruturais ditas precoces (*early regions*) – E1, E2, E4, E5, E6 e E7, e duas janelas de leituras abertas (ORF - *open reading frames*) com função desconhecida E3 e E8; e duas regiões tardias (*late regions*) – L1 e L2 – responsáveis pela codificação da síntese de proteínas estruturais do capsídeo (SILVA NETO, 2012; CARDIAL et al., 2019).

Primo & Primo (2019) destacam que evidências apontam que alguns tipos de receptores celulares de superfície, como a integrina  $\alpha$ -6 e o heparan-sulfato podem estar envolvidos no direcionamento do vírus nas células alvo, para posterior migração do material genético do vírus ao núcleo da célula.

Conforme afirmado por Lucena et al. (2011), a imunidade do hospedeiro tem papel determinante no curso da doença. Para que ocorra a infecção celular pelo vírus, inicialmente, o patógeno deverá vencer o sistema de defesa do hospedeiro, o qual é constituído pela imunidade inata (células fagocíticas, proteínas solúveis, citocinas, sistema complemento e barreiras mecânicas) e imunidade adaptativa celular (linfócitos T e B).

O sistema imune do trato genital, apresenta uma extensa barreira anatômica: o tecido epitelial da mucosa que reveste todo trato genital. Neste local existe a presença de tecidos linfoides associados a mucosa (MALT) responsáveis pela interação entre as células apresentadoras de antígenos (APCs) que contenham complexo principal de histocompatibilidade (MHC) em sua

superfície para a ativação dos linfócitos TCD4+ (LUCENA et al., 2011).

As imunoglobulinas estão presente nas secreções cérvico-vaginais normais, sendo parte importante na defesa do hospedeiro e atuando no bloqueio da aderência do agente nas células da mucosa (MODOTTI *et al.*, 2005). No trato genital feminino, em contraste com outras secreções mucosas do organismo, ocorre uma maior quantidade de IgG local comparada à IgA produzida localmente (TIJONG et al., 2001).

A imunidade mediada por células (linfócitos TCD4+ e TCD8+) é a principal forma de defesa contra a infecção viral. O vírus infecta inicialmente os queratinócitos da camada basal, através de microlesões na superfície epitelial, no entanto altos níveis de expressão das proteínas virais tardias são observados apenas nas camadas mais superficiais (LUCENA et al., 2011).

#### **ASPECTOS EPIDEMIOLÓGICOS DA INFECÇÃO PELO HPV**

No mundo, o câncer de colo de útero representa uma das principais causas de morte em mulheres (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022). Vieira et al. (2022) afirmam que o câncer de colo de útero é a quarta neoplasia mais comum encontrada entre as mulheres brasileiras. Segundo os mesmos autores, no ano de 2019, ocorreu a notificação de 6.596 casos de óbito decorrentes dessa neoplasia no Brasil. Primo & Primo (2019) citam que estudos de prevalência sobre a infecção pelo HPV na população brasileira na faixa etária entre 16 a 25 anos apontam uma taxa de 51,8% em homens e 54,6% em mulheres.

Em relação à infecção, esta ocorre através do contato direto com pessoa infectada, não estando esclarecido até o momento a atuação dos fômites na dinâmica da infecção. Entre alguns dos fatores de risco para o desenvolvimento, persistência e progressão da infecção pelo HPV na população, se encontra a presença

de imunossupressão, sobretudo em pacientes com doenças imunossupressoras, em tratamento com medicamentos quimioterápicos e pessoas transplantadas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2022).

Entre os grupos mais vulneráveis encontram-se os adolescentes, os adultos jovens sexualmente ativos, a população com baixo nível socioeconômico e os grupos com barreiras às redes de serviços para detecção e tratamento precoce da doença. Dessa forma, essa população é exposta a diversos agentes que aumentam o risco de aquisição do vírus, tais como: início precoce da atividade sexual, múltiplos parceiros sexuais, promiscuidade sexual, não-uso dos métodos contraceptivos, sistema imunológico imunocomprometido e presença de infecções sexualmente transmissíveis (CAMPOS *et al.*, 2021; SCHULZ et al., 2022).

Outro estudo com escolares do ensino médio, mostrou que 94,1% dos adolescentes já ouviram falar do HPV, enquanto 5,9% disseram que não. O conhecimento dos discentes sobre o HPV tem relação com o fato de que 84,3% relataram que já tiveram palestras na escola sobre esse tema (SOUZA et al., 2021)

A OPAS recomenda a vacinação em crianças e adolescentes com idade entre 9 a 14 anos para promoção e prevenção de casos de câncer de colo de útero, induzidas pelo HPV em todo o mundo. Entretanto, a taxa de cobertura da vacina para HPV não chega a 80% nesta população (OPAS, 2020).

Conforme, orientação da Comissão Nacional Especializada em Vacinas da Federação Brasileira das Associações de Ginecologia e Obstetrícia (Febrasgo), está recomendada a vacinação em mulheres adultas até 45 anos ou mais, não contempladas no calendário vacinal durante a adolescência, mesmo com histórico de infecção anterior por HPV diagnosticado pelo profissional médico.

Evidências científicas apontam vários benefícios da proteção através da imunização em mulheres adultas, sobretudo, na redução de recidiva pela infecção. Uma

vez que a imunidade desenvolvida contra o vírus não é suficiente para impedir reinfecções pelo o mesmo tipo viral, além da possibilidade de um segundo pico de infecção ocorrer por volta da quinta década de vida das mulheres. Além disso, destaca-se a corriqueira apresentação de testes laboratoriais (moleculares e sorológicos) negativos para os tipos virais contidos na vacina (ROTELI-MARTINS et al., 2022).

### MANIFESTAÇÕES CLÍNICAS

A infecção pelo HPV pode se apresentar de três formas distintas, sendo elas: forma latente, subclínica e clínica. Dessa forma, o processo de infecção viral pode seguir três possíveis rotas: eliminação viral após fase aguda, infecção latente e/ou infecção ativa/progressiva. Em um primeiro momento, o vírus se liga a células epiteliais suscetíveis, iniciando assim o processo de infecção viral nas células basais. Assim, o HPV pode permanecer latente sem produzir alterações patológicas.

Posteriormente, o genoma viral é transportado para o núcleo celular, onde é traduzido e transcrito. Sendo em seguida formadas as proteínas estruturais (SILVA NETO, 2012). Evidências científicas, sugerem que, nesse momento, o DNA viral encontra-se aparentemente não funcional, replicando-se apenas uma vez a cada ciclo celular. Devido ao vírus não se encontrar funcionando nessa etapa da infecção, não existem alterações citológicas e teciduais (PINTO *et al.*, 2001).

Silva Neto (2012) destaca que no último passo ocorre o empacotamento dos capsídeos e a liberação dos vírus para inicialização de um novo ciclo. Cabe destacar que nas lesões cervicais não malignas, este permanecerá na forma episomal, enquanto que na forma maligna, ocorrerá a integração do genoma do vírus na célula hospedeira.

O condiloma acuminado apresenta alta carga viral, sendo a forma mais comum de contaminação pelo vírus. Dados presentes na literatura sugerem que 60% dos parceiros de pacientes infectados adquiriram o vírus

após um único contato sexual. Nas situações onde existe o crescimento vascular insuficiente para o surgimento do condiloma acuminado, ocorrerá o surgimento de lesões subclínicas. Nessa etapa, ocorrerá o reconhecimento somente através de uso de exame colposcópico, após aplicação de ácido acético à 5%. As alterações são caracterizadas como alterações acetobranças ou vasculares anômalos (GAMA; GUIDI; PARELLADA, 2000; MANGAN, 1997).

A maior prevalência do câncer de colo de útero ocorre em mulheres na faixa etária a partir dos 35 anos de idade (CAMPOS et al., 2021). No caso do processo neoplásico (anormalidades do epitélio colunar da endocérvice e epitélio escamoso da ectocérvice), conforme argumentado por Lapo et al. (2021), este se desenvolve por meio de alterações nos celulares intraepiteliais de diferentes níveis onde as mesmas podem progredir, culminando em um câncer invasivo do colo de útero.

Destaca-se que os primeiros sintomas da doença só se desenvolvem nos estágios graves da patologia, entre 15 a 20 anos após a infecção pelo HPV. Os sintomas mais frequentes no câncer de colo de útero são corrimento vaginal, prurido e irritação vulvovaginal, hemorragias, dor durante as relações sexuais e lesões condilomatosas da vulva e vagina.

### DIAGNÓSTICO LABORATORIAL DO PAPILOMAVÍRUS HUMANO

As alterações citopatológicas cérvico-vaginais podem ser detectadas através de exames laboratoriais (PRIMO; PRIMO, 2019). Entre os exames de rastreamento e preventivo para detecção de lesões precursoras pré-cancerígenas se encontra o exame citopatológico ginecológico ou *Papanicolaou* (LAPO et al., 2021). Uma vez que a técnica consiste em um método seguro, rápido, de baixo custo e pouco invasivo para avaliação e rastreamento de alterações morfológicas das células cervicovaginais, podendo detectar

anormalidades celulares e lesões tumorais precocemente do colo do útero (ROCHA; BORGES, 2014).

Atualmente são conhecidos mais de 200 subtipos de HPV e a maioria apresenta antígenos similares, no entanto, cerca de 14 são considerados de alto risco para o desenvolvimento oncogênico. Os estudos destacam os subtipos de HPV 16 e 18, responsáveis pelo desenvolvimento de 70% das alterações oncológicas (PROADIS-SUS, 2020; PUPO-MARRUGO, 2022).

A infecção do colo uterino por HPV de alto risco está associada ao desenvolvimento do câncer de colo uterino e lesões precursoras. O exame de citologia oncológica cérvico-vaginal atua de maneira significativa na redução da incidência de câncer de colo do útero, em mulheres (CAMPOS et al., 2021).

Outros testes laboratoriais disponíveis para auxiliar o diagnóstico clínico de infecção latente por HPV são os testes de biologia molecular. Estes possibilitam a detecção do DNA, mRNA ou proteínas do HPV (SILVA NETO, 2012; CARVALHO et al., 2022). Conforme citado por Carvalho et al. (2022), a partir de 2014, a OMS recomenda o rastreamento primário do HPV em localidade com disponibilidade ao teste, através da técnica de biologia molecular em substituição à citologia oncológica, devido à primeira possuir maior sensibilidade e eficiência para detecção dos casos de doença invasiva (lesões precursoras de adenocarcinoma), quando comparada à citologia.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de informação, a ausência de vacinação e a ocorrência de relação sexual desprotegida ainda são os principais fatores associados à alta prevalência de HPV na população mundial. A atual taxa de prevalência global, as recidivas constantes e a persistência da infecção viral pelo HPV estão associadas ao desenvolvimento do câncer cervical em mulheres, ocorrendo assim um progressivo aumento do interesse no aperfeiçoamento

das técnicas de diagnóstico laboratorial e preventiva para o HPV.

Assim sendo, torna-se primordial impedir a cadeia de transmissão viral, por meio da criação de estratégias para diminuição dos casos de incidência/prevalência da virose na comunidade, através da identificação dos grupos suscetíveis e intensificação de ações de promoção à saúde da mulher.

### REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. **Ofício nº 810/2022/CGPNI/DEIDT/SVS/MS**. Ampliação da faixa etária da vacina HPV quadrivalente para homens com imunossupressão até 45 anos de idade. 2022.

CAMPOS, G. E. E. et al. Detección y control del cáncer de cuello uterino en mujeres de 35 a 44 años en Ecuador. **Salud y Bienestar Colectivo**, v. 5, n. 3, Septiembre-Diciembre 2021.

CARDIAL, M. F. T. et al. Papilomavírus humano (HPV): Aspectos da prevenção (Vacinas). **Femina**, v. 47, n. 12, p. 850-66, 2019.

CARVALHO, C. F. et al. Rastreamento do câncer do colo do útero com teste de DNA-HPV: atualizações na recomendação. **Femina**, v. 50, n. 4, p. 200-7, 2022.

GAMA, A. H.; GUIDI, H. G. C.; PARELLADA, C. I. Papilomavírus humano: etiopatogenia, diagnóstico e tratamento. In: HALBE, Hans Wolfgang. **Tratado de ginecologia**, 3. ed., São Paulo: Roca, 2000.

LAPO, G. E. G. et al. Mortalidad del cáncer de cuello uterino en mujeres de 20 a 50 años en el Ecuador. **Salud y Bienestar Colectivo**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2021.

LUCENA, A. A. S. et al. Resposta imune celular ao papilomavírus humano em mulheres infectadas e não infectadas pelo vírus da imunodeficiência humana. **Femina**, v. 39, n. 3, mar. 2011.

MANGAN, S. A. Increased prevalence of abnormal Papanicolaou smears in urban adolescents. **Arch Pediatr Adolesc Med.**, v. 51, p. 481-4, mai. 1997.

MODOTTI, M. T. C. F. et al. As defesas do trato genital inferior feminino contra os microorganismos patogênicos. **Femina**, v. 33, n. 7, jul. 2005.

OPAS. HPV e câncer do colo do útero. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/topicos/hpv-e-cancer-do-colo-do-utero>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PRIMO, W. Q. S. P.; PRIMO, G. R. P. Papilomavírus humano: Aspectos Clínicos. **Femina**, v. 47, n. 12, 850-66, 2019.

PROADIS-SUS. HPV: Estudo epidemiológico sobre a prevalência Nacional de Infecção pelo HPV. Disponível em : <<http://hospitais.proadi-sus.org.br/projeto/estudo-pop-brasil>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PUPO–MARRUGO, S. et al. Tipificación del virus del papiloma humano em lesiones de cavidad bucal. Estudio desarrollado em los servicios de estomatología, Facultad de odontología de la Universidad de Cartagena y el Hospital Alemán de Buenos Aires. **Acta Odontológica Colombiana Enero – Junio**, v. 12, n. 1, p. 29 – 39, 2022.

ROCHA, A.; BORGES, J. C. S. Análises citológicas no biodiagnóstico. In: ROCHA, Arnaldo (Org.). **Biodiagnósticos: fundamentos e técnicas laboratoriais**. São Paulo: Rideel, 2014. p. 291 a 304.

ROTELI-MARTINS, C. M. et al. Vacinação contra o HPV na mulher adulta. **Femina**, v. 50, n. 6, p. 355-9, 2022.

SANCLEMENTE G. Human papillomavirus molecular biology and pathogenesis. **J Eur Acad Dermatol Venereol.**, v. 16, n. 3, mai. 2002.

SCHULZ, K. H. et al. Prevalencia y genotipificación de virus papiloma humano vaginal y cervical en trabajadoras sexuales de un centro de salud sexual en la zona Norte de Santiago, Chile. **Rev Chilena Infectol.**, v. 39, n. 2, p. 117-125, 2022.

SILVA NETO, J. C. Papilomavírus Humano e Câncer cervical. In: **Citologia Clínica do trato genital feminino**. Rio de Janeiro: Revinter, 2012. p. 67-74.

TIJONG, M. Y. Epidemiologic and mucosal immunologic aspects of HPV infection and HPV-related cervical neoplasia in the lower female genital tract: a review. **Int J Gynecol Cancer.**, v. 11, n. 1, jan. 2001.

VIEIRA, E. A. et al. 2022. Atuação do enfermeiro na detecção precoce do câncer de colo de uterino: uma revisão integrativa. **Revista Nursing**, v. 25, n. 285, 2022.

**APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL: A SEGURANÇA PSICOLÓGICA NA VISÃO  
POSITIVA DO ERRO EVOLUTIVO**  
**ORGANIZATIONAL LEARNING: THE PSYCHOLOGICAL SAFETY IN THE POSITIVE VIEW OF  
EVOLUTIONARY MISTAKE**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-10

Sylvana Lima Teixeira <sup>1</sup>

**RESUMO**

É um ideal equivocado pensar que as organizações são infalíveis em termos de desempenho e de produtividade se o olhar for direcionado apenas aos resultados. O capital humano, o lado subjetivo, é o responsável pela consolidação de valores empresariais, pelas experiências proporcionadas e pela mensuração do nível de satisfação de seus usuários. Pessoas desenvolvem competências, adaptam-se a ambientes e aprimoram habilidades. Como toda mudança requer alteração em estruturas mentais de pensamento e em suas bagagens emocionais marcadas ou por um estado de defesa ao novo ou por uma resistência em renunciar à zona de conforto. A dúvida que fica é se as organizações possuem comportamentos humanos, se aprenderiam com os erros e como isso seria analisado. Tais questionamentos foram a base temática para o presente problema de pesquisa: o erro pode ser construtivo se as organizações mudassem a forma de encará-lo como punição e sim como uma evolução ao viabilizar um ambiente favorável psicologicamente para o aprendizado? Uma inquietação cuja metodologia adotada foi a revisão bibliográfica de natureza qualitativa para a construção da devida argumentação. A linha de raciocínio foi desenvolvida em três eixos teóricos. Inaugurou-se com informações sobre a aprendizagem organizacional, seus aspectos e desafios. Em seguida, enfrentou-se a questão da segurança psicológica como preparação ambiental de acolhimento ao aprendizado. Por fim, o resultado da combinação desses elementos em um convite à reflexão sobre o estímulo ao erro evolutivo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem organizacional. Segurança psicológica. Erro evolutivo.

**ABSTRACT**

It is a mistaken ideal to think that organizations are infallible in terms of performance and productivity if the focus is only on results. Human capital, the subjective view, is responsible for consolidating business values, providing experiences and measuring the level of satisfaction of its users. People develop skills, adapt to environments and improve skills. As every change requires alteration in mental structures of thought and in their emotional baggage marked either by a state of defense to the new or by a resistance to renounce the comfort zone. The question that remains is whether organizations have human behavior, whether they would learn from mistakes and how this would be analyzed. Such questions were the thematic basis for the present research problem: can the mistake be constructive if organizations changed the way of facing it as a punishment and rather as an evolution by enabling a psychologically favorable environment for learning? A concern whose methodology adopted was the bibliographic review of a qualitative nature for the construction of the proper argumentation. The line of reasoning was developed in three theoretical axes. It began with information on organizational learning, its aspects and challenges. Next, the issue of psychological safety was faced as an environmental preparation for welcoming learning. Finally, the result of combining these elements in an invitation to reflect on the stimulus to evolutionary error.

**KEYWORDS:** Organizational learning. Psychological safety. Evolutionary mistake.

<sup>1</sup> Doutoranda em Administração pela ACU – Absolute Christian University. Mestre em Administração pela MUST University. Mestre em Resolução de Conflitos e Mediação pela Universidad Leon. MBA em Coaching e Gestão pela UNINASSAU. Especialista em Mediação pela Faculdade ISE. Graduação em Direito. E-MAIL: sylvana@centrodemediadores.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6712937965405086.

## INTRODUÇÃO

É comum a concepção de que as empresas precisam ser infalíveis em termos de desempenho e de produtividade. Processos, métricas e análise de fatores objetivos são informações relevantes em uma esfera marcada pela competitividade. Uma expectativa, talvez equivocada, se partir de um elemento isolada e de sua respectiva atribuição máxima de valor: resultados.

Um líder por excelência não deve ter uma monovisão de cunho quantitativo. Há elementos subjetivos de suma importância e que são os responsáveis principais pelos valores conquistados, pelas experiências geradas e pelo nível de satisfação de seus usuários. Fala-se do capital humano. As pessoas e sua incrível capacidade de adaptação a ambientes, de desenvolvimento de competências e de aperfeiçoamento de habilidades.

E como tal, em todo processo de mudança, estruturas mentais de pensamento são evidenciadas seja para um estado de defesa ao novo seja para uma resistência a abdicar do velho. Trata-se de pessoas e de suas bagagens emocionais oriundas de comportamentos transmitidos de gerações, influenciados pelo meio ou aperfeiçoados ao longo do tempo. Pessoas, portanto, mudam, aprendem. E as organizações?

É possível visualizar organizações com reflexos de comportamentos humanos? Organizações aprendem com os erros? Os referidos equívocos seriam das organizações em si enquanto pessoas jurídicas ou das pessoas físicas dela integrantes? Como isso seria visto? Palavras como repreensões, punições, vitimismos, erros, acolhimentos, empatia, aprendizagem fariam parte de algum sistema de gestão?

Tais questionamentos foram a base temática para o presente problema de pesquisa: o erro pode ser construtivo se as organizações mudassem a forma de encará-lo como punição e sim como uma evolução ao viabilizar um ambiente favorável psicologicamente para o aprendizado? Uma inquietação cuja metodologia

adotada foi a revisão bibliográfica de natureza qualitativa para a construção da devida argumentação.

A linha de raciocínio foi desenvolvida em três eixos teóricos. Inaugurou-se com informações sobre a aprendizagem organizacional, seus aspectos e desafios. Em seguida, enfrentou-se a questão da segurança psicológica como preparação ambiental de acolhimento ao aprendizado. Por fim, o resultado da combinação desses elementos em um convite à reflexão sobre o estímulo ao erro evolutivo.

## APRENDIZAGEM ORGANIZACIONAL

Errar é humano é uma afirmação oriunda da sabedoria popular. Uma observação empírica com o seu fundo de verdade. Ninguém nasce sabendo. É preciso vontade e tempo para o processo de conhecimento. Teorias são desenvolvidas com tentativas que levam a acertos e a erros. O fato é que há um espaço de vontade e consciência a ser respeitado nesse processo de permissão ao aprendizado sem o qual nenhuma evolução será possível.

Goldsmith (2020) afirma ser óbvio o fato de que é preciso querer mudar e isso vem de dentro. É um querer individual e uma chama inexplicável. Não é algo coercitivo. Exige um comprometimento integral e irrenunciável. No mesmo sentido, Grant (2021) reforça que sem essa disposição à mudança de nada adianta ter potência mental ou capacidades. Oportunidades constantemente serão desperdiçadas por resistências a novas crenças.

Pesquisas revelam que quanto maior o QI de uma pessoa, maiores os riscos de ela se deixar levar por estereótipos, dada sua facilidade para reconhecer padrões. E experimentos recentes sugerem que quanto mais inteligente você for, mais dificuldades pode ter em atualizar suas crenças. (GRANT, 2021, p. 32)

A vontade, portanto, como primeiro elemento representa a força motriz para a busca pelo conhecimento. É uma ação humana psicológica orientada para a concretização de uma condição igualmente humana dentro de um processo decisório para escolha de opções viáveis ou para a superação de obstáculos (VYGOTSKY, 1995b; LOOS E SANT'ANA, 2007; LEONTIEV, 2005). A variável emoção se encontra presente.

Nessa análise, o elemento volitivo representaria um fator isolado e dependente, de forma exclusiva, do indivíduo, do meio interior. Há que se falar também da influência do meio externo e do quanto ela será determinante para uma mutação comportamental (SKOVSMOSE et al., 2012), o que reflete a natureza dinâmica e plástica dos homens enquanto seres sociais em interação ao ecossistema ao qual estão inseridos.

Ademais a reprodução de comportamentos tidos como exemplos a serem seguidos é feita a partir de associações de valor e com significados dentro de um espaço onde a relação mundo externo e indivíduo é acolhida. Essas percepções são capturadas pelos neurônios-espelhos. Esclarece Lent (2011, p.33) que tais neurônios são “capazes de sinalizar uma ação realizada pelo próprio indivíduo e a mesma ação realizada por terceiros”.

A vontade, a influência do meio e o espelhamento de comportamentos são fatores de destaque para o processo de aprendizagem. O detalhe nesse processo é sutil e faz toda a diferença para se chegar ao ideal do ciclo do conhecimento não apenas individual como coletivo, da performance sistêmica e da aprendizagem organizacional: as empresas se permitirem sentir para aprender a evoluir. Palavras-chave: clareza e senso do porquê.

Tudo começa pela clareza. Você precisa saber POR QUE faz O QUE faz. Se pessoas não compram O QUE você faz, mas POR QUE o faz e você mesmo não sabe qual é o

seu propósito, como qualquer outra pessoa vai saber? Se o líder de uma organização não é capaz de formular claramente POR QUE ela existe em termos que vão além de seus produtos ou serviços, como pode esperar que os funcionários saibam POR QUE ir para o trabalho? [...] Liderar requer que haja aqueles que voluntariamente seguem o líder. Requer que haja aqueles que acreditam em algo maior do que uma única questão. A ação de inspirar começa com a clareza do PORQUÊ. (SINEK, 2018, p. 78).

Em que pese a sede de conhecimento ser algo de busca individual, a repercussão é na esfera organizacional. Toda constituição jurídica é materializada por pessoas impulsionadoras de ideias, de negócios, de sonhos e de propósitos. Desta feita, para que o ciclo de absorção e de transmissão de saberes se concretize o vetor volitivo, a referência comportamental, o meio e a permissão para mudar são fundamentais.

Empresas atentas às necessidades internas conseguem mapear a busca pelo saber individual e a torna uma carta de missão organizacional. Trabalha-se em prol do crescimento coletivo e no desenvolvimento macro de comportamentos atrativos. O que era um privilégio segmentado se transforma em uma diretriz humana estimulada e na mudança de padrão de gestão e de culturas organizacionais.

## SEGURANÇA PSICOLÓGICA

O estímulo ao conhecimento, enquanto uma jornada individual, necessita de vontade, de um querer íntimo e de comprometimento sem renúncia. Ao se pensar em uma esfera empresarial, tais vetores têm a sua influência, mas não são os preponderantes nessa realidade jurídica. Surge o elemento da segurança psicológica, um acolhimento tolerado e diferenciado no processo de aprendizado organizacional.

Representa a percepção humana quanto ao nível de qualidade das relações interpessoais existentes

dentro do contexto organizacional e suas repercussões em termos de desempenho individual e coletivo. A segurança psicológica acaba sendo um termômetro de saúde humana das organizações em sua valorização e validação enquanto tal. É trazer, ou melhor, devolver a significância ao capital humano.

Indo além, Schein e Bennis (1965) associam a segurança psicológica com um meio viável de acolhimento de incertezas quanto a possíveis mudanças organizacionais e a rupturas de vínculos interpessoais. Seria a construção do alicerce que solidificaria a aprendizagem decorrente dos desafios enfrentados no ambiente de trabalho em um espaço aberto para a troca de informações e de partilha de experiências sem julgamentos de valor.

Trabalhar em um ambiente psicologicamente seguro não significa que as pessoas devam sempre concordar umas com as outras a fim de serem bacanas. Também não significa que as pessoas farão elogios inequívocos ou darão apoio incondicional para tudo o que disser. Aliás, poderia dizer o contrário. Segurança psicológica tem a ver com franqueza, com tornar possível a discordância produtiva e a livre troca de ideias. Não é preciso dizer que elas são vitais para o aprendizado e a inovação. (EDMONDSON, 2020, p.16)

A ideia, portanto, não é de autoproteção nem de blindagem aos erros na construção de uma imagem de perfeição. É se permitir uma dose de vulnerabilidade para compreender que o erro faz parte de uma jornada de crescimento individual e organizacional e que há saberes relevantes a serem aprendidos (Brown, 2021). Muda-se a mentalidade da punição do culpado e passa-se para a construção de novas rotas de melhoria com a experiência aprendida.

Caminhos que abrirão espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico, do pensamento criativo, da motivação, do engajamento, da mudança de clima organizacional e do estabelecimento de uma

gestão comportamental do sentir de uma performance humana. Em termos de criatividade e de inovação, é a partir da discussão de ideias plurais em torno de um mesmo fato que rotas não pensadas são construídas.

Nesse sentido, processos são revistos, gargalos são suprimidos, ações são implementadas, investimentos são feitos, oportunidades criadas, parcerias construídas, custos reduzidos, produtos melhorados e experiências aperfeiçoadas. Assim não há como se visualizar qualquer processo inovador e criativo sem pessoas que o concretize no exercício de suas atribuições e nos objetivos estabelecidos (MARTINS; ARAUJO; AMARAL, 2021).

A segurança psicológica em um ambiente de trabalho proporciona um sentimento de pertencimento no colaborador, o que desperta a confiança na exposição de suas opiniões em uma esfera positiva de incentivo ao crescimento. Uma sensação não apenas de vínculo empregatício e sim de uma relação afetiva e principiológica. Em consequência, percebe-se um salto de qualidade no nível de satisfação no trabalho a ser observado tanto na motivação quanto do engajamento.

A motivação não é apenas um mero estímulo positivo. É algo para além do retorno financeiro. Milligan e Walker (2022), ao analisar os estudos preconizados pela Universidade de Stanford, observaram que o processo de autoinvestigação é uma ferramenta de mudança contínua e positiva dentro das organizações. Alves (2022) alerta que a motivação se liga a fator psicológico e afetivo no exercício de atividades. Discussões surgem a respeito da motivação ser intrínseca e extrínseca.

Em relação à concepção intrínseca, a motivação se relaciona a própria individualidade do ser e as suas necessidades internas sem qualquer interferência externa. O exercício de seu propósito, a autoestima, o empoderamento, o reconhecimento como profissional são alguns exemplos. A motivação extrínseca diz respeito a tudo o que estimularia alguém a fazer alguma coisa

como salário, promoção, recompensas, bonificações, prêmios.

Arelado à motivação e ao engajamento, há o clima organizacional que, para Chiavenato (2014), representa um ecossistema organizacional de traços psicológicos e sociais de comportamentos adotados. Representa um sinalizador de satisfação no trabalho. É de responsabilidade, portanto, das organizações fomentar um ambiente positivo, visto que sua consequência impacta na performance tanto individual quanto coletiva (ALVES, 2022).

Uma eventual negligência das empresas quanto à construção desse ambiente trará efeitos dignos de alerta. O quanto serão tolerados é uma análise arriscada para decidir com base em uma balança de custo e de benefício. Luz (2018) elenca alguns indicadores de perigo: excesso de rotatividade de pessoas em um curto espaço de tempo; faltas reiteradas; manifestações grevistas; conflitos interpessoais; queixas em atendimentos médicos.

## O ERRO EVOLUTIVO

O ciclo do conhecimento identificado pela aprendizagem organizacional e a segurança psicológica alteram a forma de se enxergar o erro como uma moeda de punição. Deixa-se o reforço negativo de premiar os culpa com penas de advertências a demissões para utilizar o lado positivo das experiências. Renuncia-se à investigação do culpado para a criação de laboratório de prática de oportunidade de melhoria.

Mesmo quando os benefícios individuais e sociais de uma mudança são indiscutíveis, nós somos geniais em inventar razões para evitá-la. É muito mais fácil e muito mais divertido atacar a estratégia da pessoa que está procurando ajudar do que tentar resolver o problema. (Goldsmith, 2020, p. 35)

Uma percepção humana ao ter como norteador a estruturação do capital intelectual da organização. E como tal, os pilares dos conhecimentos, das habilidades e das atitudes, o famoso CHA, são essenciais (CHIAVENATO, 2014). Um quarto pilar, todavia, tem sido acrescentado, o R de resultados, o que forma o CHAR. Resultados estes voltados a um desempenho e a uma melhor performance organizacional.

Effron (2019) compartilha a mesma visão ao vincular comportamentos a desempenho, a uma alta performance. Para ele, a maneira como se comporta pode demonstrar 2 situações. A primeira é a superação. A incrível capacidade humana de ir além do esperado e não ficar restrito a limites previamente estabelecidos por crenças ou por premissas equivocadas. A segunda representa a sua obediência cega em simplesmente executar tarefas.

As empresas também entendem que o comportamento é um fator importante – 86% delas avaliam as condutas de seus colaboradores no processo de gestão de performance. O comportamento pode ou não impulsionar a performance, mas ele é um indicador daquilo a que seus líderes dão atenção. E o mais importante: saiba que todos com quem trabalha avaliam seu comportamento diariamente e interagem com você com base nessas impressões (Effron, 2019, p. 76).

Nesse sentir, há uma mudança no estilo de gestão. A permissão ao erro, uma característica tipicamente humana, altera a visão tradicional das organizações frias para um olhar mais orgânico, vivo e humano. O erro então se transforma em uma como uma rica oportunidade para desenvolver competências, para aperfeiçoar processos, para modular crenças organizacionais e para potencializar resultados. A positividade no erro tendo a diversidade como um fator de crescimento.

Em um estudo promovido pela Mckinsey & Company acerca da diversidade corporativa na América

Latina, Castilho (2020) verificou que as empresas conseguem ter colaboradores mais ativos na entrega de resultados e no estabelecimento de relações interpessoais mais saudáveis. O acolhimento do erro construtivo reflete na inovação, na performance, na qualidade de processos e no estímulo à partilha de ideias e de melhores práticas.

Perceber o erro como um instrumento de evolução exige mudança de pensamento e de comportamento. Não raro é mais fácil construir âncoras em desculpas pela conveniência da punição a fazer um mapeamento de melhorias com a experiência obtida. Para Goldsmith (2020, p. 35) “recorremos a um conjunto de crenças que apertam o gatilho da nossa negação, resistência e, em última análise, do nosso autoengano” como justificativa.

É necessário que as organizações não apenas estimulem o conhecimento e o acolhimento da divergência como um processo de evolutivo como se tornem um instrumento hábil para treinar seus colaboradores. A cadeia da aprendizagem é contínua. Não há crescimento sem investimento em treinamento, “pois é através do capital intelectual que a empresa gera inovação, mudança e flexibilidade de atuação” (MOURA, p. 36, 2022).

As principais habilidades de negócios são importantes para todos, seja qual for o cargo, nível ou senioridade. Os alunos estão se concentrando mais na comunicação, destacando a importância de criar alinhamento, fomentar colaboração e trabalho em equipe, mitigar conflitos e viabilizar a produtividade. Ao mesmo tempo, a capacidade de gerenciar projetos complexos (e a tecnologia para fazer isso) está tendo um crescimento intenso. Em um mundo híbrido, onde as equipes não têm mais a chance de se sentar à mesa com regularidade, é preciso ter um esforço deliberado para acompanhar projetos e manter todos sincronizados e responsáveis (UDEMY BUSINESS, 2023, p.13)

Ressalta-se que a permissão para aprender e a oferta de treinamento organizacional tem como força motriz o estabelecimento de conexão entre o colaborador e a empresa em um alinhamento de propósitos e de estratégias bem definidas. São os valores absorvidos pela cultura da empresa que contribuirão para o sentimento de pertencimento e de disposição para contribuição de valor intelectual (UDEMY BUSINESS, 2023).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de que as empresas são infalíveis é uma afirmação difícil de se manter em tempos tão incertos e marcados por muita competitividade. A busca pela evolução contínua é constante como se o erro, uma característica humana, não fosse possível de ser atribuída às organizações formadas por pessoas com suas potencialidades e com suas falhas. Ser resistente a qualquer mudança não faz mais sentido.

Comportamentos são transformados desde que haja o elemento volitivo. O querer, a influência do meio, as referências e o espelhamento de padrões de comportamentos levam a um despertar para novos saberes. Competências assim como habilidades são desenvolvidas através de conhecimentos, de tentativas, de acertos e de erros cometidos ao longo da jornada. O desafio é como encarar os obstáculos e as falhas se como punições ou se como evoluções.

A aprendizagem, nesse sentido, dentro das organizações é estimulada como uma rica oportunidade para análise de experiências com as em tese falhas obtidas. O erro encarado como punição em uma visão tradicional passa a ser acolhido como uma etapa evolutiva e de crescimento organizacional, oportunidade para que processos sejam redesenhados, pessoas validadas, custos reduzidos, investimentos feitos e gargalos suprimidos.

E nesse cenário, é preciso que haja a construção de um ambiente favorável para que o capital humano se

sinta pertencente à organização não como um mero funcionário e sim como uma voz que integra afetiva e ativamente ao núcleo organizacional. Viabilizar o acolhimento de ideias plurais ao proporcionar um ambiente psicologicamente seguro trará uma visão positiva e evolutivo ao que tradicionalmente se considera como erro.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, L. N. L. **A relação do clima organizacional com a satisfação e motivação dos colaboradores.** 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/relacao-do-clima-organizacional>. Acessado em: 28/04/2023
- BROWN, R. **A coragem para liderar.** Rio de Janeiro: BestSeller, 2021.
- CASTILHO, P.; CALLEGARO, H.; SZWARCOWALD, M. **Diversity matters: américa latina.** 2020. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/br/our-insights/diversity-matters-america-latina>. Acessado em 28 abril 2023.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria da administração.** São Paulo: Walter Luiz Coutinho, 2014.
- EDMONDSON, A. C. **A organização sem medo: criando segurança psicológica no local de trabalho para aprendizado, inovação e crescimento.** Rio de Janeiro: Alta Books, 2020.
- EFFRON, M. **8 passos para uma alta performance: foque no que você pode mudar (e ignore o resto).** São Paulo: Benvirá, 2019.
- GOLDSMITH, M. **Gatilhos do sucesso: as mudanças de atitude que levam ao êxito em todas as esferas da vida.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2020.
- GRANT, A. **Pense de novo.** Rio de Janeiro: Sextante, 2021.
- LENT, R. **Sobre neurônios, cérebros e pessoas.** São Paulo: Atheneu. 2011.
- LEONTIEV, A. N. **Will.** Journal of Russian and East European Psychology, Saint Petersburg, v. 43, n. 4, p. 76-92, 2005. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10610405.2005.11059256> Acesso em: 13 agosto 2023. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10610405.2005.11059256>
- LOOS, H.; SANT'ANA, R. S. **Cognição, afeto e desenvolvimento humano: a emoção de viver e a razão de existir.** Educar, Curitiba, v. 23, n. 30, p. 165-182, 2007.
- LUZ, R. **Gestão do clima organizacional.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2018.
- MARTINS; A. G. B; ARAÚJO, S. I.; AMARAL, T. **Inovação e segurança psicológica no contexto das organizações.** Trabalho de conclusão de curso de psicologia. Centro Universitário UNA. Belo Horizonte. 2021. Disponível em: [https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/A\\_NIMA/14130/1/TCC%20Seguranca%20Psicologica%20.pdf](https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/A_NIMA/14130/1/TCC%20Seguranca%20Psicologica%20.pdf). Acessado em 13/08/2023.
- MILLIGAN, K; WALKER, J. **De dentro para fora.** Stanford Social Innovation Review Brasil. 2022. Disponível em: <https://ssir.com.br/lideranca/autoinvestigacao-para-lideres-de-transformacao-social>. Acessado em 28/04/2023
- MOURA, M. L. **Treinamento e motivação de pessoal nas empresas: um diferencial para atingir resultados positivos.** 2022. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/resultados-positivos>. Acessado em: 28/04/2023
- SCHEIN, E.H.; BENNIS, W. **Personal and organizational change through group methods.** New York: Wiley & Son, 1965. <https://doi.org/10.1177/074171366701700211>
- SINEK, S. **Comece pelo porquê: como grandes líderes inspiram pessoas e equipes a agir.** Rio de Janeiro: Sextante, 2018.
- SKOVSMOSE, O. et al **A aprendizagem matemática em uma posição de fronteira: foregrounds e intencionalidade de estudantes de uma favela brasileira.** Bolema, Rio Claro, v. 26, n. 42a, p. 231-260, jan./abr. 2012.
- UDEMY BUSINESS. **Relatório de Tendências de Aprendizagem no Local de Trabalho de 2023.** 2023. Disponível em: [https://business.udemy.com/?utm\\_source=organic-search&utm\\_medium=bing](https://business.udemy.com/?utm_source=organic-search&utm_medium=bing). Acessado em 27/04/2023.
- VYGOTSKY, L. S. **Dominio de la propia conducta.** In: VYGOTSKI, L. S. **Obras Escogidas: Problemas del desarrollo de la psique.** Madrid: Visor, 1995b. (Tomo III).

## INTERDISCIPLINARIDADE: UM AVANÇO NA EDUCAÇÃO INTERDISCIPLINARITY: AN ADVANCE IN EDUCATION

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-11

Esrael dos Santos Ramos <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho objetiva conscientizar professores da Rede Pública quanto os benefícios de mediar aulas através da interdisciplinaridade para que a educação tenha um avanço evolutivo e significativo, porque a forma como o professor trabalha os conteúdos marca a vida educacional do aluno, tanto para o desenvolvimento quanto para o atraso. É fundamental para a formação do caráter do cidadão (ã) e como viver e conviver em sociedade (respeitar e ser respeitado, saber ouvir e saber falar, obedecer, cumprir os seus deveres, ser homem). O professor não deve fazer que ensina, e os alunos fazerem que aprendem; visto que, quem aprende muda e é conhecido. Estudo de temas voltados para a interdisciplinaridade, em artigos, textos, monografia, livro, serviram como base para perceber e desvendar os mistérios do porquê de tanta reprovação, evasão e falta de interesse de alunos da rede pública. Portanto a interdisciplinaridade é um avanço na educação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interdisciplinaridade. Professor. Formação Continuada. Avanço.

### ABSTRACT

This work aims to raise awareness among public school teachers of the benefits of mediating lessons through interdisciplinarity so that education can make significant progress, because the way teachers work with content marks the student's educational life, both in terms of development and delay. It is fundamental for the formation of the citizen's character and how to live and coexist in society (respect and be respected, know how to listen and know how to speak, obey, fulfill their duties, be a man). Teachers should not pretend to teach, and students should pretend to learn, since those who learn change and are known. The study of interdisciplinary themes in articles, texts, monographs and books served as a basis for understanding and unraveling the mysteries of why so many public school students fail, drop out and lack interest. Interdisciplinarity is therefore an advance in education.

**KEYWORDS:** Interdisciplinarity. Teachers. Continuing education. Progress.

---

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela UNASUR, Especialista em Docência do Ensino Infantil e Fundamental pela Faculdade Atlântico-SE e Graduado em Matemática pela FFPP-AL, Letras pela UFS. **E-MAIL:** esraelramos@yahoo.com, **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9676694996767506

## INTRODUÇÃO

O conceito de interdisciplinaridade ainda é incompleto e recente, mesmo assim há alguns autores já destacados por sua produção sobre o tema, são eles: Ivani Fazenda, que possui várias publicações sobre o tema e sua relação com a educação e é coordenadora de uma equipe de pesquisadores da PUC-SP que desenvolve diversas pesquisas sobre o tema; Hilton Japiassu, que possui também diversas publicações sobre o tema, tanto em sua manifestação na educação como na ciência; em Portugal se destaca a autora Olga Pombo, que é também pesquisadora sobras as manifestações do tema no Brasil e em Portugal e já esteve no país ministrando diversas palestras sobre o assunto.

Este trabalho apresenta um estudo a respeito da formação do professor. Apesar das várias propostas existentes no âmbito da educação, percebe-se que os resultados continuam insatisfatórios, o que demonstra a necessidade de mudanças.

Nesse aspecto, o professor torna-se um dos principais protagonista dessa mudança, portanto, sua formação e sua prática têm sido motivo de estudos. É impossível falar em qualidade de ensino, sem falar da formação do professor, questão que estão intimamente ligadas.

A formação teórica e prática do professor pode contribuir para melhorar a qualidade do ensino, visto que são as transformações sociais que geram transformações no ensino.

Sendo assim, este artigo se ocupará de aplanar sobre a relação existente entre a formação e a prática do professor.

### O QUE É INTERDISCIPLINARIDADE?

Interdisciplinaridade é a conexão de dois ou mais componentes curriculares na construção do conhecimento, exemplo: Conteúdo: Racionamento de energia elétrica. O professor de Geografia deve trabalhar

o clima brasileiro e conceitos de orientação utilizando a bússola, para que todos localizem o norte, direção para onde a placa do aquecedor deverá estar voltada ao ser instalada sobre as casas. O de Matemática, uma pesquisa sobre o consumo de energia dos eletrodomésticos e explorar conceitos de proporção ao calcular com a garotada o tamanho das placas solares de acordo com o volume das caixas d'água. Em História, resgatar os motivos econômicos que causaram a degradação do meio ambiente brasileiro. Nas aulas de Ciências, os estudantes devem pesquisar as fontes de energia no país e quais alternativas apresentam menos impacto ambiental. Com o professor de Língua Portuguesa, eles podem bolar questionários para entrevistar as famílias que receberão o equipamento. O objetivo das aulas de Ensino Religioso deve ser orientar os estudantes no contato com a comunidade, para que eles compreendam as razões das diferenças entre a realidade deles e a dos moradores de bairros carentes.

As avaliações também são formuladas de maneira interdisciplinar. Em História, por exemplo, os estudantes são desafiados a discorrer sobre o extrativismo predatório ocorrido no Brasil Colônia. Além disso, o objetivo é levá-los a associar os prejuízos ao meio ambiente que hoje ameaçam a qualidade de vida, conteúdos que, na teoria, fariam parte do programa de Ciências. Além de confirmarem que a fórmula tem sido vitoriosa no que se refere à aprendizagem da turma, as seis professoras contabilizam ganhos pessoais. "Temos aprendido sempre para colocar nosso conhecimento a serviço dos estudantes",

A interdisciplinaridade surge no século XX como um esforço de superar o movimento de especialização da ciência e superar a fragmentação do conhecimento em diversas áreas de estudo e pesquisa. como uma das respostas à necessidade de uma reconciliação epistemológica, processo necessário devido à fragmentação dos conhecimentos ocorrido com a revolução industrial e a necessidade de mão de obra especializada.

A interdisciplinaridade buscou conciliar os conceitos pertencentes às diversas áreas do conhecimento a fim de promover avanços como a produção de novos conhecimentos ou mesmo, novas sub-áreas, Hilton Japiassu (1976).

Na prática a interdisciplinaridade é um esforço de superar a fragmentação do conhecimento, tornar este relacionado com a realidade e os problemas da vida moderna. Muitos esforços tem sido feitos neste sentido na educação. Na ciência, por sua vez, os esforços estão na busca de respostas, impossíveis com os conhecimentos fragmentados de uma única área especializada, Nova Escola (2005).

Para que haja interdisciplinaridade deve haver ousadia da busca, escuta, encontro, mudança, pesquisa, e acima de tudo saber ser professor, porque o professor precisa ser consciente de sua contribuição para que haja uma educação de qualidade. E isso é possível sim, quando o professor não tem apego a uma metodologia 'fictícia,' porque o mundo muda constantemente; aquilo que deu certo hoje pode não dá amanhã; aquilo que deu certo numa turma, pode não dá na outra; o professor prático-reflexivo é uma metamorfose ambulante; não está conformado com aquilo que está no livro didático, mas reproduz de acordo com a realidade e necessidade do aluno; busca sempre o novo; dialogo, ouve seus alunos e tem uma boa interação com os mesmos, ou seja, é amigo dos seus alunos; nada de rivalidade nem com os seus alunos nem com os seus colegas de trabalho; mostra o seu planejamento para os outros professores, pede ajuda, discute sobre determinados temas, interage e contextualiza suas aulas; não trabalha sozinho; é flexivo; compartilha o que sabe, enfim é altruísta e criativo, Invani Fazenda (2013).

#### **BREVE HISTÓRICO SOBRE A ESCOLA E A NECESSIDADE DA ATUALIDADE DO PROFESSOR**

A escola começou com apenas alguns alunos ao redor de um professor. Sem quadro-negro sem livros: um

professor em pequeno grupo de alunos, ao longo de séculos, essa estrutura evoluiu, sem jamais deixar de estar centrada no professor, Revista Mundo Estranho (07/2008).

No século 21 o Professor continua sendo o centro do processo pedagógico, mais de uma forma diferente. Longe daquele tutor rodeado de cinco ou seis alunos, o professor é o maestro, o arquiteto e o engenheiro de um espetáculo composto por alunos em números variado de até milhões. Alunos espalhados pelo mundo inteiro, em endereços geográficos desconhecidos e que podem também desconhecer onde está o professor, que usara os modernos equipamentos de informática. para melhor interagir com eles.

Essa mutação demorou, mas em nenhum momento ocorreu com tanta rapidez e força, quanto nos últimos anos passaram-se mais 2000 anos deste início da escola, para que fosse inventado quadro-negro, esta foi a primeira grande invenção revolucionária, ampliar processo educacional, ao lado da imprensa e da biblioteca. Graças a ela, foi possível ampliar o número de alunos para algumas dezenas, depois o microfone ampliou para centenas.

Foram, porém, o rádio e a televisão que permitiram ampliar a assistência, a informática permitiu a aula interativa para milhões de alunos. Além disso, foram as modernas técnicas de programação visual que transformaram o quadro-negro em um monitor em que as imagens se movem, adquirem três dimensões, penetram nos objetivos estudados, jogam com o imaginário de cada aluno.

Essa evolução no equipamento pedagógica ocorrida nos últimos 20 anos está inventando um novo profissional, que ainda continua se chamando professor, mas já não se encaixa no tipo anterior, mesmo assim, ele continua sendo o centro do processo pedagógico.

Por isso o mais importante desafio da educação contemporânea é formar o professor, mais até: inventar um novo tipo de professor.

Pelo lado dos equipamentos já disponíveis o professor tem de se reformar, se reinventar para ser um bom professor, ele precisa ser capaz de operar o Máximo de recursos a seus alunos. Da mesma maneira que não se imanava no século 20, um professor sem quadro-negro, no século 21 não se pode conceber um professor que não disponha nem se beneficie dos recursos modernos que facilitam o aprendizado, como televisão, computador, vídeo, programação visual, informática. O professor contemporâneo tem de ser adaptar a evolução que estão ocorrendo nos equipamentos pedagógicos.

Além disso ele precisa se adaptar á nova dinâmica com a qual o conhecimento avança, em uma velocidade nunca ocorrida no passado, o conteúdo de que ele conhece e transmite exige uma nova formação, porque o conhecimento hoje evolui de maneira muito mais rápida do que há até poucos tempos. O professor era a pessoa que conhecia determinados assuntos e possuía uma habilidade inata ou determinada para usar sua fala, seu conhecimento aos alunos até recentemente, ao longe se suas vidas profissionais mais evoluíram muito pouco o quadro-negro e o conteúdo do seu conhecimento.

Dois movimentos do mundo atual forçam o professor a uma adaptação, uma transformação uma reinvenção: por um lado, os novos equipamentos: por outro, uma dinâmica de evolução ao conteúdo. Faz pouco tempo o saber de um professor tinha valor atualizado de sua aposentadoria. O conhecimento durava e os equipamentos eram os mesmos, hoje, esse conhecimento fica absoluto a cada dia. Ao longo de sua vida profissional tem de passar por diversas rupturas estaques adquiridas, agora são fluxos a serem dominados constantemente, por meio de uma formação pedagógica permanente.

Além da dinâmica no conhecimento e da modernidade dos equipamentos, três outras realidades obrigam o professor a se reformar: a mente dos alunos, iniciados e viciados nos monitores da televisão e dos computadores, a ausência das famílias e a presença da mídia.

O aluno contemporâneo não é mais uma tábua rasa a ser escrita pelo professor. Desde a mais tenra idade, ele aprende a cada dia, por meio das informações que recebe constantemente, e quando vai á escola tem dados adicionais, além dos que recebeu na véspera em sala de aula. O magistério ocorre dentro da escola, com professor, e fora dela, com a mídia. E esses dois setores nem sempre, ou raramente, colaboram um com o outro. Na maior parte dos casos, eles se opõem se negam a mídia disseminando ou dizimando o que o professor ensina.

Essa dificuldade não seria tão grave se o mundo moderno mantivesse a tradição da família, especialmente a mãe, os avós e tios, os irmãos mais velhos e até os vizinhos participando da grande aventura do ensino. Mas a cada dia diminui essa integração. As mães trabalham fora, os irmãos estão isolados nas ruas, nos videogames, às vezes no crime, os vizinhos são desconhecidos e muitas vezes desconfiados. (E o pai?)

A formação do professor enfrenta, portanto, cinco desafios:

- Os novos equipamentos,
- A dinâmica do conhecimento,
- A presença da mídia,
- A ausência da família,
- O conhecimento precoce e a priori dos alunos.

Por isso, nunca foi tão fundamental a formação do professor.

Primeiro, mais do que formado, ele tem de ser reformado, reinventado, para servir ao processo de aprendizagem do futuro. Os professores têm de mudar muito mais do que mudaram no tempo em que o uso do quadro-negro começou a se generalizar. Diz-se que foi um escocês, James Pillans (1778-1864), quem inventou o quadro-negro e o giz colorido, para ensinar geografia. Não se pode imaginar o aprendizado de idiomas físicos, biológicos ou qualquer outra disciplina sem os recursos que a teleinformática oferece. Para se reformar e se adaptar ao uso dos sistemas de comunicação, o professor

deve deixar de ser um artesão da transmissão do saber, baseado apenas na própria capacidade, e tem de trabalhar em grupo, com programadores visuais, analistas de sistema, profissionais de informática e outras especialidades que têm surgido nos últimos anos e décadas.

Não é impossível que, para diferenciar o professor do século 21 de todos os anteriores, surja até mesmo um novo nome para identificá-lo.

Segundo o professor tem de ser capaz de reaprender permanentemente, não apenas as técnicas de programação visual muito e de informática, mas também o conteúdo de suas matérias. Por que o pensamento evolui muito rapidamente e se espalha mais rapidamente ainda. O professor da atualidade deve estudar sua matéria, aprendendo-a permanentemente, simultaneamente ligado com a criação do saber, ou não sabe sua disciplina, fica obsoleto. De outra, se ele demorar a aprender, seus alunos aprenderam antes dele, seja pela televisão ou pela navegação da internet; assim, o professor deve estar sempre em formação, ou não é um bom professor.

Terceiro, ele tem que saber usar a mídia aberta, não apenas para contrabalançar os prejuízos que ela provoca no aprendizado, como também para tirar proveito dos programas educacionais que ela tem. A programação da televisão aberta e a cabo tem de ser levada em conta como parte da escola e para isso o professor deve estar preparado.

Essa reformulação do professor, mais do que sua formação, exige uma modificação na escola e em seus administradores.

O salário do professor tem que aumentar consideravelmente, ou a escola não é capaz de manter esse novo profissional. Para ter um bom professor, é preciso atrair profissionais que não apenas conhece a suas disciplinas, mas também sabem manusear com facilidade todas as técnicas de programação visual e conhece o idioma de outros profissionais da área da informática, o que exige salários crescentes.

O professor deve ser cobrado não apenas por sua formação e pelo aprendizado permanente, continuando, online, de sua área, mas também por sua dedicação ao magistério. O salário não pode ser aumentado apenas com base nos diplomas que adquira, porque os diplomas têm prazo de validade, mas também nos resultados obtidos, na avaliação do aprendizado de seus alunos.

Além dos salários elevados, os professores só podem exercer suas funções se cada escola dispuser de equipamentos modernos. Da mesma forma que desde o século 19 não se pode imaginar uma escola sem quadro-negro, não se pode, no século 21, imaginar uma escola sem um sofisticado conjunto de equipamentos de teleinformática à disposição do professor.

Para que isso seja possível, os órgãos de administração da educação precisam necessariamente manter um sistema permanente de formação para professores, para atualizar tanto o conteúdo de suas disciplinas quando as novas técnicas pedagógicas. A formação deve ser permanente, continuada, diária; é preciso criar sistemas de sabáticas para que os professores disponham de tempo integral, por algumas semanas ou meses, a cada ano, para sua dupla atualização: na disciplina que ensina e nas técnicas de ensino.

No caso específico do Brasil, isso exige mudanças substanciais na administração da escola pública.

Primeiro, é necessário criar um Ministério da Educação Básica. Enquanto o MEC cuidar simultaneamente do Ensino Básico e do Ensino Superior, essa última área domina totalmente o uso de recursos e as preocupações dos dirigentes nacionais. Em tais condições, o governo federal continua cuidando do Ensino Superior e relegando o Ensino Básico aos municípios e estados. O resultado é uma educação pobre desigual. Pobre porque os estados e municípios têm poucos recursos. E desigual porque o Brasil a diferença de renda entre os municípios chega a ser quase 40 vezes. Além do ministério da Educação Básica, deve se criar

junto à Presidência da República uma Agência Nacional de proteção da Criança, que coordene as ações de todas os ministérios e monitore, apoie e invista nos desenvolvimentos das crianças, desde seu nascimento até o final do Ensino Médio.

Há algumas décadas, acredita-se que, quando terminada a graduação, o profissional estava apto para atuar na sua área o resto da vida. Hoje a realidade é diferente, principalmente para profissional docente. Este deve estar consciente de que sua formação é permanente, e é integrada no seu dia-a-dia nas escolas.

O professor não deve se abster de estudar, o prazer pelo estudo e a leitura deve ser evidente, senão não consegue passar esse gosto para seus alunos. “O professor que não aprende com prazer não ensina com prazer.” Snyders.(1990).

São grandes os desafios que o profissional docente enfrenta: não se manter atualizado e desenvolver práticas pedagógicas eficientes, são os principais.

Nóvoa (2002, p.23) diz que: “O prazer contínuo e essencial se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente, para este estudioso português, a formação continuada se dá de maneira eletiva e depende da experiência e da reflexão como instrumentos contínuos de análise.

A teoria do desenvolvimento intelectual de Vygostsky sustenta que todo conhecimento é construído socialmente, no âmbito das relações humanas. Essa teoria tem por base o desenvolvimento do indivíduo como resultado, sendo essa teoria considerada história-social.

O conhecimento que permite o desenvolvimento mental se dá na relação com os outros. Nessa perspectiva o professor constrói sua formação, fortalece e enriquece seu aprendizado. Por isso é importante ver a pessoa do professor e valorizar o saber de sua aparência.

Para Nóvoa (1997, p.26): “A troca de experiências e a partilha de saberes consolidam espaços de formação mútua, nos quais cada professor é chamado a

desempenhar, simultaneamente, o papel de formador e formando.”

O trabalho em equipe e o trabalho interdisciplinar se revelam importantes. Quando as decisões são tomadas em conjunto, desfavorece, de certa forma, a resistência às mudanças e todos passam a ser responsáveis para o sucesso da aprendizagem na escola.

O trabalho interdisciplinar evita que os professores conduzam seus trabalhos isoladamente, em diferentes direções, pois a produção de práticas educativas eficazes, surge de uma reflexão de experiência pessoal partilhada entre os colegas.

O sucesso profissional do professor, o espaço ideal para seu crescimento, sua formação continuada, pode ser também seu local de trabalho.

Estudos apontam que existe a necessidade de que o professor seja capaz de refletir sobre sua prática e direcioná-la segundo a realidade em que atua, voltada interesses e as necessidades dos alunos.

Nesse sentido, Freire (1996, p.43) afirma que: “É pensado criticamente a prática de hoje ou de ontem é que se pode melhorar a próxima prática.”

Para entendermos melhor esses aspectos devemos recorrer a Sehon.

Donald Sehon, foi idealizador do conceito de professor prático-refletivo, percebeu que em várias profissões, não apenas na prática docente, avistem situações conflitantes, desafiantes, que a aplicação de técnicas convencionais, simplesmente não resolve problemas.

Não se trata aqui de abandonar a utilização da técnica na prática docente, não haverá momentos em que o professor estará em situações conflitantes e ele não terá como guiar-se somente por critérios técnicos pré-estabelecidos.

Para Nóvoa (1997, p.27)

“As situações conflitantes que os professores são obrigados a enfrentar a (e resolver) apresentam características únicas, exigindo, portanto características

únicas: o profissional competente possui capacidades auto desenvolvimento reflexivo(...) A lógica da racionalidade técnica opõe-se sempre ao desenvolvimento de uma práxis refletiva.”

Os bons profissionais lançam mão de uma série de estratégias não planejadas, cheias de criatividade, para resolver problemas no dia-a-dia.

Sehon identifica nos bons profissionais uma combinação de ciência, técnica e arte. É esta dinâmica que possibilita o professor agir em contextos instáveis como o da sala de aula.

O processo é essencialmente meta cognitivo, onde o professor dialoga com a realidade que lhe fala, em reflexão permanente.

Ora, para maior mobilização do conceito de reflexão na formação de professores é necessário criar condições de trabalho em equipe entre os professores. Sendo assim, isso sugere que a escola deve criar espaço para esse crescimento.

Nesse sentido, Sehon (1997, p.87) nos diz que:

(...) Nossa perspectiva o desenvolvimento de uma prática reflexiva eficaz tem que integrar o contexto institucional. O professor tem de se tornar um navegador atento á burocracia. E os responsáveis escolares que queiram encorajar os professores a tornarem-se profissionais reflexivos devem criar espaços de liberdade tranquila onde a relação seja possível. “Estes são os dois fatos da questão, aprender a ouvir os alunos e aprender a fazer da escola um lugar no qual seja possível ouvir os alunos, devem ser olhados como inseparáveis.”

O professor prático-refletivo propõe-se a levar em conta esta série de variáveis do processo didático, seja aproveitando seja buscando um processo de metacognição, onde o professor perceba os efeitos de sua atenção na aprendizagem de seus alunos.

A real valorização do magistério precisa ter três alicerces sólidos: boa formação inicial, boa formação continuada e boas condições de trabalho, salário e carreira.

A Universidade ocupa um papel essencial, mas não o único para a formação do professor. As universidades cabem o papel de oferecer o potencial físico, humano e pedagógico para a formação acontecer no melhor nível de qualidade.

Não é raro encontrarmos profissionais que responsabilizam a instituição pelo desajuste entre as informações recebidas e sua aplicabilidade. A formação só será completa quando esses profissionais se auto produzirem. Nóvoa (S/D) diz: “Os professores têm de se assumir como produtos da sua profissão.”

O desenvolvimento profissional corresponde ao curso superior somado ao conhecimento acumulado ao longo da vida. Uma boa graduação é necessária, mas não basta é essencial atualizar-se sempre isso remete a necessidade da formação continuada no processo da atuação profissional, ou seja, há a necessidade de construção do saber, no processo de atuação profissional.

A formação oportuniza o professor não só o saber em sala de aula. Ele precisa conhecer as questões educação, as diversas práticas avaliadas na questão educação, as diversas práticas avaliadas na perspectiva histórica, sociocultural. E ainda, precisa conhecer o desenvolvimento do seu aluno nos seus múltiplos aspectos: afetivo, cognitiva, e social, bem como refletir criticamente sobre seu papel diante de seus alunos e da sociedade.

## COMO ENSINAR RELACIONANDO DISCIPLINAS

Parta de um problema de interesse geral e utilize as disciplinas como ferramentas para compreender detalhes; como um professor especialista, você tem a função de um consultor da turma, tirando dúvidas relativas à sua disciplina; inclua no planejamento ideias e

sugestões dos alunos; se você é especialista, não se intimide por entrar em área alheia; pesquise com os estudantes; faça um planejamento que leve em consideração quais conceitos podem ser explorados por outras disciplinas; levante a discussão nas reuniões pedagógicas e apresente seu planejamento anual para quem quiser fazer parcerias; recorra ao coordenador. Ele é peça-chave e percebe possibilidades de trabalho; lembre-se de que a interdisciplinaridade não ocorre apenas em grandes projetos. A possível praticá-la entre dois professores ou até mesmo sozinho.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação oportuniza o professor não só, a saber, em sala de aula. Ele precisa conhecer as questões educação, as diversas práticas analisadas na perspectiva histórica, sócio cultura. E ainda, precisa conhecer os desenvolvimentos do seu aluno nos seus múltiplos aspectos: afetivo, cognitivo, e social, bem como refletir criticamente sobre seu papel diante de seus alunos e da sociedade.

Munido de esses saberes elementares, os frutos serão colhidos no ambiente de sala de aula ou fora dela. Você não trabalha sozinho em interdisciplinaridade, se agrega, um depende do outro.

Em grandes grupos, em dupla ou até mesmo sozinho é possível integrar diferentes matérias e levar os alunos a compreender plenamente os conteúdos curriculares.

### REFERÊNCIAS

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. 20ª Ed. São Paulo; Paz e terra, 1996.
- NÓVOA Antônio. (coord.). **Os professores e sua formação**. Lisboa- Portugal, Dom Quixote, 1997.
- SCRÖN, Donald. **Os professores e sua formação**. Coord. De Nóvoa; Lisboa, Portugal, Dom Quixote, 1997.

ALARCÃO, (org.). **Formação Reflexiva de Professores: estratégias de supervisão**. – Portugal> Porto Editora, 1996.

CARVALHO, Tânia Câmara Araújo de. **A reconstrução de saberes no coletivo: resgate de um processo de assessoria pedagógica**. (Tese de Doutorado). Natal, Departamento de Educação / Programação de Pós-Graduação em Educação / Centro de Ciências Sociais Aplicadas / UFRN, 1999.

GOMEZ, A. P. **O pensamento prático do professor: a formação do professor como profissional reflexivo**. In.: NÓVOA, A. (coord.) Os professores e a sua formação.

Revista Nova Escola. Agosto/2002.p.23.

Revista Nova Escola. JAN/FEV/ 2009.p.24-25; 98.

Revista Nova Escola. MAR/2009.p.26-33.

DE LA TAILLE, Y. Autoridade na escola. In: AQUINO, J.G. (org.). **Autoridade e autonomia na escola: alternativas teóricas práticas**. São Paulo: Summus Editorial, 1999.

\_\_\_\_\_, P. e outros. **Disciplina na escola: autoridade versus autoritarismo**. São Paulo: EPU, 1989.

GUZZONI, M. A. **A autoridade na relação educativa**. São Paulo: Annablumme, 1995

FURLANI, L.M.T. **Autoridade do professor: meta, mito ou nada disso?** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RISHNAMURTI, J. **A educação e o significado**.São Paulo. Curtriz, 2001.

LAROUSSE. **Dicionário Ilustrado da Língua Portuguesa**. São Paulo: Larousse do Brasil, 2004.

LIBÂNÊO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MORAIS, R. (org.). **Sala de aula: que espaço é este?**14ª ed. São Paulo: Papirus, 2001.

**EDUCAÇÃO EM SAÚDE: PRÁTICAS DE TELECONSULTA EM PACIENTES  
COM DIABETES MELLITUS NO SÉCULO XXI**  
**HEALTH EDUCATION: TELECONSULTATION PRACTICES IN PATIENTS  
WITH DIABETES MELLITUS IN THE 21ST CENTURY**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-12

**Custódio Cazenga Francisco**<sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** As práticas de teleconsulta é uma estratégia que auxilia na promoção do autocuidado dos pacientes com diabetes mellitus. **OBJETIVO:** refletir sobre a importância das práticas de teleconsulta em pacientes com diabetes mellitus na perspectiva de educação em Saúde no século XXI. **METODOLOGIA:** O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico. Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A teleconsulta para educação em Saúde em pacientes diabéticos traz auxílio nas intervenções comportamentais e melhoria do controle glicêmico, por intermédio de consultas em vídeos com upload prévio das medições de glicose feito em tablet, com complementação do tratamento clínico padrão de diabetes mellitus e aumenta o atendimento assistencial que resulta no sucesso do tratamento, benefícios fisiológicos e psicológico. Constitui-se, assim, como um precioso auxiliar, tanto para futuros professores, como para todos aqueles que queiram atualizar os seus conhecimentos e aprofundar a sua formação. Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições acadêmicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente.

**PALAVRAS-CHAVE:** educação em Saúde; teleconsulta; diabetes mellitus.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** Teleconsultation practices are a strategy that helps promote self-care for patients with diabetes mellitus. **OBJECTIVE:** to reflect on the importance of teleconsultation practices in patients with diabetes mellitus from the perspective of health education in the 21st century. **METHODOLOGY:** The present text consists of a literature review of the Narrative type, and we used scientific databases to include proposed authors. The aim was to bring relevant content to the theme with a focus on various theories. An analytical and bibliographical research was carried out with a qualitative approach on the subject through books, articles and video lessons from databases such as Pepsic, Scielo and Google Scholar. Then, the most relevant materials were included, excluding content that did not relate to the theme. **FINAL CONSIDERATIONS:** The teleconsultation for health education in diabetic patients helps with behavioral interventions and improvement of glycemic control, through video consultations with previous upload of glucose measurements taken on a tablet, complementing the standard clinical treatment of diabetes mellitus and increases the care that results in treatment success, physiological and psychological benefits. It is thus a valuable aid, both for future teachers and for all those who want to update their knowledge and deepen their training. It is hoped that from this research, professors from higher education academic institutions and related areas will have a better understanding of the subject, a more comprehensive technical and scientific vision.

**KEYWORDS:** health education; teleconsultation; diabetes mellitus.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Ciências Biomédicas (Segurança do Trabalho) pela UNIXAVIER; Pós-Graduado (*Lato Sensu*) em Administração Hospitalar pela Universidade Nova Lisboa; Graduado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-MAIL:** custodiofrancisco29.8@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9024184123157315.

## INTRODUÇÃO

As práticas de teleconsulta é uma estratégia que auxilia na promoção do autocuidado dos pacientes com diabetes mellitus.

A Diabetes Mellitus (DM) é uma doença crônica não transmissível (DCNT), causada pela produção insuficiente ou má absorção de insulina, hormônio que regula a glicose no sangue e garante energia para o organismo (SBD, 2022).

Segundo a publicação da Sociedade Brasileira de Diabetes (2020), o diagnóstico se estabelece quando há a hiperglicemia, que é a causa de várias complicações. Esta Sociedade ainda afirma que a DM é classificada por etiopatogenia: o diabetes tipo 1 (DM1), o diabetes tipo 2 (DM2), o diabetes gestacional (DMG) que afeta entre 2% a 4% das gestantes e o Diabetes Latente Autoimune do adulto (LADA), que ocorre quando há um processo autoimune em pessoas com Diabetes Mellitus tipo 2, as quais perdem células Beta do pâncreas.

O tratamento consiste em ações farmacológicas e não farmacológicas, as quais a dieta adequada e a mudança de estilo de vida são necessárias, tendo em vista que o descontrole da doença gera complicações. Estas complicações, podem ser danos ao (aos): coração, rins, olhos, cérebro e nervos. Por isso, o acompanhamento pela equipe multidisciplinar, o que inclui o enfermeiro, é fundamental e não deve ser interrompido (SBD, 2020).

À vista disto, a educação em saúde no manejo da DM é fundamental para a prática do autocuidado com a existência de variações no modo de realizar essas intervenções educativas. Desse modo, ressalta-se que estas intervenções foram testadas, entretanto não há um modelo padrão que seja universal. Assim, o profissional deve atentar às necessidades individuais, que são as singularidades dos pacientes (IQUIZE et al., 2016).

Assim, a Organização Pan-Americana de Saúde (2021) pediu aos países que: garantam o tratamento da diabetes totalmente disponível aos pacientes durante a

pandemia. Isso pode significar oferecer atendimento fora dos ambientes tradicionais, utilizando soluções digitais de saúde, disseminando informações e aproximando o atendimento da população por meio de agentes comunitários de saúde. A insulina também deve permanecer acessível para aqueles que precisam dela (OPAS, 2021). Com esse pedido, os profissionais de saúde atuaram também como agente de transformação social e logo perceberam que necessitariam estar capacitados para reconhecer e utilizar adequadamente novas tecnologias, tanto de informação como de comunicação, com vistas a assistência ao paciente. Com essa percepção, busca-se Paulo Freire, que cita: o indivíduo tem a capacidade de intervir na realidade do mundo, tornando-se sujeito nele, sendo uma tarefa complexa, que gera novos saberes (FREIRE, 2011).

Considerando que as práticas de teleconsulta em pacientes com diabetes mellitus na perspectiva de educação em Saúde no século XXI como um problema de políticas educacionais, com maior relevância nos países em desenvolvimento, escassez de dados publicados, foi motivo evidente do autor, para pesquisar, na esperança de contribuir para um melhor conhecimento deste tema.

Esta Pesquisa propõe: Produzir novos conhecimentos, obter informação desconhecida para a solução do problema, melhoria de Saberes e práticas educativas e contribuir para ciência.

A abordagem deste tema é de suma importância por se tratar de um levantamento para as Instituições de ensino. Sendo assim, pretende-se investigar neste trabalho: **Qual importância das práticas de teleconsulta em pacientes com diabetes mellitus na perspectiva de educação em Saúde no século XXI?**

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre a importância das práticas de teleconsulta em pacientes com diabetes mellitus na perspectiva de educação em Saúde no século XXI.

## REFERENCIAL TEÓRICO: TELECONSULTA

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) são recursos tecnológicos utilizados de forma integrativa como o telefone e a internet que modificaram significativamente o mundo moderno. Desde 2007, as TIC's são utilizadas no Sistema Único de Saúde (SUS), através do Programa Nacional Telessaúde Brasil rede com os serviços de teleconsultoria, telediagnóstico e tele-educação, este último voltado para a educação permanente de profissionais de saúde. Portanto, a consulta remota não é um assunto novo na literatura, mas ganhou destaque com a pandemia da Covid -19 (BRASIL,2012).

As teleconsultas são excelentes ferramentas para a interação entre profissionais de saúde e pacientes, suas vantagens envolvem a economia de tempo e recursos, a manutenção do vínculo profissional-paciente, mas as dificuldades também são muito grandes como demonstrou Catapan et al., (2021), que ressaltou que a maior parte das Unidades Básicas de Saúde (UBS) não possuem os requisitos básicos para implantação do sistema no local, devido às desigualdades regionais. Embora muito ainda a teleconsulta precisa ser ajustada, ao considerar que os enfermeiros podem contribuir com tratamento e educação na utilização da telenfermagem, definida pela American Academy of Ambulatory Care Nursing como a prestação, gestão e coordenação de todos os tipos de cuidados de enfermagem e serviços prestados por meio de tecnologia de telecomunicações (AAACN, 2022).

A Organização Internacional de Padronização (ISO), define a telessaúde como a utilização das telecomunicações e suas técnicas para fortalecer a telemedicina, educação e educação em saúde à distância (ROBSON; HOSSEINZADEH, 2021). Inicialmente, este serviço era somente no setor público, porém em 2018, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou a resolução 2227/2018 que permitiu a teleconsulta, porém no ano seguinte foi revogada.

No entanto, foi novamente autorizada e desta vez também no âmbito privado por meio da lei

13.989/2020, em caráter de urgência devido à situação pandêmica. Com relação às ações de telenfermagem, o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN) publicou em 26 de março de 2020 a resolução número 634/2020, qual seja: Autoriza e normatiza, “ad referendum” do Plenário do Cofen, a teleconsulta de enfermagem como forma de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), mediante consultas, esclarecimentos, encaminhamentos e orientações com uso de meios tecnológicos, e dá outras providências (COFEN, 2020).

Embora haja as vantagens e desvantagens deste tipo de serviço, a teleconsulta de enfermagem pode contribuir para promoção da saúde, prevenindo doenças e ajudando no tratamento, podendo reduzir a mortalidade, os custos, o número de internados e fortalecer o vínculo entre profissionais e pacientes (MUSSI et al ,2018). Além disso, os enfermeiros podem utilizar a consulta remota de diversas maneiras e já demonstrou melhora no estado de saúde geral de doentes crônicos, incentivando-os com o autocuidado, fazendo com que aderissem mais aos tratamentos o que conseqüentemente leva à uma diminuição na procura pelas unidades de pronto atendimento e internações (ATHAYDES et al., 2020).

Em 28 de Abril de 2022, o Conselho Federal de Enfermagem aprovou a minuta da resolução que dispõe sobre teleconsulta de enfermagem pós-período emergencial, com o entendimento de que após a aprovação emergencial das consultas à distância no período pandêmico houve o fortalecimento da prática e contribuição para a população, sendo necessário a criação de uma normativa definitiva. (COFEN, 2022)

## EDUCAÇÕES EM SAÚDE

Na constituição Federal, a lei que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional esclarece que: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos

movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (BRASÍLIA, 1996). Neste sentido, educação em saúde pode ser compreendida como as ações para troca de informações de saúde visando a promoção para a prevenção e tratamento de doenças ou ainda, a qualidade de vida, no sentido de fazer com que a sociedade se aproprie das temáticas e assim consigam ter autonomia para o autocuidado, embasando-se para discutir com profissionais e gestores com vistas ao atendimento com atenção das suas necessidades.

Assim, entende-se que esta formação ocorre dentro da relação ensino-aprendizagem formal ou informal, por meio das políticas educacionais incluídas no grupo de políticas públicas sociais do país, nas quais se referem ao processo ou ao fenômeno relacionado entre os aspectos sociais e os culturais de uma comunidade ou sociedade (CHRIZOSTIMO et al., 2020). O que ratifica a ideia da Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde (APPMS), que de acordo com o eixo 8 – Gestão do trabalho e educação em saúde, no tópico Análise das potencialidades da educação técnica em saúde para o SUS (BRASIL, 2018). Bem como, atende aos princípios do Grupo de Pesquisa – Gestão da Formação e Qualificação Profissional: Educação e Saúde.

Nesse contexto, a Educação em Saúde e seus processos, auxiliam na criação de Políticas Públicas, geram reflexões nos usuários do Sistema de Saúde e conseqüentemente, a melhoria dos serviços (BRASIL, 2006) e o profissional deve ser educado conforme o pensamento de Paulo Freire que afirmou que para ensinar, deve-se também ter respeito pelos saberes de quem se educa, principalmente das classes populares (FREIRE, 2011).

Com isso, se transporta o pensamento de Freire para o âmbito da saúde, o qual pode ser utilizado na prática educativa do profissional de saúde com os usuários, tendo em vista que este se depara com inúmeras questões relativas aos conhecimentos populares. Há de se considerar na prática profissional a

escuta ativa e o acolhimento, para que o indivíduo possa expor as crenças e os seus valores. A troca de conhecimento gera a compreensão do comportamento, propicia o alcance do objetivo da educação em saúde que culmina com a adesão ao tratamento e o autocuidado.

Para isto, o profissional deve avaliar o processo desenvolvido para a educação em saúde, pois é dever dos profissionais de saúde intervir junto aos pacientes no aumento de motivação e na mudança de hábitos, para que o objetivo final seja alcançado, com a qualidade de vida, promoção da saúde, tratamento e recuperação (MENDES, 2012).

## **DIABETES MELLITUS:**

### **DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DO DIABETES MELLITUS**

O Diabetes Mellitus (DM) é uma doença causada quando o nível de glicose fica alto, acumulando-se no sangue. Ocorre quando há defeitos na secreção ou na ação da insulina, um hormônio responsável pela entrada da glicose nas células, sendo produzida nas células Beta no pâncreas. A glicose é utilizada de maneira inteligente pelo organismo, utilizando-a para as atividades corporais ou acumulada em forma de gordura (SBME, 2007).

Atualmente, a DM classifica-se de acordo com sua etiologia, ou seja, da sua causa, sendo as mais comuns: DM tipo 1 (DM1), normalmente ocorre nas crianças e adolescentes, tendo início abrupto com glicemia apresentando valores >300 mg/dL e é causada quando o sistema imunológico ataca as células Beta e assim ocasionando o acúmulo de glicose ao invés de ser utilizada. Geralmente desenvolve-se na fase da infância ou adolescência, porém pode acontecer na fase adulta também (SBD, 2022).

A DM tipo 2 (DM2), diferentemente da 1, é marcada normalmente pela associação com a obesidade e síndrome metabólica e ocorre quando o organismo não consegue utilizar toda a glicose que produz ou não consegue mais produzir insulina suficiente para controlar a glicose, acometendo o organismo na fase adulta,

embora possa manifestar-se também em crianças com problemas metabólicos.

A DM Gestacional (DMG), ocorre quando na gestação, momento onde as mulheres produzem muitos hormônios, a ação da insulina é reduzida, fazendo com que o pâncreas tente compensar aumentando a produção. Quando o aumento na produção de insulina nas gestantes não ocorre, a glicose se acumula no sangue, podendo causar um parto com complicações, bebê maior que o normal em peso e comprimento (macrossomia fetal) e com risco de hipoglicemia (SBD, 2022).

Embora estes sejam os principais, ainda existem outros tipos específicos de DM como o Diabetes Monogênico que é ocasionado por alteração em genes específicos, a Diabetes Latente Autoimune do Adulto (LADA) que se apresenta geralmente no início da idade adulta e tem características que estão presentes tanto no Diabetes tipo 1 quanto no tipo 2.

Ainda temos a Diabetes neonatal, o Diabetes secundário a endocrinopatias, secundário a doenças do pâncreas exócrino, secundário a infecções e secundário a medicamentos, entre outras com características e complicações, representadas no quadro 1. Não menos importante é a pré-diabetes, condição que precisa ser acompanhada e tratada e 541 milhões de adultos têm intolerância à glicose (IGT), o que os coloca em alto risco de diabetes tipo 2 (IDF, 2021).

**Quadro 1.** Classificação do diabetes (continua)

CARACTERÍSTICAS/ COMPLICAÇÕES
Diabetes tipo 1
Imunomediado
Idiopático
Diabetes tipo 2
Diabetes Gestacional
Outros tipos de Diabetes
Defeitos monogênicos na função das células $\beta$ pancreáticas

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ MODY (Mature Onset Diabetes of the Young)</li> <li>▪ Diabetes neonatal transitório ou permanente</li> <li>▪ Diabetes mitocondrial</li> </ul>
<p><b>DEFEITOS GENÉTICOS NA AÇÃO DA INSULINA</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Síndrome de resistência à insulina tipo A</li> <li>▪ Leprechaunismo</li> <li>▪ Síndrome de Rabson-Mendenhall</li> <li>▪ Diabetes lipoatrófico</li> </ul>

**Quadro 1.** Classificação do diabetes (continuação)

CARACTERÍSTICAS/ COMPLICAÇÕES
<p><b>DOENÇAS DO PÂNCREAS EXÓCRINO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pancreatite</li> <li>▪ Trauma ou pancreatectomia</li> <li>▪ Neoplasia pancreática</li> <li>▪ Fibrose cística</li> <li>▪ Hemocromatose</li> <li>▪ Pancreatopatia fibrocalculosa</li> </ul>
<p><b>ASSOCIADO A ENDOCRINOPATIAS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acromegalia</li> <li>▪ Síndrome de Cushing</li> <li>▪ Glucagonoma</li> <li>▪ Feocromocitoma</li> <li>▪ Hipertireoidismo</li> <li>▪ Somatostatina</li> <li>▪ Aldosteronoma</li> </ul>
<p><b>SECUNDÁRIO A DROGAS (QUIMICAMENTE INDUZIDO):</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Vacor (Piriminil - raticida com potencial para destruir célula Beta)</li> <li>▪ Pentamidina</li> <li>▪ Ácido nicotínico</li> <li>▪ Glicocorticóides</li> <li>▪ Hormônio de tireóide</li> <li>▪ Diazóxido</li> <li>▪ Agonista <math>\beta</math> adrenérgico</li> <li>▪ Tiazídicos</li> <li>▪ Difenilhidantoína</li> <li>▪ Interferon <math>\gamma</math></li> </ul>

**Quadro 1.** Classificação do diabetes (conclusão)

CARACTERÍSTICAS/ COMPLICAÇÕES
<p><b>SECUNDÁRIO ÀS INFECÇÕES:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Rubéola congênita</li> <li>▪ Citomegalovírus</li> </ul>
<p><b>FORMAS INCOMUNS DE DM IMUNOMEDIADO</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Síndrome da pessoa rígida</li> <li>▪ Síndrome de resistência à insulina tipo B (por anticorpos antirreceptor de insulina)</li> </ul>

### OUTRAS SÍNDROMES GENÉTICAS ASSOCIADAS AO DM

- Síndrome de Down
- Síndrome de Klinefelter
- Síndrome de Turner
- Síndrome de Wolfram
- Síndrome de Prader Willi
- Ataxia de Friedreich
- Coreia de Huntington
- Síndrome de Laurence-Moon-Biedl
- Distrofia miotônica
- Porfiria

FONTE: SBD, 2022

### DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO

O diagnóstico de DM deve ser feito o mais rápido possível a fim de evitar as complicações, porém, pode se apresentar sem sintomas. Os sintomas principais seriam: a poliúria, e polidipsia, polifagia, polifagia e perda ponderal (BRASIL, 2019).

Os exames para confirmação ou exclusão da doença são a Glicemia de Jejum, feito através de amostra de sangue venoso, o Teste de Tolerância a Glicose (TTG, TTOG ou GTT), feito através de coleta de sangue 120 minutos após a ingestão de anidra ou dextrose via oral e a Hemoglobina glicada (HbA1c) que é a fração da hemoglobina que se liga a glicose, onde é feita uma mensuração da glicemia dos últimos 3 meses, período em que vivem as hemácias (CASTRO et al., 2021).

**Tabela 1.** Critérios laboratoriais para diagnóstico de DM2 e pré-diabetes.

CRITÉRIOS	NORMAL	PRÉ-DM	DM2
Glicemia de jejum (mg/dl)	<100	100 a 125	>125
Glicemia 2h após TOTG (mg/dl)	<140	140 a 199	>199
HbA1c (%)	<5,7	5,7 a 6,4	>6,4

FONTE: SBD, 2022.

O tratamento da DM é feito por meio das ações farmacológicas e não farmacológicas, com

medicamentos prescritos de acordo com as necessidades dos pacientes, podendo ser hipoglicemiantes orais como a metformina, medicamentos que auxiliam na secreção de insulina ou insulino terapia nos casos mais graves (CASTRO et al., 2021). Medidas como perda de peso, controle da dieta, exercício físico e verificação constante dos níveis glicêmicos, são ações não farmacológicas e complementares ao tratamento. Manter o controle da glicemia no sangue é muito importante por estimular o sistema imune inato, o que reduz as chances de infecções (SHI et al, 2020).

### A EPIDEMIOLOGIA

Mundialmente as doenças crônicas não transmissíveis, como o câncer, doenças cardiovasculares, doenças pulmonares crônicas, Alzheimer e diabetes, são responsáveis por sete de cada dez mortes no mundo (OPAS, 2020).

A International Diabetes Federation (IDF), publicou em seu Atlas Diabetes 10ª edição, dados sobre a prevalência de Diabetes na população mundial e estes mostram que 537 milhões de adultos (20-79 anos) vivem com diabetes: 1 em cada 10. Há previsão que esse número aumente para 643 milhões em 2030 e 784 milhões em 2045.

Com estes números, a prevalência global da doença atingiu a marca de 10,5%, com quase metade (44,7%) sem diagnóstico (IDF Diabetes Atlas, 2021). No Brasil a DM ocupa atualmente o 4º lugar no ranking dos países com mais casos de DM no mundo, com cerca de 12,5 milhões de indivíduos doentes, com projeção de 20,3 milhões para 2045 (SBD, 2020).

O Ministério da Saúde em 2020, por meio da pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel), chegou ao número de 7,4% de prevalência de DM, sendo número elevado em mulheres e em idosos com mais de 65 anos (UNA-SUS, 2020). E com relação as cidades brasileiras, afirma-se que o maior percentual de

indivíduos cometidos pela doença está na capital do Rio de Janeiro com 11,2%, seguida por Maceió com 11% e Porto Alegre 10% (GANDRA, 2022).

### COMPLICAÇÕES DO DIABETES MELLITUS

Ao pensar nas complicações da DM destaca-se os quadros prolongados de hiperglicemia, que levam as consequências danosas para o organismo, com a inclusão das lesões de retina, nervos, rins, vasos sanguíneos, que podem gerar complicações e morte. As complicações do DM podem ser agudas ou crônicas (SBD,2022).

Assim, como complicações agudas cita-se a cetoacidose diabética (CAD), que ocorre mais em pacientes com DM1, LADA e que estão ligadas à falta de insulina no sangue. Com isso, as cetonas são liberadas e modificam o Ph sanguíneo, que pode levar ao coma e a morte, isto é glicemia capilar > 250 mg/dl, que traz sintomas como polidipsia, poliúria, enurese, hálito cetônico, fadiga, visão turva, náuseas e dor abdominal, vômitos, desidratação, hiperventilação e alteração do estado mental (SBD, 2022).

Cita-se ainda, outra complicação que é o estado hiperglicêmico hiperosmolar, que ocorre geralmente acima dos 40 anos e somente no DM tipo 2, o que origina hiperglicemia grave, sendo >600 mg/dl a 800 mg/dl, acompanhada de desidratação e alteração do estado mental com rebaixamento do nível de consciência e desidratação (SBD, 2022).

Cabe aqui ressaltar que esta complicação tem mortalidade mais alta do que na CAD. A hipoglicemia é uma complicação, que leva à diminuição da glicose nos diabéticos para níveis < 70 mg/dl, que advém, principalmente, em pacientes em uso de insulino terapia que causa fome, tontura, fraqueza, cefaleia, confusão, coma, convulsão, sudorese, taquicardia, apreensão e tremor (BRASIL, 2013).

As complicações crônicas do DM envolvem danos microvasculares e macrovasculares. Os microvasculares são: a retinopatia diabética que

acomete a retina, a nefropatia diabética que acomete os rins e a neuropatia que acomete o sistema nervoso, fazendo com que o indivíduo perca a sensibilidade protetiva, sendo assim, uma vez que o indivíduo se lesione, como tem uma cicatrização prejudicada, pode ser levado à outra complicação que é o pé diabético. Já as complicações macro vasculares são as doenças cardiovasculares responsáveis por infartos, Acidentes Vasculares cerebrais e doença vascular periférica (SBD, 2021).

### METODOLOGIA

O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática sobre as práticas de teleconsulta em pacientes com diabetes mellitus na perspectiva de educação em Saúde no século XXI com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico.

Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática.

### RESULTADOS E DISCUSSÃO

FORD et al., (2021), em sua produção científica trouxeram a experiência dos profissionais de saúde acerca da prestação de cuidados remotos a pessoas com DM e o impacto do início da bomba de insulina devido ao Covid-19, o que trouxe de forma forçada as consultas remotas. Acerca do treinamento profissional, a PC3 destaca que para a teleconsulta é necessário treinamento adequado de profissionais e isto requer tempo.

Dentre as produções, a pesquisa sobre as consultas de vídeo como complemento ao tratamento padrão entre pacientes com DM2 (PC4), demonstrou que consultas por vídeo com upload prévio das medições de glicose feito em tablet, podem acrescentar muito ao atendimento clínico presencial e diminuir os níveis de HbA1c. No entanto, teve como dificuldade e ponto negativo, a baixa adesão de grupos socioeconômicos mais pobres, sugerindo que se deve encontrar uma abordagem alternativa (HANSEN et al., 2017).

Fato que se deve considerar, foi a explosão de estudos acerca da temática após a pandemia provocada pela Covid-19. Neste contexto, a produção científica de 2020, traz a utilização de recursos on-line para o acompanhamento de gestantes com diabetes, sobretudo em tempos de bloqueio devido à pandemia da Covid-19, onde a orientação era o comparecimento presencial apenas para exames de ultrassom e outros. Além das consultas telefônicas e por vídeo, ainda foram utilizados outros recursos, tais como sites e plataformas como o You Tube com vistas a informação. Para MURPHY (2020), as consultas remotas são positivas, pois mantém o vínculo paciente-profissional de saúde.

Dos estudos incluídos, apenas 1 (PC8), utilizou entrevistas semiestruturadas após cursos online, onde pacientes participantes deram o feedback de questões que analisavam grau de satisfação, compreensão, aceitabilidade e utilidade. Também havia perguntas sobre a contagem de carboidratos e ajuste de dose de insulina, tendo como destaque o fato de que estas são abordagens complicadas tanto para educadores quanto para os participantes, demonstrando que são necessários esforços para dominar tais assuntos (XIE et al., 2020).

Dentre os estudos, cinco (PC2, PC4, PC5, PC6 e PC7), trouxeram o enfermeiro como educador em saúde. Na PC4, os profissionais que já eram experientes em reabilitação de pacientes com DM, participaram de um programa educacional sobre DM2 e as consultas eram feitas mensalmente sempre após medições no nível de

glicose no sangue, pressão arterial e peso, analisadas e caso houvesse alguma intercorrência, como caso de hipoglicemia, o médico era acionado (HANSEN, 2017). Yang et al., corroboram que a telenfermagem pode ser uma ferramenta muito útil para a educação do paciente, auxiliando nas intervenções comportamentais e através dela, trazer a melhoria do controle glicêmico (YANG et al., 2019).

No que se refere ao uso das consultas remotas como fator de controle dos níveis glicêmicos, o estudo PC4 analisou que essa melhoria só ocorreu enquanto a intervenção para o estudo estava ativa, com resultados de HbA1c piores em 6 meses (HANSEN et al., 2017). Porém, quando as orientações repassadas são seguidas, há chances maiores do sucesso no tratamento, o que traz benefícios fisiológicos e psicológicos gerando uma sensação nos pacientes de “vida normal” (XIE, Y. et al., 2020).

Na PC6, as enfermeiras educadoras foram responsáveis pela condução de entrevistas para feedback do curso online. Já o estudo PC5 abordou o manejo da Nefropatia diabética, presenciais e através de chamadas telefônicas os enfermeiros utilizaram vídeos e tinham recurso de marcar e colocar mais informações na tela do computador, para facilitar o entendimento dos pacientes que estavam em posse de um Tablet que foi entregue via correios. Embora os pacientes tenham se sentido à vontade com a enfermeira, sendo fácil a compreensão sobre o autocuidado, as mesmas sentiram falta do contato direto para o exame físico, onde é possível por exemplo, a verificação dos pés (KAZAWA et al., 2020).

A situação socioeconômica somada à baixa escolaridade é um fator importante no que diz respeito ao manejo da doença. Alguns pacientes da PC 5, referiram uma certa dificuldade de lidar com os recursos tecnológicos empregados nos estudos como tablets e má qualidade da conexão de internet (KAZAWA et al., 2020).

Em outro estudo, evidenciou-se que situações em que os pacientes saem da sua rotina, como no caso

do período da pandemia, reduzindo os exercícios físicos e se alimentando de forma inadequada podem levar ao controle glicêmico ineficaz (JALY et al., 2020).

No que diz respeito à teleconsulta, concorda-se com os autores Kazawa et al., quando dizem que a educação remota facilita os cuidados de saúde e é universal, podendo ser utilizada em qualquer local e momento (KAZAWA et al., 2020). Além disto na PC3, as autoras avaliam que há também o benefício econômico e de tempo com relação às consultas e viagens, sendo significativos tanto para profissionais quanto para pacientes (HALL et al., 2022).

De tal modo, dessas produções científicas emergiram quatro categorias temáticas sobre a teleconsulta, a saber:

1. O entrelace com os equipamentos de comunicação, o dispositivo prático, e a tecnologia leve assistencial possibilitou satisfação positiva dos pacientes diabéticos com poucas limitações encontradas;
2. A teleconsulta foi a estratégia considerada como a modalidade de cuidado remoto mais utilizada no período da pandemia, que envolveu ligações telefônicas com videochamadas e medições de glicose;
3. A educação em saúde para os pacientes com Diabetes Mellitus permitiu mudanças comportamentais semelhantes e o grupo compreendeu a gravidade com a necessidade do autogerenciamento de suas doenças.
4. A contribuiu para a promoção do autocuidado e o controle glicêmico foi eficaz dos pacientes diabéticos.

A pesquisa apontou que as intervenções resultaram na melhora da HbA1c, que é a diferença média combinada em HbA1c: -0,35%, 95% CI (-0,52, -0,18),  $P < 0,001$ ). As videoconferências precedidas por uploads de medicações como complemento ao atendimento clínico levaram a redução da HbA1c em comparação com o atendimento padrão (0,69% vs 0,18%,  $P = 0,022$ ). (CELIK et al., 2020; HANSEN, 2017).

Observa-se que sendo um resumo da narração que foi elaborada dos desfechos secundários, é impossível concluir o impacto dos resultados. A questão

aqui talvez seja a adesão do paciente ao tratamento para a DM. Pois, a não adesão à medicação para a DM é a principal causa do descontrole dos valores da glicose no sangue. Embora a maior parte dos pacientes estejam cientes dos malefícios da DM e de suas complicações que podem ser fatais, muitos não dão a atenção necessária para a doença, que deixa a própria saúde em segundo plano.

Nesse contexto, em consequência, há o aumento das complicações, como nefropatia, neuropatia, retinopatia, pé diabético e outras. Alguns pacientes têm certa dificuldade de aceitar o diagnóstico e o fato de que irão precisar de um medicamento para a vida toda (BRASIL, 2013).

Sendo assim, nesse estudo ficou claro, como aponta o autor Forde (2021), que 143 profissionais de saúde de aproximadamente 75 centros do Reino Unido responderam à pesquisa e demonstraram que a modalidade de cuidado remoto mais utilizada foi a teleconsulta com maior tempo via vídeo que por telefone, pois há déficit no autocuidado, por diversas questões. No Brasil com a pandemia o Conselho Federal de Enfermagem (2020) autorizou a teleconsulta de enfermagem, como forma de combate à pandemia causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), mediante consultas, esclarecimentos, orientações e orientações com o uso de meios de tecnologia de informação e comunicação, audiovisuais e dados que permitem o intercâmbio entre o enfermeiro e o paciente de forma simultânea ou de forma assíncrona.

No entanto, percebe-se que para a educação em saúde houve monitoramento dos pacientes com DM. Com essa intervenção, no geral, os resultados clínicos (HbA 1c, níveis de lipoproteínas de baixa densidade e pressão arterial) não pareceram comprometidos com o uso da video consulta. Mas, os pacientes não ficaram somente com as consultas remotas, também tiveram o acompanhamento presencial intermitente, exceto em tempos de bloqueio total devido ao coronavírus.

Com isso, a satisfação dos pacientes foi alta, com poucas limitações encontradas. Os benefícios econômicos e de economia de tempo dessa abordagem provaram ser vantagens adicionais. No entanto, aos seis meses de acompanhamento, a diferença entre os grupos na redução da HbA1c no início do estudo não foi mais significativa. Os que não concluíram, tinham níveis mais altos de HbA1c e um menor grau de escolaridade (HALL, 2020).

Pensa-se que o grau de escolaridade se relaciona com a formação que acontece na relação ensino-aprendizagem formal ou informal, por meio das políticas educacionais contidas no grupo de políticas públicas sociais do país, nas quais se referem ao processo ou ao fenômeno relacionado entre os aspectos sociais e os culturais de uma comunidade ou sociedade (CHRIZOSTIMO, et al., 2020). Com isso, acredita-se que a educação interfere na melhoria da saúde e qualidade de vida, o que é corroborado por Pimentel (2013), quando diz que as mortes por diabetes em pessoas com menos de três anos de escolaridade são 10 vezes maiores do que em relação às pessoas com oito anos ou mais.

Com essa discussão inicial busca-se a primeira categoria que fala que a teleconsulta entrelaça os equipamentos de comunicação, o dispositivo prático e a tecnologia leve assistencial, que possibilitou satisfação positiva dos pacientes diabéticos com poucas limitações encontradas. Pensa-se que esta categoria remete ao compromisso social do profissional, pois ao decidir que se quer ter vínculo e deixar os seus valores em defesa da relação profissional sincera com o usuário, naturalmente a satisfação do cliente é afluída, porque as necessidades humanas básicas serão atendidas independente da ferramenta usada. Há recomendação do COFEN (2020) para registrar o atendimento do paciente na teleconsulta, que contempla os meios eletrônicos utilizados pelos profissionais de enfermagem.

Na segunda categoria a teleconsulta foi a estratégia considerada como a modalidade de cuidado

remoto mais utilizada no período da pandemia, que envolveu ligações telefônicas com videochamadas e medições de glicose. Observou-se que no início da pandemia era inexistente essa estratégia formalmente implantada nos serviços de saúde. Os conselhos de classe procuraram viabilizar atos normativos para que os profissionais pudessem assistir os pacientes. Houve mobilização desses profissionais para que a assistência integral ao paciente não parasse. Portanto, com o passar do tempo e com os atos normativos publicados a teleconsulta virou realidade e se tornou a ferramenta mais utilizada como se vê nesta pesquisa.

A terceira traz que a teleconsulta com vistas a educação em saúde para os pacientes com Diabetes Mellitus permitiu mudanças comportamentais semelhantes e o grupo compreendeu a gravidade da doença com a necessidade do autogerenciamento de suas doenças. Essa categoria faz pensar no estilo de vida e nos hábitos, importantes para cultivar a dieta equilibrada, manter-se em vida ativa e ter influência constantemente na taxa de glicemia, o que não é ter somente conhecimento sobre a DM, é possuir a alta estimada. de ser saudável para garantir o bem-estar. Há de recordar do monitoramento da glicose; cumprimento do tratamento não medicamentoso; uso de medicação quando necessário; exercícios físicos e mudanças na dieta.

Para a mudança comportamental verifica-se a necessidade de se ter saúde física, mental, social e espiritual, tendo em vista que os aspectos interligados se fazem necessários para a predisposição de mudar o estilo de vida. O estilo de vida é um importante determinante do controle glicêmico em pacientes diabéticos tipo 1 e 2. O tratamento do DM1 interfere no estilo de vida, é complicado, doloroso, depende de autodisciplina e é essencial à sobrevivência do paciente. A abordagem terapêutica envolve vários níveis de atuação, como a insulino terapia, a orientação alimentar, a aquisição de conhecimentos sobre a doença, a habilidade de autoaplicação da insulina e a automonitorização da

glicemia, a manutenção da atividade física regular e o apoio psicossocial. (SETIAN, 2003; GOES, 2007).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir, de forma logicamente organizada e sequenciada, um vasto conjunto de informação relativo a temas essenciais sobre as práticas de teleconsulta em pacientes com diabetes mellitus na perspectiva de educação em Saúde no século XXI, permitir-se-á que o tempo consumido pelos professores, em pesquisa de informação – base possa ser, agora, utilizado com vantagem noutras pesquisas de aprofundamento adicional e em actividades reflexivas de relacionamento teria-prática.

Em temas desta complexidade, torna-se difícil, por vezes, definir onde se situa o nível de informação suficiente para iluminar as situações educativas e fundamentar as práticas. Assim, sem perda da noção de equilíbrio, as equipas de autores optaram por seguir um critério de alguma sistematicidade, de modo a permitir aos professores o acesso a diversas abordagens conceptuais e metodológicas através das diversas correntes do pensamento pedagógico e andragógico.

Concluiu-se que a teleconsulta para educação em Saúde em pacientes diabéticos traz auxílio nas intervenções comportamentais e melhoria do controle glicêmico, por intermédio de consultas em vídeos com upload prévio das medições de glicose feito em tablet, com complementação do tratamento clínico padrão de diabetes mellitus e aumenta o atendimento assistencial que resulta no sucesso do tratamento, benefícios fisiológicos e psicológico.e constitui-se, assim, como um precioso auxiliar, tanto para futuros professores, como para todos aqueles que queiram atualizar os seu conhecimentos e aprofundar a sua formação.

Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições académicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente.

Estudos futuros serão necessários para dar continuidade á este estudo.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN ACADEMY OF AMBULATORY CARE NURSING. Prática de enfermagem em telessaúde. **Scope and Standards of Practice for Professional Telehealth Nursing. 6ª edição.** 2018. Disponível: Acesso em: 22 Dez 2021. dfrnc

ATHAYDE, Kelly R. Nora et al. Telemonitoramento de enfermagem no manejo do Covid-19: **Relato de experiência de uma operadora de saúde no Estado do Paraná.** Curitiba, 2020. Disponível em: Acesso em: 05 Jan 2022.

BODE, Bruce. Glycemic Characteristics and Clinical Outcomes of COVID-19 Patients Hospitalized in the United States. **Journal of Diabetes Science and technology.** 2020 Jul;14(4):813-821. Disponível em: Acesso em 20 Dez. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Gov.br. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona.** S/D. Disponível em: Acesso em: 30 Jun 2022. BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **(Cadernos de atenção básica nº 36).** Brasília. 2013. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei 9.395, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União, Brasília,** 23 dez. 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)> Acesso em: 20 Dez. 2021.

BRASIL. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Pacto pela saúde 2006. **Diário Oficial da União.** Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Série A. **Normas e Manuais Técnicos. (Cadernos de atenção básica nº16).** Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Manual de Telessaúde para Atenção Básica/Atenção Primária à Saúde. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012. **(Série A. Normas e Manuais Técnicos).** Disponível em: Acesso em: 15 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diabetes, hipertensão e obesidade avançam entre os brasileiros. **Universidade**

**Aberta do Sistema Único de Saúde**, 2020. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Agenda de Prioridades de Pesquisa do Ministério da Saúde. **Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos** Departamento de Ciência e Tecnologia. 2018. Disponível em: Acesso em: 30 Jun 2022.

CASTRO, Rebeca Machado Ferreira de; et.al. Diabetes mellitus e suas complicações - uma revisão sistemática e informativa. **Brazilian Journal of Health Review, Curitiba**, v.4, n.1, p.3349-3391 jan./feb. 2021. disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/viewFile/24958/19902>. Acesso em: 20 Dez. 2021.

CATAPAN, Juscimara de Oliveira Aguiar; et. al. Atenção primária em saúde: À aquisição de conhecimento e vivência na prática comunitária. **Brazilian Journal of Development. Vol 7**, No 12. 2021. Disponível em: Acesso em: 22 Dez. 2021.

CELIK, Ayca; FORDE, Rita; STURT, Jackie. O impacto das intervenções de autogestão online em adultos de meia-idade com diabetes tipo 2: uma revisão sistemática. **British Journal of Nursing. Vol.29. Edição 5**. Abril 2020. Disponível em: Acesso em: 20 Dez 2021.

CHRIZOSTIMO, Miriam Marinho; et.al. Formação Profissional do Enfermeiro com Compromisso Social na Atenção ao idoso: a influência do ambiente socioeducacional. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7. Jun 2020. Disponível em: Acesso em: 23 Jun 2022.

COBAS, Roberta; RODACKI, Melanie; et.al. Diagnóstico do diabetes e rastreamento do diabetes tipo 2. **Diretriz Oficial da Sociedade Brasileira de Diabetes**. 2022. Disponível em: Acesso em: 30 Jun 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução nº 634. Autoriza e normatiza, "ad referendum" do Plenário do Cofen, a teleconsulta de enfermagem como forma de combate à pandemia provocada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), mediante consultas, **esclarecimentos, encaminhamentos e orientações com uso de meios tecnológicos, e dá outras providências**. Brasília, 2020. Disponível em: Acesso em: 06 Jan. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. COFEN Resolução nº 696. Normatiza a atuação da Enfermagem digital. **Diário Oficial da União. Brasília, DF**. 17 de Maio de 2022. Edição: 96 | Seção: 1 | Página: 308. Disponível em: Acesso em: 01 Jul 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA: Resolução nº 2.227/2018. **Define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias**. Brasília, 2019. Disponível em: Acesso em: 05 Jan 2022.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA: LEI nº 13.989. **Dispõe sobre o uso da telemedicina durante a crise causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)**. Brasília, 2020. Disponível em: Acesso em: 05 Jan 2022.

FORDE, Hannah; et.al. Provisão atual e experiências de profissionais de saúde de prestação de cuidados remotos e treinamento em tecnologia de diabetes para pessoas com diabetes tipo 1 no Reino Unido durante a pandemia de COVID-19. **Diabetic Medicine. Vol. 39. Edição 4**. Abril 2022. Disponível em: Acesso em: 23 Jun 2022.

FREIRE, Paulo; Pedagogia da Autonomia. **Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. Ed. Paz e Terra. 43ª edição. 2011.

GANDRA, Alana. Diabéticos podem chegar a 784 milhões no mundo em 2045, estima IDF. **Agência Brasil**. 2021. Disponível em: Acesso em: 20 Dez 2021.

IDF **Diabetes Atlas**. 10ed. 2021. Disponível em: Acesso em: 20 Dez 2021.

GOES, Anna Paula P., VIEIRA; Maria Rita R.; Liberatore-Junior, Rafael Roio. Diabetes mellitus tipo 1 no contexto familiar e social. **Rev Paul Pediatr 2007**; 25(2):124-128. Disponível em: Acesso em: 11.07.2022.

HALL, Rosie; HARVEY, Mary Rose; ATEL, Vinod. Cuidados com o diabetes em tempos de COVID-19: videoconsulta como meio de manejo do diabetes. **Practical Diabetes. Vol.39. Edição 2**. Inglaterra. Março 2022. Disponível em: Acesso em: 20 Jun 2022.

HANSEN, Caroline Raun; et. al. Consultas por vídeo como complemento ao tratamento padrão entre pacientes com diabetes tipo 2 que não respondem aos regimes padrão: um estudo controlado randomizado. **Eur J Endocrinol. Vol. 6. p.176**. (727-736). Jun 2017. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

IQUIZE, Roxana Claudia Condori; et.al. Práticas educativas no paciente diabético e perspectiva do profissional de saúde: uma revisão sistemática. **Jornal Brasileiro de Nefrologia, São Paulo**, 39(2):196-204, 2017. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

JALY, Ibrahim; IYENGAR, Karthikeyan; HUGUES, Thoamas; VAISHYA, Raju; Redefinindo o serviço de gestão da doença do pé diabético durante a pandemia de

COVID-19. **Diabetes Metab Syndr.** Vo.5. p.14 (833-838). Jun 2020. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

KAZAWA, Kana; OSAKI, Kanae; RAHMAN, Md Moshir; MORIYAMA, Mori; Avaliando a eficácia e viabilidade de programas de entrevistas presenciais e à distância conduzidos por enfermeiros para promover mudanças comportamentais e manejo de doenças em pacientes com nefropatia diabética: uma abordagem de triangulação. **BMC Nursing.** Vol.19. p.16. Mar 2020. 2020 Mar 12;19:16. Disponível em: Acesso em 20 Dez. 2021.

MENDES, Eugênio Vilaça. O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família. **Brasília: Organização PanAmericana da Saúde.** Brasília, 2012. Disponível em: Acesso em: 20.03.2022> Acesso em: 20 Mar. 2022.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto Contexto Enfermagem.** Florianópolis. Vol. 17. p.4 (758- 64). 2008. Disponível em: Acesso em: 15 Dez 2021.

MURPHY, Hellen R. Gerenciando Diabetes na gravidez antes, durante e depois da Covid-19. **Diabetes tecnologia e terapêutica.** Vol.22. nº6. Jun 2020. Disponível em Acesso em: 20 Dez 2021.

MUSSI, Fernanda Carneiro; PALMEIRA, Cátia Suely; SILVA, Rodrigo Marques da; COSTA, Ana Lúcia Siqueira. Telenfermagem: Contribuições para o cuidado em saúde e a promoção do conforto. **Revista de Divulgação científica Sena Aires.** Vol. 7, nº 2, 2018. Disponível em: Acesso em: 06 Jan. 2022.

OPAS- Organização Pan-Americana de Saúde. **OMS revela principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019.** Genebra; 2020. Disponível em: Acesso em 20 Dez. 2021.

OPAS-Organização Pan-Americana de Saúde. **OPAS pede por melhoria no controle da diabetes para evitar complicações e COVID-19 grave.** Whashington; 2020. Disponível em: Acesso em 20 Dez. 2021.

PIMENTEL, J. Pellegrini Filho A. Diabetes e escolaridade: pesquisas revelam diferenças nos números sobre a doença entre grupos com mais e menos anos de **estudo [Internet]. Rio de Janeiro: DSS;** 2013. Disponível em:< <http://dssbr.or/site/?p=12293&preview=true>> Acesso em: 11.07.2020.

Robson, Natalie; Hosseinzadeh, Hassan. Impact of Telehealth Care among Adults Living with Type 2 Diabetes in Primary Care: A Systematic Review and Meta-Analysis of Randomised Controlled Trials. **International Journal of Environmental Research and Public Health.** 19(2), 2021. Disponível em: Acesso em: 05 Jan. 2022.

SBD- Sociedade Brasileira de Diabetes. **Classificação do Diabetes. Diretrizes 2021.** Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

SBD- Sociedade Brasileira de Endocrinologia e Metabologia. **Números do Diabetes no mundo.** 2019. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

SBD- Sociedade Brasileira de Diabetes. **Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes 2019-2020.** Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

SETIAN N; DAMIANI D; DICHTCHEKENIAN V; MANNA TD. **Diabetes mellito. In: Marcondes E, Vaz FAC, Ramos JLA, Okay Y, editores. Pediatría básica 9ª ed.** São Paulo: Sarvier; 2003. p. 382-392.

SILVA, Icaro Boyek; et.al. LTB4-Driven Inflammation and Increased Expression of ALOX5/ACE2 During Severe COVID-19 in Individuals With Diabetes. **Diabetes.diabetesjournals.org, v.70, 2120-2130,** 2021. Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2022.

SHI, Qiao; et.al. Características clínicas e fatores de risco para a mortalidade de pacientes com COVID-19 com diabetes em Wuhan, China: **um estudo retrospectivo de dois centros.** **Diabetes Care.** Vol. 43 nº3. p.1382–1391. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

World Health Organization. **Diabetes.** 2021. Disponível em: Acesso em: 20 Dez. 2021.

XIE, Yuting; et.al. O papel deteleenfermagemno manejo do diabetesUma revisão sistemática e meta-análise. **Public Health Nursing.** Vol. 36. Edição 4. Jul 2019. Disponível em: Acesso em: 30 Dez 2021.

## ESCOLAS CONTEMPORÂNEAS: DESAFIOS DO LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DA GERAÇÃO Z CONTEMPORARY SCHOOLS: CHALLENGES OF DIGITAL LITERACY IN TRAINING GENERATION Z STUDENTS

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-13

Custódio Cazenga Francisco <sup>1</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** As escolas do século XXI tem um papel importante do letramento digital no processo de aprendizagem de estudantes da geração Z aqueles nascidos de 1995 – 2010 para a solução de problemas reais e contribuir ativamente no desenvolvimento da sociedade. **OBJETIVO:** Refletir sobre os desafios do letramento digital na formação de estudantes da geração Z das escolas contemporâneas **METODOLOGIA:** O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico. Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** conclui – se que a apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação pelos estudantes da geração Z permite a construção coletiva do conhecimento, possibilita ao estudante assumir o papel de protagonista e desenvolve a autonomia no decorrer do processo de aprendizagem, que pode oportunizar experiências inéditas das escolas contemporâneas. Constitui-se, assim, como um precioso auxiliar, tanto para futuros professores, como para todos aqueles que queiram atualizar os seus conhecimentos e aprofundar a sua formação. Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições acadêmicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escolas contemporâneas; letramento digital; formação.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The schools of the 21st century have an important role of digital literacy in the learning process of students of generation Z those born from 1995 - 2010 to solve real problems and actively contribute to the development of society. **OBJECTIVE:** To reflect on the challenges of digital literacy in the training of students of generation Z in contemporary schools **METHODOLOGY:** The present text consists of a literature review of the Narrative type, and we used scientific databases to cover proposed authors. The aim was to bring relevant content to the theme with a focus on various theories. An analytical and bibliographical research was carried out with a qualitative approach on the subject through books, articles and video lessons from databases such as Pepsic, Scielo and Google Scholar. Then, the most relevant materials were included, excluding content that did not relate to the theme. **FINAL CONSIDERATIONS:** it is concluded that the appropriation of digital information and communication technologies by students of generation Z allows the collective construction of knowledge, enables the student to assume the role of protagonist and develops autonomy during the learning process, which can provide opportunities unprecedented experiences of contemporary schools. It is thus a valuable aid, both for future teachers and for all those who want to update their knowledge and deepen their training. It is hoped that from this research, professors from higher education academic institutions and related areas will have a better understanding of the subject, a more comprehensive technical and scientific vision.

**KEYWORDS:** Contemporary schools; digital literacy; training.

<sup>1</sup> Doutor em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Ciências Biomédicas (Segurança do Trabalho) pela UNIXAVIER; Pós-Graduado (*Lato Sensu*) em Administração Hospitalar pela Universidade Nova Lisboa; Graduado em Medicina pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-MAIL:** custodiofrancisco29.8@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9024184123157315.

## INTRODUÇÃO

As escolas do século XXI tem um papel importante do letramento digital no processo de aprendizagem de estudantes da geração Z aqueles nascidos de 1995 – 2010 para a solução de problemas reais e contribuir ativamente no desenvolvimento da sociedade.

Estudos recentes evidenciam que o smartphone tem sido apontado como o recurso mais utilizado por jovens estudantes para aprender. O smartphone é utilizado pelos estudantes para fazer pesquisas em sites de busca (Google), assistir vídeo aulas (Youtube), trocar mensagens e arquivos (Whatsapp), acessar sistemas acadêmicos e redes sociais (MACHADO, 2021; SOUZA3, 2022).

Segundo o Comitê Gestor da internet no Brasil (CGI.br), o smartphone foi considerado o dispositivo mais utilizado, sendo que 85% dos usuários de internet das classes DE acessavam a rede exclusivamente por mobile. As atividades de comunicação mais utilizadas são a troca de mensagens por WhatsApp ou Messenger das redes sociais - Facebook e/ou Instagram (CGI.BR, 2021).

O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é um estudo internacional comparativo realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Desde a sua primeira edição, em 2000, o PISA oferece informações sobre habilidades e conhecimentos de estudantes na faixa etária de 15 anos. Seu objetivo é avaliar a aprendizagem dos estudantes dentro e fora da escola. Devido à Pandemia da COVID-19, a avaliação do PISA 2021 foi adiada, e a do PISA 2022 já se encontra em preparação. No presente estudo, consideramos os dados de 2018, que contou com a participação de 79 países, sendo 37 deles membros da OCDE e 42 países/economias parceiros (as). O Brasil participa do PISA desde a sua primeira edição.

Segundo os dados do PISA 2018, entre os anos de 2012 e 2018, a quantidade média de tempo que os

jovens de 15 anos, dos países da OCDE, gastam na internet aumentou de 21 para 35 horas/semana. Do tempo total que os estudantes passam na internet por semana, cerca de 77% foram utilizadas fora da escola em 2018. Proporcionalmente, a quantidade de tempo gasto na internet dentro da escola aumentou de 13% para 23% do tempo total utilizado no mesmo período.

Os dados apresentados pelo PISA 2018 mostram um aumento considerável do número de horas que os estudantes gastam na internet para realizar diversas atividades, entre as quais incluem as atividades escolares (pesquisa, estudo e trocas de informações) e a maior parte desse tempo os estudantes acessam a internet por meio de seus smartphones. Diante desse fato, consideramos importante trazer à tona a discussão sobre os impactos do letramento digital e o importante papel da escola em contribuir com a formação do ciberleitor crítico e reflexivo, conforme expresso na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Considerando que os desafios do letramento digital na formação de estudantes da geração Z das escolas contemporâneas Como um problema de políticas educacionais, com maior relevância nos países em desenvolvimento, escassez de dados publicados, foi motivo evidente do autor, para pesquisar, na esperança de contribuir para um melhor conhecimento deste tema.

Esta Pesquisa propõe: Produzir novos conhecimentos, obter informação desconhecida para a solução do problema, melhoria de Saberes e práticas educativas e contribuir para ciência.

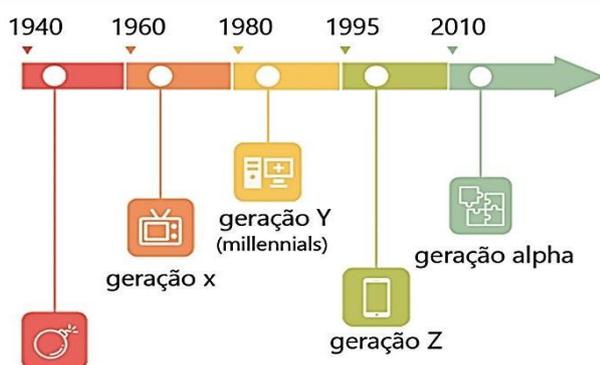
A abordagem deste tema é de suma importância por se tratar de um levantamento para as Instituições de ensino. Sendo assim, pretende-se investigar neste trabalho: **Quais os desafios do letramento digital na formação de estudantes da geração Z das escolas contemporâneas?**

Esta pesquisa tem como objetivo, refletir sobre os desafios do letramento digital na formação de estudantes da geração Z das escolas contemporâneas.

**REFERENCIAIS TEÓRICO:**  
**DESAFIOS DA ESCOLA NA FORMAÇÃO DE**  
**ESTUDANTES DA GERAÇÃO Z**

Os jovens da Geração Z, nascidos entre 1995 e 2010, têm aptidão natural e elevado nível de habilidades para o uso de tecnologias emergentes; por serem familiarizados com as tecnologias digitais, processam as informações mais rapidamente por meio de imagens e recursos audiovisuais (PRENSKY, 2001, 2014; TAPSCOTT, 2010). A Figura 1 ilustra de forma didática o período de nascimento das gerações a partir de 1940 e suas principais características.

**Figura 1** – Características das Gerações baby boomers, X, Y, Z e Alpha



**FONTE:** Colégio Constelação (2018, online).

Conforme Siqueira, Albuquerque e Magalhães (2012), a grande característica dos jovens dessa geração é “zapear”. O “Z” vem de zap, verbo em inglês que significa trocar os canais da TV de maneira rápida usando o controle remoto, daí o nome de Geração Z (MARQUES, 2017, p. 50). Esses jovens são “imediatistas”, influenciados pela velocidade que a tecnologia impõe; acessam uma quantidade exorbitante de informações, no entanto, apresentam como desafios aprender a separar as informações relevantes, focar e manter-se concentrados; desempenham diversas tarefas ao mesmo tempo, por exemplo: “ouvem música, navegam na internet, falam ao celular e assistem a filmes” (JACQUES et al. 2015, p. 68). Esses jovens vivem em um mundo

conectado, cheio de distrações, tais condições criam comportamentos e lhes conferem traços particulares. “O que os distingue dos jovens das gerações anteriores é que eles são a geração mais tecnologicamente conectada da história” (MARQUES, 2017, p. 50).

É comprovado que jovens dessa geração possuem familiaridade com as tecnologias digitais, contudo são carentes de um letramento que os estimulem ao uso crítico e reflexivo das tecnologias para a produção de conhecimento (ANDRADE, 2013; BRASIL, 2018). De fato, os jovens do século XXI se sentem à vontade com os dispositivos digitais, mas deve-se considerar o papel da escola em prepará-los para a lecto-escrita em suporte digital de forma crítica, ética e responsável e para utilizar suas habilidades linguísticas a partir do substrato digital.

Coiro (2014) traz uma importante contribuição nesse sentido ao apontar para a necessidade de ensinar às crianças uma “sabedoria digital”, para que elas possam tomar decisões acertadas em relação ao conteúdo, controlar a atenção e a capacidade de assimilar o que leram durante a leitura online. A autora afirma que um cérebro duplamente letrado é capaz de dedicar tempo e atenção à leitura profunda, independente do suporte em que ocorram.

A autora ainda destaca quatro desafios para os jovens dessa geração, sendo eles: (1) tornar-se proficiente nas habilidades dos novos letramentos e nas pesquisas no ambiente da internet; (2) desenvolver o conhecimento digital focado no aprender a aprender com a internet; (3) assumir novos papéis na cultura digital, participando ativamente na comunidade e contribuindo com seus conhecimentos e (4) desenvolver atitudes positivas em relação ao uso da internet para o trabalho acadêmico. E a autora complementa: leitores de internet habilidosos podem utilizar as pesquisas online para uma reflexão mais profunda sobre temas que interessam a eles; podem desenvolver habilidades de comunicação ao compartilhar conteúdos; podem trabalhar colaborativamente exercendo o protagonismo,

a autoria na vida pessoal e criar produtos digitais que façam a diferença na sociedade (COIRO, 2014; BRASIL, 2018).

Apesar dessa geração utilizar de modo mais intenso as tecnologias no dia a dia, Blanco (2020) traz contribuições importantes sobre os riscos de navegar livremente na internet. De acordo com a autora, durante muito tempo acreditou-se que os “nativos digitais” já estariam preparados para navegar na internet e já dispunham de habilidades que os capacitariam para lidar com todos os riscos do ambiente digital. Entretanto, o que se observa agora é que, “embora essa geração tenha habilidades de lidar com os dispositivos digitais, são extremamente inocentes no que diz respeito ao entendimento e à interpretação de informações consumidas na Internet”. E ainda complementa: Tal impressão equivocada quanto a essa geração contribuiu para um certo atraso na adoção de políticas públicas com foco no desenvolvimento do senso crítico para interpretação de informações a partir das novas formas de comunicação, assim como na implementação de cursos para formação de professores, distanciando a teoria da prática. Isto é, os jovens passaram a navegar livremente no ambiente digital, sem o devido conhecimento ou preparo (BLANCO, 2020, p. 47).

## **O PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA CIBERCULTURA**

O avanço tecnológico e o advento das tecnologias digitais permitem que as informações sejam produzidas e distribuídas no ciberespaço proporcionando possibilidades educacionais. Mendonça e Soares (2020), pautadas em Lévy (2010), afirmam que, anteriormente, o estudante tinha acesso à informação por meio da educação tradicional, de modo que o professor direcionava e guiava o aprendizado. Hoje, os estudantes têm acesso a diversos recursos das tecnológicas digitais disponibilizados na internet para auxiliá-los no processo de aprendizagem.

Segundo Xavier (2011), o processo de aprendizagem promove uma mudança cognitiva ou transformação mental no sujeito que aprende. A aprendizagem acontece quando o sujeito é exposto a momentos de experimentação e troca de conhecimentos. Os momentos de experimentação levam o aprendiz a produzir novos conhecimentos a partir de suas próprias experiências, e por meio de atividades colaborativas entre os sujeitos envolvidos. Soares (2002, p. 152) dialoga com Xavier (2011) ao afirmar que a tela surge como um novo espaço de escrita e de leitura criando “novos processos cognitivos, novas formas de conhecimento, novas maneiras de ler e de escrever, enfim, um novo letramento”. Diante disso questionamos: estariam os jovens estudantes aprendendo mais, já que estão inseridos na Cibercultura?

As pesquisas demonstram que os estudantes inseridos na Cibercultura têm acesso à aprendizagem mais colaborativa e participativa, o que favorece o desenvolvimento do letramento digital. Entretanto, conforme Xavier (2011), ainda não é possível afirmar com certeza se a fluência digital promove a aprendizagem efetiva, ou seja, o quanto as tecnologias impactam a aprendizagem escolar. Nas palavras do autor: No campo da linguagem e educação de forma especial, são necessárias investigações que descrevam, analisem e interpretem o quanto tais tecnologias estão repercutindo no processo de aprendizagem dos alunos. Em outras palavras, importa-nos saber, com a máxima brevidade, como as máquinas digitais estão sendo usadas pelos estudantes para facilitar ou obstruir seu processo de aquisição de conhecimento (XAVIER, 2011, p. 3).

Além disso, Xavier (2013) afirma que a entrada e a utilização das ferramentas digitais no processo educacional constituem um caminho sem volta e que levará a ganhos importantes para o desempenho escolar. O modo híbrido de mesclar diversas ferramentas digitais ao ensino oportuniza experiências de aprendizagem inéditas que vão desde a verbal, passando pela

possibilidade de simular experiências e publicá-las na internet. Diante do exposto, consideramos significativas as pesquisas para identificar como a nova geração de estudantes utilizam as TDIC para aprender, bem como analisar de que maneira o domínio das tecnologias digitais afeta a aprendizagem escolar dessa geração.

### **NOVOS MULTI (LETRAMENTOS)**

O termo “multiletramentos” foi apresentado pela primeira vez pelo Grupo Nova Londres (GNL) em 1996 que considera o letramento como de natureza múltipla (COPE; KALANTZIS, 2016). O objetivo do GNL foi de mostrar que o prefixo “multi” é utilizado para destacar os múltiplos letramentos ocasionados pela multiplicidade de linguagens.

Os pesquisadores do GNL salientam que, devido ao impacto das mídias digitais, os formatos dos textos mudaram e não necessariamente precisam ser escritos, compondose de uma diversidade de linguagens (multimodalidade). Tal fato impacta não somente nos textos, mas também na cultura e na linguística da sociedade, “o que implicaria mudanças necessárias na educação para o que chamaram de multiletramentos” (ROJO; MOURA, 2019, p. 20).

Rojo (2020) chama a atenção para a diferença entre multiletramentos e letramento digital. Conforme a autora, os multiletramentos são letramentos viabilizados pelos recursos digitais, em geral, apresentam textos multimodais. Atualmente, não é mais suficiente o letramento do impresso, são necessários multiletramentos. Já o letramento digital possui vários significados ligados aos letramentos mediados pelas tecnologias digitais.

O'Brien e Scharber (2008) acrescentam que o termo letramentos digitais possui várias definições, incluindo mídia digital, novas tecnologias, novos letramentos ou produtos que pessoas alfabetizadas digitalmente desenvolvem (blogs, wikis, podcasts); ou ainda, atividades que os alfabetizados digitalmente

podem se envolver, como contar histórias digitais, redes sociais e criação de websites. Além disso, os suportes textuais digitais, que também integram sons, imagens e animações, demandam dos sujeitos novas habilidades para a utilização desses dispositivos como, por exemplo, os smartphones, os tablets, os laptops, os smartwatches (relógios digitais com funções diversas) (CAZDEN et al., 2016, p. 115).

A expressão letramento digital ou letramento computacional não é nova. Em um primeiro nível, inclui a capacidade de uso de softwares como processadores de texto, planilhas, trabalhar com arquivos, formatar documentos, entre outros. Em um segundo nível, seria a capacidade de fazer usos mais avançados dos recursos e usar as ferramentas para recuperação de informações básicas. Em um terceiro nível seria a capacidade de usos mais eficientes, por meio do desenvolvimento de habilidades de busca avançada e capacidade de avaliar criticamente o conteúdo online (GILSTER, 1997; WARLICK, 2005 apud BUCKINGHAM, 2010, p. 48).

Dudenev, Hockly e Pegrum (2016), definem letramento digital como habilidades necessárias para compreender, manipular, compartilhar e colaborar nos canais de comunicação digital. Segundo Coscarelli et al. (2020), as TDIC demandam novos espaços de comunicação (sites, blogs, redes sociais, armazenamento em nuvem) dispõem de recursos para a leitura e produção de textos por meio de dispositivos digitais. Saber produzir e compartilhar textos são competências necessárias na sociedade contemporânea. Segundo as autoras, um leitor crítico pode ajudar a diminuir a disseminação de fake news e influenciar outras pessoas a examinar com mais cuidado as informações que recebem, isso envolve leitura profunda. O letramento digital exige do sujeito modos específicos de ler e escrever os códigos e sinais verbais e não-verbais. Ele utiliza com facilidade os recursos expressivos como imagens, desenhos, vídeos para interagir com outros sujeitos. Trata-se de novas práticas lecto-escritas e interacionais efetuadas em ambiente digital com intenso

uso de hipertextos on e off-line (Xavier, 2009), bem como se caracteriza por uma intensa prática de comunicação por meio dos novos gêneros digitais mediados por aparelhos tecnológicos (XAVIER, 2011, p. 6).

Da mesma forma, nas palavras de Buckingham (2010, p. 45), “boa parte desse aprendizado se dá sem ações explícitas de ensino, envolve exploração, aprender fazendo: aprendizagem em vez de instrução formal”. O autor propõe uma abordagem que contempla quatro aspectos gerais considerados essenciais do letramento midiático, os componentes estão sintetizados no Quadro 1.

**QUADRO 1** – Componentes essenciais do letramento midiático.

<b>REPRESENTAÇÃO</b>	Assim como qualquer mídia, a digital apresenta determinadas interpretações da realidade, incorpora valores e ideologias implícitos. Os usuários devem ser capazes de avaliar o material e suas fontes, significa abordar questões de confiabilidade e tendência; bem como vozes, discursos e pontos de vista.
<b>LÍNGUA</b>	O indivíduo letrado deve ser capaz de usar a língua e compreender como ela funciona, significa adquirir habilidade analítica. O letramento digital deve, portanto, conhecer como são construídos os meios digitais e a comunicação interativa: compreender por exemplo como os <i>sites</i> são projetados e estruturados, e as funções retóricas dos <i>links</i> entre os <i>sites</i> (BURBULES; CALLISTER, 2000 apud BUCKINGHAM, 2010, p. 50).
<b>PRODUÇÃO</b>	Letramento envolve saber quem está comunicando, para quem e porquê. Os jovens precisam estar cientes sobre as influências comerciais. As crianças precisam saber se estão sendo alvo de apelos comerciais. O letramento Digital envolve a consciência mais ampla sobre as publicações, promoções e patrocínio e como essas influenciam os usuários.
<b>AUDIÊNCIA</b>	Ter consciência de seu papel enquanto leitor/usuário, isso implica ter consciência de como os usuários da Internet são abordados e guiados; saber das informações reunidas sobre eles e como podem ser usadas.

**FONTE:** adaptado de Buckingham (2010, p. 50).

A abordagem apresentada no Quadro1 mostra que as mídias apresentam desafios e possibilidades;

crianças e jovens têm facilidade de produzir textos escritos, imagens, animação, áudio e vídeo, e os professores devem reconhecer que isso os entusiasma, mas é crucial o desenvolvimento do letramento digital crítico.

Nonato e Sales (2019, p. 156-157) destacam que os variados dispositivos digitais sobre os quais se lê e escreve impactam a lecto-escrita, modificando a lógica da produção textual linear e progressiva. Para esses autores, a leitura do texto é impactada pelo suporte digital, e afirmam que o ato de “ler o texto digital é uma experiência livre dos limites físicos que o texto impresso ou manuscrito impõe: ler em suporte digital permite o exercício pleno na mecânica da leitura da hipertextualidade subjacente a toda textualidade”. Essa capacidade de incorporação de vários elementos ligados (links) como por exemplo imagens, sons e movimentos é uma característica de textos na perspectiva multimodal. Silva, Santana e Anecleto (2019) entendem que é necessário considerarmos, no ambiente de aprendizagem, possibilidades de leitura de textos em dispositivos digitais Assim, são apresentados à escola desafios de como lidar com a diversidade de linguagem, potencializada pelas tecnologias móveis, com o objetivo de ampliar o letramento digital crítico dos alunos, para atuarem em meio a um ecossistema comunicativo multissemiótico, multimodal e hipermediático, cada vez mais diversificado (SILVA; SANTANA; ANECLETO, 2019, p. 30-31).

No contexto da cultura digital é cada vez mais imperioso formar sujeitos leitores capazes de interpretar e utilizar o texto de forma crítica, ética e responsável. Conforme Takaki (2017), o ciberleitor dialoga com uma infinidade de links, designs e linguagens em contexto hipermediático, multissemiótico e multimodal, que exige certas habilidades e estratégias de leitura que envolvem observação, desconstrução e reconstrução da informação proporcionada pelas possibilidades dinâmicas do meio virtual.

Ainda sobre o letramento digital, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), em sua competência geral de número cinco, reconhece as mudanças ocorridas na contemporaneidade, e reforça o papel da escola e do professor no que diz respeito ao letramento digital, incluindo a análise e a publicação de informações de forma crítica, ética e responsável. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p. 9).

De acordo com a BNCC, no mundo hiperconectado os estudantes deixam de ser receptores do conhecimento e passam a ser produtores de conteúdos e informações. De acordo com Cabral, Lima e Albert (2019, p. 1144) “se quisermos entender os modos de escrever da sociedade contemporânea é necessário estudar o comportamento online dos jovens”. Os autores ainda afirmam que o grande desafio da escola na formação da Geração Z e daqueles que irão sucedê-la é estabelecer reflexões sobre o uso da linguagem em suas dimensões ética, estética e política, bem como sobre a constituição das interações e das práticas de linguagens contemporâneas multimodais, além de ensinar os jovens a lidar de forma crítica com os conteúdos disponíveis na Internet; conforme preconiza a BNCC.

As escolas não devem isentar-se dessa realidade e precisam reconhecer os impactos do letramento digital no processo de formação dos estudantes. Conforme apresentado no documento da BNCC: Essa consideração dos novos e multiletramentos; e das práticas da cultura digital no currículo não contribui somente para que uma participação mais efetiva e crítica nas práticas contemporâneas de linguagem por parte dos estudantes possa ter lugar, mas permite também que se possa ter em mente mais do que um “usuário da língua/das linguagens”, na direção do que alguns autores vão

denominar de designer: alguém que toma algo que já existe (inclusive textos escritos), mescla, remixa, transforma, redistribui, produzindo novos sentidos, processo que alguns autores associam à criatividade. Dessa forma, a BNCC procura contemplar a cultura digital, diferentes linguagens e diferentes letramentos, desde aqueles basicamente lineares, com baixo nível de hipertextualidade, até aqueles que envolvem a hipermídia (BRASIL, 2018, p. 70).

O documento aborda as diversas áreas de conhecimento e considera de forma explícita as habilidades e competências dos estudantes, bem como novas formas de desenvolver práticas de linguagem contemporâneas que envolvem “novos gêneros<sup>5</sup> e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir” (BRASIL, 2018, p. 68).

Ainda nesse contexto, Freitas (2010, p. 340) acrescenta que os professores deveriam conhecer os gêneros discursivos e linguagens digitais usados pelos estudantes, para integrá-los, de forma criativa e construtiva, ao cotidiano escolar. A autora esclarece que integrar não é abandonar as práticas existentes, mas a elas acrescentar práticas contemporâneas. E complementa afirmando que professores e estudantes precisam ser letrados digitalmente, precisam se apropriar “crítica e criativamente da tecnologia, dando-lhe significados e funções, em vez de consumi-la passivamente”. Ao abrir espaço para a diversidade de narrativas audiovisuais disponíveis na internet, o professor pode utilizar a tecnologia como aliada pedagógica e ressaltar seu papel de mediador no processo de ensino e aprendizagem (MION; LOPES, 2021).

## MULTIMODALIDADES

Cope e Kalantzis (2016) destacam que os suportes digitais possibilitam diversos modos de

apresentar o conteúdo textual, ou seja, é multimodal. Enquanto um livro transmite o conteúdo para os estudantes na única voz do autor, os links da web permitem incorporar vídeos e outras mídias - isso é considerado multimodalidade. Os autores enfatizam que utilizar uma variedade de fontes de informações exige dos estudantes a capacidade de avaliação crítica de tais materiais, não apenas a memorização do conteúdo que lhes foi entregue para o consumo. Durante o processo de encontrar e organizar o conteúdo, acontece a difusão do conhecimento. Esses autores consideram que a internet não é apenas um espaço rico em informações, mas também é um espaço que permite a produção, a colaboração e a disseminação de conteúdo.

Nonato e Sales (2019) pautados em Chartier (1994) afirmam que as transformações impulsionadas pelas TDIC tocam na forma da produção de escrita e de leitura, alterando sensivelmente o modelo de livro até então conhecido com seus desdobramentos na leitura em particular e no processo de produção, organização e difusão do conhecimento, refletem uma dinâmica toda nova da função social da escrita e, conseqüentemente, da leitura (NONATO; SALES, 2019, p. 159).

Acerca da natureza tecnológica dos suportes para leitura e escrita, em sua obra, Rojo e Moura (2019) fazem referência à metamídia de McLuhan, sobre a qual afirmava que os diferentes meios de comunicação coexistem e estão em constante relação e apropriação uns com os outros. Para McLuhan, a metamídia é um processo de apropriação e ressignificação de meios mais convencionais para os suportes digitais. Uma das peculiaridades da leitura em suporte digital é a exploração hipertextual, que exige foco e atenção do leitor ao novo suporte textual, uma de suas características são os links ou hiperlinks que possibilitam a constante construção e renegociação de sentidos (CALDAS, 2014). As peculiaridades das relações hipertextuais desenvolveram o que Santaella (2004; 2014) denomina de navegador errante, imersivo, “lautor”.

As considerações dos autores até aqui analisados abrem espaço para outras reflexões a respeito das habilidades de letramento digital inerentes aos jovens da Geração Z e como essas são utilizadas para construir conhecimentos significativos no ciberespaço. Diante das considerações desses autores, emergem outros questionamentos: de que maneira esses jovens utilizam o ciberespaço para a aprendizagem efetiva? Os estudantes possuem capacidade crítica para utilizar a internet a favor de sua aprendizagem e de seus pares ou é apenas um meio de entretenimento? Os estudantes desenvolvem e compartilham conteúdos digitais relevantes para a educação escolar? As respostas para tais questionamentos podem ajudar a escola e seus professores a conhecer um pouco mais sobre como tem acontecido “o processo de produção, organização e difusão do conhecimento” dos jovens da Geração Z (NONATO; SALES, 2019, p. 159).

## METODOLOGIA

O presente texto consiste em uma revisão de literatura do tipo Narrativa, e utilizamos bancos de dados científicos, para abarcar autores propostos. O intuito foi de trazer conteúdos relevantes à temática sobre os desafios do letramento digital na formação de estudantes da geração Z das escolas contemporâneas com enfoque em várias teorias. Foi feita uma pesquisa analítica e bibliográfica de abordagem qualitativa sobre o assunto através de livros, artigos e em vídeos aulas dos bancos de dados como Pepsic, Scielo e Google Acadêmico.

Em seguida, foi realizada uma inclusão dos materiais mais relevantes, excluindo conteúdos que não diziam respeito sobre a temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A autora considera, ainda, ser fundamental, discutir o tema educação midiática nas escolas, pois, é o

caminho mais seguro para garantir que os jovens desenvolvam habilidades para “acessar, analisar, criar e participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos – dos impressos aos digitais”. E argumenta que a “educação midiática é muito mais do que checar informações e não compartilhar “fake news”: é saber ler, escrever e participar ativamente e de modo responsável na sociedade” (BLANCO, 2020, p. 47).

Dados da recente pesquisa de Souza (2022) indicam que, 67% do total de estudantes das escolas, tanto a pública quanto a privada, têm o hábito de usar o smartphone para realização de atividades pedagógicas (atividades em sala e/ou em casa, pesquisas e trabalhos). Na escola privada, 84% dos estudantes utilizam o smartphone para tal atividade e na escola pública, 57% dos estudantes. Cabe ressaltar que as duas escolas autorizam o uso do smartphone somente com finalidade pedagógica durante a aula e com o acompanhamento do professor. Os resultados dessa pesquisa se mostraram semelhantes aos dados do CGI.br (2021).

Sobre a educação midiática, Santaella (2004) considera importante discutir a formação do “ciberleitor” como um sujeito capaz de produzir sentidos a partir da convergência das linguagens que se efetivam nos nós do hipertexto de forma críticoreflexiva e autônoma. Nessa direção, Marcuschi e Xavier (2005) acrescentam que o impacto das tecnologias digitais na vida cotidiana já mostrou força suficiente de seu enorme poder de contribuir com a educação de jovens como para destruir. Um jovem que não for orientado a utilizar a internet de forma responsável e ética poderá sofrer sequelas irreversíveis (MARCUSCHI; XAVIER, 2005, p. 14).

Ainda no campo da educação midiática, a pesquisa de Souza (2022) mostra a preocupação dos pais com a distração provocada pelo uso do smartphone durante as aulas. Conforme relatado por um familiar, percebe-se “uma escassez na interação interpessoal da geração digital” e o outro relatou que “banir, no todo, a utilização da tecnologia, me parece algo absurdo.

Todavia, tal utilização deve se manter até certo limite”. Conforme Machado (2021) o professor precisa planejar adequadamente as atividades para a incorporação das TDIC, caso contrário, o uso de dispositivos móveis durante as aulas pode conduzir os estudantes a se dispersarem e se distraírem no ambiente da internet.

Para Xavier (2011, p. 7) “as crianças e adolescentes letrados digitalmente têm se comunicado com mais intensidade, têm lido e escrito muito se comparados às crianças e adolescentes das gerações anteriores”. Complementando, Buckingham (2010, p. 49) argumenta que o letramento digital é bem mais que aprender a usar o computador e fazer pesquisas na internet, as crianças “precisam ser capacitadas para avaliar e usar a informação de forma crítica se quiserem transformá-las em conhecimento”.

Sobre os perigos da leitura digital, a neurocientista e pesquisadora Maryanne Wolf apresenta uma tese de que o contexto atual demanda estudos voltados para os impactos que os diferentes suportes exercem sobre a atenção e a memória de crianças; para os efeitos de longo prazo do tempo gasto com dispositivos digitais. “No futuro próximo, os meios digitais poderiam mudar toda trajetória do aprendizado e do ensino para alguns jovens a leitura tornou-se uma luta e os livros se tornaram entidades apavorantes (WOLF, 2019, p. 209-211). Outro dado importante, do estudo de Souza (2022), é que os familiares não aprovam a utilização de smartphones pelos estudantes de modo irrestrito e por longo período, deixando de lado livros e cadernos, entretanto, acreditam que o dispositivo como recurso mediador do ensino, usado sob a orientação do professor, pode contribuir no processo de aprendizagem.

Os estudos de Costa (2020) e Bianchessi (2020) apontam, ainda, a preocupação de pais com a mudança de comportamento dos filhos e revelou que o uso em excesso dos dispositivos digitais pode potencializar transtornos de déficit de atenção e a possibilidade de vício ou dependência do jovem com relação ao smartphone.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao reunir, de forma logicamente organizada e sequenciada, um vasto conjunto de informação relativo a temas essenciais sobre os desafios do letramento digital na formação de estudantes da geração Z das escolas contemporâneas, permitir-se-á que o tempo consumido pelos professores, em pesquisa de informação – base possa ser, agora, utilizado com vantagem noutras pesquisas de aprofundamento adicional e em actividades reflexivas de relacionamento teoria-prática.

Em temas desta complexidade, torna-se difícil, por vezes, definir onde se situa o nível de informação suficiente para iluminar as situações educativas e fundamentar as práticas. Assim, sem perda da noção de equilíbrio, as equipas de autores optaram por seguir um critério de alguma sistematicidade, de modo a permitir aos professores o acesso a diversas abordagens conceptuais e metodológicas através das diversas correntes do pensamento pedagógico e andragógico.

Conclui – se que a apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação pelos estudantes da geração Z permite a construção coletiva do conhecimento, possibilita ao estudante assumir o papel de protagonista e desenvolve a autonomia no decorrer do processo de aprendizagem, que pode oportunizar experiências inéditas das escolas contemporâneas. e constitui-se, assim, como um precioso auxiliar, tanto para futuros professores, como para todos aqueles que queiram atualizar os seu conhecimentos e aprofundar a sua formação.

Espera-se que a partir desta, pesquisa, os professores das instituições académicas do nível superior e das áreas afins tenham melhor entendimento sobre o tema, uma visão técnica e científica mais abrangente. Estudos futuros serão necessários para dar continuidade á este estudo.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Márcio Henrique Melo de. **O ATO NARRATIVO E A INCLUSÃO DIGITAL: concepções, perspectivas e vídeos por jovens de periferia**. 2013. 258 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação Matemática e Tecnológica, Departamento de Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

BIANCHESSI, Cleber. **Nomofobia e a dependência tecnológica do estudante**. Curitiba: Bagai, 2020.

BLANCO, Patrícia. **Entre a percepção e a realidade, a educação midiática é o bom caminho a seguir**. In: Cultura, educação e tecnologias em debate. São Paulo: Centro de Pesquisa e Formação Sesc São Paulo, 2020. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20201112161609/SESC\\_CETICbrCultura\\_educa%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_tecnologias\\_em\\_debate\\_volume%203.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/20201112161609/SESC_CETICbrCultura_educa%C3%A7%C3%A3o_e_tecnologias_em_debate_volume%203.pdf). Acesso em: 24 nov. 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação é a Base**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 nov. 2021.

BUCKINGHAM, David. Cultura Digital, Educação Midiática e o lugar da escolarização. **Educação e realidade**. Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 37-58, 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/13077> Acesso em: 27 jun. 2022.

CABRAL, Ana Lúcia Tinoco; LIMA, Nelci Vieira de; ALBERT, Sílvia. TDIC na educação básica: perspectivas e desafios para as práticas de ensino da escrita. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas, n. 58 (3), p. 1134-1163, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tla/a/mxWFFT69DCSj5nvZYCV7PhM/?lang=pt>. Acesso em: 05 nov. 2021.

CALDAS, Alba Helena Fernandes. **O hipertexto em sala de aula: uma proposta metodológica para o ensino de Língua Portuguesa**. 2014. 216 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, São Paulo, 2014.

CAZDEN, Courtney et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos: desenhando futuros sociais**. (Orgs. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021. Disponível em: <https://www.led.cefetmg.br/umapedagogia-dos-multiletramentos/> Acesso em: 12 out. 2022.

CGI.BR. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras: TIC Educação 2020**: edição COVID-19: metodologia adaptada

[livro eletrônico]. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR. 1. ed. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2021. Disponível em: [https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic\\_educacao\\_2020\\_livro\\_eletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/20211124200326/tic_educacao_2020_livro_eletronico.pdf) Acesso em: 3 nov. 2022.

COIRO, Julie. Online reading comprehension: challenges and opportunities. **Texto livre: linguagem e tecnologia**, v. 7, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivre/article/view/16672/13429> Acesso em: 14 mai. 2022.

COLÉGIO CONSTELAÇÃO. **As gerações X, Y, Z e Alpha e suas características. Qual a sua geração?** 2018, online. Disponível em: <https://www.colegioconstelacao.com.br/post/asgera%C3%A7%C3%B5es-x-y-z-e-alpha-e-suas-caracter%C3%ADsticas-qual-a-suagera%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 27 nov. 2021.

COPE, W.; KALANTZIS, M. **E-learning ecologies: Principles for new learning and Assessment (online)**. New York, NY: Routledge, 2016. Disponível em: [http://neamathisi.com/\\_uploads/Conceptualizing-e-Learning.pdf](http://neamathisi.com/_uploads/Conceptualizing-e-Learning.pdf). Acesso em: 16 nov. 2021.

COSCARELLI, Carla Viana et al. Letramento digital e multimodalidade: uma entrevista com a professora Carla Coscarelli em tempos de pandemia. **Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 19, n. 34, p. 3-37, 2020.

COSTA, Renata Luiza da. Recomendações de Uso de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação da BNCC para a Educação Básica e a Realidade Escolar Brasileira. **Revista Anápolis Digital**, v. 11, n. 2, p. 69-89, 2020. Disponível em: <https://portaleducacao.apolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wpcontent/uploads/vol11/5.pdf> Acesso em 14 mar. 2020.

DUDENEY, G.; HOCKLY, N.Y. PEGRUM, M. **Letramentos Digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2016.

FREITAS, Maria T. D. A. Letramento digital e formação de professores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 335-352, dezembro de 2010. ISSN 0102-4698. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/N5RryXJcsTcm8wK56d3tM3t/?lang=pt#> Acesso em: 10 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JACQUES, Thiago Carvalho; PEREIRA, Gilberto Braga; FERNANDES, Adriana Lopes; OLIVEIRA, Daysa Andrade. Geração Z: peculiaridades geracionais na cidade de ItabiraMG. **Revista Pensamento Contemporâneo em**

**Administração**, v. 9, n. 3, 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/pca/article/view/11226>. Acesso em: 16 nov. 2021.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MACHADO, Silvia Cota. **Percepções de professores de ciências e matemática da educação profissional técnica de nível médio do CEFET-MG sobre a incorporação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação nas práticas pedagógicas**. 2021, 123 f. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica) - Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do CEFET-MG, Belo Horizonte, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; XAVIER, Antônio Carlos. **Hipertexto e gêneros digitais: novas formas de construção de sentido**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2005.

MARQUES, Deise Lúcia de Sousa. **Competências Docentes na Relação de Ensino Aprendizagem com Alunos da Geração Z dos Cursos de Graduação em Administração**. 2017. 160f. Tese apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Fundação Getúlio Vargas, 2017.

MENDONÇA, Fernanda de Quadros Carvalho. SOARES, Claudia Vivien Carvalho de Oliveira. Um breve olhar para a BNCC, as tecnologias digitais e a produção textual no ensino médio. **Fólio - Revista de Letras**, v. 12, n. 1. Jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/6893>. Acesso em 10 nov. 2021.

MION, Mirian Raquel Buiz; LOPES, Daniel de Queiroz. Youtube e educação: uma revisão da pesquisa brasileira no período de 2014 a 2021. **Renote**, v. 19, n. 12. Dez., 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/renote/article/view/121376/65989> Acesso em: 10 jan. 2023.

NONATO, Emanuel do Rosário Santos. **Hipertexto e hiperleitura: contribuições para uma teoria do hipertexto**. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NONATO, Emanuel do Rosário Santos; SALES, Mary Valda Souza. **Educação e os caminhos da escrita na cultura digital**. In: Educação, (multi) letramentos e tecnologias: tecendo redes de conhecimento sobre letramentos, cultura digital, ensino e aprendizagem na Cibercultura. Obdália Ferraz (Org.). Salvador: EDUFBA, 2019.

O'BRIEN, David; SCHARBER, Cassandra. Digital Literacies Go to School: Potholes and Possibilities. **International Reading Association**, p. 66 - 68, 2008. Disponível em: [https://news.cehd.umn.edu/wpcontent/uploads/2009/06/JAAL\\_obrien\\_scharber\\_2008.pdf](https://news.cehd.umn.edu/wpcontent/uploads/2009/06/JAAL_obrien_scharber_2008.pdf) Acesso em 12 ago. 2022

PRENSKY, Marc. Digital natives, digital immigrants. **On the horizon, NCB University Press**, v. 9, n. 5, Oct. 2001. Disponível em: <https://www.marcprensky.com/writing/Prensky%20-%20Digital%20Natives,%20Digital%20Immigrants%20-%20Part1.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Letramentos, mídias, linguagem**. São Paulo: Parábola, 2019. ROJO, Roxane. (Re)pensar os multiletramentos na Pandemia. In: RIBEIRO, Ana Elisa e VECCHIO, Pollyanna de Mattos Moura. (org.). **Tecnologias digitais e escola [recurso eletrônico]: reflexões no projeto Aula Aberta durante a pandemia**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

SANTAELLA, Lúcia. Navegar no ciberespaço. **O perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTAELLA, Lúcia. Gêneros discursivos híbridos na era hiperídia. **Bakhtiniana Revista de estudos do discurso**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 206-216, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/Z96vv4RWJy4Qb8hghKm tvCL/?lang=pt>. Acesso em 12 set. 2021.

SIQUEIRA, Rosicley Nicolao; ALBUQUERQUE, Rosa Almeida Freitas; MAGALHÃES, Ávilo Roberto de. Métodos de ensino adequados para o ensino da Geração Z – Visão dos discentes: um estudo realizado no curso de graduação em Administração de uma Universidade Federal. **Anais do XXIII ENANGRAD - Encontro Nacional dos Cursos de Graduação em Administração**, 28 a 31 de outubro de 2012. Bento Gonçalves, 2012. Disponível em: <https://docplayer.com.br/12934784-Xxiii-enangrad-ensino-pesquisa-ecapacitacao-docente-em-administracao-epd.html> Acesso em 04 jan. 2022.

SILVA, Maria Jeane Souza de Jesus; SANTANA, Neidson Dionísio Freitas de; ANECLETO, Úrsula Cunha. Letramento digital crítico e formação do leitor na cultura digital: algumas considerações. **Hipertextus – revista digital**, v. 20, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/hipertextus/article/view/247989/36472>. Acesso em: 27 nov. 2021.

SOARES, Magda. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 143-160, dezembro de 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zG4cBvLkSZfcZnXfZGLzsXb/?format=pdf> Acesso em: 17 ago. 2022.

SOUZA, Amanda dos Santos Rêda de. **Escola, smartphones e aprendizagem na perspectiva da família**. Tese em andamento, 2022. (Doutorado em Educação) Programa de Pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

TAKAKI, Nara Hiroko. Perspectivas Derredianas e Linguagem Digital: aproximações. In: TAKAKI, N. H.; MOR, W.M. (Org.). **Construções de Sentido e Letramento Digital Crítico na Área de Línguas/Linguagens**. Campinas, SP: Pontes, 2017.

TAPSCOTT, Don. **A hora da geração digital**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital: os desafios da leitura na nossa era**. São Paulo: Contexto, 2019.

XAVIER, Antônio Carlos. Letramento digital: impactos das tecnologias na aprendizagem da Geração Y. **Calidoscópico**, v. 9, n. 1, p. 3-14, jan/abr. 2011. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/748>. Acesso em 10 nov. 2021.

XAVIER, Antônio Carlos. Educação, tecnologia e inovação: o desafio da aprendizagem hipertextualizada na escola contemporânea. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 7, n. 8.1, p. 42 - 61, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/index.php/contextoslinguisticos/article/view/6004>. Acesso em: 18 nov. 2021.

## MEDIASTINITE ODONTOGÊNICA RESULTANTE DE TRATAMENTO TRADICIONAL ODONTOGENIC MEDIASTITIS RESULTING TO TRADITIONAL TREATMENT

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-14

Lídia Celestina Miji Conde <sup>1</sup>  
Modesto Paulo Mateus <sup>2</sup>

### RESUMO

A mediastinite é definida como uma complicação odontogênica altamente fatal que se espalha ao longo do plano cervical profundo em direção ao mediastino, gerando grande celulite, necrose formação de abscesso, podendo ocorrer septicémia. O presente artigo tem como finalidade apresentar um caso clínico sobre mediastinite odontogênica. OBJECTIVO GERAL: Estudar o perfil clínico de uma paciente com mediastinite odontogênica. METODOLOGIA: foi Realizada uma pesquisa exploratória observacional com abordagem qualitativa com intuito de acompanhar a evolução clínica da paciente realizada em Angola no Hospital Geral do Moxico. RESULTADOS: No exame clínico é importante ter o cuidado de avaliar a progressão da infecção assim como as estruturas adjacentes. O atendimento multidisciplinar, terapia apropriada e o não comprometimento sistêmico, foi crucial para a recuperação da paciente após 60 dias internada.

**PALAVRAS CHAVE:** Mediastinite. Odontogênica. Tratamento tradicional

### ABSTRACT

Mediastinitis is defined as a highly fatal odontogenic complication that spreads along the deep cervical plane towards the mediastinum, generating large cellulitis, necrosis abscess formation, and septicaemia may occur. The present article aims to present a clinical case on dental mediastinitis. GENERAL OBJECTIVE: To study the clinical profile of a patient with dental mediastinitis. . METODOLOGIA: an exploratory observational research was carried out with a qualitative approach in order to monitor the clinical evolution of the patient performed in Angola at the General Hospital of Moxico. . RESULTS: On clinical examination it is important to be careful to evaluate the progression of the infection as well as the adjacent structures. . Multidisciplinary care, appropriate therapy and non-systemic involvement was crucial for the patient's recovery after 60 days in hospital.

**KEYWORDS:** Odontogenic. Mediastinitis. Traditional treatment.

<sup>1</sup> Mestranda em Saúde Pública pela Universidade Jean Piaget de Angola, Licenciada em Medicina Dentária pela Universidade Jean Piaget de Angola, Funcionária dos serviços de Estomatologia do Centro Ortopédico Dr. António Agostinho Neto. **E-MAIL:** celestinaconde@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutorando e Mestre em Ciências de Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Cristian e University, Especialista em Saúde Pública pela Universidade Católica de Angola, Formador em Administração Hospitalar pela Escola Nacional de Administração e Políticas Públicas de Angola, Licenciado em Gestão Hospitalar pelo Instituto Superior Politécnico do Cazenga, Chefe do Departamento de Ciências da Saúde pelo Instituto Superior Politécnico Nelson Mandela, Docente pela Universidade Jean Piaget de Angola. **E-MAIL:** modestpaulomateus@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/2038638082960737

## INTRODUÇÃO

O presente artigo realça sobre um caso de mediastinite odontogénica a uma paciente tratada atendida no hospital geral do Luena, Província com o mesmo nome no leste da república de angola.

A mediastinite necrosante descendente (MND) é um processo infeccioso agudo oriundo de complicações de infecções cervicais ou odontogénicas. Relatos antigos na literatura revelam até 50% de taxa de mortalidade — atualmente, na era da antibioticoterapia, esse índice decresceu.

Os processos infecciosos mediastinais agudos são graves e, portanto, necessitam de diagnóstico rápido e de manejo adequado para uma resolução satisfatória

A infecção odontogénica é uma patologia oriunda dos tecidos dentais e periodontais, que requer tratamento imediato. E considerada uma das patologias mais difíceis de tratar e, por isso, deve ser muito bem compreendida pelos cirurgiões, tendo em conta a sua alta casuística, suas complicações e os sérios riscos a saúde do indivíduo.

Dentre as causas principais das infecções odontogénicas encontram-se cárie dentária, infecção dento alveolar ou infecção da polpa e abscesso periapical, periodontite, osteíte, osteomielite ou ainda de infecções pós-cirúrgicas. (BASCONES, et al.,2004,).

A cárie dentária é uma das doenças infecciosas que mais comumente afectam os seres humanos. Caracteriza-se pela desmineralização de tecidos dentários, causada pela actividade metabólica das bactérias que compõem o biofilme dentário (THÁÍS, et al.,2012).

É uma doença oportunista de carácter multifatorial, fortemente influenciada pelos carboidratos da dieta e pela acção dos componentes salivares (THÁÍS, et al.,2012).

O aspecto multifatorial da doença cárie foi estabelecido na década de 1960, pelo pesquisador Paul H. Keyes. O clássico conceito, conhecido como a

Diagrama (ou tríade) de Keyes, ilustra a interação entre o hospedeiro suscetível (dente, microbiota criogénica (*streptococcus mutans*) e dieta (sacarose) que leva ao desenvolvimento da doença.

## REFERENCIAL TEÓRICO: CONCEITO

A mediastinite necrosante descendente é um processo infeccioso grave do mediastino e pode ser originária de uma infecção odontogénica, apresentando; alta taxa de mortalidade.

Segundo Prado e Salim (2009) a mediastinite é uma complicação altamente fatal, que se espalha ao longo do plano cervical profundo em direcção ao mediastino, gerando grande celulite, necrose, formação de abscesso, podendo ocorrer septicémia.

## FATORES DE RISCO

Vários são os fatores que aumentam o risco de se desenvolver mediastinite aguda, tais como tabagismo, diabetes mellitus, doença pulmonar obstrutiva crônica, uso prolongado de corticoterapia e permanência prolongada em unidade de terapia intensiva, entre outros.

Segundo Seppanen et al., (2008) As condições sistêmicas como por exemplo: Imunossupressão, condições cardíacas associadas com endocardite infecciosa, malignidade aguda e Diabetes são fatores de predisposição a complicações da infecção.

É fato que os pacientes que não têm nenhum comprometimento sistêmico, tem um melhor prognóstico quanto a evolução de uma infecção de origem odontogénica e tem a tendência a permanecer menos dias internados, se comparados aos que possuem alguma doença sistêmica prévia a infecção (SEPPANEN et al., 2008).

O estado de imunocomprometimento como a AIDS, neoplasias ou doenças sistêmicas como a Diabetes,

são fatores favoráveis a uma disseminação mais agressiva da infecção (ULUIBAU et al., 2005).

Na pática diária, 50% dos pacientes que falecem apesar de terem feito tratamento tradicional o que favorece o agravamento da doença, têm o imunocomprometimento com AIDS.

Os fatores de risco mais frequentes são: Má higiene oral, Cárie dentária, Abscessos dentários tratados de forma incorreta “ O tratamento é feito a bases de ervas sem assepsia, sem dosagem, ainda é frequente o uso de ventosas para drenagem dos abscessos, etc.”

### **ORIGEM DAS MADIASTINITE POR INFECÇÕES ODONTOGÉNICAS**

As Infecções odontogênicas derivam dos elementos dentários e têm uma flora característica. Cáries, doenças periodontais e pulpites são infecções iniciais que podem se disseminar além dos dentes para os processos alveolares e para os tecidos profundos da face, da cavidade oral, da cabeça e do pescoço.

Essas infecções podem variar de infecções bem localizadas de baixo grau, que necessitam somente de um tratamento mínimo até infecções graves, podendo comprometer a vida ao envolver os espaços faciais profundos.

Embora a grande maioria das infecções odontogênicas seja facilmente tratada com procedimentos cirúrgicos menores e suporte médico terapêutico, que inclui administração de antibióticos, o profissional deve, sempre, ter em mente que essas infecções podem se tornar graves e trazer risco de morte em um curto período de tempo.

### **QUADRO SINTOMÁTICO**

Caracteriza-se clinicamente por um quadro de dor torácica, dispneia severa e febre alta não remissível ( PRADO & SALIM, 2009).

A mediastinite é uma inflamação do mediastino. A mediastinite aguda geralmente resulta de perfuração do esôfago ou esternotomia mediana. Os sintomas incluem dor torácica intensa, dispneia e febre. O diagnóstico é confirmado por radiografia de tórax ou TC.

### **PRINCIPAIS COMPLICAÇÕES**

No presente estudo, as complicações mais frequentes relacionadas à mediastinite foram a insuficiência respiratória, pneumonia secundária, sangramento ativo e rebaixamento do nível de consciência.

### **TRATAMENTO**

O tratamento apropriado das infecções odontogênicas depende do conhecimento claro sobre as bactérias causadoras. Quando as infecções ocorrem, elas provocam erosão óssea e irrompem no tecido mole suprajacente.

O conhecimento da trajetória normal da infecção a partir dos dentes e dos tecidos circundantes, através dos ossos e dentro dos planos dos tecidos moles suprajacentes, é essencial quando se planeja uma terapia apropriada.

### **METODOLOGIA**

Descreveremos um caso de paciente atendida no Hospital Geral do Luena Província do Moxico no leste de Angola, com diagnóstico de mediastinite descendente necrosante odontogênica. a paciente foi submetida ao tratamento clínico, na base de antibióticos, hidratação e de pequena cirurgia para a remoção de tecidos necrosados. Trata-se de uma pesquisa exploratória observacional com abordagem qualitativa com intuito de acompanhar a evolução clínica da paciente realizada em Angola no Hospital Geral do Moxico.

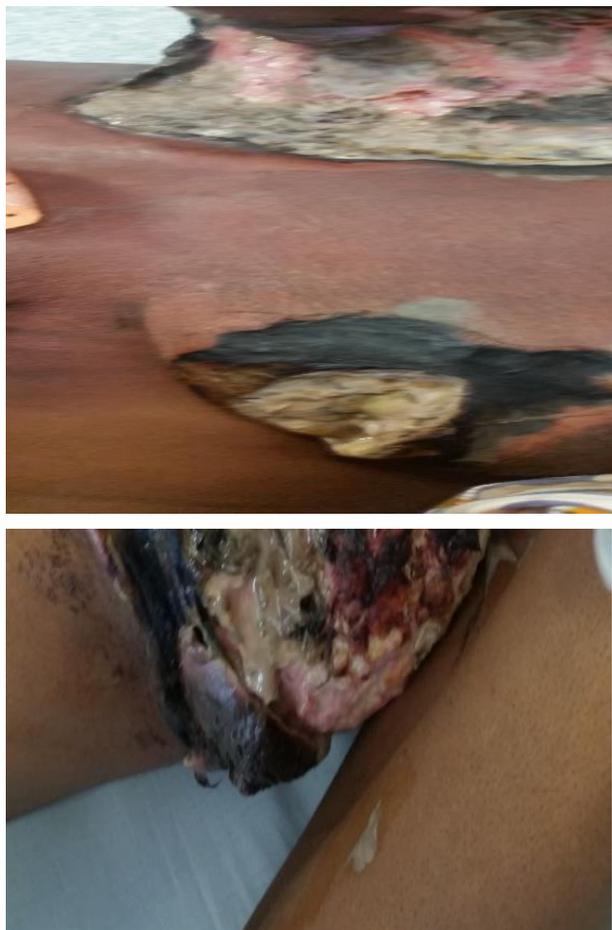
## ESTUDO DE CASO

Tara-se de uma paciente H.A, de 30 anos, do sexo feminino, residente no Município de Lumbala Nguimbo, região sul da Província do Moxico. A mãe relata que após ter começado com dores de dente, foi medicada com ervas caseiras, durante alguns dias.

O tratamento não surtia efeito por esta razão, decidiram leva-la a um curandeiro onde ficou durante dois meses.

No decorrer do tempo, o quadro clínico agravou, e a família resolveu levá-la novamente ao Hospital Municipal. Por se tratar de um Hospital de nível primário, o corpo clínico desprovido de condições para dar resposta ao caso, decidiu transferir a paciente para o Hospital Geral da Província com melhores condições para o atendimento.

**FIGURA 1 e 2** - Feridas necrosadas dos seios



**FONTE:** fotos dos autores.

Ao exame físico, a paciente apresentava-se consciente, orientada no tempo e espaço, mucosas Hipo coradas, ferimento na região mandibular do lado direito, que se estendia até a região supra-clavicular; aumento de volume na região infra clavicular com todos sinais de uma inflamação que se estendia até ao diafragma.

A mesma apresentava ferimento nos seios, ao exame oral a paciente apresentava trismo, odor fétido com membro superior direito a apresentar fratura ao nível do úmero direito. Estado nutricional deficitário com uma desnutrição moderada (BP=70-80%).

Quanto aos exames complementares a paciente a apresentava um hemograma com valores de Leucócitos (10.000/mL), hemoglobina (8.1g/dL), glicémia (60-90mg/dl);

Quanto aos sinais vitais a partir da entrada a paciente a paciente apresentava uma temperatura corporal (Tº 39ºC); PA de 100/40mmhg; pulso de 50b/min.

**FIGURA 3**- Necrotomia e drenagem da ferida mamária necrosadas



**FONTE:** HGM (Hospital Geral do Moxico)

A paciente foi encaminhada para a sala de cirurgia dias após tratamento com antibioterapia na base de Metronidazol 500mg de 8/8 horas; Gentamicina 80 mg de 12/12 horas e analgésico para baixar a febre.

**FIGURA 4**- Ferida mamária necrotomizada em fase de curativos



**FONTE:** HGM (Hospital Geral do Moxico)

Logo após a negrotomia e drenagem que culminou com a remoção total dos tecidos necrosados, a paciente continuou com curativos diários no princípio e a posterior em dias alternados. Houve uma evolução satisfatória com o tratamento realizado que dias depois teve alta para a casa.

## DICUSSÃO E RESULTADOS

As infecções odontogênicas complexas, são consideradas um problema de saúde pública. A falta de conhecimento por parte da população, a falta de escolarização associada a pouca acessibilidade aos serviços de saúde assim como o número reduzido de profissionais especializados leva os pacientes a procurar primeiro a medicina tradicional e só chegarem as unidades hospitalares em estado grave.

No exame clínico é importante ter o cuidado de avaliar a progressão da infecção assim como as estruturas adjacentes. O comprometimento sistêmico também deve ser salientado.

O atendimento multidisciplinar, terapia apropriada, foi crucial para a recuperação da paciente após 60 dias de internamento.

Recomendamos que após alta com mediastinite a paciente continue a ser seguida por um cirurgião plástico, por ter perdido os seios durante o processo de necrotomia, um ortopedista para correção da fratura do

úmero e por psicólogo para ajudar o paciente a aceitar a sua condição atual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As crenças, baixo nível de escolaridade, falta de informação, as longas distancias percorridas para alcançar os Hospitais, estão na base do elevado número de pacientes com complicações odontogênicas e a consequente mortalidade por causas evitáveis.

Conclui-se que as infecções odontogênicas, requerem uma intervenção atempada correta assim como o seu tratamento medicamentoso e cirúrgico. Quando não, o paciente pode evoluir para situações mais grave como é o caso da sépsese.

É preciso que os pacientes sofrendo de uma provavel mediastinite sejam diagnosticados atempadamente e tomar uma conduta terapêutica correcta para prevenir danos maiores para a saúde humana.

## REFERÊNCIAS

ARAUJO, José Augusto Dias. **Infecção odontogênica: revisão de literatura.** Trabalho de conclusão de curso (graduação em odontologia) UFMG-FO, p.1-110, 2010

ARAUJO, A. Aspectos atuais da cirurgia e traumatol. Bucomaxilofacial. Santos, 2010.

NEVILLE, Brad. **Patologia oral e maxilofacial.** Elsevier Brasil, p.137-139, 2009.

DIAS, A.C.S. **Epidemiologia e perfil microbiológico das infecções odontogênicas** de pacientes internados em um hospital público de Belo Horizonte, 2010.

MELO, Cromwell Barbosa de Carvalho et al. Mediastinite descendente necrosante: tratamento cirúrgico torácico minimamente invasivo. *Jornal Brasileiro de Pneumologia* [online]. 2010, v. 36, n. 6 [Acessado 11 Dezembro 2022], pp. 812-818. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1806-37132010000600019>>. Epub 03 Jan 2011. ISSN 1806-3756. <https://doi.org/10.1590/S1806-37132010000600019>.

PRADO, Roberto; SALIM, Martha. Cirurgia Bucomaxilofacial, Diagnóstico e Tratamento. Rio de Janeiro, Guanabara, p.261-279, 2009.

VALE, Daniel Santiago et al. **Sinusite maxilar de origem odontogénica**: relato de caso. Revista Portuguesa de Estomatologia, Medicina Dentária e Cirurgia Maxilofacial, v. 51, n. 3, p. 141-146, 2010

## ASPECTOS CLÍNICOS E TERAPÊUTICOS SOBRE A HEMOFILIA ADQUIRIDA CLINICAL AND THERAPEUTIC ASPECTS ON ACQUIRED HEMOPHILIA

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-15

Michelle Barbosa Dias <sup>1</sup>

### RESUMO

A hemofilia adquirida (HA) é uma doença autoimune gerada a partir do desenvolvimento de autoanticorpos dirigidos principalmente contra o fator VIII:C. Frequentemente esse distúrbio surge de forma agressiva e abrupta e pode se tornar um grande risco para o paciente. Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo discutir a AH enquanto condição grave e suas características diagnósticas e terapêuticas. O estudo se deu por meio de uma revisão da literatura narrativa, utilizando textos acadêmicos indexados em bancos de dados eletrônicos Scielo e Pubmed e publicados no período de 2018 a 2023. Foram selecionados 07 estudos para compor a presente produção textual, e vale salientar que, de forma geral, a maioria dos estudos disponíveis na literatura focavam principalmente na repercussão clínica e tratamento dos outros tipos de hemofilia que não a adquirida. Em relação à etiologia, destaca-se que a HA surge de forma idiopática em até 50% dos casos, enquanto que, nos demais, mostra-se associada a doenças autoimunes, neoplasias malignas e infecções. Além disso, a literatura sugere que testes hemostáticos básicos e a interpretação do quadro clínico em populações de risco já são suficientes para elaboração de um diagnóstico. Pacientes sem sangramento aparente, mas com aumento no tempo de tromboplastina parcial ativado, mesmo que seja um parâmetro isolado, devem ser melhor avaliados, pois este quadro pode indicar AH. O diagnóstico tardio e falta de conhecimento dos parâmetros clínicos da doença são aspectos que tornam a doença mais preocupante, gerando mais complicações e consequências.

**PALAVRAS-CHAVES:** Hemofilia; Doenças Autoimunes; Hemofilia Adquirida.

### ABSTRACT

Acquired hemophilia (AH) is an autoimmune disease generated from the development of autoantibodies directed mainly against factor VIII:C. Often this disorder appears aggressively and abruptly and can become a major risk for the patient. In this context, the present study aimed to discuss AH as a serious condition and its diagnostic and therapeutic characteristics. The study was carried out through a review of the narrative literature, using academic texts indexed in electronic databases Scielo and Pubmed and published from 2018 to 2023. Seven studies were selected to compose the present textual production, and it is worth noting that, in general, most studies available in the literature focused mainly on the clinical repercussions and treatment of other types of hemophilia other than acquired hemophilia. Regarding the etiology, it should be noted that AH appears idiopathically in up to 50% of cases, while in the others, it is associated with autoimmune diseases, malignant neoplasms and infections. In addition, the literature suggests that basic hemostatic tests and the interpretation of the clinical picture in populations at risk are already sufficient for making a diagnosis. Patients without apparent bleeding, but with an increase in activated partial thromboplastin time, even if it is an isolated parameter, should be better evaluated, as this condition may indicate AH. Late diagnosis and lack of knowledge of the clinical parameters of the disease are aspects that make the disease more worrying, generating more complications and consequences.

**KEYWORDS:** Hemophilia; Autoimmune Diseases; Acquired Hemophilia A.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Hematologia e Hemoterapia pelo Centro Universitário Tiradentes (UNIT); Graduada em Biomedicina pelo Centro Universitário Cesmac. E-MAIL: michellebd2@hotmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/3151944436986269.

## INTRODUÇÃO

A hemofilia adquirida (HA) é uma doença autoimune resultante do desenvolvimento de autoanticorpos dirigidos principalmente contra o fator VIII:C. A doença tem o potencial de gerar quadros hemorrágicos com alto risco de morbidade e mortalidade. De forma idiopática, ocorre a produção descontrolada de autoanticorpos, do tipo IgG, capazes de neutralizar o efeito do FVIII. Dessa forma, enquanto que na hemofilia A hereditária, o anticorpo neutralizador (inibidor) é um aloanticorpo anti-FVIII induzido pelo fator aplicado, na HA o autoanticorpo aparece sem exposição ao referido fator (COLLINS et al., 2013; OLDENBURG; ZEITLER; PAVLOVA, 2020).

Paciente hemofílicos podem apresentar quadros de sangramento que podem acontecer em todo o corpo, sendo os principais locais as articulações e os músculos esqueléticos. Outros aspectos da sintomatologia incluem limitação na movimentação motora e artralgia, dependendo da categoria do paciente. Existem preocupações quanto a ocorrência de traumas, mesmo que pequenos, pois podem ocasionar sangramento espontâneo ou hematomas, também devido à dificuldade da coagulação, causando sangramento por tempo prolongado (RIBEIRO et al., 2021).

As apresentações clínicas demonstram típicas equimoses extensas, sangramento de mucosa ou mesmo sangramento interno, e cabe salientar que a AH pode surgir abruptamente na maioria dos casos, acometendo de forma agressiva pacientes previamente saudáveis sem histórico de sangramentos. Os critérios paraclínicos para diagnóstico podem incluir prolongamento isolado do tempo de tromboplastina parcial ativada (TTPa), o qual não é corrigido quando misturado com plasma normal. Os pacientes demonstram um TTPa prolongado, isolado e inexplicável. O diagnóstico pode ser fortalecido quando o paciente apresenta alguma doença autoimune, câncer, idade acima de 60 anos, gravidez ou puerpério.

Cabe destacar que outros testes hemostáticos como contagem de plaquetas, tempo de protrombina, fibrinogênio e tempo de trombina geralmente são normais (HUTH-KÜHNE et al., 2009).

Estudos mostram que também há uma necessidade de avaliar a qualidade de vida dos pacientes, relacionada ao convívio com esta patologia. Avaliar a qualidade de vida pode ajudar na individualização e atenção à saúde ao considerar a subjetividade desses pacientes, mostrando resultados tão importantes quanto a morbimortalidade, quando se quer discutir doenças crônicas (BEZERRA et al., 2022).

As terapias disponíveis buscam prevenir ou intervir após os quadros de hemorragia. Uma das alternativas mais eficazes que existem consiste na substituição com derivados plasmáticos ou alternativos recombinantes modificados. Com o tempo de uso, a produção de anticorpos inibitórios contra o fator de coagulação administrado deve ser levada em consideração para evitar complicações e intervenções cirúrgicas, as quais, quando necessárias, devem ser realizadas em centros de referência diante da reposição do fator em questão (COLOMBO & ZANUSSO, 2013).

Diante da importância de se estudar uma condição que pode se tornar tão grave de forma abrupta, e muitas vezes com características iniciais silenciosas, advoga-se a realização deste estudo a fim de se contribuir com novas informações sobre a AH. Nessas perspectivas, o objetivo deste estudo é discutir a AH enquanto condição grave e suas características terapêuticas.

## METODOLOGIA

O estudo desenvolvido trata de uma revisão de literatura, do tipo narrativa. A pesquisa foi desenvolvida através de busca de artigos científicos e/ou periódicos indexados em banco de dados eletrônicos e gratuitos.

O levantamento bibliográfico foi realizado a partir de bases consideradas de grande relevância para o

assunto abordado. As buscas foram oriundas de fonte como *Scielo* e *Pubmed*. A coleta de dados foi realizada da seguinte forma: os descritores (Decs) no *Scielo* foram “hemofilia” e “doença autoimune”, já o termo *mesh* utilizado no *Pubmed* foi “*acquired hemofilia*”.

Os idiomas escolhidos foram: língua portuguesa, inglesa e espanhola e o período selecionado foi de 2018 a 2023. Recorreu-se à leitura do título, do resumo do estudo e do tipo de publicação. Numa segunda fase, com recurso à consulta do título, do resumo e se necessário ao texto integral, sendo excluídos os estudos que não abordavam o tema proposto.

A seleção dos artigos obedeceu aos seguintes critérios de elegibilidade: artigos que tratassem sobre os aspectos clínicos e terapêuticos da hemofilia adquirida, assim como títulos que demonstrassem relação e objetivos afins com a temática abordada na presente revisão. Os critérios de exclusão foram: artigos que se distanciassem do tema, estudo pilotos, testes que não fossem com seres humanos, estudos preliminares.

Foram selecionados 07 estudos que atenderam aos critérios e inclusão. Realizou-se gradativamente a análise dos trabalhos e fichamento dos trechos importantes, de maneira a se estabelecer uma total apreensão dos conteúdos necessários para a construção do texto final.

Foi utilizada a análise de conteúdo, cujo percurso acompanhou as seguintes fases: leitura exploratória, leitura seletiva, leitura analítica e leitura interpretativa, para obter uma crítica, mesmo que breve, da literatura, citando os autores pesquisados, com respectiva avaliação e discussão de suas obras, tendo como foco o tema abordado.

Após a seleção dos estudos, procedeu-se à avaliação da qualidade metodológica dos mesmos. E, enfim, foi realizada a escrita da revisão de literatura, buscando estimar as considerações importantes. Para complementação da discussão ao longo da pesquisa realizou-se inserção de recursos de origem bibliográfica em livros da área.

Dos materiais que foram selecionados para compor o estudo, foram lidos inicialmente os resumos e posteriormente os textos completos. Mediante uma análise primária dos textos incluídos na pesquisa, foram excluídos artigos incompletos, pagos, repetidos, relatos de casos, experimentos animais, idiomas e/ou período não especificado na metodologia e que não tratassem da temática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 07 estudos para compor a presente produção textual, e vale salientar que, de forma geral, a maioria dos estudos disponíveis na literatura focavam principalmente na repercussão clínica e tratamento dos outros tipos de hemofilia que não a adquirida. Portanto, sugere-se mais estudos que possam abranger a temática “hemofilia adquirida”. No *Scielo*, quando utilizados os termos (hemofilia) AND (doença autoimune) resultou em apenas um estudo datado de 2009. O descritor “hemofilia” mostrou uma quantidade maior de estudos (n=49).

No *Pubmed*, de 2018 a 2023 foram encontrados 503 estudos com o uso do termo “*acquired hemophilia A*”, sendo a maioria destes estudos de revisão. Ao final foram incluídos 07 artigos após a instituição dos critérios de elegibilidade.

Em relação à etiologia, destaca-se que a HA surge de forma idiopática em até 50% dos casos, enquanto que, nos demais, mostra-se associada a doenças autoimunes, neoplasias malignas e infecções. Já foram relatados na literatura casos de HA após a vacinação contra Covid-19 e/ou sua infecção. A determinação dos níveis de FVIII continua sendo a chave para distinguir as diferentes causas de prolongamento do TTPa. O tratamento da HA é baseado em agentes *bypassing* (fator VIIa recombinante, concentrado de complexo de protrombina ativado) e FVIII suíno para controlar o sangramento e terapia imunossupressora

(corticosteroides, rituximabe, ciclofosfamida) para suprimir a produção de autoanticorpos (ZANON, 2023).

Alguns estudos como os de Radwi e Farsi (2021) e Fu et al. (2022) apresentaram casos de HA após a vacinação contra Covid-19. Um dos casos foi de um homem de 69 anos que desenvolveu sintomas hemorrágicos após receber a vacina. Exames laboratoriais mostraram prolongamento isolado do tempo de tromboplastina parcial ativada e fator de von Willebrand normal. Outros testes mais específicos confirmaram o inibidor do fator VIII. Estudos prévios já mostraram casos de HA após a gripe sazonal e a vacinação contra H1N1, bem como dois casos de HA após a infecção por Covid-19 (RADWI; FARSI, 2021).

A HA também pode surgir após quadros de cirurgias. Um estudo apresentou dois casos (uma mulher de 12 anos e outro homem de 18 anos) que foram internados devido a complicações na região abdominal. O diagnóstico pré-operatório de ambos os casos foi de cisto de colédoco congênito. Os pacientes apresentaram sangramento gastrointestinal contínuo (hematêmese e melena) com hemoglobina reduzida para 5,4 g/dL e 6,0 g/dL após a anastomose em Y de Roux, respectivamente. Múltiplas cirurgias também foram realizadas para fins hemostáticos, mas em todas as vezes nenhum local de sangramento ativo foi encontrado. Os casos demonstram que os estudos sobre a hemofilia A adquirida associada à cirurgia podem facilitar o diagnóstico rápido e o manejo que salva vidas, porque a taxa de mortalidade desse tipo de complicação é alta devido ao reconhecimento tardio da doença (KHAN et al., 2020).

Dolan et al. (2021) apresentaram os princípios dos cuidados ao paciente com HA. O estudo propôs 10 princípios-chave do gerenciamento prático e holístico da AH desenvolvidos pelo Fórum de Hemofilia de Zürich, um painel de especialistas europeus em hemofilia, composto por médicos, enfermeiros e especialistas em laboratório. Os princípios propostos para o cuidado da HA propõem um diagnóstico rápido e um manejo ideal do paciente, no

qual a chave para atingir esse objetivo é o treinamento de profissionais de saúde.

Os princípios são: (a) Melhorar o diagnóstico inicial da AHA; (b) Diagnóstico diferencial de AHA: avaliação laboratorial de pacientes com sangramento incomum; (c) Comunicação efetiva entre laboratórios, médicos e especialistas; (d) Melhorar o atendimento clínico: trabalho em rede entre profissionais de saúde do hospital de tratamento e centros especializados em hemofilia; (e) Avaliação abrangente do sangramento; (f) Uso apropriado de agentes de *bypass*; (g) Acompanhamento de longo prazo e monitoramento da eficácia e segurança do tratamento imunossupressor; (h) Ambientes de internação/ambulatório; (i) Acesso a tratamentos inovadores e disruptivos; (j) Promoção da pesquisa colaborativa internacional (DOLAN et al., 2021).

No que se refere ao principal tipo de tratamento, deve ser levado em consideração as repercussões nos pacientes imunocomprometidos e naqueles mais susceptíveis às infecções secundárias (fatores que podem ocasionar a morte por sepse). É sabido que o paciente AH normalmente apresenta outras comorbidades (algumas necessitam de tratamento antitrombótico), nas quais são indicados medicamentos geradores de trombina (agentes ponte, altas doses de FVIII, desmopressina e antifibrinolíticos) (GARCIA-CHAVEZ; MAJLUF-CRUZ, 2021).

Tiede et al. (2020) enfatizaram o aumento no tempo de tromboplastina parcial ativado prolongado devido à deficiência de FVIII. Os autoanticorpos neutralizantes (inibidores) puderam ser detectados pelo ensaio Bethesda modificado por Nijmegen. Apenas 10% dos pacientes não apresentaram sangramento, o que indica que um maior tempo de tromboplastina parcial ativada deve sempre ser levado em consideração como parâmetro clínico e pré-cirúrgico.

Quanto ao tratamento, as recomendações internacionais citam o tratamento com agentes de *bypass*, incluindo fator VII ativado recombinante, concentrado de complexo de protrombina ativado, ou

FVIII suíno recombinante em casos de sangramento. A terapia imunossupressora pode ser útil para erradicar os autoanticorpos, utilizando corticosteroides, ciclofosfamida e rituximabe, ou uma das combinações desses fármacos (TIEDE et al., 2020).

Knoebl et al. (2021) citam que o emicizumabe tem um potencial efeito eficaz para HA, com as vantagens da terapia subcutânea e boa eficácia hemostática. Os autores relataram o acompanhamento de 12 pacientes (6 pacientes do sexo masculino e 6 do sexo feminino) com HA tratados com emicizumabe, FVIII inicial <1%; título de inibidor 22,3 unidades Bethesda (BU)/mL (intervalo, 3-2000). Oito pacientes já haviam tido sangramento grave. No acompanhamento, foi iniciado emicizumabe, 3 mg/kg por via subcutânea, semanalmente em 2 a 3 doses, seguido de 1,5 mg/kg a cada 3 semanas para manter os níveis efetivos de FVIII mais baixos. A terapia imunossupressora com esteroides e/ou rituximabe foi estabelecida. Após a primeira dose de emicizumabe, o tempo de tromboplastina parcial ativada normalizou em 1 a 3 dias, FVIII (reagentes humanos) excedeu 10% após 11 (7,5-12) dias.

Os valores para mensuração de FVIII (reagentes bovinos) excedeu 50%, indicando remissão completa após 115 (67-185) dias, e o emicizumabe foi interrompido após 31 (15-79) dias. Uma média de 5 injeções (intervalo, 3-9) foram dadas. Ao total, nenhum dos 12 pacientes morreu ou apresentou sangramento grave/tromboembolismo, e mais importante ainda, nenhum sangramento foi observado após a primeira dose de emicizumabe (KNOEBL et al., 2021).

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura sugere que testes hemostáticos básicos e a interpretação do quadro clínico em populações de risco já são suficientes para elaboração de um diagnóstico. Pacientes sem sangramento aparente, mas com aumento no tempo de tromboplastina parcial

ativado, mesmo que seja um parâmetro isolado, devem ser melhor avaliados, pois este quadro pode indicar AH.

O diagnóstico tardio e a falta de conhecimento dos parâmetros clínicos da doença são aspectos que tornam a doença mais preocupante, gerando mais complicações e consequências. A falta de notificação e a não elaboração de indicadores da doença também são preponderantes para o agravamento do problema.

### REFERÊNCIAS

BEZERRA, J. R. P. et al. (2022). Relação entre adesão ao tratamento e qualidade de vida com hemofilia: revisão integrativa da literatura. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 11, n. 11, e448111130318, 2022.

CAVALCANTE JÚNIOR, A. E. G. et al. Hemofilia adquirida A e B principais apresentações clínicas da doença de Pott em crianças. **Brazilian Applied Science Review**, v. 6, n. 5, p.13996–14006, 2022.

COLLINS, P. W. et al. Diagnosis and management of acquired coagulation inhibitors: a guideline from UKHCDO. **Br J Haematol**, v. 162, p. 758-773, 2013.

COLOMBO, R. T.; ZANUSSO JÚNIOR, G. Hemofilias: Fisiopatologia, Diagnóstico e Tratamento. **Infarma Ciências Farmacêuticas**, v. 25, n. 3, p.155-162, 2013.

DOLAN, G. et al. Principles of care for acquired hemophilia. **Eur J Haematol**, v. 106, n. 6, p. 762-773, 2021.

FU, P. A. et al. A case of acquired hemophilia A and bullous pemphigoid following SARS-CoV-2 mRNA vaccination. **J Formos Med Assoc**, v. 121, n. 9, p. 1872-1876, 2022.

GARCIA-CHAVEZ, J.; MAJLUF-CRUZ, A. Hemofilia adquirida. *Gac. Méd. Méx, Ciudad de México*, v.156, n.1, p.67-77, 2020.

HUTH-KÜHNE, A. et al. International recommendations on the diagnosis and treatment of patients with acquired hemophilia A. **Haematologica**, v. 94, p. 566-575, 2009.

KHAN U. Z. et al. Surgery-associated acquired hemophilia A: a report of 2 cases and review of literature. **BMC Surg**, v. 20, n. 1, p. 213, 2020.

KNOEBL, P. et al. Emicizumab for the treatment of acquired hemophilia A. **Blood**, v. 137, n. 3, p. 410-419, 2021.

OLDENBURG, J. et al. Genetic markers in acquired haemophilia. **Haemophilia**, v. 16, p. 41-45, 2010.

RADWI, M.; FARSI, S. A case report of acquired hemophilia following COVID-19 vaccine. **J Thromb Haemost**, v. 19, n. 6, p. 1515-1518, 2021.

RIBEIRO, J. P. Q. S. et al. (2021). Aspectos genéticos da hemofilia a Revisão de literatura. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 48349-48362.

TIEDE, A. et al. International recommendations on the diagnosis and treatment of acquired hemophilia A. **Haematologica**, v. 105, n. 7, p. 1791-1801, 2020.

ZANON, E. Acquired Hemophilia A: an Update on the Etiopathogenesis, **Diagnosis, and Treatment. Diagnostics (Basel)**, v. 13, n. 3, p. 420, 2023.

**ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: AS PRÁTICAS DE LEITURA  
COMO RECURSO PARA A ALFABETIZAÇÃO  
LITERACY AND LITERACY: READING PRACTICES  
AS A RESOURCE FOR LITERACY**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-16

**Cristiana Costa Leite**<sup>1</sup>

**RESUMO**

A presente pesquisa traz uma abordagem leve e específica, tratando em princípio dos fatores da alfabetização e letramento evidenciando estratégias didáticas que favoreça o desenvolvimento do letramento no processo da alfabetização, destacando os recursos que o professor pode disponibilizar e do processo em si como instrumento para formação de cidadãos e do exercício da liberdade. Assim, a pesquisa se justifica na busca de potencializar a capacidade de reflexão a partir do processo de letramento e não só do mecânico ato de ensinar a ler. Portanto, o estudo busca responder a seguinte questão: como se dá o processo de letramento tendo como base as práticas de leitura como recurso para a alfabetização? Nesse contexto a metodologia se configura como um estudo bibliográfico, pautado em autores contemporâneos que versam sobre a temática estudada. Conclui-se que a proposta didática para alfabetizar letrando tem como objetivo específico propiciar a docência escolar uma visão humana onde sejam considerados no aprendiz suas capacidades e suas limitações visando à superação das aptidões.

**PALAVRAS-CHAVE:** Alfabetização. Letramento. Práticas situadas.

**ABSTRACT**

This research takes a light and specific approach, dealing in principle with the factors of literacy and literacy, highlighting didactic strategies that favor the development of literacy in the literacy process, highlighting the resources that teachers can make available and the process itself as an instrument for the formation of citizens and the exercise of freedom. Thus, the research is justified in the quest to enhance the capacity for reflection based on the literacy process and not just on the mechanical act of teaching reading. Therefore, the study seeks to answer the following question: how does the literacy process take place based on reading practices as a resource for literacy? In this context, the methodology is configured as a bibliographical study, based on contemporary authors who deal with the subject studied. The conclusion is that the specific aim of the didactic proposal for literacy is to provide school teachers with a human vision in which they consider the learner's capacities and limitations, with a view to overcoming their aptitudes.

**KEYWORDS:** Alfabetização. Letramento. Práticas situadas.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University. **E-MAIL:** cristianaleite@yahoo.com.  
**CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6844572247726152

## INTRODUÇÃO

Aprender a ler e a escrever é uma das necessidades intrínsecas dos seres humanos para que os mesmos possam se comunicar de maneira clara e uniforme e assim possam se tornar cidadãos de direitos.

E essa necessidade de se comunicar por meio da palavra escrita, inicia-se com as formas gráficas datadas de tempos mais remotos, onde os homens se comunicavam por meio de pinturas nas paredes das cavernas. Dentro deste contexto, o presente artigo tem como objetivo geral compreender a importância do acompanhamento da alfabetização e letramento com foco nas práticas de leitura como recurso para a alfabetização.

Os objetivos específicos da pesquisa, portanto, buscam conhecer os termos alfabetização, conceituando o que seja letramento; compreender os fundamentos teóricos dos métodos de alfabetização e, ainda fazer uma análise do acompanhamento das práticas de leitura como suporte ao processo de letramento.

O processo de alfabetização, portanto, não é algo que aconteça de forma a tornar um indivíduo apenas capaz de ler e de escrever, do âmbito do letramento este indivíduo é uma pessoa em construção, construção de um processo capaz de elaborar informações que estão para além do livro e da sala de aula, do universo circunscrito da escola, está se moldando nas relações sociais na capacidade de se mostrar um crítico reflexivo sobre cotidiano.

A justificativa do estudo está em saber que os distantes discursos sobre a educação precisam tornar-se próximos do aluno em formação, devem considerar suas capacidades e suas habilidades, potencializar esses percentuais com conhecimento e capacidade de reflexão a partir do processo de letramento e não só do mecânico ato de ensinar a ler.

As modernas pedagogias ocupam-se de fazer o professor compreender essa diferença e o presente

trabalho pretende então de modo bastante simples e direto refletir sobre o tema da alfabetização e do letramento tendo como foco a proposta didática para alfabetizar letrando, para tanto recorre à pesquisa de cunho bibliográfico em autores contemporâneos que tratam da temática em questão, revistas, sites e trabalhos acadêmicos que tratam do assunto trazendo a sua colaboração de modo quantitativo visto que não acrescenta dados novos mas infere sobre o que já está posto no meio acadêmico e social sobre o tema.

No que se refere a sua estrutura, o presente artigo está assim dividido, o tópico I, aborda a questão da alfabetização e letramento, definindo os termos alfabetização e conceituando o que seja letramento. Em seguida tem-se uma abordagem na questão dos métodos de alfabetização e continua fundamentando esses métodos, analisando-os e ainda faz uma abordagem das mudanças ocorridas na alfabetização, descreve ainda a fase de desenvolvimento da leitura e da escrita na alfabetização para que a criança seja alfabetizada e letrada dentro de um só contexto.

Portanto, o estudo busca responder a seguinte questão: como se dá o processo de letramento tendo como base as práticas de leitura como recurso para a alfabetização?

### CONCEITUANDO ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: DEFININDO ALFABETIZAÇÃO

A história da alfabetização nos remete a usos e costumes que muitos experimentaram e não esqueceram como o uso dos castigos físicos para aprender a ler, ou dos métodos menos ortodoxos como o que exigia a repetição absurda de letras do alfabeto sempre acompanhada de uma figura para ser associada à letra apresentada.

Alfabetizar requer muita dedicação, metodologia e, sobretudo a compreensão de como funciona a mente dos aprendizes para efetivar toda a didática que a pedagogia dispõe com a finalidade de

tornar esse processo uma atividade feliz e atingir os objetivos estabelecidos dentro das fases em que os mesmos podem ser implantados (CIRÍACO, 2020).

Compreender o processo de alfabetização implica em tornar o mesmo uma ferramenta capaz de possibilitar a quem aprende uma noção real do que vem a ser a liberdade de poder se expressar e se fazer compreender por todos os seus iguais que fazem a sociedade. O processo de alfabetização é específico e tem objetivo definido, ou seja, capacitar as pessoas a se expressarem através de signos e é definido por Ribeiro (2003, p.91) como:

O processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência da escrita. Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se Letramento que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos.

O processo de alfabetização é por si só, um instrumento que forma pessoas letradas e deve por isso ter certa parcialidade, deve procurar métodos e técnicas capazes de ultrapassarem o conceito de fazer da prática do  $B + A = BA$ , uma mera memorização. Deve desenvolver nos futuros leitores uma capacidade e um gosto por construir textos, ler textos e a partir dessas leituras esclarecerem o mundo já então se caracterizando como um indivíduo crítico e que está junto, par a par, na construção de uma sociedade melhor e mais leitora (SOARES, 2003).

O processo de alfabetização, porém não se dá isoladamente. Ele precisa levar o indivíduo a ser capaz de pensar e se expressar criticamente acerca do que pensa, e, é a isso que se pode chamar um cidadão completo e interativo socialmente. O processo de alfabetização deve desenvolver outro mais complexo e completo, a pessoa

letrada, fato que só pode acontecer se o professor tiver nítido na sua prática à diferenciação entre alfabetização e letramento (XIMENES, 2015).

## CONCEITUANDO LETRAMENTO

Um dos primeiros registros do uso do termo letramento está registrado segundo Soares (2003) em Uma Perspectiva Psicolinguística (1986) por Mary A. Kato. Mas qual é a definição para esse termo, o que significa letramento na acepção da palavra? Para responder essa questão recorreremos a Magda Soares, (2003) que afirma:

Letramento seria a tradução para o português da palavra inglesa "literacy", que etimologicamente se origina da forma latina "littera", cujo significado é "letra". Ao latim "littera" foi adicionado o sufixo "-cy", que expressa estado ou condição, para formar o vocábulo inglês "literacy". Parece que do mesmo modo se fez em português, ou seja, ao radical "letra-" foi acrescentado o sufixo "-mento", formando assim a nova palavra. (...) Letramento é o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever, o estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

Ou ainda segundo Garrido (2018) Letramento, palavra datada de 1899, definida no Houaiss, como representação da linguagem falada por meio de sinais; escrita, tinha significado diferente do atribuído atualmente, pois, no âmbito da Pedagogia acrescentam-se duas novas interpretações, mesmo que alfabetização ('processo') e na década de 1980, como um conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito.

O indivíduo letrado não é aquele que simplesmente sabe utilizar os símbolos para ler e escrever e assim se expressar, porém o conhecimento das letras é apenas uma das possibilidades para o

letramento que como já foi dito antes é a capacidade de usar socialmente a leitura e a escrita.

Para Ferreiro (2001) o sistema de escrita tem um modo social de existência. A Linguagem utilizada para a comunicação dos povos, interações entre as pessoas, constituem se como processo social. A criança cresce e interage em um ambiente “letrado”, envolve-se em práticas sociais de leitura e escrita, atendendo as várias demandas da sociedade. Denominou-se o fenômeno como Letramento. A necessidade de se começar a falar em letramento surgiu, creio eu, da tomada de consciência que se deu, principalmente entre os linguistas, de que havia alguma coisa além da alfabetização, que era mais ampla, e até determinante desta.

Para Garrido (2018) quando a leitura e a escrita ganham sentido, o aluno percebe que representam uma das formas de expressão mais válida para a interação com o mundo, atingindo assim seu papel como prática social. A criança com maturidade se sente capaz de produzir com autonomia e se expressar, utilizando a escrita como forma concreta de comunicação, sendo autora de sua própria história.

O indivíduo que passa por um processo de letramento não mais se contenta em ler, mais em produzir cultura a partir do que lê e do que escreve esse, portanto é a grande diferença entre alguém alfabetizado e alguém que consegue ir além da alfabetização.

Ribeiro (2003) evidencia que não é a aprendizagem da linguagem escrita em si que transforma as pessoas, mas sim os usos que elas fazem desse instrumento, os estudos sobre o letramento abrem novas perspectivas para a reflexão crítica sobre o papel da escola e também para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que respondam com mais eficiência às demandas sociais relativas ao letramento.

A noção de Letramento mostra-se bastante conexo no contexto educacional brasileiro para a compreensão das práticas de alfabetização que se têm

discutido nos últimos anos, tanto na perspectiva de quem ensina como na de quem aprende.

As expectativas de se ter uma solução mágica para o ato de ensinar, ou de um modelo a seguir, diluem-se quando o olhar tem como foco a reflexão na sua prática pedagógica, quando percebemos que o mais importante é a aproximação de um conceito ou de diversos conceitos que possam dar subsídios para nossa atuação (CAPOVILLA, 2012).

Neste sentido, o professor, ao atuar na formação do sujeito, não se apresenta desprovido de seus valores, seus saberes, suas experiências, ele se constitui em uma rede de saberes, significações e contextos que o encaminham a um processo de reflexão da prática escolar, no sentido de propor mudança e conhecimento.

## PRÁTICAS DE LEITURA

Sobre as práticas situadas para o desenvolvimento da leitura, o professor deverá estar atento a multiplicidade de recursos que poderão levar o aluno ao letramento, pois não basta apenas estar alfabetizado, o aluno deverá também, desenvolver a compreensão e interpretação da leitura, fato que o levará a compreensão dos acontecimentos de modo geral.

Assim, de acordo com Koch (2006, p. 21): “a leitura e a produção de sentido são atividades orientadas por nossa bagagem sócio cognitiva: conhecimentos da língua e das coisas do mundo (lugares sociais, crenças, valores, vivências)”

Dentro deste contexto, o professor enquanto mediador desse processo deverá pautar as aulas na intencionalidade dos objetivos a serem atingidos, tanto no âmbito individual de cada aluno, quanto dentro da coletividade da classe.

Um das práticas que podem levar os alunos ao gosto pela leitura, e a contação de história, prática essa que pode ser realizada com formação de uma roda,

o professor poderá contar uma fabula, e desta, o mesmo poderá trazer os desenhos dos animais que compõem história.

Em seguida o professor irá pedir aos alunos para que estes identifiquem nas figuras os animais que foram citados na história. E, após a identificação oral, os mesmos deverão fazer a escrita dos nomes desses animais completando as letras que faltam.

Portanto, de acordo com Machado (2013):

A roda de leitura também é outra boa prática que o professor pode utilizar para envolver as crianças no mundo da leitura, devendo ser planejada e permanente, em que se converse sobre as leituras que circulam socialmente. Quando o professor propõe um momento de reflexão em que o aluno vai ser mais que um ouvinte, ele faz da criança um contador de história, o qual terá condições de refletir sobre o que está lendo.

Outra prática também bastante comum, é que o professor leve aos alunos a curiosidade pela leitura de coisas do dia a dia dos alunos, dos quais eles tenham interesse e que gostem na sua rotina.

Exemplos de algum tipo de fruta, guloseima, ou outro alimento dos quais eles levem pra escola, e até mesmo de coisas que eles não gostem, para que eles possam conhecer como essa palavra é escrita, já que os mesmos já tem familiaridade com o sentido da audição ao qual o objeto e conhecido.

Em seguida o professor pode pedir pra que eles discorram do porquê de gostar ou não daquele alimento, em seguida a professora poderá discorrer sobre os alimentos e sua função em relação a saúde, e até mesmo de fora interdisciplinar, levar aos alunos ao conhecimento dos hábitos de higiene dos quais são necessários para consumo.

Freire (1981) evidencia que “lemos primeiro o mundo, depois a palavra e que a leitura da palavra implica a continuidade da leitura do mundo”. Destaca

ainda que “ler não é, simplesmente, decodificar a palavra ou a linguagem escrita e aponta para um conceito mais abrangente: a leitura do mundo”.

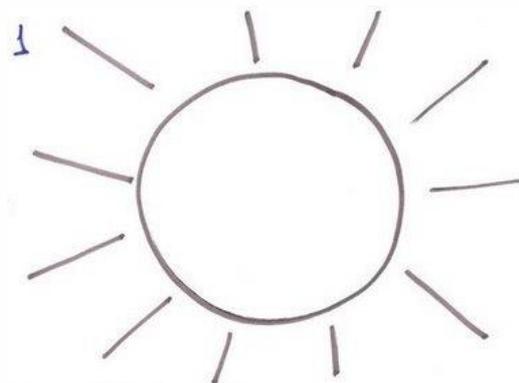
Soares e Rubio (2012) destacam que a dinâmica com letras de músicas também é a uma boa representatividade das práticas situadas da leitura e da escrita. Os autores descrevem que essa prática é favorecedora do desenvolvimento cognitivo/linguístico, psicomotor e sócio afetivo da criança, pois, já que estão todos correlacionados.

A música “Aquarela” de Vinicius de Moraes e Toquinho pode ser realizada de forma lúdica, trazendo também ai à interdisciplinaridade por meio das figuras. As crianças podem criar mini álbuns com as figuras dos itens que aparecem na música. E a cada página desenhada o aluno poderá escrever a letra da música.

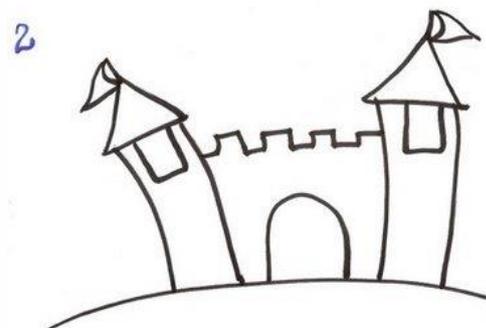
A figura abaixo mostra de forma clara como o professor poderá auxiliar essa prática junto aos alunos.

Figura 1. Modelo de prática situada na música “Aquarela”.

Numa folha qualquer eu desenho um sol amarelo

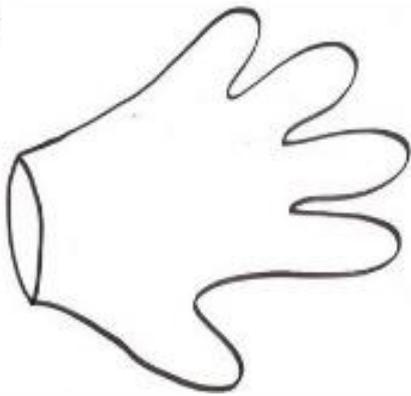


e com cinco ou seis retas é fácil fazer um castelo.



corro o lápis em torno da mão e me dou uma luva,

3



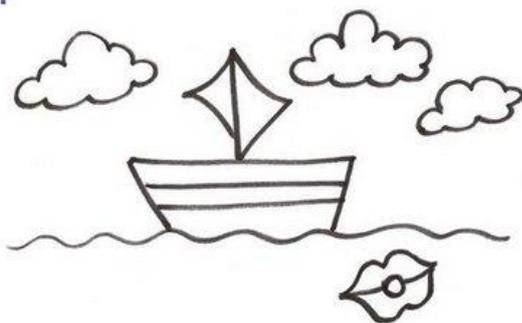
e se faço chover, com dois riscos tenho um guarda-chuva.

4



Se um pinguinho de tinta cai num pedacinho azul do papel, num instante imagino uma linda gaivota a voar no céu. vai voando, contornando a imensa curva norte e sul, vou com ela, viajando, Havai, Pequim ou Istambul. pinto um barco a vela branco, navegando, é tanto céu e mar num beijo azul.

7



FONTE: Vinícius de Moraes e Toquinho (1983).

Portanto, pode-se considerar que as práticas situadas para o desenvolvimento do letramento na alfabetização é um universo cheio de possibilidades.

#### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que trata sobre a alfabetização e letramento: as práticas de leitura como recurso para a alfabetização atinge seu objetivo quando a mesma apresenta práticas situadas para serem desenvolvidas com os alunos de maneira lúdica, o que leva ao aluno o prazer de aprender. A criatividade dos professores é testada ao extremo nesse caso, pois ao mesmo tempo em que é necessário fazer com que os alunos leiam e produzam texto, e imprescindível que os mesmos compreendam o que lêem e se destaquem como leitores pro eficientes para o sistema social em que estão inseridos. Os mais simples recursos e os mais complexos vão depender do universo em que o professor mediador, a escola e os alunos estão, ou seja, quanto maior for à falta de recursos maior terá que ser a criatividade do professor mediador, principalmente em se tratando de alunos com problemas socioeconômicos, muitas vezes desmotivados para o estudo por fatores que vão além da vontade dos mesmos.

O processo de aquisição da leitura e da escrita passa ainda por uma outra questão muito peculiar, o desconhecimento de recursos que estão ao alcance do próprio aluno como por exemplo, as histórias infantis, as charges, a música dentre outros. Um bom professor, comprometido com o processo pela consciência da importância libertadora da aquisição da leitura e da escrita não deve jamais se esquecer de usar esses recursos como uma forma de incentivo ao aluno. Pensando assim podemos concluir que esse processo é antes de tudo um meio de se formar cidadãos plenos, mas também é um meio de ser este cidadão.

#### REFERÊNCIAS

CIRÍACO, Flávia Lima. *A leitura e a escrita no professo de alfabetização*. Revista Educação Pública, v. 20, nº 4, 28 de janeiro de 2020.

CAPOVILLA, F. C Neuropsicologia e Aprendizagem: **Uma abordagem multidisciplinar**. São Paulo, SP: SBNp, Scortecci. 2012.

FERREIRO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** Tradução Horácio Gonzáles (et al.), 24.ed. atualizada. São Paulo: Cortez, 2001.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1981.

GARRIDO, Valéria Batista. **Práticas de Letramento.** Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do Título de Mestre em Educação – UNICID Universidade Cidade De São Paulo São Paulo. 2018.

KOCH, Ingedore Villaça. **Ler e compreender os sentidos do texto.** 2 ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MACHADO, Maria Zélia Versiani. **Algumas reflexões sobre formação de leitores.** In: Na ponta do lápis. São Paulo. Ano IX, n. 22, ago. 2013.

RIBEIRO, V. M. (org.) **Letramento no Brasil.** São Paulo: Global, 2003.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros.** 2ªed. 6ª reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

SOARES, Maura Aparecida; RUBIO, Juliana de Alcântara Silveira. **A Utilização da Música no Processo de Alfabetização.** Revista Eletrônica Saberes da Educação ± Volume 3 ± nº 1 ± 2012.

XIMENES, S. **Minidicionário Ediouro da Língua Portuguesa.** 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ediouro, 2015.

**CULTURA CORPORAL E O AUTISMO:  
REFLEXÕES E PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO ATRAVÉS DE UM ESTUDO DE CASO  
BODY CULTURE AND AUTISM:  
REFLECTIONS AND PROPOSALS FOR INTERVENTION THROUGH A CASE STUDY**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-17

João Paulo Viana da Costa <sup>1</sup>

**RESUMO**

**INTRODUÇÃO:** refletir como as aulas de Educação Física e favorecer o desenvolvimento de alunos com Autismo em uma escola na Região Metropolitana de Fortaleza e durante as aulas teóricas e práticas da disciplina de educação física, esses alunos com autismo desenvolvam os aspectos cognitivos, sociais e psicomotores, associados a isto, contribui significativamente para o desenvolvimento dos alunos com autismo pois, favorece o conhecimento do seu corpo. **OBJETIVO:** Favorecer o combate a introspecção e o descontrole emocional dos alunos autistas analisar a vivência da Educação Física no contato com os alunos autistas no processo da construção da autonomia **METODOLOGIA:** observar 4 alunos com Autismo, realizando análise durante as aulas teóricas e práticas da disciplina de educação física associados a isto, contribui significativamente para o desenvolvimento dos alunos com autismo pois, favorece o conhecimento do seu corpo. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** destacar que embora a inclusão trabalhe para que esses alunos frequentem o ensino regular, é importante lutarmos por escolas que encontremos professores capacitados, materiais adequados, atividades adaptadas, suporte psicológico para melhor atender e assim promover o desenvolvimento e a interação social do aluno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Física, Inclusão, Autismo, Movimento Corporal, Psicomotricidade.

**ABSTRACT**

**INTRODUCTION:** to reflect on how Physical Education classes favor the development of students with Autism in a school in the Metropolitan Region of Fortaleza and during the theoretical and practical classes of the physical education discipline, these students with autism develop cognitive, social and psychomotor aspects, associated with this, it contributes significantly to the development of students with autism, as it favors knowledge of their bodies. **OBJECTIVE:** To favor the fight against introspection and the emotional lack of control of autistic students to analyze the experience of Physical Education in contact with autistic students in the process of building autonomy. **METHOD:** observing 4 students with Autism, carrying out analysis during the theoretical and practical classes of the physical education discipline associated with this, contributes significantly to the development of students with Autism, as it favors the knowledge of their body. **FINAL CONSIDERATIONS:** highlight that although inclusion works for these students to attend regular education, it is important to fight for schools that find trained teachers, adequate materials, adapted activities, psychological support to better serve and thus promote the development and social interaction of the student

**KEYWORDS:** Physical Education, Inclusion, Autism, Body Movement, Psychomotricity.

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University (2023) Pós-graduado em Educação Especial pela FUNIP (2020). Graduado em Educação Física pela Universidade de Fortaleza (2012). Atualmente professor efetivo pela Secretaria de Educação de Maracanaú - séries terminais. Tem experiência na área de Educação Física, com ênfase em Educação Física Escolar Inclusiva. **E-MAIL:** viana.costa12@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/6970047198976979

## INTRODUÇÃO

A Cultura Corporal e o Autismo na educação física visa modificar a relação desses alunos autistas com relação aos outros no desenvolvimento nos aspectos psicomotores. Com isso surge o questionamento: Como as práticas corporais influenciam os alunos autistas nas aulas práticas e teóricas de Educação Física no contexto escolar? Sobre este questionamento começamos a investigar as contribuições da educação física usando a cultura corporal do movimento para a formação e desenvolvimento do aluno na visão integral do ser, tendo como proposta realizar um levantamento e análise das formas de atuação das práticas corporais na teórica e prática na escola e a criação e manutenção de diversas atividades para o desenvolvimento desses alunos. Com o objetivo de compreender o papel da Educação física com um dos seus componentes que é a cultura corporal do movimento e as possibilidades de intervenção nesses alunos

De acordo com Tomé (2007), a implantação da educação física no ensino dos autistas, favorece o desenvolvimento de habilidades sociais e possibilita uma melhora na qualidade de vida desses sujeitos. No entanto, para uma atividade eficaz na aprendizagem do autista é necessário conhecer cada aluno de maneira individual, sabendo dos seus interesses, de suas habilidades motoras e de suas capacidades comunicativas.

Como para qualquer outro indivíduo, a atividade física pode proporcionar ao autista uma melhora significativa de sua vida, através de substâncias liberadas no decorrer da execução das atividades. Por isso, deve-se realizar um acompanhamento de acordo com o desenvolvimento do aluno para melhor elaborar atividades ou métodos de ensino-aprendizagem com o intuito de manter, na medida do possível, a evolução do aluno. Com isto devemos entender que a atividade física não é somente um movimento pelo movimento, mas abrange a consciência corporal como um todo e sendo

assim, podemos acompanhar e aplicar em cada caso com os autistas uma atividade corporal diversificada e analisada de acordo com cada especificidade apresentada pelos alunos com este espectro. Não podemos, como o autor afirma, acreditar que essa cultura corporal seja igual para todos, devemos acompanhar os estudantes de maneira individual e assim, fazer atividades dentro do contexto da educação física que incentivem seus movimentos de acordo com suas características individuais.

Como para qualquer outro indivíduo, a atividade física pode proporcionar ao autista uma melhora significativa de sua vida, através de substâncias liberadas no decorrer da execução das atividades. Por isso, deve-se realizar um acompanhamento de acordo com o desenvolvimento do aluno para melhor elaborar atividades ou métodos de ensino-aprendizagem com o intuito de manter, na medida do possível, a evolução do aluno.

## OBJETIVOS

Favorecer o combate a introspecção e o descontrole emocional dos alunos autistas analisar a vivência da Educação Física no contato com os alunos autistas no processo da construção da autonomia dos mesmos, fator enfático na aprendizagem cognitiva e motriz. Observar os benefícios obtidos através da relação existente entre a Educação Física e a Inclusão Escolar nesses alunos autistas no processo de ensino-aprendizagem com uma avaliação feitas nas turmas que esses alunos se encontram visando observar a evolução de cada aluno autista observado tanto pelo professor e pelo aluno.

## METODOLOGIA

Utilizamos como metodologia uma abordagem de estudo de caso que consiste em algumas etapas partindo da análise específica de 4 alunos autistas do

fundamental II, primeiramente em sala de aula com um questionário elaborado para os alunos sem deficiências responderem acerca do comportamento atitudinal dos colegas com transtorno durante as aulas de outras disciplinas dadas, a interação do mesmo no meio educacional, e posteriormente fazemos um paralelo com o desenvolvimento que estes apresentam nas aulas de Educação Física. Em outro momento fazemos uma análise cognitiva, interacional e psicomotora dos alunos com autismo durante as aulas teóricas, com a observação e depoimentos dos outros alunos em relação à evolução dos colegas com transtorno.

A terceira etapa é uma pesquisa junto ao AEE (Atendimento Educacional Especializado) sobre a quantidade de alunos com autismo nas séries do Ensino Fundamental II, com a preocupação em perceber o tipo de autismo que cada aluno apresenta, para que a abordagem com as atividades teóricas e práticas fosse aplicada com cada aluno, observando suas especificações e reações a essa atividade.

Nesta quarta etapa realizamos uma análise dos alunos envolvidos e o seu desenvolvimento nas situações práticas, que envolvem a cultura corporal do movimento na Educação Física, seguindo alguns aspectos: as relações sociais e afetivas (interacional), a assimilação cognitiva (atividades direcionadas a cada aluno com autismo com relação às suas características específicas) e psicomotricidade (aspectos no desenvolvimento motor: lateralidade, coordenação, comportamento, relação social entre outros aspectos analisados) na disciplina de Educação Física e suas aprendizagens. Fazendo assim, uma mensuração do antes, durante e depois da participação destes alunos no contexto das práticas corporais e pedagógicas durante as aulas e das observações dos alunos que participaram da pesquisa junto aos alunos com autismo.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

	FEV 2019	MARÇ 2019	ABRIL 2019	TO- TAL
<b>AULAS</b>	8	8	10	26
<b>ALUNO COM AUTISMO</b>	1	2	4	4

**TABELA 1** – Aulas com os alunos autistas pesquisados.

Conforme observamos na tabela constatou-se, que os hábitos e aspectos desses alunos, envolvidos no projeto que envolvia a Ed. Física e seus aspectos de aprendizagem nesses alunos, tiveram uma aprendizagem e desenvolvimento considerável nas aulas, conseguindo se apropriar de conceitos teóricos estudados na educação física utilizando diversos aspectos teóricos como (leitura de texto, pinturas adaptadas) e no contexto da prática como vetor inicial para desenvolvimento de habilidade e competências as atividades físicas adaptadas feitas durante as práticas das aulas de educação física.

Aos aspectos interacionais, contou-se, através da mensuração desses aspectos, percebendo as mudanças ocorridas após o maior envolvimento nas aulas, notou-se o aumento da assiduidade, e o interesse, visto que a quantidade de registro que realizavam as Práticas e teóricas era menor, onde o aluno com autismo hoje se torna mais autônomo no seu processo educacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante ressaltar que acreditamos que a relevância deste trabalho se pauta na falta de conhecimento acerca do trabalho realizado na escola pelos profissionais da educação física e seus componentes (é óbvio que não serão todos os professores desta disciplina que terão o cuidado e abordagem necessária para tratar deste transtorno e dos demais alunos com necessidades educacionais especiais, porém caminhamos para que isto seja possível). Buscamos efetivamente evitar que os alunos autistas deixem de conhecer os benefícios que as práticas corporais de movimento podem fazer para o seu

desenvolvimento na escola e na sua vida como um todo. Esta é a nossa luta constante.

Sendo assim, acreditamos que a inclusão não deveria ser apenas discutida, mas implantada de maneira completa e sistemática para melhor atender a clientela de alunos de um modo geral. Alves (2002 apud Farias, Maranhão e Cunha, 2008) ressalta que “uma educação inclusiva deve oferecer qualidade e não apenas quantidade, os alunos devem se inteirar dos conhecimentos do mundo e, também, das diversas maneiras criativas que hoje devem ser usadas como estratégias de ensino para todos”. Sobre este assunto também nos fala a autora Maria Teresa Eglér Mantoan (2003, p. 35) a qual afirma que:

Na visão inclusiva, o ensino diferenciado continua segregando e discriminando os alunos dentro e fora das salas de aula. A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados

(MANTOAN, 2003, p. 35)

Temos que entender com esta fala que as práticas dentro das escolas devem ser modificadas de acordo com os limites de cada aluno e a educação física (na pessoa de seus profissionais) precisa se adequar a este sistema, colaborando para a inclusão de maneira efetiva e possibilitando aos alunos autistas o contato com as práticas corporais e a movimentação dos seus corpos de acordo com as próprias especificidades. De acordo com David Rodrigues:

O processo da inclusão educacional de alunos com necessidades educativas especiais e de outros alunos com que a escola tem dificuldade de lidar, tem muito a beneficiar com as propostas metodológicas dos PEF que, com criatividade, podem usar a corpo, o movimento, o jogo, a expressão e o desporto como oportunidades de celebrar a diferença e proporcionar aos alunos experiências que realcem a cooperação e a solidariedade (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Para que isto possa efetivar-se dentro das escolas é necessário a elaboração de um projeto voltado para as aulas teóricas e práticas desta disciplina escolar dentro das escolas. Ao nosso ver este projeto precisa ter os seguintes favorecer o combate à introspecção e o descontrolo emocional dos alunos autistas; analisar a vivência da Educação Física no contato com os alunos autistas no processo da construção da autonomia dos mesmos, fator enfático na aprendizagem cognitiva e motriz; observar os benefícios obtidos através da relação existente entre a Educação Física e a Inclusão Escolar nesses alunos autistas no processo de ensino-aprendizagem através de uma avaliação feita nas turmas que esses alunos se encontram matriculados visando observar a evolução de cada aluno autista observado tanto pelo professor, como pelos colegas e pelo aluno propriamente. Assim, percebe-se que a escola cresce, o aluno cresce em conhecimento corporal para uma consciência integral do ser, para novas percepções do corpo e da vida e adquirindo a compreensão para responder as mais diversas questões através das práticas da cultura corporal do movimento

É papel do professor estimular toda atitude da criança em sala de aula, buscando estimular o seu desenvolvimento sempre respeitando seus limites e sua individualidade, permitindo a autonomia de uma forma que leve em consideração as diferenças individuais e possibilite a esta criança alcançar a autonomia. É pela ação que a criança vai descobrindo suas preferências e adquirindo a consciência dos esquemas corporais, sendo,

portanto, fundamental a vivências de novas experiências durante seu processo de aprendizagem. Vale destacar que embora a inclusão trabalhe para que esses alunos frequentem o ensino regular, é e importantes lutarmos por escolas que encontremos professores capacitados, materiais adequados, atividades adaptadas, suporte psicológico para melhor atender e assim promover o desenvolvimento e a interação social do aluno.

## REFERÊNCIAS

TOMÉ, Maycon Cleber (2007). **A educação física como auxiliar no desenvolvimento cognitivo e corporal dos autistas**. Disponível em: [https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/autista\\_0.pdf](https://www.toledo.pr.gov.br/sites/default/files/autista_0.pdf). Acesso em: 24 set. 2015.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, Df, Brasil, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 11 jan. 2019.

MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. – (Coleção Cotidiano Escolar).

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a Educação Inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva**. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

## A LÍNGUA PORTUGUESA E SEUS FUNDAMENTOS THE PORTUGUESE LANGUAGE AND ITS FOUNDATIONS

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-18

Daniel Pires Pereira <sup>1</sup>

### RESUMO

A língua portuguesa é fundamental dentro do ambiente escolar no qual todos os docentes e discentes estão inseridos, por tanto os profissionais da área da educação tem buscado cada vez mais se capacitar para melhor atender ao público que chega dentro das repartições escolares. O presente artigo científico busca mostrar de forma conciente a importância da Língua Portuguesa no dia a dia de todos e sua forma culta de ser usada vastamente. Dessa maneira esse trabalho teve como embasamentos teóricos diversos autores, livros, revistas e sites para que assim pudéssemos constatar de que forma a aprendizagem é possível dentro do processo escolar. Essa é uma pesquisa de cunho bibliográfico e comparativo pois por meio dela, foi possível ter como objetivo geral a que ponto essa língua é compreendida de forma correta no cotidiano estudantil. Como objetivos específicos indagamos até onde nossos profissionais estão aptos para trabalhar no ensino aprendizagem, também ainda questionamos quais seguimentos esse raciocínio se leva a ser verídico. De que forma esses mesmos estudantes se comportam em relação a um português bem falado? No entanto para que isso seja possível deve-se primeiramente começar pela capacitação de professores para que esses alunos possam ser atendidos de forma contínua e correta dentro das escolas. Assim sendo buscamos com esse artigo destacar a importância da Língua portuguesa em nossas vidas, tão bem como sua gramática usada de forma adequada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ortografia, Língua Culta, Português.

### ABSTRACT

The Portuguese language is fundamental within the school environment in which all teachers and students are inserted, so professionals in the field of education have increasingly sought to train themselves to better serve the public that arrives within the school departments. This scientific article seeks to consciously show the importance of the Portuguese language in everyone's day and its cultured way of being widely used. In this way, this work had as theoretical basis several authors, books, magazines and websites so that we could see how learning is possible within the school process. This is a bibliographical and comparative research because through it, it was possible to have as a general objective the extent to which this language is understood correctly in the student's daily life. As specific objectives, we asked how far our professionals are able to work in teaching and learning, we also questioned which segments this reasoning takes to be true. How do these same students behave in relation to a well-spoken Portuguese? However, for this to be possible, it must first start with the training of teachers so that these students can be attended to in a continuous and correct way within schools. Therefore, we seek with this article to highlight the importance of the Portuguese language in our lives, as well as its grammar used properly.

**KEYWORDS:** Orthography, Cultured language, Portuguese.

<sup>1</sup> Mestrando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Pós graduando em Letras e Literatura Brasileira/ Faculdade — Faculdade do Leste Mineiro — MG. Pós graduando em Educação Infantil e Anos Iniciais/ Faculdade — Faculdade do Leste Mineiro — MG. Pós graduado em Metodologia da Língua Portuguesa/ Faculdade: Faculdade do Leste Mineiro— MG. Graduando em Comunicação Assitiva: Tradução e Interpretação da Libras/ Língua Portuguesa/ Faculdade UNINTESE. Graduado em Hotelaria / IFCE: Instituto Federal de Ciências e Tecnologias do Ceará/ Campus - Bté. Pós Graduado em Psicopedagogia e Educação Especial/ Faculdade: Faculdade do Leste Mineiro— MG. Pós-graduado em Língua Brasileira de Sinais – Libras / Faculdade: Faculdade do Leste Mineiro – MG. Licenciado em Letras/ Libras/ Faculdade IBRA. E-MAIL: danipenabranca4@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/3226030995975226

## INTRODUÇÃO

Para que a aprendizagem do aluno seja possível e adequada devemos ter compromisso, ética e responsabilidade profissional dentro do ambiente escolar, sendo assim, ajudar o aluno a desempenhar seu papel e desenvolver seus conhecimentos, se torna de suma importância. É fundamental valorizarmos a língua materna da qual nos utilizamos para nossa comunicação, e com isso termos ciência de uma vivência mais íntegra, segura e de visibilidade social mais culta. Os assuntos que tem despertado os profissionais como ponto de partida, faz referência ao ensino e aprendizagem da língua portuguesa, e como consequência sua atuação no cotidiano da vida escolar de nossos docentes e discentes.

Bonatto (2015) nos relata que as várias situações investigativas relacionadas ao segmento direcionam-se com frequência para as questões específicas, assuntando o que será ministrado nas aulas de português, como leitura, escrita, interpretação de texto e a forma como o profissional vai se utilizar da diversidade linguística, pois diferenças culturais se choqueiam com frequência nas escolas.

Amaral (2012) salienta que dessa forma podemos constatar que hoje encontramos com facilidade dentro das salas, principalmente quando nos referimos a língua portuguesa várias interações relacionadas a forma de interpretar seus significados, sendo assim mostra distância entre a norma linguística dos aprendentes, resultando assim em diferenciações em várias instituições escolares públicas ou privadas.

O objetivo geral desse artigo foi buscar compreender a utilização da língua portuguesa no dia a dia dos alunos e sua importância no ensino aprendizagem, e assim sendo esclarecer o quão essencial e inerente é um idioma bem falado em sua magnitude. Como objetivos específicos consultamos artigos científicos para podermos indagar até que ponto os professores têm em suas formações acadêmicas preparados para atender esse público. Ainda seguindo

esses objetivos indagamos até que ponto esses alunos têm noção da importância de um português bem falado e estruturado, e como a prática da língua portuguesa desenvolve o raciocínio e a capacidade de uma ótima comunicação.

Esse é um trabalho de cunho teórico, tendo como base pesquisas bibliográficas e comparações de diversos autores, esse artigo busca explicar e esclarecer problemas a partir de documentos e referências teóricas, buscando analisar e conhecer contribuições científicas existentes sobre determinado assunto.

## BREVE HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

A língua portuguesa é falada em nove países espalhados pelo mundo, o Brasil e Portugal não são os únicos que sustentam esse idioma. Cabo Verde, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste. Todas as nações aqui mencionadas integram a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Fundada em 1996, essa organização tem como meta principal a promoção e a difusão da língua portuguesa, tão bem como interagir na relação com seus co-religionários.

Sabe-se que hoje em dia milhares de pessoas se utilizam do português fazendo com que esse idioma seja um dos dez mais falados no mundo. Ao nos referimos a termos padrões, existem mais de oitocentos mil listados em um dicionário de língua portuguesa, fazendo assim com que cada cultura que faz uso do idioma tenha sua própria indumentária característica. A língua portuguesa descende do latim, língua usada no território romano há milhões de anos, sabendo-se assim que o primeiro acontecimento para o nascimento da língua foi no século II a. C., em um período de grandes controvérsias.

Nos reportamos aqui à Península Ibérica que foi dominada no ano de 218 a. C. pelos romanos, sabe-se que esse local abraça Portugal, Espanha, uma parte da França e outras adjacências, dessa forma então o latim mantém ligação com a língua dessas regiões e começa

então sua mudança. Em 409 d. C., com a chegada dos povos alemães na Península Ibérica e transmitida novas mudanças no idioma, após trezentos anos os Árabes invadem e várias mudanças se dá no idioma.

Após vários anos se passarem os povos da Península Ibérica conseguem expulsar os Árabes no ano de 1128, donde então surge a Oeste o território português, sendo então como língua falada o galego-português. Segundo relatos a língua portuguesa estendeu-se mundo a fora no decorrer das grandes navegações, que foram do século XV ao XVI, nesse período Portugal fez a colonização do Brasil e outras regiões africanas.

A língua falada aqui na região brasileira, foi herdada e ré-adaptada com várias outras linguagens, entre elas a língua dos índios no que concerne a fauna, a flora e outras relações naturais. Com a chegada dos portugueses ao Brasil vieram juntos escravos capturados na África e então esses dialetos foram cada vez mais se entrelaçando.

Esse idioma aos poucos foi se infiltrando no dia a dia das pessoas e em 1500 até 1654, a língua era somente usada em documentos oficiais, pois no cotidiano o idioma falado era somente a língua dos índios que aos poucos foram se integrando junto aos estrangeiros que aqui se encontravam. Com a chegada da corte real entre 1808 e 1821 no Estado do Rio de Janeiro as duas línguas tiveram mais força com sua proximidade.

Em meados de 1350, no instante em que se acaba a escola literária galego-portuguesa, o fato forçoso da locomoção para o Sul do centro de gravidade do reinado de autonomia portuguesa veio ao seu surgimento. A língua portuguesa já estava separada da galega através de limitações políticas, tornando-se idioma de uma nação. É admissível que se determine que na história da língua portuguesa do século XIV aos dias de hoje, que seja esclarecido de forma satisfatória sua evolução, e por assim vemos que não é tão simples essa resposta.

A língua portuguesa aqui no Brasil teve várias alterações por influência do espanhol, holandeses e outros continentes da Europa que aponderaram-se do Brasil depois de sua autonomia. Após a independência do Brasil em meados de 1822 houve alterações na língua por influência de vários imigrantes que aqui chegaram, principalmente na região sul. Assim vê-se o motivo das diferenças no vocabulário de várias partes do continente brasileiro.

Como vimos a língua portuguesa não chegou até esse continente em uma instância, mais durante toda uma trajetória de colonização se misturando constantemente com outras línguas. O idioma português vai aos poucos demonstrando características distintas pois mesmo tendo se espalhado em várias regiões brasileiras, e por assim ser mostra como a língua aqui falada adquiriu nuances específicas. Atuará inúmeras diferenças do português falado no Brasil para o de Portugal, no que concerne esse item não é somente sobre a pronúncia, existe também um diferencial do vocabulário.

Recentemente pudemos observar a reforma na ortografia, estabelecida no ano de 2009 partindo de um acordo feito entre as nações que falam o mesmo idioma brasileiro. Algumas regras foram mudadas no que concerne a escrita deixando tudo mais homogêneo, com relação a parte oral, as distinções se mantêm de forma considerável. O português que hoje é falado no Brasil resulta em várias metamorfoses de acréscimos ou supressões.

## ALFABETIZAÇÃO E A LÍNGUA PORTUGUESA

Em meados dos anos 90, não existiam os referidos livros de alfabetização como são encontrados hoje. Existiam cartilhas que especificavam os itens de um determinado método, fosse alfabético, fônico, ou silábico. Na apresentação dos textos estes simplesmente se limitavam, na maioria das vezes, a um enumerados de frases sem muito contexto, ou de forma isolada. Não

tenham atenção para desenvolver a oralidade fator de extrema importância no processo linguístico das crianças com relação ao seu ingresso no ensino fundamental.

Nos livros de português voltados para esse público, principalmente para as serfinais do ensino fundamental, as tarefas literárias geralmente eram direcionadas a um único gênero, a crônica, tendo como objetivos um número muito diminutivo dentro de suas habilidades. A reestruturação da alfabetização é transmitido pelas épocas a fora empregando suas atividades direcionadas principalmente a língua portuguesa aproveitando as suas metodologias e sua didática.

A Lei nº 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional legitimou a capacidade de organização do ensino por ciclos, onde garantiu que os alunos pudessem avançar no aprendizado dentro de seus ritmos. E que esses mesmos alunos sejam amparados dentro do seu campo de desenvolvimento de forma rítmica, e que o professor tenha capacidade e tempo para instruir esses alunos sem perder sua didática de ensino.

Para ser ter uma boa base construtiva sobre a alfabetização devemos nos basear através da língua portuguesa a qual auxilia para o desenvolvimento da leitura e da escrita organizando ideias e construindo pensamentos para que o letramento possa se tornar processo alfabetizador nas práticas sociais de produção no ensino do ler e escrever. Observemos que se alfabetização é o processo que instrui o aluno na oralidade e na escrita consideremos que essa habilidade é uma técnica.

Para Ferreiro (2001), o desenrolar da alfabetização acontece dentro de um contexto social, assim como os dizeres ditos sociais não são recebidos pelas crianças de forma passiva. Entende-se assim que o estudante dentro do seu comportamento pode aprender e absorver saberes de forma real e na construção do seu mundo intelectual através de sua percepção como o diálogo, do jogo simbólico, etc.

Ferreiro (1995) salienta que o ato de escrever pode ser comparado com o a reprodução da linguagem ou como um código gráfico das unidades sonoras, dessa forma podemos compreender que não há linguagem sem escrita e nem escrita sem atribuição da linguagem. Como pudemos constatar a função principal da escrita é informar e demonstrar os meios de acesso que a escola oferece partindo de um contexto sócio-educativo.

Pereira & Calsa (2007) informam que: A função de escrever exige o desenvolvimento de determinadas habilidades e um grande esforço do intelecto, utilizando métodos e códigos que se desdobram de acordo com sua aprendizagem cultural que são pretéritas ao aprendizado da criança.

Segundo Brasil (2012), aprender a ler e a escrever é um direito de todos, que deve ser garantido através das práticas educativas, tendo como bases a inclusão de todos sem distinção. Assim sendo percebemos que o esclarecimento desses termos depende de como o professor ministra seus conteúdos e como o aluno os absorve, dessa forma a metodologia de ensino ajudará a fazer com que a criança alcance seus objetivos. Conclui-se que alfabetização e letramento estão interligados de formas homogêneas na compreensão de quão importante a mediação do professor nessa prática.

## A LÍNGUA PORTUGUESA E A BNCC

A Base Nacional Comum Curricular é um documento oficial criado pelo Ministério da Educação, serve para definir o meio conjuntivo progressivo onde os alunos deverão desenvolver suas atividades escolares. Nesse documento encontra-se inserido a Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, abrangendo assim a Educação Básica. A BNCC está estruturada mediante 5 áreas de conhecimento: Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Ensino Religioso.

É fundamental que a escola compreenda que os componentes onde esses conteúdos estão inseridos representam ferramentas para desenvolver as competências para cada disciplina. Ao se referir a componente curricular a mesma se refere a quatro eixos norteadores:

- Leitura/ escrita;
- Produção ( escrita e multissemiótica);
- Oralidade;
- Análise; linguística/ semiótica ( reflexão sobre a língua, normas padrão e sistema de escrita).

Aqui relatamos que que a BNCC trabalha bases que já são conhecidas pela prática docente da Língua Portuguesa, como as práticas sociais de leitura e escrita, os gêneros discursivos e os meios por onde circulam os textos. Podemos ver que uma das maiores transformações são os campos de atuação, onde se incluem o uso diferencial da linguagem nas diversas sisudo dia dia.

- **Campo de atuação na vida cotidiana:** relaciona-se as séries iniciais. Traz o conhecimento da linguística necessária para se manifestar no contextodo dia a dia, no ambiente doméstico, familiar,escolar, cultural.
- **Campo artístico/literário:** traz como objetivo a arte letrada trabalhando produções de literatura, não somente no ensino médio mas também nas séries iniciais.
- **Campo de estudo de pesquisa:** tem por finalidade estudar os gêneros expositivos e argumentativos possibilitando o estudo prático, à pesquisa e à divulgação científica.
- **Campo de atuação na vida pública:** trabalha o cidadão de forma coletiva dispondo de textos que falam sobre os deveres e os direitos, as leis e estatuto.
- **Campo jornalístico midiático:** relaciona-se as séries finais, observa a parte crítica com a qual o aluno recebe a mensagem de diversos canais. De forma social na sua interação com o mundo.

Entender a linguagem como comunicação social é um diferencial positivo do documento que norteia essa base, porém é necessário que se tenha garantia que de fato seja aplicado tanto no trabalho diário quanto na prática escolar.

## A FORMAÇÃO DOCENTE DO PROFESSOR DE PORTUGUÊS

A palavra docência vem de um termo latim "docere" que significa mostrar, ensinar, instruir. A prática aqui mencionada não vem de um único objetivo ou seja, toda a atividade educacional que seja desenvolvida na escola ou fora dela, de alguma forma é traduzida como docência. Essas características não são tão simples de ser entendidas como é explicada de forma natural, dessa forma esse termo requer estudo e observação, uma boa dose de leitura, discernimento político e práticas pedagógicas voltadas ao estudo e o intelecto.

Para Pimenta (1996), para compreender a ideia do professor como ser pensante e voltado ao estudo, nos leva a refletir sobre sua autonomia e a evolução construtiva de sua história, dessa forma podemos entender que se trata de auto conhecimento de si mesmo dentro de uma realidade existencial. Nos atentemos em esclarecer que o fato de se auto conhecer esta relacionado com suas habilidades técnicas para que seu aprendizado seja mais proveitoso.

Para Marcelo Garcia (1999) cabe à formação inicial do professor proporcionar a apropriação de conhecimentos profissionais para o exercício da docência, pois esses conhecimentos são a base para que se inicie o exercício da profissão. O mesmo autor ainda nos afirma que os professores não são formados em uma perspectiva multicultural que lhes dê subsídios para contextualizar conhecimentos e entender as influências sociais, políticas e culturais que a escola sofre e que afeta seu trabalho. O desconhecimento desses elementos dificulta o entendimento de situações de ensino

complexas como as que envolvem a diversidade existente em sala de aula.

Marcelo Garcia (1999), considera a importância de que a formação continuada e a formação inicial estejam voltadas à valorização de aspectos como participação, inclusão social, entre outros, dada a complexidade do contexto onde trabalham os professores. Imbernón (2011), afirma que a profissão docente exerce as funções de “[...] motivação, luta contra a exclusão social, participação, animação de grupos, relações com estruturas sociais, com a comunidade... E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente.” De acordo com Paulo Freire o professor precisa “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para sua própria produção ou a sua construção.” (FREIRE, 1996, p. 52).

### A INCLUSÃO NA ESCOLA

A Declaração dos Direitos Humanos (UNITED NATIONS, 1948) estabeleceu o direito de participação de toda criança na educação. Após um vasto período de lutas, esforços e debates, o início da política de inclusão foi incitada com a Declaração Mundial de Salamanca, UNESCO em 1994, dessa forma foi assegurado o direito à educação a toda criança portadora de necessidades educacionais especiais. Ao resgatarmos o processo histórico percebemos que a educação de surdos no Brasil se apresenta em três fases, duas que podem ser claramente delineadas: o oralismo, o português sinalizado ou bimodismo, e uma terceira fase, sendo está a que configura o processo de transição atual: o bilinguismo.

Bueno (2008), salienta que ao pensar na inclusão como não sendo segregada dentro da escola, seria se contrapor ao processo das desigualdades sociais cada vez maior diante dos obstáculos enfrentados e encontrados onde a criança é inserida, dessa forma uma sociedade que exclue não pode contribuir para a inclusão. Assim

sendo vemos que para se incluir deve-se se deprover de todo tipo de preconceito relacionado ao sujeito portador de alguma especificidade, pois o mesmo só poderá evoluir no ambiente educacional se for tratado com respeito e igualdade.

O ato de incluir traduz-se como fazer algo se tornar parte, dessa forma incluir uma pessoa com deficiência seja ela a qualidade que for é obrigada sociedade e direito do assistido, respeitando seus direitos perante o Poder Público, a Sociedade e o Estado. Podemos aqui mencionar alguns Artigos que conferem por Lei válidos para todos:

- **Direitos Civis**, (Artigo 3º ao 19): direito à liberdade e segurança pessoal; à igualdade perante a lei; a livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião.
- **Direitos Políticos**, (Artigo 20 e 21): liberdade de associação para fins políticos; direito de participar do governo; direito de votar e ser votado.
- **Direitos Econômicos**, (Artigo 23 e 24): direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegura uma vida digna; à organização sindical; e direito a jornada de trabalho limitada.
- **Direitos Sociais**, (Artigo 25 ao 28): direito à alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura; e direito à participação nos frutos do progresso.

Por assim ser vemos que esses direitos foram conquistados com grandes lutas durante os últimos 200 anos. Salientamos que a inclusão social é regida por direitos que são considerados específicos e vigentes aos direitos humanos, pois assim cabe que cada um seja atendido conforme outorga a legislação. Não podemos aqui esquecer que o artigo primeiro da Constituição Federal classifica como fundamental as pessoas portadoras de deficiências: cidadania e dignidade.

- **Cidadania:** condição de pessoa que, como membro de um Estado, se acha em gozo de direitos que lhe permitem participar de qualquer atividade.

- **Dignidade:** qualidade moral que infunde respeito; consciência do próprio valor; honra; nobreza.

Dessa forma são fundamentos que direcionam os objetivos de nossa Pátria, tão bem como fundar uma sociedade justa e igualitária, acabando com a pobreza e erradicando a marginalização. Por isso precisar entendido e esclarecido que as pessoas com deficiências não diferentes daqueles que não são. Ao seguirmos esse pressuposto podemos observar que o movimento mundial da inclusão escolar surgiu com o objetivo de dar garantias que todos de uma forma geral possam ter seus direitos garantidos sem nenhuma forma de discriminação e que esses possam ter acesso a todas as formas e meios de aprendizagem.

Diante disso, atentamos para que o ambiente escolar seja realmente de inclusão para os membros a eles integrados, tornando assim realidade do cumprimento dos direitos e deveres dessas pessoas. A inclusão é fundamental para o desenvolvimento intelectual e moral dessas crianças, pois de várias formas essas pessoas já foram muito marginalizadas e estigmatizadas socialmente, assim esses estudantes tenham uma boa educação e um atendimento mais igualitário. Podemos aqui mencionar que um dos maiores desafios para esse trabalho é, na maioria das vezes a falta de qualificação profissional desses professores que, nem sempre sabem como reagir ao se deparar com as diferenças dentro da sala de aula.

Para Mantoan (2012), os pais dessas crianças portadoras de deficiências juntamente com o corpo educacional deveriam levantar a bandeira de luta contra a exclusão e fazer com que as escolas especiais não sejam apenas simples escolas de nível fundamental.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

O principal motivo pelo qual foi dada ênfase a esse trabalho é a visível importância que devemos dar a língua portuguesa e sua utilização correta no nosso dia a dia, tão bem averiguar como os professores têm se apropriado da Linguística dentro do ensino em sala de aula. Ressaltamos a importância que o conhecimento nos trás e o mesmo sendo levado para dentro da sala de aula, para assim a criança ter apropriação e capacidade de integração escolar. É dentro da escola onde todos nos começamos nossa trajetória acadêmica e através desse estudo que conseguimos nos tornar pessoas melhores e mais empáticas. Salientamos que é por meio da língua portuguesa que expressamos o que sentimos, construímos pensamentos, interagimos com outras pessoas. Abrimos parênteses aqui para mencionar que, nos como seres pensantes utilizamos o nosso idioma para nos fazermos inteligíveis, porém se de alguma forma nos depararmos com outro indivíduo que não o compreenda, precisamos procurar nos comunicar em sua língua materna.

Cardoso (1996), nos afirma que o fator verbal e não verbal é um sistema mais delicado pois inclui esses dois fatores, por outro lado a linguagem afeta o comportamento do ser humano no seu desenvolvimento cultural, levando em conta o seu pensamento ativo e social.

Para Andrade (2007), a educação tem um valor inestimável na vida das pessoas, causando diferencial em uma sociedade muitas vezes altamente exigente, de onde podemos observar constantes mudanças nos seres humanos que fica cada vez mais rigoroso com a forma de se expressar. Por assim ser as pessoas devem buscar cada vez mais se qualificar profissionalmente, o que faz-se necessário desenvolver habilidades de comunicação com foco linguístico no português. Dessa forma vemos que o ensino da língua portuguesa passou por inúmeras etapas de mudanças ao longo de sua trajetória, uns são lembrados outros esquecidos pelo léxico das palavras evoluídas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo, a análise e a reflexão sobre a importância da Língua portuguesa dentro e fora da escola, ficou claro que a língua é vista como um caminho de aprendizagem curricular e não somente como um veículo para se chegar a outras disciplinas. Pudemos observar a segurança que esse idioma nos transmite mesmo tendo suas inúmeras regras ortográficas, o que é transformador e gratificante o ato de aprender para ensinar. Nos embasamos em diversos estudos e autores e vimos o quanto foi importante este estudo, embora de maneira não tão profunda, até mesmo pelo fato de esse assunto ser muito amplo e ter havido muitos autores renomados que estudaram sobre esse tema. Ainda com esse trabalho pudemos constatar que a educação para todos é um caminho de superação e aprendizagem e por assim ser mostra como a língua portuguesa se estendeu em diversos países até ser desenvolvida em nosso cotidiano de maneira correta.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Náyra Cristina do. Et al. **Desafios da Língua Portuguesa no ensino fundamental**. *Revista Científica Eletrônica de Pedagogia*. Ano X – Número 19 – Janeiro de 2012 – Periódicos Semestral.
- ANDRADE, Ludmila Thomé de. **Professores Leitores e sua formação**: transformações discursivas de conhecimentos e de saberes. 1ª edição. Belo Horizonte, Ceale: Autêntica, 2007.
- BRASIL. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: Currículo no ciclo de alfabetização: perspectiva para uma educação do campo: educação do campo: unidade 01**. -- Brasília: MEC, SEB, 2012 a, 60 p.
- BONATTO, Simone Cristina. **A importância da disciplina de Língua Portuguesa no ensino superior**. *Rev. EDUCA*, Porto Velho (RO), v.2, N. 3, pp. 105– 126, 2015.
- BUENO, J. G. S. **Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais**. 2006. Projeto de Pesquisa. Disponível em <[http://www.4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao\\_exclusao\\_escolar.pdf](http://www.4.pucsp.br/pos/ehps/downloads/inclusao_exclusao_escolar.pdf)>. Acessado em: 24 de Janeiro de 2023.
- CARDOSO, R. C. T. **Jogar para Aprender Língua Estrangeira na Escola**. 1996. Dissertação ( Mestrado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem. UNICAMP; Campinas, 1996.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre a Alfabetização**. 24. Ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FERREIRO, Emília. **Reflexões Sobre alfabetização**. Tradução Horácio Gonzales (et. al.).– 24 ed. \_ São Paulo: Cortez. 1995.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se a mudança e a incerteza**. Tradução Silvana Cobucci Leite. 9 Ed. São Paulo Cortez, 2011.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MARCELO Garcia, Carlos. **Formação de professores**. Para uma mudança educativa. Porto: Porto Editora, 1999.
- PEREIRA, Lilian Alves; CALSA, Geiva Carolina. **O desenvolvimento psicomotor é sua contribuição no desempenho em escrita nas séries iniciais**. In: CELLICOLÓQUIO DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS. 3, 2007, Maringá, Anais... Maringá, 2009, p. 1598– 1606.
- PIMENTA, S. G. **Formação de professores – saberes da docência e identidade do professor**. *Revista Faculdade de Educação*, São Paulo, v22, nº 2, p. 72 – 89, jul/dez.1996.

## A RELEVÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO ESCOLAR THE RELEVANCE OF ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SCHOOL CURRICULUM

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-19

Rosa Alice Aragão Benevenuto <sup>1</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** A educação ambiental no currículo escolar é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente, é amplamente respaldada pela comunidade educacional e pelos defensores do meio ambiente, pois ela introduz as crianças desde cedo aos conceitos e desafios ambientais, ajudando-as a desenvolver uma compreensão básica das questões ambientais globais e locais. **OBJETIVO:** Mostrar a relevância da educação ambiental no currículo escolar. **METODOLOGIA:** Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica sobre educação ambiental no currículo escolar. Buscamos fundamentação teórica com autores como Brasil (2018) e Narciso (2009). **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação ambiental desempenha um papel crucial na preparação das gerações futuras para enfrentar os desafios ambientais globais. Porém, há muito o que ser feito para que as escolas abordem a educação ambiental como prioridade, como parte do currículo de fato, para que seja trabalhada não apenas nas aulas de Ciências, mas na interdisciplinaridade, com projetos integradores e participação da família e comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação Ambiental; Escola; Interdisciplinaridade.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The environmental education in the school curriculum is essential for the formation of environmentally conscious and responsible citizens. Widely supported by the educational community and environmental advocates, it introduces children from an early age to environmental concepts and challenges, helping them develop a basic understanding of global and local environmental issues. **OBJECTIVE:** To demonstrate the relevance of environmental education in the school curriculum. **METHODOLOGY:** This is a literature review article on environmental education in the school curriculum. We sought theoretical foundation from authors such as Brazil (2018) and Narciso (2009). **CONCLUSIONS:** Environmental education plays a crucial role in preparing future generations to address global environmental challenges. However, there is much work to be done for schools to prioritize environmental education as part of the curriculum, not only in science classes but also through interdisciplinary approaches, integrated projects, and involvement from families and communities.

**KEYWORDS:** Environmental Education; School; Interdisciplinarity.

<sup>1</sup> Mestranda em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University. Especialista em Arte-Educação e Cultura Popular pela Faculdade de Tecnologia Darcy Ribeiro. Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. **E-MAIL:** alicebem12@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/0954925998679934

## INTRODUÇÃO

"Os cuidados com o meio ambiente é responsabilidade de todos" é uma frase concisa que enfatiza o dever coletivo de indivíduos, comunidades e sociedades em proteger e preservar o meio ambiente. Esta frase destaca a ideia de que a responsabilidade ambiental não se limita a um grupo seletivo, mas é uma obrigação compartilhada que requer a participação ativa e o comprometimento de todos. Ela apela para ações responsáveis, escolhas sustentáveis e esforços para mitigar desafios ambientais em benefício do presente e das futuras gerações.

A importância da educação ambiental no contexto atual é significativa e multifacetada. Ela desempenha um papel fundamental em várias frentes, dada a crescente conscientização sobre as questões ambientais globais e os desafios que a humanidade enfrenta.

A educação ambiental ajuda as pessoas a compreenderem a complexidade dos problemas ambientais. Ela fornece informações sobre questões como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, poluição e escassez de recursos, permitindo que as pessoas compreendam as causas e as consequências desses problemas.

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 2018, p. 1).

Através da educação ambiental as pessoas são capacitadas a tomar decisões informadas e a adotar comportamentos mais sustentáveis em suas vidas diárias. Isso inclui práticas como redução de resíduos, reciclagem, conservação de energia, uso responsável da água e escolhas de consumo consciente. Ela capacita os jovens a se tornarem cidadãos responsáveis e a

desenvolver soluções para questões como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade.

A conscientização sobre as mudanças climáticas e a educação sobre a redução das emissões de carbono são essenciais para mitigar os impactos das mudanças climáticas. A educação ambiental também está ligada à justiça ambiental. Ela ajuda a conscientizar sobre desigualdades ambientais e a promover a equidade no acesso aos recursos naturais e à proteção ambiental.

Em resumo, a educação ambiental é essencial para enfrentar os desafios ambientais e promover um futuro mais sustentável. Ela capacita as pessoas a agir de maneira responsável em relação ao meio ambiente e a contribuir para soluções positivas que beneficiem não apenas o planeta, mas também a qualidade de vida das futuras gerações. Portanto, é fundamental que a educação ambiental seja incorporada em todos os níveis da educação e na sociedade em geral.

Sobre a educação ambiental no currículo escolar, ela é fundamental para a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente, é amplamente respaldada pela comunidade educacional e pelos defensores do meio ambiente, pois ela introduz as crianças desde cedo aos conceitos e desafios ambientais, ajudando-as a desenvolver uma compreensão básica das questões ambientais globais e locais.

Através da educação ambiental, os alunos aprendem sobre os princípios da sustentabilidade e a importância de equilibrar as necessidades humanas com a capacidade do planeta de fornecer recursos e são incentivados a identificarem e resolverem problemas ambientais em suas comunidades locais, fazendo a diferença em seu ambiente imediato.

Portanto, a educação ambiental não apenas fornece conhecimento, mas também habilidades, atitudes e valores essenciais para que os alunos se tornem cidadãos responsáveis e ativos que se preocupam com o meio ambiente e buscam soluções para os desafios ambientais enfrentados pela sociedade

atual e futura. É uma parte fundamental do currículo escolar que contribui para um futuro mais sustentável.

### OBJETIVO

Mostrar a relevância da educação ambiental no currículo escolar.

### METODOLOGIA

Trata-se de um artigo de revisão bibliográfica sobre educação ambiental no currículo escolar. Buscamos fundamentação teórica com autores como Brasil (2018) e Narciso (2009). A Educação Ambiental deve ser trabalhada na escola não por ser uma exigência do Ministério da Educação, mas porque acreditamos ser a única forma de aprendermos e ensinarmos que nós, seres humanos, não somos os únicos habitantes deste planeta, que não temos o direito de destruí-lo, pois da mesma forma que herdamos a terra de nossos pais, deveremos deixá-la para nossos filhos (NARCIZO, 2009, p. 28).

Assim, a importância da educação ambiental para as escolas reside em sua capacidade de promover a conscientização ambiental, desenvolver comportamentos sustentáveis e preparar os alunos para enfrentar os desafios ambientais do futuro. Isso é alcançado por meio do ensino de questões ambientais, respeito pela biodiversidade e incentivo à participação cívica na tomada de decisões relacionadas ao meio ambiente.

Além disso, a educação ambiental estimula habilidades de pensamento crítico, inovação e conexão com a natureza, tornando-se uma parte essencial da formação de cidadãos responsáveis e ativos na promoção de um mundo mais sustentável.

Narcizo (2009, p. 24) aponta que “É importante que as crianças aprendam que a responsabilidade é de todos, que os atos de cada um refletem sobre o futuro de toda a humanidade. Isso é importante até mesmo

para diminuir o sentimento de impotência que às vezes atinge as pessoas”. Diante disso, não podemos desprezar a pertinência de temas como a educação ambiental e como incluí-la no currículo, como algo fundamental para a vivência dos nossos alunos e a nossa prática como construtores de valores e de saberes.

Por fim, a educação ambiental nas escolas não é responsabilidade exclusiva dos professores de ciências, ela é uma responsabilidade compartilhada que envolve a colaboração de governos, educadores, escolas, organizações da sociedade civil, comunidades locais, estudantes e famílias. Essa abordagem colaborativa é essencial para garantir que a educação ambiental seja eficaz e abrangente, preparando os alunos para enfrentar os desafios ambientais do futuro.

É importante salientar que as atividades práticas sobre o meio ambiente na escola são uma ótima maneira de envolver os alunos na conscientização e na educação ambiental. Essas atividades proporcionam experiências práticas e concretas que ajudam os alunos a entender melhor as questões ambientais e a desenvolver um vínculo mais forte com a natureza.

Com isso, podemos trabalhar a educação ambiental de diversas formas, como atividades artísticas, criação de horta escolar (onde os alunos possam cultivar vegetais, ervas ou flores), cuidado com plantas, reciclagem, atividades fora de sala, pesquisas sobre a fauna e a flora do local onde se vive, projetos de sustentabilidade, compostagem ou outras atividades em que os alunos possam ser protagonistas nesse processo de cuidados com o meio ambiente.

Essas atividades práticas não apenas educam os alunos sobre questões ambientais, mas também os envolvem ativamente na conservação e proteção do meio ambiente. Elas podem ser integradas ao currículo escolar e ao plano de educação ambiental da escola, proporcionando uma experiência valiosa para os estudantes.

Assim, cabe aos docentes, através da interdisciplinaridade, propor metodologias que abordem

a implementação da educação ambiental no contexto escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental nas escolas não é apenas uma disciplina adicional, mas um componente essencial do currículo que prepara os alunos para um futuro mais sustentável. Ela fornece conhecimento, habilidades, atitudes e valores fundamentais para que os alunos se tornem cidadãos responsáveis e ativos, capazes de abordar os desafios ambientais enfrentados pela sociedade atual e futura.

Portanto, é imperativo que a educação ambiental seja priorizada e integrada de maneira abrangente em todos os níveis de ensino. Ainda há muito o que ser feito para que as escolas abordem a educação ambiental como prioridade, como parte do currículo de fato, para que seja trabalhada não apenas nas aulas de Ciências, mas na interdisciplinaridade, com projetos integradores e participação da família e comunidade. Faz-se necessário também formações para os docentes, pois buscar sozinho essa mudança é uma tarefa árdua e desafiadora.

## REFERÊNCIAS

**BRASIL.** Disponível em:  
<<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/historico-brasileiro>: 2018>.  
Acesso em: 04 set. 2023.

**NARCIZO.** **Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient: 2009.

## A CONTRIBUIÇÃO DO LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL THE CONTRIBUTION OF PLAYFUL EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-20

Josefa Luciene Moura Ferreira <sup>1</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** O presente artigo trata da aprendizagem da criança na educação infantil e a contribuição do lúdico no processo de desenvolvimento e aprendizagem. **OBJETIVO:** Apresentar considerações sobre a importância do universo lúdico e o uso das brincadeiras e jogos na Educação Infantil, na construção do conhecimento. **METODOLOGIA:** Foi realizada uma pesquisa alicerçada, nos fundamentos de autores como: Jean Piaget, Wallon, Vygotsky, Maluf e seguindo a realidade escolar. Portanto busca-se identificar, que a utilização do lúdico aliada a atividades pedagógicas, pode transformar o aprender numa ação prazerosa que produz resultados positivos. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** O trabalho com educação infantil, é muito delicado por se tratar do início da vida escolar e também o início da formação de crianças. O brincar é essencial para o desenvolvimento da criança além de proporcionar a ela a autonomia no tomar de atitudes e decisões, vivenciar um mundo novo onde aprende alegre, única e saudável.

**PALAVRAS-CHAVE:** Aprendizagem; Criança; Educação; Ludicidade.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** This article deals with children's learning in early childhood education and the contribution of play in the development and learning process. **OBJECTIVE:** To present considerations on the importance of the ludic universe and the use of games and games in Early Childhood Education, in the construction of knowledge. **METHOD:** A grounded research was carried out, based on the foundations of authors such as: Jean Piaget, Wallon, Vygotsky, Maluf and following the school reality. Therefore, we seek to identify that the use of playfulness combined with pedagogical activities can transform learning into a pleasurable action that produces positive results. **FINAL CONSIDERATIONS:** The work with early childhood education is very delicate because it is the beginning of school life and also the beginning of the formation of children. Playing is essential for the child's development, in addition to providing him with autonomy in taking attitudes and decisions, experiencing a new world where he learns in a happy, unique and healthy way.

**KEYWORDS:** Child; Education; Playfulness.

<sup>1</sup> Doutoranda em Ciências da Educação pela AU – Absolute Christian University. E-MAIL: lucienemoura349879@gmail.com

## INTRODUÇÃO

A brincadeira é peça fundamental na vida infantil, através dela a criança vivencia importantes desafios e descobertas, de forma coletiva e também individual, por isso a importância de nos aliarmos a elas no nosso dia a dia, em nossas práticas pedagógicas. O lúdico deve ser levado a sério, principalmente pelos profissionais da educação infantil, pois é de suma importância no desenvolvimento da criança, uma vez que se trata de brincadeiras que educam e formam, acompanhando a evolução física e mental da criança, contribuindo para o seu desenvolvimento, assim como utilizá-lo de maneira mais adequada.

Sob a influência de brincadeiras com intencionalidade, a criança é conduzida a socialização, a criticidade, a autonomia, a auto expressão e ainda servindo de motivação para facilitar sua aprendizagem, despertando um interesse ainda maior no decorrer de suas atividades. Através da brincadeira, podemos saber como as crianças veem o mundo e como gostariam que fosse expressando a forma como pensam, organizam e o entendem. Isso ocorre porque quando brinca a criança cria uma situação imaginária que surge a partir do conhecimento que possui do mundo em que os adultos agem e no qual precisam aprender a viver. Entretanto é preciso analisar constantemente essa problemática: O que nós educadores sabemos sobre a ludicidade no mundo infantil? Será que estamos dando a devida importância a ludicidade em nossas práticas pedagógicas diárias?

É importante ressaltar que o lúdico é uma ferramenta pedagógica que os professores podem utilizar em sala de aula, visto que através da ludicidade as crianças aprendem de forma significativa e prazerosa. No entanto, o problema que acarretou este estudo foi a não utilização do lúdico no cotidiano escolar de alguns professores da Educação Infantil. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo geral fazer uma reflexão das técnicas lúdicas nas práticas dos professores, e de

maneira mais específica, se os docentes incluem o lúdico em sua atuação.

O jogo tem na teoria piagetiana, uma função importantíssima na aprendizagem tanto na fase que ele denomina pré-operatória, quanto na fase das operações concretas e formais. Segundo Jean Piaget, uma boa pedagogia é aquela que apresenta situações nas quais a criança experimenta até chegar às conclusões: manipulando objetos, criando, recriando, descobrindo, redescobrando, buscando respostas às indagações, relacionando novos conhecimentos a outros adquiridos anteriormente.

Na concepção Walloniana, o termo infantil significa lúdico, pois toda atividade da criança é lúdica, quando é exercida por ela mesma. O brincar é uma forma livre e individual. As atividades surgem livres, exercendo-se pelo prazer, mas tendem ao aperfeiçoamento tornando-as aptas a entrarem em cadeias mais complexas.

Pensando em atender e entender a criança e seu processo de desenvolvimento, bem como do brincar na promoção do desenvolvimento e da aprendizagem da criança, o artigo trata de um breve histórico sobre a contribuição do lúdico na educação infantil; A importância do lúdico para a aprendizagem infantil; O brincar e a criatividade; os jogos infantis e a socialização; A música como ferramenta pedagógica.

### A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA A APRENDIZAGEM INFANTIL

Em nosso dia a dia, em nossas práticas pedagógicas diárias, podemos trabalhar o lúdico de diversas maneiras, com materiais pedagógicos, músicas e artes em geral, fazendo com que a criança vivencie experiências e possa se destacar de forma interativa e ao mesmo tempo educativa. A maneira de se trabalhar varia de pessoa para pessoa, de tradição para tradição, porém sempre com objetivo, brincando e aprendendo

O lúdico é tão importante para o desenvolvimento da criança, que merece atenção, por parte dos educadores. Cada criança é um ser único com anseio, experiências e dificuldades diferentes. Portanto nem sempre um método de ensino atinge a todos com a mesma eficácia.

Para garantir o sucesso do ensino aprendizagem, o professor devem utilizar-se dos mais variados mecanismos de ensino, entre eles as atividades lúdicas. Tais atividades devem estimular o interesse, a criatividade, a interação, a capacidade de observar, experimentar, inventar e relacionar conteúdos e conceitos. O professor deve estimular, e explicar, sem impor a sua forma de agir, para que a criança aprenda descobrindo e compreendendo e não por simples imitação. O espaço para a realização das atividades, deve ser um ambiente agradável, em que a criança se sinta descontraída e confiante.

As crianças aprendem com maior eficácia a partir do momento em que elas sentem prazer em aprender. Nesse sentido, espera-se que os educadores reflitam e reconheçam a importância que as atividades lúdicas têm em assegurar a eficácia do processo de ensino aprendizagem.

Professores e educadores também devem estar preparados para o imprevisto, pois quando se propõe uma brincadeira tudo pode acontecer, cabe ao professor desenvoltura diante do inesperado.

Vejamos o que diz MALUF, sobre a parceria entre o lúdico e o professor:

Os professores, aos poucos, estão buscando informações e enriquecendo suas experiências para entender o brincar e como utilizá-lo para auxiliar na construção do aprendizado da criança. Quem trabalha na educação de crianças deve saber que podemos sempre desenvolver a motricidade, a atenção e a imaginação de uma criança brincando com ela. O lúdico é parceiro do professor. (MALUF, 2003, p.29).

O brincar se torna ainda mais significativo quando está envolvido no chamado faz de conta. O faz de conta e a brincadeira são importantíssimos aliados ao desenvolvimento da linguagem. Ao imaginar a criança se comunica, constrói suas próprias histórias e expressa seus desejos e vontades. Contudo, o brincar não é apenas passatempo, deve ser visto como atividade é fundamental para o dia a dia de qualquer criança, as crianças encaram o brincar como um trabalho, pois é através deste momento que elas desenvolvem talentos, descobrem seus limites, fazem novas experiências e desenvolvem habilidades. Enquanto a criança brinca de polícia e ladrão ou de professor e aluno, por exemplo, nota-se a seriedade com que tratam a brincadeira, tanto quanto os adultos em suas pesquisas mais sérias.

É preciso dinamizar as atividades lúdicas na escola, transformar o brincar em trabalho pedagógico, saber entrar no mundo imaginário da criança, no seu sonho, no seu jogo e aprender a jogar com ela.

## O BRINCAR E A CRIATIVIDADE

Como o próprio nome sugere, criatividade é criar, inovar, encontrar uma maneira diferente, menos complicada, mais rápida de se fazer alguma coisa. Criatividade e imaginação são desenvolvidas pelas crianças no momento da brincadeira, porém são habilidades que precisam ser estimuladas e trabalhadas. Segundo Oliveira (2000, p.36), “a criatividade é a capacidade de responder emocional e intelectualmente a experiências sensoriais. Ela também está estreitamente relacionada ao ser artístico no sentido mais amplo da palavra”. O que falta nas escolas não é material adequado e sim criatividade, uma simples tampinha de garrafa, pode se tornar uma peça importantíssima para a criança, isso dependerá única e exclusivamente da maneira que será explorado esse objeto. Para a criança o objeto, seja qual for, não poderá proporcionar uma brincadeira chata, pois a criança valoriza o brinquedo de acordo com sua sensibilidade e emoção, o que conta é a

imaginação. A criança não está preocupada em saber quanto custou um determinado brinquedo, ela se preocupa com o prazer que este brinquedo pode proporcionar. Pode ser uma sucata, isso não será relevante para ela, o que e como fazer é o mais interessante nesse momento.

Veja o que diz (ALMEIDA, 2003, p. 23).

O professor sozinho pode tornar um espaço, ainda que pobre de recursos, em um rico ambiente educativo; no entanto, um rico espaço pode ser também um paupérrimo ambiente educativo. Material sozinho não funciona. Ele precisa ser humanizado. Ele precisa vir para dentro da vida do conhecimento que se busca.

A criatividade deve estar presente em todo ambiente escolar. Na confecção de brinquedos, o que seria uma experiência gratificante na vivência das crianças, nas brincadeiras realizadas, nas disciplinas aplicadas. Uma criança criativa raciocina melhor e inventa meios de resolver suas próprias dificuldades sem medos, mas é preciso motivá-las, deixar que as coisas fluam livremente. Se incentivarmos a criança a utilizar sua capacidade de criação e inovação desde cedo, isso poderá ajudá-la na sua vida adulta. Estas, com certeza, são habilidades importantes que precisam ser estimuladas e desenvolvidas ao longo da vida.

## OS JOGOS INFANTIS E A SOCIALIZAÇÃO

O jogo é uma maneira de impulso da criança que ocorre de forma natural tendo a função de motivar, mobilizar esquemas mentais, estimular o pensamento, a ordenação de tempo e espaço, raciocínio lógico, entre outras. Ao jogar o ser humano está realizando uma atividade natural. Ensinar utilizando jogos e brincadeiras torna o ambiente e a aprendizagem mais atraente, gratificante e significativa, estimulando assim o desenvolvimento da criança. Aprender jogando para o aluno é uma forma simples de assimilação da realidade.

Para se trabalhar com jogos infantis é necessário que os educadores disponham de estratégias envolventes que despertem o interesse dos pequenos, professores e alunos em total sintonia. Deve-se valorizar a importância do trabalho em equipe, proporcionando assim a troca de ideias, autoconfiança e a socialização.

A participação em jogos e brincadeiras contribui para a formação de atitudes sociais como: respeito mútuo, cooperação, aceitação às regras, iniciativa pessoal ou grupal, senso de responsabilidade e de justiça. Através de jogos a criança aprende a lidar com regras e limites, e a conviver em sociedade.

A criança que sempre participou de jogos e brincadeiras grupais saberá trabalhar em grupo; por ter aprendido a aceitar as regras do jogo, saberá também respeitar as normas grupais e sociais. É brincando bastante que a criança vai aprendendo a ser um adulto consciente, capaz de participar e engajar-se na vida de sua comunidade. (VYGOTSKY, 1994, p.82-83)

O papel do educador é fundamental no intuito de preparar a criança para jogar e competir de forma sadia. Quando o clima da sala de aula é de cooperação e respeito pelo outro, a criança prepara seu emocional para aceitação do ganhar ou perder como algo natural.

A criança utiliza uma lógica diferente para pensar em cada etapa da vida. Para Piaget (1978) são fases do desenvolvimento da criança, e se apresentam em uma sequência necessária e esses estágios não devem ser interrompidos, já que uma etapa prepara a outra. Isso acontece também com os jogos. Em cada etapa do desenvolvimento infantil um tipo de jogo se apresenta mais adequado.

A criança deve ser compreendida como um ser em pleno desenvolvimento, é importante que as escolas e os educadores incentivem a prática do jogo, como forma de aperfeiçoar esse desenvolvimento infantil.

“De uma forma geral o lúdico vem a influenciar no desenvolvimento da criança, é através do jogo que a criança aprende a agir, há um estímulo da curiosidade, a criança adquire iniciativa e demonstra autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, do pensamento e da concentração” (VYGOTSKY,1994, p. 81)

Os jogos grupais aproximam as crianças e é a partir deles que elas aprendem a trabalhar em equipe, passam a entender que a competição é necessária em relação ao desafio e a superação, devem saber ainda que as regras existem para estabelecer uma ordem, e que se trabalharem em grupo, poderão obter mais sucesso. O ato de jogar nada mais é que a construção do conhecimento aliada ao prazer.

### **A MÚSICA COMO FERRAMENTA PEDAGÓGICA**

A música passa a fazer parte da vida da criança desde muito cedo, ainda no ventre da mãe a criança ouve sons e percebe os estímulos musicais. A partir do nascimento a criança já emite sons, mais tarde brinca com a fala, pode criar uma música e cantar. A música está presente em diversas situações da vida humana, portanto é preciso que seja incorporada ao cotidiano escolar da criança. A música, de acordo com o dicionário Aurélio, é definida como “arte ou ciência de combinar sons de modo agradável ao ouvido” (2001, p.477).

Bréscia (2003, p. 25), conceitua a música como “[...] combinação harmoniosa e expressiva de sons e como a arte de se exprimir por meio de sons, seguindo regras variáveis conforme a época, a civilização, etc.” Gardner (1995, p. 21), em sua teoria das inteligências múltiplas, afirma que a música é uma das inteligências humanas que compreende a habilidade de reconhecer sons e ritmos, gosto em cantar ou tocar instrumento musical. Todavia, a música é uma das linguagens da arte que está presente no cotidiano e todos se relacionam com ela sendo músicos ou não.

A linguagem musical deve ser valorizada como um mecanismo essencial para a formação intelectual da criança. Ela representa uma poderosa fonte de estímulos, equilíbrio e felicidade.

De fato, é visível a fascinação que a criança sente ao ouvir música. O som desperta alegria, vontade de dançar e cantar e instiga movimentos, sendo um rico recurso pedagógico que pode ser usado em diversas atividades da vida escolar como: Na hora do lanche, na explanação dos conteúdos e nos momentos de descontração. Bréscia (2003, p. 82), afirma que “cantar pode ser um excelente companheiro de aprendizagem, contribuindo com a socialização, a aprendizagem de conceitos e a descoberta do mundo”. Tanto no ensino dos conteúdos quanto no recreio, cantar pode ser um veículo de compreensão, memorização ou expressão das emoções.

De fato, é visível a fascinação que a criança sente ao ouvir música. O som desperta alegria, vontade de dançar e cantar e instiga movimentos, sendo um rico recurso pedagógico que pode ser usado em diversas atividades da vida escolar como: Na hora do lanche, na explanação dos conteúdos e nos momentos de descontração. Bréscia (2003, p. 82), afirma que cantar pode ser um excelente companheiro de aprendizagem, contribuindo com a socialização, a aprendizagem de conceitos e a descoberta do mundo”. Tanto no ensino dos conteúdos quanto no recreio, cantar pode ser um veículo de compreensão, memorização ou expressão das emoções.

A música pode ser desenvolvida como forma de linguagem para diversas disciplinas, não somente no campo cultural, pois “a música pode melhorar o desempenho e a concentração, além de ter um impacto positivo na aprendizagem de matemática, leitura e outras habilidades linguísticas das crianças” (BRÉSCIA, 2003, p. 60).

O mundo contemporâneo é visual e sonoro, sabendo disso o professor deve explorar ao máximo a música, pois a mesma poderá auxiliar em sala de aula.

A música é a linguagem que se traduz em formas sonoras capazes de expressar e comunicar sensações, sentimentos e pensamentos, por meio da organização e relacionamento expressivo entre o som e o silêncio. A música está presente em todas as culturas, nas mais diversas situações: festas e comemorações, rituais religiosos, manifestações cívicas, políticas, etc. Faz parte da educação desde há muito tempo, sendo que, já na Grécia antiga era considerada como fundamental para a formação dos futuros cidadãos ao lado da matemática e da filosofia (BRASIL, 1998, p. 45).

Sendo um recurso inesgotável na transmissão de conhecimento, a música, assim como as brincadeiras e os jogos, se bem trabalhada pode desenvolver a criatividade, prazer em ouvir, ajuda ainda a rever a sensibilidade, aumenta a capacidade de concentração, desenvolve o raciocínio lógico, memória, atenção, auto estima, além de ser um forte desencadeador de emoções. Para Brécia (2003, p.81), “[...] o aprendizado de música, além de favorecer o desenvolvimento afetivo da criança, amplia a atividade cerebral, melhora o desempenho escolar dos alunos e contribui para integrar socialmente o indivíduo”.

A música representa um processo mental, pois exige organização de sons, impõe ordem e forma as percepções que podem ir se tornando mais complexas e elaboradas. A musicalização é de vital importância, pois desperta o lúdico da criança, aperfeiçoando assim o conhecimento, a alfabetização, a inteligência, a capacidade de expressão, a coordenação motora, a percepção sonora, matemática e espacial. A musicalização auxilia também na psicomotricidade já que se percebe que através da música e da dança, a criança precisará movimentar-se explorando seu corpo e o espaço físico.

Em outra abordagem, as cantigas de roda e brincadeiras cantadas são formas de linguagem que chegam às crianças de maneira rápida, por conter rimas que facilitam a memorização, elas servem como fonte de

saber para que as gerações atuais aprendam como se deu o desenvolvimento cultural de povos de diferentes lugares do mundo e faça descobertas associadas à sua própria cultura.

A brincadeira e a música são muito importantes no desenvolvimento da criança, assim sendo, devem ser utilizadas como aliados pedagógicos no processo de aprendizagem desde a educação infantil. O professor deverá estar atualizado no que diz respeito ao conhecimento, isso de forma ampla e abrangente, para que possa inserir a brincadeira, o jogo e a música no espaço escolar com objetivo, trazendo uma prática pedagógica alegre e um ambiente escolar acolhedor e repleto de interação. Chiarelli & Barreto (2005, p. 6) afirmam que a música faz a abertura de canais sensoriais, facilitando a expressão de emoções, ampliando a cultura geral e contribuindo para a formação integral do ser”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho com educação infantil, é muito delicado por se tratar do início da vida escolar e também o início da formação de crianças. O brincar é essencial para o desenvolvimento da criança além de proporcionar a ela a autonomia no tomar de atitudes e decisões, vivenciar um mundo novo onde aprende alegre, única e saudável. Como afirma o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil a brincadeira deve ser um elemento constante na rotina das escolas que atuam com a educação de crianças, entretanto a brincadeira precisa ser encarada como um instrumento que colabora para a aprendizagem, deixando de ser utilizada apenas nos intervalos das ações pedagógicas ou como forma de preencher o planejamento diário e completar a carga horária.

É importante destacar que a aprendizagem proporcionada pelo lúdico não acontece somente nos momentos em que este está aliado a atividades educacionais, no momento em que a crianças brinca de forma livre e natural, sem a influência ou direcionamento

do profissional de educação ou de um adulto também existem inúmeras aprendizagens proporcionadas pela brincadeira. Da mesma forma acreditam professoras da instituição ao relatarem a possibilidade da aprendizagem, quando as crianças brincam livremente e interagem, dialogam entre si, criam regras e desenvolvem o andamento da brincadeira. O que se espera é que os profissionais compreendam a importância desta estratégia, que percebam como ela pode ser uma grande aliada no seu trabalho e que a partir disso possam utilizá-la em seu cotidiano, podendo assim obter juntamente com seus alunos os resultados positivos provenientes da utilização destes recursos.

VYGOTSKI, L.S. **A formação social da mente**. 6. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. **Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos**. São Paulo, SP:Loyola, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil Conhecimento de Mundo**. Brasília, MEC/SEF 1988.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Um mergulho no brincar**: 1ª ed. São Paulo: Aquariana, 2001.

HAYDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança**. Ed.Ática, 6ª edição, Série Educação. 1997.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 1ª edição. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz, **Atividades lúdicas para a educação infantil: Conceitos, orientações e práticas**. 1a ed. Petrópolis: Vozes,2008

NOGUEIRA, Monique Andries. **A música e o desenvolvimento da criança**. Disponível em:< [http://www.proec.ufg.br/revista\\_ufa/infancia/gmusica.html](http://www.proec.ufg.br/revista_ufa/infancia/gmusica.html)>. Acesso em: 29 de ag.2012.

PIAGET, Jean. **A psicologia da criança**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. RIZZI, Leonor e HAYDT, Regina Célia. **Atividades lúdicas na educação da criança**. Ed.Ática, 6ª edição, Série Educação. 1997.

**CÂNCER DE PELE EM CRIANÇAS: COMO É FEITA A PREVENÇÃO?  
UM PANORAMA EM ESCOLA PÚBLICA E PRIVADA EM FORTALEZA/CE/BRASIL  
SKIN CANCER IN CHILDREN: HOW IS PREVENTION DONE?  
AN OVERVIEW OF PUBLIC AND PRIVATE SCHOOLS IN FORTALEZA/CE**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-21

**Vlândia Maria Machado Sales**<sup>1</sup>

**RESUMO**

Introdução: Sabendo-se que a radiação ultravioleta pode proporcionar efeitos benéficos como maléficos para o ser humano, a exposição solar inadequada pode causar o câncer de pele. Considerando que a pele da criança necessita de cuidados específicos por ser frágil e sensível, é imprescindível os cuidados e a conscientização de pais/responsáveis e professores em relação aos riscos dessa exposição solar, promovendo, assim, a saúde das crianças e a prevenção ao câncer de pele. O objetivo desse estudo é caracterizar os métodos de prevenção ao câncer de pele utilizados pelos pais/responsáveis e professores de crianças em escola pública e privada do município de Fortaleza/CE. Trata-se de um estudo de caráter descritivo/quantitativo, onde participarão da pesquisa pais/responsáveis e professores das crianças envolvidas no estudo, com aplicação de questionários avaliativos, onde conterão questões ligadas à importância e utilização do filtro solar, aplicabilidade em sala de aula, correlação do filtro solar com o câncer de pele, assim como, idade, gênero, fototipo, hábitos e horários de exposição solar, métodos físicos de proteção, escolaridade e renda dos pais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criança. Radiação ultravioleta. Filtro solar. Câncer de pele.

**ABSTRACT**

Introduction: As ultraviolet radiation can be beneficial to humans, it is known that inadequate sun exposure can cause skin cancer. Considering that children's skin needs specific care because it is fragile and sensitive, the care and awareness of parents/guardians and teachers regarding the risks of sun exposure is essential, thus promoting children's health and cancer prevention. The aim of this study is to characterize the skin cancer prevention methods used by parents / guardians and teachers of children at public and private schools in Fortaleza/CE. This is a descriptive /quantitative study, which parents/guardians and teachers of the children involved in the study will participate in the research, with application of evaluative questionnaires, which will contain questions related to the importance and use of sunscreen, applicability in the classroom. , correlation of sunscreen with skin cancer, as well as age, gender, phototype, habits and times of sun exposure, physical protection methods, education and parental income.

**KEYWORDS:** Child. Ultraviolet radiation. Sunblock. Skin cancer.

<sup>1</sup>. Mestrado em Ciências da Saúde Coletiva pela ACU – Absolute Christian University. Especialização em Administração Escolar. Pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, UVA-CE. Graduação em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande, UFCG. Graduação em Letras pela Universidade Estadual do Ceará, UECE. Graduação em Fisioterapia pela Universidade de Fortaleza, UNIFOR. **E-MAIL:** vladiansales@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/4580240031641066

## INTRODUÇÃO

A radiação ultravioleta (R-UV) pode proporcionar efeitos benéficos para o ser humano, como a produção da vitamina D e efeitos nocivos, como o envelhecimento precoce, as queimaduras solares e, principalmente, os cânceres de pele. A exposição solar inadequada aumentou a incidência de câncer de pele de forma significativa no mundo, apresentando uma tendência anual de crescimento de aproximadamente 4%. No Brasil, devido ao fato do país estar localizado em uma região onde se têm a incidência do sol o ano inteiro, 50 a 80% dos danos são relacionados ao câncer de pele (COARITI, 2011; BATISTA, 2013; GARCÍA, 2005).

A doença é provocada pelo crescimento anormal e descontrolado das células que se dispõem formando camadas e, de acordo com as que forem afetadas, são definidos os diferentes tipos de câncer. Dentre eles, o câncer de pele não melanoma, subdividido em carcinoma basocelular e o espinocelular; e o câncer de pele melanoma (INCA, 2016c).

O câncer de pele não melanoma é o tumor mais incidente entre homens e mulheres no Brasil. Estimam-se 85.170 casos novos entre homens e 80.410 nas mulheres para cada ano do biênio 2018-2019. Mesmo com a baixa letalidade, pelo fato de ser curável na maioria dos casos, sua elevada incidência pode explicar uma ocorrência de óbitos quase semelhante ao câncer de pele melanoma (INCA, 2017b).

Quanto ao melanoma, sua letalidade é elevada, porém sua incidência é baixa, sendo 2.920 casos novos em homens e 3.340 casos novos em mulheres. O prognóstico é considerado bom quando diagnosticado e tratado em sua fase inicial. Entre os fatores de risco que contribuem para a gênese das lesões de pele, estão: exposições excessivas à R-UV; fototipos I e II; história familiar ou pessoal de câncer de pele e o sistema imune debilitado (AMERICAN CANCER SOCIETY, 2017a; INCA, 2016c).

No que diz respeito à prevenção primária, a

fotoproteção é a medida mais eficaz ao câncer de pele. Acredita-se que 10% dos novos casos da doença poderiam ser evitados caso a população utilizasse de forma correta e contínua os protetores solares. Já a prevenção secundária refere-se ao diagnóstico precoce e acurado de lesões iniciais e com dimensões menores, o que implica em menor chance de deformidades/cicatrices inestéticas. As estratégias de prevenção devem ser feitas através de campanhas educativas voltadas para públicos específicos, como as crianças e seus pais (COSTA, 2012; POLONINI, 2011; SOUZA, 2009).

A pele da criança necessita de cuidados específicos por ser sensível e frágil. Segundo a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), antes dos 6 meses de idade não é recomendado o uso de protetor solar, devido o sistema imunológico da criança não estar totalmente desenvolvido. Dos 6 meses aos 2 anos de idade somente filtros 100% físicos, ou seja, os que possuem componentes naturais que funcionam como bloqueadores; e após os 2 anos, o mais indicado são protetores que contenham uma mistura de filtros físicos e químicos, que penetram nas primeiras camadas da pele (AMIRALIAN, 2017).

Define-se educação em fotoproteção como sendo um conjunto de ações educativas que tem o objetivo de conscientizar sobre os riscos da exposição solar e orientar condutas saudáveis em fotoproteção, e para que a mesma cumpra esta função, é imprescindível que comece na primeira infância (SCHALKA, 2013; UNICEF, 2016).

Cerca de 47% da exposição solar das crianças ocorre durante seu tempo livre na escola, sendo necessário que os educadores estimulem o uso de áreas com sombras e prefiram realizar atividades em períodos do dia com menor radiação solar (LIRA, 2017). O espaço escolar produz impacto sobre a saúde, comportamento e desenvolvimento de habilidades de seus alunos e funcionários. O professor possui um papel importante na Política Nacional de Promoção da Saúde utilizando este espaço na conscientização de seus alunos

com ações socioeducativas (CATRIB, 2003; BARROS,2004; BRASIL 2007).

A relevância desse estudo está em promover a saúde das crianças, melhorando a sua qualidade de vida através da conscientização de pais/responsáveis e educadores em relação aos danos causados pelo sol, tendo em vista os efeitos do uso do fotoprotetor para a prevenção ao câncer de pele.

### **OBJETIVOS GERAL**

Caracterizar os métodos de prevenção ao câncer de pele utilizados pelos pais/responsáveis e professores de crianças em escola pública e particular do município de Fortaleza/CE.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Verificar os cuidados dos pais/responsáveis e professores com as crianças quanto ao uso e percepção da importância do protetor solar;
- Comparar os cuidados relacionados à prevenção do câncer de pele em crianças de uma escola pública e privada, considerando pais/responsáveis e professores;
- Associar o nível sociocultural dos pais/responsáveis em relação aos cuidados preventivos;
- Correlacionar o histórico familiar de câncer de pele com iniciativas de proteção solar;
- Elencar os métodos físicos de proteção solar utilizado pelos pais/responsáveis nas crianças.

### **METODOLOGIA E TIPO DE ESTUDO**

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, que exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Esse tipo de estudo pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 1987); e quantitativo, onde as amostras geralmente são grandes e consideradas

representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa (FONSECA, 2002, p.20).

### **LOCAL E PERÍODO DA COLETA DE DADOS**

A presente pesquisa foi realizada na instituição de ensino Colégio Master, sede Sul, localizado na Cidade dos Funcionários e na Escola Municipal Isabel Ferreira, localizado em Messejana; Fortaleza-Ceará.

A coleta de dados foi realizada em Maio de 2019 após a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Unifametro, sob protocolo número 3.302.984 (05/05/2019).

### **POPULAÇÃO E AMOSTRA**

Participaram da pesquisa professores do ensino fundamental I que lecionam no colégio Master, sede Sul e na Escola Municipal Isabel Ferreira; juntamente com os pais/responsáveis das crianças envolvidas que estavam de acordo com sua participação na pesquisa, assinando espontaneamente um termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE).

A amostra foi composta por 16 professores do ensino fundamental I, sendo 8 de cada local de estudo (4 pela manhã e 4 a tarde) e 423 pais/responsáveis das crianças envolvidas no estudo.

### **CRITÉRIO DE INCLUSÃO E EXCLUSÃO PARA SELEÇÃO DA AMOSTRA**

Foram incluídos no estudo um professor de cada série, independente do gênero, que lecionavam no período da manhã e tarde, do segundo ao quinto ano do Ensino Fundamental I, e pais/responsáveis das crianças das referidas salas. Sendo excluídos aqueles que não preencheram corretamente o questionário e pais/responsáveis que faltaram no dia da entrega.

## COLETA DE DADOS

Inicialmente, para coletar as informações foram elaborados dois questionários avaliativos contendo questões de múltipla escolha, onde os docentes e pais/responsáveis que participaram do estudo responderam.

Foi realizada uma visita à coordenação pedagógica das escolas, onde foram feitos esclarecimentos e exposto os objetivos da pesquisa, solicitando autorização para o desenvolvimento do estudo.

Os docentes selecionados para a pesquisa realizada nas escolas acima referidas, foram recrutados no horário de seus intervalos, com autorização verbal da coordenadora pedagógica. A abordagem foi feita para o esclarecimento dos critérios de inclusão e exclusão, oportunidade em que os mesmos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O questionário avaliativo aplicado aos professores conteve questões ligadas à importância e utilização do filtro solar, aplicabilidade do mesmo em sala de aula e correlação do filtro solar com o câncer de pele.

Os pais/responsáveis das crianças foram convidados a participar do estudo, onde foram entregues pelos professores o TCLE e o questionário para preenchimento em casa. O questionário contemplou perguntas relacionadas à idade, gênero, fototipo da criança, hábitos e horários de exposição ao sol, uso do filtro solar e outros métodos físicos de proteção, assim como escolaridade e renda dos pais/responsáveis. O mesmo foi preenchido em casa e devolvido aos pesquisadores no período de 15 dias.

## ANÁLISE DE DADOS

Os dados foram tabulados no Microsoft Excel e exportados para o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 20,0 para Windows no qual

as análises foram realizadas adotando uma confiança de 95%. Foram expressas as frequências absolutas e percentuais de cada categoria analisadas,  $p < 0,05$ , teste exato de Fisher ou qui-quadrado de Pearson.

## RISCOS E BENEFÍCIOS

Os riscos da pesquisa foram mínimos ou inexistentes, considerando que os participantes poderiam se sentir constrangidos, podendo a qualquer momento, desistir da pesquisa, sem penalidades, prejuízo ou perda de qualquer benefício diretamente com as pesquisadoras.

Não houve nenhuma compensação financeira aos voluntários por participarem do estudo.

## ASPECTOS ÉTICOS

Este trabalho foi submetido à aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) de acordo com a Resolução nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), relativa à pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 1996).

Os indivíduos que aceitaram participar da pesquisa foram contatados de maneira informal avisados na ocasião em que se explicou o assunto da pesquisa, bem como os objetivos da investigação e os aspectos éticos que envolveram a pesquisa com seres humanos, com a garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos indivíduos, do emprego das informações somente para os fins previstos na pesquisa.

O estudo seria suspenso, caso a amostra não conseguisse obter um número mínimo de 10 indivíduos, ou por impedimento da instituição de ensino, que inviabilizasse a realização do estudo.

## RESULTADOS:

### DISTRIBUIÇÃO DE QUESTIONÁRIOS

Foi distribuído um total de 423 questionários para pais e/ou responsáveis. Destes, 43,49% foram considerados válidos, pois 4,96% estavam em branco e 51,53% não foram devolvidos e por isso, foram excluídos. Foi interessante observar que na escola pública, o percentual de questionários respondidos e devolvidos, foi maior, demonstrando uma participação maior dos pais/responsáveis nesse projeto (Tabela 1).

**TABELA 1-** Distribuição do total de questionários na escola pública e privada.

ESCOLA	QUESTIONÁRIOS ENTREGUES	QUESTIONÁRIOS DEVOLVIDOS	QUESTIONÁRIOS EXCLUÍDOS	QUESTIONÁRIOS EM BRANCO
Pública	225	135	69	24
Privada	198	49	149	0
Total	423	184	218	21

**FONTE:** Elaborado pelos autores, 2019.

### CARACTERIZAÇÃO DAS CRIANÇAS

Analisando os dados consolidados (escola pública e privada), a amostra foi predominantemente de estudantes do gênero feminino correspondendo a 57,1% dos casos. Os fototipos intermediários III e IV representaram 69,9% das crianças, o que está de acordo com a região geográfica onde ocorreu a pesquisa. É possível observar no Quadro 1 que 89,1% dos questionários foram respondidos pela mãe ou pai, mostrando uma participação dos genitores nesse processo, onde destes 66,5% tem ensino fundamental/médio. Destacou-se que 52,2% dos participantes relataram ter uma renda familiar abaixo de

um (1) salário mínimo, classificando a população recrutada na Classe C2 de acordo com Classes Sociais por Faixa Etária de Salário Mínimo (IBGE -2018).

**QUADRO 1:** Caracterização do perfil dos responsáveis pelas crianças da pesquisa.

	MÃE/PAI	TIO/AVÓS
<b>QUESTIONÁRIOS RESPONDIDOS</b>	89,1% (156/184)	10,9% (19/184)
<b>ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO</b>	65,36% (100/153)	61,11%(11/18)
<b>SUPERIOR</b>	34,64%(53/153)	38,89%(7/18)
<b>RENDA FAMILIAR</b>		
<b>ATÉ 2 SALÁRIOS</b>	70,39%(107/152)	70,59%(12/17)
<b>4 A 10 SALÁRIOS</b>	29,61%(45/152)	29,41%(5/17)

**FONTE:** Elaborado pelos autores, 2019.

### EXPOSIÇÃO SOLAR DAS CRIANÇAS

Com relação aos horários de exposição solar a que as crianças são submetidas, é possível observar que 61,2% (109/178) dos responsáveis relataram que as expõem no horário adequado de acordo com a Sociedade Brasileira de Dermatologia (<10h ou >16h) e cerca de 67,8% (124/183) não utilizam o filtro solar ao longo do dia. Dentre as modalidades do período de uso do filtro solar foi surpreendente perceber que 82,3% dos responsáveis relataram que não utilizam filtro solar nas crianças antes delas irem para a escola; 97,3% não disponibilizam filtro solar para a escola pela criança. Com relação ao histórico familiar de câncer de pele 86,8% dos responsáveis pelas crianças garantiram ter casos da doença na história familiar e 50,6% não conseguiram relacionar a exposição solar como um agente causador de neoplasias malignas da pele (Tabela 2).

**TABELA 2:** Perfil de respostas dos responsáveis pelas crianças

	Sim	Não
Uso do filtro solar para ir à escola	17,7% (32/181)	82,3% (149/181)
Leva filtro solar para escola	2,7% (5/182)	97,3% (177/182)
Histórico familiar de câncer de pele	86,8% (158/182)	13,2% (24/182)
Exposição solar X Câncer de pele	49,4% (89/180)	50,6% (91/180)

FONTE: Elaborada pelos autores, 2019.

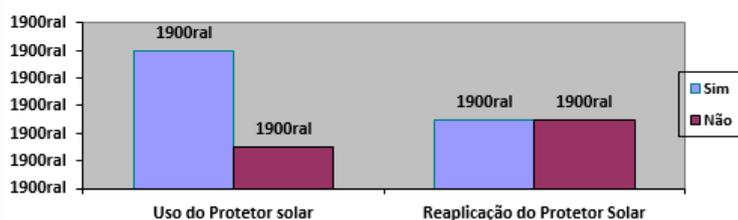
Sobre o fator de proteção solar, 44,6% (62/139) dos entrevistados relataram utilizar FPS 50 e no tocante ao uso do filtro solar específico para criança, 57,2% (103/180) não utiliza. Com relação às medidas de proteção mecânicas mencionadas 38,0% relatou usar chapéus (70/184), 37,5% relatou usar blusa (69/184) e 12% relatou usar guarda-sol (22/184).

#### AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES SOBRE O USO DE PROTEÇÃO SOLAR E O CÂNCER DE PELE

Foram entregues 16 questionários (08 na escola pública e 08 na privada), dos quais, 3 da escola privada não foram respondidos, sendo validados somente 05. No gráfico 1 apresenta respostas sobre a importância da fotoproteção dos professores, onde 76,9% (10/13) afirmaram fazer uso do filtro solar e metade dos mesmos reaplicam durante o dia.

#### PERFIL DOS PROFESSORES EM RELAÇÃO AO USO DO PROTETOR SOLAR

GRÁFICO 1: Distribuição dos professores quanto ao uso do protetor solar



Quando questionados acerca da exposição solar da criança em sua companhia, dos 13 professores avaliados, 9 afirmaram que não há exposição inadequada no que diz respeito ao horário. Dentre os mencionados, 69,2% referiram a <10h ou >16h (Tabela 3).

TABELA 3 - Índices percentuais relativos aos horários de exposição solar das crianças.

HORÁRIO DE EXPOSIÇÃO SOLAR	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
<10h ou >16h	87,5% (7/9)	40,0% (2/9)	69,2% (9/13)
Entre 10h e 16h	12,5% (1/4)	60,0% (3/4)	30,8% (4/13)

FONTE: Elaborada pelos autores, 2019.

Sobre a aplicação de filtro solar nas crianças, 61,5% (8/13) dos professores relataram utilizar essa prática e todos mencionaram reconhecer a importância dessa prática. Na Tabela 4, os dados referentes à abordagem dos cuidados em sala de aula, apenas 76,9% (10/13) da amostra têm esse hábito e 53,8% (7/13) tem a consciência de que a exposição solar está relacionada ao câncer de pele.

TABELA 4- Índices percentuais relativos ao filtro solar e câncer de pele.

	PÚBLICA	PRIVADA	TOTAL
Importância do filtro solar nas crianças	100% 0%	100% 0%	100% 0%
Abordagem dos cuidados em sala	100% 0%	40,0% 60,0%	76,9% 23,1%
Exposição solar x Câncer de pele	50,0% 50,0%	60,0% 40,0%	53,8% 46,2%

FONTE: Elaborada pelos autores, 2019.

#### DISCUSSÃO

O presente estudo mostrou a relação dos hábitos de exposição solar associados à prática de fotoproteção em

crianças do Ensino Fundamental 1. A predominância de responsáveis que relataram realizar a exposição das crianças no horário entre <10h >16h contrastou com os dados do estudo epidemiológico de BATISTA, T e colaboradores, que em 2013 avaliou a exposição solar de 361 crianças, e constatou que somente 4,4% faziam uso do filtro solar todos os dias. A exposição no horário entre <10h >16h é considerado adequado pelo INCA (2019), pois há menor radiação UVB, que provoca queimaduras e é o principal fator de risco para o desenvolvimento de câncer de pele.

Na presente pesquisa foi interessante verificar a associação da baixa escolaridade, dos pais/responsáveis e a baixa renda com o reduzido percentual de pais/responsáveis que utilizam filtro solar nas crianças antes delas irem à escola. Essa associação foi previamente reportada por SILVA e colaboradores, (2011) que observaram que a renda familiar e a escolaridade dos pais/responsáveis pode ter ligação com a baixa adesão às práticas de proteção solar. Apesar do índice elevado de histórico familiar de câncer de pele encontrado nesse estudo (86,8%), 50,6% dos entrevistados não conseguiram relacionar a doença com a exposição solar. Esse dado mostra a importância de projetos com objetivos foto-educacionais a fim de prevenir o aparecimento de neoplasias futuras na população. Adicionalmente, os dados da pesquisa estão de acordo com os dados do estudo de Bonfá e colaboradores (2014) realizado em Porto Alegre que constatou que 81,3% dos cuidadores não passam filtro solar diariamente em seus filhos.

Com relação aos professores, observou-se que, apesar da conscientização deles em relação à importância da fotoproteção, sua abordagem em sala de aula (76,9%) é insuficiente pelo fato da maioria das crianças não levarem filtro solar para escola. As informações obtidas corroboram com o estudo de Serafim e Garcia, realizado em 2017 que concluiu que os professores têm conhecimento sobre o assunto, mas que poderia ser ampliado com treinamentos e estratégias,

levando este conhecimento aos alunos e às famílias destes.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Brasil é um país de dimensão continental com área superior a 8,5 milhões de Km<sup>2</sup>, os índices de radiação UVA e UVB variam de acordo com cada região, sendo a Nordeste a que apresenta um maior índice dessa radiação, onde os riscos dos efeitos nocivos da exposição solar são elevados, principalmente devido ao efeito cumulativo, causando um aumento no número de casos de câncer de pele.

Reconhecendo que a escola tem papel importante na vida das crianças, constatou-se que os professores desempenham esse papel de forma eficaz, visto que são conscientes no que diz respeito aos cuidados com a fotoproteção. Porém, para que obtenham bons resultados no tocante aos perigos da exposição solar prolongada é necessário que ocorram melhores estratégias de repasse deste conhecimento tanto aos alunos quanto aos respectivos pais/responsáveis.

Dessa forma, o presente estudo é uma alerta aos serviços de saúde pública para que incentivem ou promovam ações educativas nas escolas e comunidades, ressaltando a importância de medidas necessárias de fotoproteção, a fim de evitar lesões de pele (malignas ou não) no futuro.

## REFERÊNCIAS

AMERICAN CANCER SOCIETY. Cancer facts & figures 2017. Atlanta, 2017a. Disponível em: <https://www.cancer.org/content/dam/cancer-org/research/cancer-facts-end-statistics/annual-cancer-facts-and-figures/2017/cancer-facts-and-figures-2017.pdf> Acesso em: 13 set. 2018

AMIRALIAN, L.; FERNANDES, C.R. Produtos Infantis: Proteção Solar. São Paulo, out., 2017. Disponível: [http://www.cosmeticsonline.com.br/ct/painel/class/artigos/uploads/9d982-CT295\\_integra.pdf](http://www.cosmeticsonline.com.br/ct/painel/class/artigos/uploads/9d982-CT295_integra.pdf) Acesso em: 17 set. 2018.

BARROS, L.O; MATARUNA L. Health in physical education classes. *Fiep Bulletin*.2004, 75: 27-32.

BATISTA, T.; FISSMER, M.C; PORTON, K.R.d.B; TREVISOL, F.S. Avaliação dos cuidados de proteção solar e prevenção do câncer de pele em pré-escolares. Santa Catarina, out., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rpp/v31n1/04.pdf> Acesso em: 13 dez 2018.

BRASIL, Ministério da Saúde. Escola Promotora de Saúde: experiências do Brasil. *Revista de Saúde Pública*. 2007, 6:272.

CATRIB, A. M. F. et al. Saúde no espaço escola. In: Barroso, G. et al. Educação em saúde no contexto da promoção humana. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

COARITI, J.R. Análise dos efeitos da radiação solar ultravioleta (r-uv) em populações habitantes a diferentes altitudes. Minas Gerais, jun., 2011. Disponível em: <https://saturno.unifei.edu.br/bim/0038687.pdf> Acesso em: 30 jan 2019.

COSTA, C.S. Epidemiologia do câncer de pele no Brasil e evidências sobre sua prevenção. São Paulo, mai., 2012. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/1413-9979/2012/v17n4/a3341.pdf> Acesso: 03 nov 2018.

GARCÍA, S., MILLARES. R. Asociación de Radiación UV, fototipo de piel e histopatología del Cáncer no melanoma. In: 7º Congreso Virtual Hispanoamericano de Anatomía Patológica y 1o Congreso de Preparaciones Virtuales por Internet. 2005. P. 1.

Inca. Org [homepage]. Ministério da Saúde, Instituto Nacional do Câncer. Estimativas 2018: Incidência de câncer no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Câncer; 2018. 76p. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/estimativa/2018/versaofinal.pdf> Acesso em: 11 dez 2018.

LIRA, D; SILVA, R; SILVA, I; PARLATO, A. E-book Cuidados com o sol na infância. Disponível em: <http://solamigodainfancia.com.br/wp-content/uploads/2017/09/ebook-manual-fotoprotecao-professores-animado.pdf> Acesso em: 15 nov 2018.

OLONINI, H.C; RAPOSO, N.R.B; BRANDÃO, M.A.F. Fotoprotetores naturais como instrumento de ação primária na prevenção do câncer de pele. Minas Gerais, out., 2010. Disponível em: <http://ojs2.ufjf.emnuvens.com.br/aps/article/view/14710/7865>. Acesso em: 04 jan 2019.

SCHALKA, S. ; STEINER, D. SBD [on-line]. Consenso Brasileiro Fotoproteção:Fotoproteção no Brasil. Edição 1: Rio de Janeiro, SBD, 2013. Disponível em: <

[https://issuu.com/sbd.br/docs/consensob.fotoprote\\_oleigo-web/8](https://issuu.com/sbd.br/docs/consensob.fotoprote_oleigo-web/8)>. Acesso em 01 out. 2018.

SOUZA, R.J.S.A.P.; MATTEDI, A; REZENDE, M.; CORRÊA, M.P.; DUARTE, E.M. Estimativa do custo do tratamento de câncer de pele tipo melanoma no Estado de São Paulo - Brasil. *An Bras Dermatol* 2009; 84 (3):237-243. <http://www.scielo.br/pdf/abd/v86n4/v86n4a05.pdf> Acesso em: 10 jan 2019

UNICEF. Estado Mundial de la infancia 2016: Una portunidad para cada niño. Nova Iorque: UNICEF, 2016. Disponível em: Acesso em 25 nov. 2018.

## APICULTURA X AGROTÓXICOS BEEKEEPING VS. PESTICIDES

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-22

Cherles Kanul <sup>1</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** É crescente a utilização de agrotóxicos nas lavouras e como consequência do uso indiscriminado desses venenos, muitos enxames têm sido dizimados em todas as regiões do Brasil. O consumo atual de agrotóxicos no país, supera as 300 mil toneladas, e nos últimos 40 anos o aumento foi de 700%. Com o crescimento da agricultura nos últimos 50 anos, ocorreu proporcionalmente o aumento do uso de agrotóxicos nas lavouras e, conseqüentemente, a geração de impactos na saúde humana e no meio ambiente. No Brasil, a utilização de agrotóxicos é regulada pela Lei 7.802/89, que infelizmente não é cumprida em sua totalidade. **METODOLOGIA:** O estudo deu-se em sala de aula e visitação a campo, onde conhecemos a realidade de nossos apicultores. Cada apicultor contribuiu com o que abrangia dentro de suas especificidades. Em Biologia, estudamos vários temas: o ciclo de vida, estrutura e organização social das abelhas, alteração no comportamento, a importância dos machos na apicultura, a mortalidade das abelhas, impactos ambientais, o uso do mel e seus derivados, geração de empregos dentro da apicultura, histórico da apicultura relacionado ao presente e perspectiva de futuro.

**PALAVRA-CHAVE:** Agrotóxicos. Apicultura. Consequências.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** The use of pesticides in crops is on the increase and as a result of the indiscriminate use of these poisons, many swarms have been decimated in all regions of Brazil. The current consumption of pesticides in the country exceeds 300,000 tons, and in the last 40 years the increase has been 700%. With the growth of agriculture over the last 50 years, there has been a proportional increase in the use of pesticides on crops and, consequently, the generation of impacts on human health and the environment. In Brazil, the use of pesticides is regulated by Law 7.802/89, which unfortunately is not fully complied with. **METHODOLOGY:** The study took place in the classroom and on visits to the field, where we got to know the reality of our beekeepers. Each beekeeper contributed what was specific to them. In Biology, we studied various topics: the life cycle, structure and social organization of bees, changes in behaviour, the importance of males in beekeeping, bee mortality, environmental impacts, the use of honey and its derivatives, the generation of jobs in beekeeping, the history of beekeeping in relation to the present and prospects for the future.

**PALAVRA-CHAVE:** Agrototoxic. Apiculture. Consequences.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação. Mestrado em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Cristian University. E-MAIL: charleskanul29@gmail.com. CURRÍCULO LATTES: lattes.cnpq.br/2287712092932299

## INTRODUÇÃO

Situada no Alto Vale do Itajaí, numa área de transição entre o litoral e o planalto catarinense, Alfredo Wagner possui, pouco mais de dez mil habitantes, e tem sua população formada principalmente por descendentes de alemães e italianos, cujas principais atividades econômicas são a Agricultura e a Pecuária.

Conforme o secretário da agricultura do município, Paulo César Rossi, destaca que Alfredo Wagner produz em média 40 toneladas anuais de mel, contando com 35 apicultores, e 2000 colmeias. O município também detém o título de Capital Catarinense das Nascentes.

“O uso de pesticidas nas culturas de plantio tem aumentado excessivamente nos últimos anos, causando graves prejuízos. A utilização desses produtos nas áreas onde as abelhas exercem suas atividades como agentes polinizadores, causa interferências significantes na sua produtividade”. (PEREIRA. edital, 2019, p.1)

É crescente a utilização de agrotóxicos nas lavouras e como consequência do uso indiscriminado desses venenos, muitos enxames têm sido dizimados em todas as regiões do Brasil. O consumo atual de agrotóxicos no país, supera as 300 mil toneladas, e nos últimos 40 anos o aumento foi de 700%.

Com o crescimento da agricultura nos últimos 50 anos, ocorreu proporcionalmente o aumento do uso de agrotóxicos nas lavouras e, conseqüentemente, a geração de impactos na saúde humana e no meio ambiente. No Brasil, a utilização de agrotóxicos é regulada pela Lei 7.802/89, que infelizmente não é cumprida em sua totalidade.

Notou-se que não havia um conhecimento nítido e compreensível por parte de alunos sobre sua história, evolução e manejo. Mas principalmente, sobre a sua importância e os impactos causados pelo uso errôneo de agrotóxicos.

O uso indiscriminado de inseticidas

neonicotinóides, já foi admitido como uma das causas prováveis da Desordem do Colapso das Colônias (CCD), fenômeno pelo qual as abelhas não retornam para os enxames. Porém, novos estudos apontam que herbicidas e fungicidas também podem contribuir para o desaparecimento das abelhas, já que esses agrotóxicos podem provocar desordem no comportamento regular e, conseqüentemente, a morte delas.

Mesmo em baixos níveis de concentração, os agrotóxicos podem resultar em efeitos letais, sendo crescente o registro de morte de enxames após pulverizações aéreas, em áreas de monocultivos de soja, cana-de-açúcar, laranja, algodão, dentre outros.

A disciplina de Ciências Biológicas ganhou destaque ao relacionar os conceitos de Ecologia com o estudo em questão, despertando assim o interesse dos alunos para a disciplina e também tornando-os conhecedores da atividade apícola, valorizando as práticas desenvolvidas na comunidade local.

Nossa escola já tem como objetivo trabalhar com questões voltadas à realidade local dos alunos, desenvolve projetos voltados a agricultura e a cultura local. Diante do exposto, optou-se em realizar o trabalho sobre a Apicultura, dando enfoque a atividade apícola desenvolvida em nosso município.

Com a realização desse projeto, fomos incentivados a participar da feira de Matemática e Ciências, que teve como prioridade neste relato, abordar os conteúdos de Biologia estudados, valorizando a parceria dos apicultores locais que também contribuíram.

## MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho está em desenvolvimento durante os meses de junho a setembro de 2022, com 22 alunos da 2ª série do Ensino Médio da Escola de Educação Básica Silva Jardim, no centro de Alfredo Wagner.

O estudo deu-se em sala de aula e visitação a campo, onde conhecemos a realidade de nossos apicultores. Cada apicultor contribuiu com o que abrangia dentro de suas especificidades. Em Biologia, estudamos vários temas: o ciclo de vida, estrutura e organização social das abelhas, alteração no comportamento, a importância dos machos na apicultura, a mortalidade das abelhas, impactos ambientais, o uso do mel e seus derivados, geração de empregos dentro da apicultura, histórico da apicultura relacionado ao presente e perspectiva de futuro.

Os dados para a elaboração deste relato, foram obtidos por meio de entrevista com o Secretário da Agricultura, visitação a uma propriedade, palestra, pesquisas bibliográficas, experimentos, coleta e organização de dados, registros escritos e fotográficos decorrentes de todas as atividades desenvolvidas.

Recebemos em nossa escola o Secretário de Agricultura Sr. Paulo César Rossi, ele é um grande apoiador da apicultura no município, é responsável pela Secretaria da Agricultura. Concedeu-nos uma visita, e em uma breve palestra falou sobre a história da atividade apícola em nível de Brasil, estado e em nosso município. Relatando também, a preocupação dos apicultores com o uso dos agrotóxicos em suas propriedades, falou sobre a FAASC e frisou a importância das pessoas se manterem no campo, um incentivo as novas gerações.

Tivemos o privilégio de conhecer a propriedade do seu Tekôlho, onde ele nos contou sua trajetória como apicultor, e mostrou preocupação em relação a como as abelhas vem desaparecendo por conta do uso impropriedade dos agrotóxicos. Conversamos também, com outros apicultores que contribuíram para o início da atividade e que atualmente representam grande parte da produção de mel do município. Durante a conversa, falaram sobre como iniciaram, evolução no ramo, manejo, desafios encontrados na produção e nas vendas e também sobre suas aprendizagens ao longo desse período.

Ressaltaram, a redução do uso de inseticidas e agrotóxicos próximos as colmeias.

Além da mortalidade das abelhas compromete também a qualidade do mel que ao ser vendido passa por análises muito rigorosas. Caso detectado qualquer contaminação, a classificação do mel passa para mel convencional, cujo preço se torna inferior e em muitos casos nem são vendidos.

Observa-se, em geral, que não há preocupação, por parte de quem aplica os agrotóxicos, de informar aos criadores de abelhas o período em que ocorrerá a pulverização para que as medidas de proteção sejam adotadas, o que resulta na morte deste inseto.

Visamos trazer neste projeto sugestões e esclarecimentos aos apicultores e meliponicultores, sobre os procedimentos que devem ser adotados, diante das ameaças crescentes da pulverização de agrotóxicos em doses letais para as abelhas em Apiários e Nativas.

É importante o criador de abelhas fazer observações e ficar atento aos seguintes comportamentos do enxame que podem representar intoxicação por agrotóxicos: abelhas mortas no entorno das caixas; redução no número de postura; diminuição da atividade de forrageamento; defensividade em excesso, incapacidade de substituição da rainha; mortalidade e má formação das larvas.

Nesse sentido, é importante que o criador de abelhas adote algumas medidas para prevenir a morte de seus enxames pela aplicação indevida de agrotóxicos. O primeiro passo a ser adotado é o registro legal de seu apiário/meliponário, principalmente se os mesmos estiverem localizados em áreas de APP (Área de Proteção Permanente), tendo em vista que o Novo Código Florestal, Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012, respalda a introdução de atividades de baixo impacto, como é o caso da apicultura e meliponicultura.

A segunda medida a ser tomada é a notificação da existência dos apiários/meliponário para que os aplicadores dos agrotóxicos saibam de sua presença e

adote as medidas para proteção das abelhas. De acordo com a determinação do Ibama, por exemplo, para a pulverização aérea com os agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxam e Fipronil, os aplicadores deverão informar com antecedência de 48 horas a todos os criadores de abelhas em um raio de até seis quilômetros do local onde ocorrerá a pulverização.

A notificação da existência dos apiários e meliponário poderá ser feita de duas formas: através de uma notificação extrajudicial e/ou registro através do CTF (Cadastro Técnico Federal). É importante dirigir um desses documentos à Secretaria de Defesa Agropecuária do Estado e/ou município, para que esta fique ciente da existência do apiário/meliponário, bem como os demais interessados.

Caso os apiários/meliponário sejam atingidos por pulverização e ocorra a morte de abelhas, é necessária a realização do Boletim de Ocorrência na Polícia Ambiental ou na inexistência desta, o boletim deve ser feito na Polícia Civil. É importante que o criador de abelhas tenha em mãos algum documento que comprove a posse ou permissão para uso da área do apiário/meliponário.

É necessário solicitar da autoridade competente, no ato do registro do boletim, que a mesma proceda com a coleta de provas materiais, tais como abelhas mortas, solo, plantas do entorno. As amostras devem ser congeladas e imediatamente encaminhadas ao laboratório acreditado. É importante que o criador de abelhas também recolha material como contraprova.

Se possível, fazer o registro fotográfico e filmagem da pulverização. Caso ocorra morte de outros animais, as mesmas providências deverão ser adotadas. É muito importante o apicultor/meliponicultor registrar a morte das abelhas na Secretaria de Defesa Agropecuária do Estado ou Município.

Outra medida a ser adotada é a realização de denúncia no Ministério Público Federal através do site: [www.cidadaomf.mp.br](http://www.cidadaomf.mp.br). As denúncias podem ser

feitas também nos Ministérios Públicos Estaduais. O Ministério Público lidera os Fóruns Estaduais de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e tem conduzido investigações sobre o uso inadequado dessas substâncias. O Fórum Nacional está acompanhando casos de morte de abelhas por pulverização aérea.

Por fim, munido de todos os documentos e registros realizados conforme descrito anteriormente, o criador de abelhas deverá constituir um advogado para dar entrada no processo judicial para requerer as perdas e danos.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Planilha de entrevistas com as perguntas feitas aos apicultores e resultados gráficos como problemática levantada (mortes de abelhas influência de agrotóxico com relação a alimentação das abelhas). Tabela passo a passo do processo de notificação quanto:

- Informação sobre aplicação de defensivos
- Informação da localização dos apiários perante as lavouras

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nosso trabalho ainda não está finalizado, pois será complementado durante o 3º ano do ensino médio. Até então, podemos dizer o quanto é instigante aprender relacionando os conteúdos de sala de aula com ideias voltadas a nossa realidade local.

Neste relatório é dado prioridade ao conteúdo da área da biologia. Ampliamos nosso conhecimento no campus científico conhecendo um pouco mais o mundo das abelhas. Desenvolvemos as atividades de pesquisa no caderno e posteriormente em slides, tendo em vista até aqui que nossa aprendizagem foi gratificante.

Conhecer a história da apicultura do nosso município foi muito interessante, todos os apicultores

expressaram o amor pela atividade, sentimento este que superou dificuldades e gradativamente foi se desenvolvendo com novas técnicas e crescendo ano após ano.

Conhecemos também os desafios encontrados pelos apicultores, tanto na produção quanto nas vendas. Encontrar altos e baixos é muito comum para quem trabalha no campo, e dentre as várias opções, a apicultura é uma ótima alternativa a ser adotada como atividade econômica.

Depois de todo nosso estudo, não podemos deixar de falar sobre a mortalidade das abelhas, nas conversas realizadas com os apicultores, eles ressaltaram tal preocupação, pois a importância desses insetos vai muito além da produção de mel, as abelhas são as polinizadoras da vida, responsáveis por grande parte de nosso alimento. As abelhas servem de exemplo para nós humanos, são guerreiras, vivem em sociedade e são exemplos de trabalho em equipe. Como o próprio cientista Albert Einstein citou: “Se as abelhas desaparecerem da face da Terra, a humanidade terá apenas mais quatro anos de existência. Sem abelhas não há polinização, não há reprodução da flora, sem flora não há animais, sem animais, não haverá raça humana”.

O trabalho está sendo desenvolvido com a turma de 2ª série 3 do Ensino Médio da E.E.B. Silva Jardim, pelas alunas: Amanda da Silva Hames, Amanda dos Santos, Caetano Melendrez Zabala, Cauan Marian, Estefani de Oliveira Pereira Rosa, Gabrielle lung Schuller, Gisele Mariann, Higor Schafer, Isabelli Hinkel Pereira, Kimberly Leticia de Andrade, Leonorados Santos, Luan Nunes da Silva Passig, Luiz Fernando Dolagnelo, Lunna Wagner Souza, Maria Clara Figueiredo Berger, Murilo Alves, Natiele de Souza, Nicolas Barth de Souza, Nicole Althoff, Patrick Rian Saidel, Rafaela Rosa Garcia e Raissa dos Santos Souza.

## REFERÊNCIAS

CUNHA, Rodrigo Durieux da. Crédito rural para criadores de abelhas. *Zum Zum*, n.358, p. 4, abr. 2016.

PREREIRA, Lázaro Henrique. Efeitos do uso de pesticidas nas abelhas: revisão sistemática em bases de dados científicas. *Brazilian Journal of Development Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 5, n. 12, p. 32821-32833, dec. 2019. ISSN 2525-8761.

SALOMÉ, James Aruda. Recenseamento da apicultura em SC. *Zum Zum*, n. 359, p. 26, set. 2016.

ANVISA - Nota Técnica. Programa de análise de resíduos de agrotóxicos em alimentos (PARA), 2009. BRASIL Lei nº 12.812, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 25 maio 2012.

GODOY, J. Alarme contra inseticidas assassinos de abelha. Disponível em: <http://tierramerica.net/2004/0313/pacentos.shtml>. Acesso em: 23 abril 2016.

Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens. O registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. In: *Legislação federal de agrotóxicos e afins*. Brasília (DF): Ministério da Agricultura e do Abastecimento: 1998. p. 7-13.

JOHNSON, R. Honey Bee Colony Collapse Disorder, 2010. Disponível em: . Acesso em: 14 fev. 2016.

ROCHA, M. C. de L; SÁ de A. Efeitos dos agrotóxicos sobre as abelhas silvestres no Brasil: proposta metodológica de acompanhamento / Maria Cecília de Lima e Sã de Alencar. - Brasília: Ibama, 2012. Six Agricultural Areas of Greece. *Archives of Environmental Contamination and Toxicology*, v. 55, n.3, p. 462-470. 2008.

SPADOTTO, C. A.; GOMES, M. A. F.; LUCHINI, L. C.; ANDREA, M. M. Monitoramento de risco ambiental de agrotóxicos: princípios e recomendações. Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, p. 29, 2004.

## CONTRIBUIÇÕES PARA O MEIO AMBIENTE SUSTENTÁVEL CONTRIBUTIONS TO THE SUSTAINABLE ENVIRONMENT

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-23

Neusa Maria Bandeira da Silva<sup>1</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Educação Ambiental surgiu durante a Conferência das Nações Unidas quando a sociedade tomou conhecimento dos problemas ambientais e com isso o governo passou a definir que a saída para mudar o mundo seria a educação. Foi quando se sentiu a necessidade de criar o termo Educação Ambiental, pelo fato de a sociedade deixar a parte a natureza e suas questões ambientais. Para que a humanidade alcance um nível de consciência ambiental, devem acontecer revisões comportamentais em relação a um novo modelo e atributos pelo qual o homem possa conhecer e julgar seu próprio senso de responsabilidade com o meio a que ele faz parte. **OBJETIVO:** Abordar Educação Ambiental na esfera formal e informal. Como conceito de desenvolvimento sustentável, na conquista de se construir uma educação de construção de valores sociais e coletivos. **METODOLOGIA:** Essa pesquisa procura estudar a Educação Ambiental e suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável, como também, questões políticas e sociais no campo da educação. Com base em fundamentações teóricas de autores que se posicionaram quanto à problemática apresentada, oferecendo uma nova visão de uma educação ambiental sustentável em estreita relação entre homem e natureza dentro de um contexto sócio-político e histórico. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** A educação ambiental e sua sustentabilidade para ser incorporada necessitam de mudanças de paradigmas e de consciência, determinada por um grupo de fatores de caráter global. Esta constatação implica que essa responsabilidade se apresenta pela via preventiva do problema. Diante da problemática em estudo, ficou evidenciado que o maior encargo que se atribuiu a necessidade de uma educação ambiental sustentável refere-se ao estabelecimento de uma educação conscientizadora com direitos e deveres coletivos definidos por ações políticas.

**PALAVRAS-CHAVES:** Educação Ambiental; Meio Ambiente; Sustentabilidade; Desafios.

### ABSTRACT

**INTRODUÇÃO:** Environmental Education emerged during the United Nations Conference when society became aware of environmental problems and with that the government began to define that the way out to change the world would be education. That was when the need to create the term Environmental Education was felt, due to the fact that society leaves nature and its environmental issues aside. For humanity to reach a level of environmental awareness, behavioral revisions must take place in relation to a new model and attributes by which man can know and judge his own sense of responsibility with the environment to which he is a part. **OBJECTIVE:** Address Environmental Education in the formal and informal sphere. As a concept of sustainable development, in the achievement of building an education to build social and collective values. **METHODOLOGY:** This research seeks to study Environmental Education and its contributions to Sustainable Development, as well as political and social issues in the field of education. Based on the theoretical foundations of authors who took a stand on the presented problem, offering a new vision of a sustainable environmental education in a close relationship between man and nature within a socio-political and historical context. **FINAL CONSIDERATIONS:** Environmental education and its sustainability to be incorporated require changes in paradigms and awareness, determined by a group of factors of a global nature. This finding implies that this responsibility arises through the prevention of the problem. Faced with the problem under study, it was evident that the greatest burden attributed to the need for sustainable environmental education refers to the establishment of an awareness-raising education with collective rights and duties defined by political.

**KEYWORDS:** Environmental Education; Environment; Sustainability; Challenges.

<sup>1</sup> Professora Licenciada em Ciências Humanas Pela UFC-Universidade Federal do Ceará, Especialista: em Gestão Ambiental na Área da Educação pela FALC-Faculdade da Aldeia de Carapicuíba. Mestranda em Ciências da Educação.

## INTRODUÇÃO

À medida que nos aproximamos de um novo início de século percebemos uma maior influência das novas tecnologias e hoje vemos que é uma realidade essa relação homem-tecnologia. Não podemos pensar que essa relação não interfira em nossa vida, pelo contrário, está ligada intrinsecamente quase que totalmente em todos os espaços de convívio social, ou até mesmo nos momentos de solidão. As vezes nos confundimos entre quem de fato é o ser humano, sua essência e sua interação com o meio ambiente em que faz parte e interage, com esse novo modelo tecnológico que surge e avança em uma velocidade cada vez mais acelerada. Onde tudo vai parar? Não sabemos, mas acredito que todo esse avanço tecnológico tem que andar junto, concomitantemente com o ritmo da evolução natural do mundo e do meio ambiente a que fazemos parte. Não podemos pensar que tecnologia e natureza não se relaciona, mas sim, devemos entender que as interferências geradas pela ação humana e seu crescente instinto em dominar o mundo, impulsionada pela globalização, como também por fatores associados às questões ambientais, seguido de um preocupante aumento no progresso material de um mundo socialmente polarizado com suas divisões de classes e interesses econômicos, não torne-se um efeito da lei do retorno, onde a reação natural ocorre sempre diante de alguma ação ou reação anterior. Toda vez que tomamos uma atitude, geramos um resultado dessa ação e, mais cedo ou mais tarde, as consequências serão sentidas por nós também. Todo efeito tem uma causa, se o efeito é inteligente, também inteligente será sua causa, mas se os efeitos forem pensados somente na produtividade e na crescente velocidade do homem, suas causas poderão ser drásticas. Mas sim, que homem e natureza andem juntos em direção única de interação, respeitando os espaços naturais a que fazem parte.

“Esta realidade atinge não só a sociedade mais o ecossistema como um todo. É por meio desta realidade que o crescimento populacional é incompatível com um ambiente finito e limitado. Devemos acrescentar a esse quadro o aumento do consumo individual que se observa no desenvolvimento da sociedade humana e torna-se ainda a situação mais preocupante, seguida de uma consciência de não conservação dos recursos naturais e se esta realidade não for contornada estaremos caminhando a passos largos para o colapso do planeta, com pequenas perspectivas para a continuação da existência humana” (Jara, 1998).

O interesse pela temática vem guiado pelo impulsionamento sobre o papel da educação ambiental na mudança de conscientização para se alcançar um patamar superior no que se refere a um novo conjunto de significados, um novo senso de valores éticos, em busca de uma sociedade ambientalmente sustentável.

Para pesquisar esta problemática, incluiremos com mais intensidade a fase de observação e pesquisas bibliográficas na busca de levar a um maior clareamento de questões da vivência íntima sobre o campo em estudo de importantes subsídios, procurando detectar ou clarear as causas e as consequências geradas pela deterioração dos ecossistemas em todo o mundo e em todos os segmentos da sociedade. Como solução dessa problemática, destacamos a conscientização ambiental como base para sustentabilidade do ecossistema e do sistema planetário.

Para tanto, no decorrer desta temática procuramos definir as noções básicas de educação ambiental como espaço para a cidadania. Procurando definir as noções básicas de educação ambiental como espaço para toda a humanidade. Onde segundo Loureiro; Layrargues; Castro, (2008). “O conceito de cidadania está amplamente relacionado ao fazer educação ambiental. Articular ao exercício da cidadania à questão ambiental não pressupõem apenas a tomada de consciência dos deveres individuais determinados pela moral ecologista,

mas, sobretudo a tomada de consciência dos direitos coletivos definidos pela ação política”

Discorreremos também sobre o desenvolvimento sustentável com suas concepções de desenvolvimento, suas correntes metodológicas e suas ideias de desenvolvimento. Apresentando também as contribuições da educação no desenvolvimento sustentável, sua contribuição na consciência como ajuda no progresso do saber ambiental. Pautado em uma ideologia em que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania social e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza.”(Reigota, 2006).

As contribuições relevantes para que a humanidade obtenha uma autogestão e um maior engajamento nos aspectos de educação ambiental e no desenvolvimento sustentável, tem como principal paradigma, sua contribuição na consciência, na ajuda e no progresso do saber ambiental. Pautado em uma ideologia em que “a educação ambiental deve ser entendida como educação política, no sentido que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania social e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza” (Reigota, 2006). Demonstrando de maneira fundamentada, como a educação ambiental pode abordar assuntos relacionados ao desenvolvimento sustentável. Articulando-se um ao outro como um conjunto que se completa em suas particularidades e como parte desse sistema vivo e dinâmico está o homem como agente integrante de todo esse ecossistema. Contribuindo para uma nova visão de natureza e como esta deve ser tratada e respeitada na qual a sociedade depende para a manutenção de sua existência e que relação homem-natureza deva acontecer de forma harmônica, proporcionando meios que possam amenizar toda problemática de violência e desrespeito aos bens naturais e que este se transforme em atitudes participativas, solidárias e construtivas no contexto social.

## METODOLOGIA

Trata-se em analisar a Educação Ambiental e suas contribuições para o Desenvolvimento Sustentável, como também, questões políticas e sociais no campo da educação. Com base em fundamentações teóricas de autores que se posicionaram quanto à problemática apresentada, oferecendo uma nova visão de uma educação ambiental sustentável em estreita relação entre homem e natureza dentro de um contexto sócio-político e histórico. Buscando aprimorar e, tentar aprofundar o amplo significado sobre Educação Ambiental: Contribuições para o meio Ambiente Sustentável. Onde segundo Reigota (2006) diz que: “A educação ambiental como educação política enfatiza antes a questão ‘por que’ fazer do que ‘como’ fazer. Considerando que a educação ambiental surge e se consolida num momento histórico de grandes mudanças no mundo ela tende a questionar as opções políticas atuais e o próprio conceito de educação vigente, exigindo-a, por princípio, criativa, inovadora e crítica. Dentro do contexto Educação Ambiental é clara a necessidade de mudar o comportamento do homem em relação a natureza e de sua sustentabilidade.

A Educação Ambiental surgiu durante a Conferência das Nações Unidas (ONU), tratando-se de uma Organização Internacional criada após a 2ª Guerra Mundial para manter a paz e a segurança no mundo. Essa proposta sobre o meio ambiente realizou-se em Estocolmo, na Suécia, em 1972, quando a sociedade tomou conhecimento dos problemas ambientais e com isso o governo passou a definir que a saída para mudar o mundo seria a educação. Foi quando se sentiu a necessidade de criar o termo educação ambiental, pelo fato de a sociedade deixar à parte a natureza e suas questões ambientais. Percebeu-se que os processos educativos estavam tornando-se cada vez mais racionais e a escola em contrapartida, “descuidando - se dos sentimentos, das sensações e das relações em sala de aula, esquecendo o ar, a água, o corpo, o bairro, a cidade,

o planeta. Se a educação ambiental pretende resolver os problemas ambientais pela formação das pessoas, é preciso usar ferramentas transformadoras” (Mendonça, 2006).

Sabendo que as novas tecnologias em um mundo globalizado se tornam uma das molas percussoras para a economia capitalista, que gera lucros e produtividade em setores econômicos; não podemos esquecer que estejam intrinsecamente associados com o desenvolvimento sustentável com base na educação ambiental. Não podendo desvincular o estabelecimento de padrões e metas ambientais com os pretendidos pela sociedade humana por meio da globalização e dos avanços tecnológicos.

.Para que a humanidade alcance um nível de consciência ambiental, devem acontecer revisões comportamentais em relação a um novo modelo e atributos pelo qual o homem possa conhecer e julgar seu próprio senso de responsabilidade com o meio a que ele faz parte. Não é a natureza que tem que se adequar às condições do homem, mas o homem que tem o dever de se adequar às condições da natureza, pois ambas são partes integrantes.

"A educação ambiental se constitui em uma forma abrangente de educação que se propõe a atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente, procurando inserir no educando uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, compreendendo-se como crítica a capacidade de aprender a origem e a evolução de problemas ambientais” (Reigota, 2006). Pedro Jacobi (2003), afirma que: “A reflexão sobre as práticas sociais, em um contexto marcado pela degradação permanente do meio ambiente e do seu ecossistema, envolve uma necessária articulação com a produção de sentidos sobre a educação ambiental. A dimensão ambiental configura-se crescentemente com uma questão que envolve um conjunto de fatores do universo educativo, potencializando o englobamento dos diversos sistemas de conhecimento, a capacitação de profissionais e a

comunidade universitária em uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, a produção de conhecimentos deve necessariamente contemplar as inter-relações do meio natural com o social, incluindo a análise dos determinantes do processo.” Tomando como referência esse contexto, é clara a necessidade de reflexão sobre os desafios em alterar as formas de pensar e de agir do homem em torno da questão ambiental, no sentido de promover sob um modelo de desenvolvimento sustentável um processo que assegure uma atitude de responsabilidade no que se refere aos recursos naturais de forma a preservar os interesses de gerações futuras e ao mesmo tempo atender as necessidades das gerações atuais, compartilhando as práticas de desenvolvimento sustentável baseado no conceito de ética e cidadania ambiental.

Educação Ambiental é um nome atribuído às práticas educativas relacionadas à questão ambiental, desenvolvendo-se no cotidiano das pessoas que realizam um trabalho educativo voltado ao paradigma de consciência ambiental. Que haja uma reflexão de pensamentos e atitudes lineares produzindo uma inter-relação de saberes e práticas coletivas, criando identidades e valores comuns com ações solidárias em um contexto complexo e em um espaço onde se articule natureza. A relação entre meio ambiente e educação para a cidadania estabelece uma condição desafiadora exigindo uma relação de aprender novos saberes aos processos sociais de natureza ambiental.

As políticas ambientais e programas educativos relacionados a uma maior conscientização referente a crise ambiental necessita de novos enfoques de integração social. É nesse contexto que a lei da Educação Ambiental diz que “todos tem direito a educação ambiental” e a este tem como responsabilidade os poderes públicos, instituições educativas e a sociedade como um todo. Seguindo esse paradigma, percebe-se uma grande necessidade de uma ação, não só em um determinado segmento mais um trabalho em conjunto em todas as esferas da sociedade e que este não se torne

modelo e teorias contraditórias, sem aplicabilidade, mas sim que este seja, por meio de conhecimentos científicos e métodos tecnológicos, o caminho para se chegar a uma relação de integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Onde a sociedade como um todo está cada vez mais preocupada em atingir níveis para se chegar a um desenvolvimento ambiental adequado, com o intuito de controlar seus impactos e regulá-los por meio de leis e normas que assegurem esses direitos, levando em consideração, sua política e suas práticas educativas. Esse comportamento se insere no contexto de uma legislação cada vez mais exigente, no desenvolvimento de políticas públicas e medidas que assegurem uma crescente preocupação com os problemas ambientais. É nesse modelo que é titulado ao Ministério da Educação a seguinte atribuição em acordo com a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 da Política Nacional de Educação Ambiental.

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino público e privado, englobando: I- Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, II- Educação Superior, III- Educação Especial, IV- Educação Profissional, V- Educação de jovens e adultos.

A realidade atual exige uma maior necessidade de compreender o sistema educacional enquanto instituição graduada e hierarquicamente estruturada em seus níveis de conhecimento como modelo sistematizado, dinâmico e atuante em suas orientações curriculares e emissões de juízos e valores.

Constitucionalmente, para que se garanta o direito da qualidade do meio ambiente aos cidadãos e a sociedade como um todo, o poder público deve por meio das instituições de ensino proporcionar uma educação ambiental formal voltada para uma maior conscientização da população no que se trata a preservação ao meio ambiente. A legislação trata que tal educação seja feita em todas as modalidades de ensino, incluindo a educação ambiental como tema transversal

no currículo. É nesse paradigma que Palma (2005), afirma: “O principal objetivo da educação ambiental é levar as pessoas a um meio de compreensão da complexidade do meio ambiente e da percepção de que os elementos ambientais, o tempo e o espaço são interdependentes. Salienta que as condições sociais, econômicas, culturais e ecológicas de cada sociedade e região são determinantes para a definição de metas e ações”.

A educação ambiental em sua formalidade busca não só a conscientização ecológica dos cidadãos, por meio de transmissão de conhecimentos, mas o aperfeiçoamento de mudanças e comportamentos sobre o meio ambiente, tanto na esfera pessoal quanto de responsabilidade social. Portanto a escola como também em todas as instituições de ensino são importantes meios de conscientização e construção de um novo modelo em uma educação formal de conhecimentos e atitudes que fortaleçam a uma postura cidadã e democrática.

Mas não podemos esquecer também da educação ambiental informal. Onde é marcada por sua realização fora da escola, envolvendo, em seu processo, flexibilidade de métodos e conteúdo em um público alvo muito variável em suas características (faixa etária, nível de escolaridade, nível de conhecimento sobre a problemática ambiental, entre outros). Esse modelo abrange técnicas que operam na realidade educacional sem obedecerem às diretrizes tituladas pelo Ministério da Educação, tendo como exemplo deste o educador social.

É nesse enfoque que os processos diluídos circunstancialmente se desenrolam no discurso de encontros, leituras e acontecimentos. Encontrada em toda atividade educacional organizada e sistemática, executada fora do quadro do sistema formal, oferecendo determinados tipos de ensino a grupos da sociedade, colocando em evidencia aspectos sociais e cotidianos em determinadas classes da população.

Sob esta perspectiva a Política Nacional de Educação Ambiental sobre a Educação Ambiental não – formal, afirma que:

Art. 13º Entende-se por educação ambiental não formal as ações e práticas educativas voltadas à sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e a sua organização e participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

A relação entre o meio ambiente e a educação para a cidadania assume um papel cada vez mais desafiador, necessitando emergencialmente de novos saberes para assegurar-se dos processos sociais e riscos ambientais que se intensificam cada dia.

As políticas ambientais e os programas educativos exigem uma abordagem crítica e inovadora, sustentada em uma consciência política voltada para a transformação social. Para Sorretino (1998): “Os grandes desafios para os educadores ambientais são de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes”.

Quando nos retratamos a educação ambiental enquanto ações e práticas voltadas à sensibilização da coletividade, situamos em um contexto de educação para a cidadania, configurando-se em um fortalecimento para a população como um todo portador de direitos e deveres na defesa da qualidade de vida. Buscando a solidariedade, a igualdade e o respeito com base em educações informais que busquem práticas interativas e dialógicas, estimulando mudança de valores comportamentais, individuais e coletivas.

“A educação ambiental é atravessada por vários campos de conhecimento, o que a situa como uma abordagem multireferencial e a complexidade ambiental” (Leff 2001). “Reflete um tecido conceitual heterogêneo, onde os campos de conhecimento, as nações e os conceitos podem ser originários de várias

áreas do saber” (Tristão, 2002). “A educação ambiental, como tantas outras áreas de conhecimento, pode assumir, uma parte ativa de um processo intelectual, constantemente a serviço da comunicação, do entendimento e da solução de problemas” (Vygotsky, 1991). São reflexões que tratam o homem enquanto aprendiz social, baseado no diálogo e nas interações socioculturais com capacidade de recriar e assimilar conceitos e significados, buscando alternativas e soluções de problemas com o novo olhar crítico de ver o mundo e os homens enquanto agente social.

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental, diz que:

Parágrafo Único: O poder público, em níveis federal, estadual e municipal, incentivará:

I. A difusão, por intermédio dos meios de comunicação de massa, em espaços nobres, de programas e campanhas educativas e de informações acerca de temas relacionados ao meio ambiente; Implica a necessidade de difundir as práticas sociais com o acesso a informação de conhecimento, com o intuito de proporcionar uma maior transparência na minimização ambiental por parte do homem, dos poderes públicos, das autoridades e da sociedade como um todo. É por meio desses trabalhos educativos e ao direito a informação que se promove um crescimento no que se refere a preservação ambiental e uma maior consciência ambiental, voltada ao fortalecimento na fiscalização e controle dos agentes de degradação ambiental. É por esse caminho que a problemática ambiental possibilita uma abertura para uma democracia participativa, mas primordialmente que haja a participação do povo e não que essa informação e acesso aos temas ambientais tornem-se somente meios de propagandas que fortaleçam os interesses particulares de pequenos grupos sociais estabelecendo uma ideologia contraditória e indiscriminada das questões. É por meio deste que se percebe a necessidade da informação, assumindo um papel cada vez mais relevante na busca de informações por meio das novas tecnologias e a atuação deste como canal

a um maior gerenciamento em defesa da qualidade de vida, proporcionando uma maior democracia de conhecimentos e uma nova postura em relação à preservação ao meio ambiente.

II. A ampla participação da escola, da universidade e de organizações não-governamentais na formulação e execução de programas e atividades vinculadas à educação ambiental não-formal; A sensibilização da sociedade e a importância que se dá às unidades de conservação ambiental representam uma motivação às diversas formas potenciais para se chegar a caminhos que direcionem a um processo de construção cidadã em um contexto dinâmico caracterizado por suas desigualdades, mas que por meio da educação, buscando o fortalecimento de sujeitos cidadãos, portadores de direitos e deveres na conquista de espaços pautados em um ambiente sustentável.

A educação ambiental e sua sustentabilidade não é a resolução de todos os problemas na esfera planetária, mas sim, um pontapé inicial em uma nova iniciativa e perspectiva de mudanças de paradigmas em uma nova educação comportamental do ser humano e de toda uma sociedade, formando cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Pois o homem deve ter consciência que o desequilíbrio ambiental é causa e consequências de sua ação e que dele deve surgir à resolução para a solução dos problemas por ele provocado. Problemas que estão afetando a dinâmica da vida em todas as esferas sociais e ambientais e que essa mudança não deva partir somente dos órgãos governamentais, mais sim, da iniciativa de cada indivíduo, de solucionar ou minimizar os problemas ambientais.

Podemos perceber na tabela abaixo, segundo: Rodriguez e Silva (2009), as diferenças entre Paradigma Produtivista e Paradigma Ambiental do Desenvolvimento.

Caráter dos sistemas ambientais podemos perceber na tabela abaixo, segundo:	Artificialização dos sistemas naturais. Redução das	Adaptação; imitação da natureza. Manutenção das
---	--	--

Rodriguez e Silva (2009), as diferenças entre Paradigma Produtivista e Paradigma Ambiental do Desenvolvimento.	interações. Sistemas homogêneos. Reciclagem baixa. Redução da fixação energética.	interações: diversidade dos sistemas; fixação maior da energia da radiação; reciclagem total.
Estruturas de poder	Autoritarismo; estruturas hierárquicas e repressivas.	Democracia horizontal; participação social.
Organização institucional	Ênfase no controle e na atividade do mercado como regulador social.	Ênfase no planejamento e prognoses, controle e regulação social.
Tecnologias	Tecnologias duras. Endeusamento da tecnologia e das soluções tecnológicas.	Hibridização tecnológica, com predomínio de tecnologias alternativas e apropriadas.

FONTE: Modificado de Jaimeset. al. (1988)

Observa-se a grande necessidade de incorporar os ideais de sustentabilidade como hábitos culturais pautados em uma ética sustentável como meio a um potencial produtivo desenvolvido pelas camadas sociais.

Para se obter um processo de desenvolvimento sustentável é necessário que se mantenha um meio ambiente adequado com qualidades e estruturas civilizatórias dando condições de subsistência para a manutenção de suas necessidades básicas e que esse modelo proporcione uma estrutura sólida de política voltada para a sustentabilidade ambiental.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação ambiental e sua sustentabilidade para ser incorporada necessitam de mudanças de paradigmas e de consciência, determinada por um grupo de fatores de caráter global. Esta constatação implica que essa responsabilidade se apresenta pela via preventiva do problema.

Diante da problemática em estudo, ficou evidenciado que o maior encargo que se atribuiu a necessidade de uma educação ambiental sustentável refere-se ao estabelecimento de uma educação conscientizadora com direitos e deveres coletivos definidos por ações políticas.

É preocupante a condição do homem, mesmo com políticas de sustentação ecológica percebem-se ainda atitudes de negligência às questões ambientais. A interação homem-natureza é imprescindível para reaver a força criadora e construtiva na manutenção da existência humana e esse mesmo homem que ainda não tomou consciência das consequências que suas atitudes podem mudar o percurso de sua trajetória pode se perder em torno de sua ambição e individualismo. Mas essa mesma capacidade de transformação pode ser revertida em atitudes de mudanças produtivas tendo como auxílio às novas tecnologias que um mundo globalizado oferece.

É fundamental o resgate pela preservação dos recursos naturais da necessidade de mudanças da mentalidade humana. Pois a mentalidade influi diretamente na percepção e no comportamento humano, na forma como as pessoas estão usando o meio ambiente em que vivem e no qual sobrevivem, reavaliando seus conceitos sua forma de organização social tendo como suporte a harmonização entre o homem, a sociedade e a natureza para que se possa adquirir um pensamento ambientalmente sustentável.

Precisamos evitar que o radicalismo ambiental domine o mundo por seus interesses de consumo desenfreado em busca do poder e do lucro, mas que este desenvolva meios tecnológicos que considere o meio em sua dimensão natural, cultural e política; identificando os problemas e que esses sejam admitidos em todas as esferas da sociedade.

Portanto, é complexa a questão e sente-se que qualquer medida a ser tomada, visando reduzir drasticamente o problema de educação ambiental poderá esbarrar em estruturas solidificadas,

dificultadoras do processo de transformação, isto é, burocracias e outras práticas educativas. Porém, não devemos permitir que o sentimento de impotência tome conta do cotidiano das pessoas e que este se torne comum, mas que essas atitudes se transformem em estímulos ao fortalecimento de sujeitos portadores de direitos e deveres na conquista de espaços pautados no senso-crítico de se refletir sobre as questões sociais de forma ética e transformadora em busca de mudanças ambientalmente sustentável.

## REFERÊNCIAS

JARA, Carlos Júlio. A sustentabilidade do desenvolvimento local. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)/ Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998.

LOUREIRO, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In. Identidades da educação ambiental brasileira/ Ministério de Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental: PhillippePomier, Laryargues (coord.). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: brasiliense editora, 2006.

MENDONÇA, Rita. O educador ambiental ensina por suas atitudes. Revista Escola. Edição 190. 03/2006.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: março, 2003.

PALMA, Ivone Rodrigues. Análise da concepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental, 2005.

SORRETINO, M. de Tibilise a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In. Jacob, P. et al.(orgs.). Educação meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2001.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In. RUSHEINSKY, A. (org. ) Educação ambiental: abordagens múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

VIGOTSKY, L. A Formação social da mente. São Paulo: Martis Fontes, 1991.

## A FUNÇÃO PEDAGÓGICA DO LEDOR / TRANSCRITOR PARA O ALUNO COM DEFICIÊNCIA VISUAL THE PEDAGOGICAL ROLE OF THE READER / TRANSCRIBER FOR VISUALLY IMPAIRED STUDENTS

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-24

Kelly Cristina soares Maia <sup>1</sup>  
Ronaldo de Araujo Maia <sup>2</sup>

### RESUMO

**INTRODUÇÃO:** Neste artigo estaremos abordando a função pedagógica do leitor / transcritor para o aluno com deficiência visual, inicialmente faremos uma retrospectiva histórica da deficiência visual, as primeiras iniciativas de inclusão social, econômica e educacional de pessoas com deficiência visual, em seguida veremos números que demonstram que as quantidades de pessoas atingidas demandam um esforço social neste processo de inclusão e finalmente abordaremos a função pedagógica do leitor / descritor na formação deste aluno com necessidades visuais especiais. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, trazendo cunho bibliográfico diante da deficiência visual e abordagens históricas diante da temática. **CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Considerando a relevância e poucos materiais acadêmicos publicados, a temática traz a luz de questões importantes do papel do pedagógico para que se possa melhorar e aperfeiçoar profissionais para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem do alunado, e esse aperfeiçoamento profissionais tragam melhorias na didática para o desenvolvimento intelectual do aluno com as questões de deficiência visual.

**PALAVRA-CHAVE:** Função Pedagógica. Trascritor. Deficiência Visual.

### ABSTRACT

**INTRODUCTION:** In this article we will look at the pedagogical role of the reader/transcriber for visually impaired students. Initially we will look at the history of visual impairment, the first initiatives for the social, economic and educational inclusion of visually impaired people, then we will look at figures that show that the numbers of people affected demand a social effort in this process of inclusion and finally we will look at the pedagogical role of the reader/transcriber in the training of these students with special visual needs. **METHODOLOGY:** This is a qualitative study, with a descriptive approach, bringing a bibliographic approach to visual impairment and historical approaches to the subject. **FINAL CONSIDERATIONS:** Considering the relevance and few published academic materials, the theme sheds light on important issues of the role of pedagogy so that professionals can be improved and perfected for the development of the student's teaching-learning process, and this professional improvement brings improvements in didactics for the intellectual development of the student with visual impairment issues.

**KEYWORDS:** Pedagogical Function. Transcriber. Visual Impairment.

<sup>1</sup> Especialista em Carnaval pelo Instituto do Carnaval. Especialização em Psicopedagogia Clínica-Institucional. Pela Escola Superior Aberta do Brasil, ESAB. Graduação em andamento em História pela Universidade Norte do Paraná, UNOPAR. Graduação em Pedagogia pela Universidade Estácio de Sá, UNESA. Graduação em Radialista pela ESCOLA DE RÁDIO DO RIO DE JANEIRO, ER/RJ. **E-MAIL:** Kellycristinasoares@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9006098941554413

<sup>2</sup> Especialização em Direito Processual Civil pela Faculdades Integradas de Vitória, FDV. Especialização em andamento em Gestão Escolar pela Escola Superior Aberta do Brasil, ESAB. Graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Vila Velha, METODISTA ES. Graduação em Licenciatura Plena em Matemática pela Faculdade de Filosofia de Cachoeiro de Itapemirim - ES, FAFI. **E-MAIL:** ramaiadrmaia@gmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/9982713022249514

## INTRODUÇÃO

A deficiência visual é caracterizada como o comprometimento total ou parcial da capacidade visual de um, ou ambos os olhos, que não pode ser corrigida ou melhorada com o uso de lentes ou de tratamento clínico ou cirúrgico. Pode ser causada de forma congênita, como alguma má formação ocular e algumas doenças oculares hereditárias, como glaucoma ou ainda de forma adquirida, como traumas oculares, a degeneração senil das córneas e até mesmo alterações relacionadas à hipertensão arterial ou ao diabetes que podem ser causas da deficiência visual.

A deficiência visual se divide em cegueira e a baixa visão, de acordo com a Classificação Estatística Internacional das Doenças e Problemas relacionados à Saúde (CID-10), considera-se baixa visão o valor da acuidade visual corrigido no olho de melhor visão sendo  $< 20$  e cegueira quando a acuidade visual está  $< 0,05$  ou o campo visual o é  $< 10$ . O Censo Demográfico de 2010 evidencia que 18,8% da população brasileira possuem deficiência visual e, desse total, 3,5% é acometida por deficiência visual grave.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva, trazendo cunho bibliográfico diante da deficiência visual e abordagens históricas diante da temática.

## CONTEXTUALIZANDO A HISTÓRIA DA DEFICIÊNCIA VISUAL

Segundo levantamento realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Brasil, das mais de 6,5 milhões de pessoas com alguma deficiência visual, 528.624 pessoas incapazes de enxergar e 6.056.654 pessoas possuem baixa visão ou visão subnormal. Há ainda outros 29 milhões de pessoas

declararam possuir alguma dificuldade permanente de enxergar, ainda que usando óculos ou lentes.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), as principais causas de cegueira no Brasil são: catarata, glaucoma, retinopatia diabética, cegueira infantil e degeneração macular.

A cegueira acompanha a história da humanidade, entretanto o reconhecimento da baixa visão (visão subnormal) com abordagem clínica e educacional no uso da visão residual começou a ser praticado somente no início do século XX.

Nas sociedades primitivas, os cegos eram inexistentes, e esta afirmação pode ser justificada por meio das práticas seletivas e segregacionistas exercidas tais como: o infanticídio, a morte prematura, o abandono das pessoas que adquiriram a cegueira ou ainda por causa da invisibilidade no meio público, devido ao isolamento forçado. Os povos hebreus consideravam as pessoas cegas indignas, porque acreditavam que a cegueira se originava dos pecados cometidos, evidenciando, assim, como uma forma de castigo.

Na Idade Média, a cegueira era vista como um castigo ou atribuída como vingança. Na época das Cruzadas, 300 soldados franceses tiveram seus olhos arrancados pelos muçulmanos. Para o atendimento a esses soldados, Luís XIII (1260) fundou em Paris o asilo de Quinze-Vingts, destinado exclusivamente à assistência às pessoas cegas. Com esse asilo, tem início o reconhecimento social da pessoa cega e a demonstração da necessidade de um programa institucional para reabilitá-la. Entretanto, a criação do asilo teve, na época, outro caráter, visando recolher e isolar os cegos mendigos que viviam nas ruas de Paris.

Com o Cristianismo, a pessoa cega passou a ser dignificada e vista como eleita de Deus, estabelecendo-se aí um dualismo para essas pessoas, que eram vistas ora com virtudes, ora como pecadoras. No século XVIII, essa visão supersticiosa foi substituída pela visão organicista advinda dos primeiros conhecimentos

anatomofisiológicos do cérebro, do olho e de suas respectivas estruturas.

Entre os séculos XVIII e XIX houve um avanço na educação das pessoas cegas e, em 1784, é criada, por Valentin Hauy, a escola residencial denominada Instituto Real dos Jovens Cegos de Paris. Nesse período, outros institutos foram criados na Europa e nos Estados Unidos, adotando o mesmo modelo. Em 1829, Louis Braille criou o Sistema Braille que é um código universal de leitura tátil e de escrita, usado por pessoas cegas. Com a combinação de seis pontos dispostos em duas fileiras é possível gerar 63 símbolos que formam as letras do alfabeto, os números, os símbolos matemáticos, químicos, físicos e as notas musicais.

No século XX, foram criadas as primeiras escolas para crianças com baixa visão, destacando-se a Escola de Míopes (Londres) e a Perkins Institute for the Blind (EUA). Em 1913, foi criada em Roxbury (EUA), a primeira escola inclusiva que defendia a inclusão de crianças com deficiência visual em classes de crianças com visão normal, prática que impera nos dias atuais.

A primeira iniciativa no Brasil para garantir à pessoa cega o direito à cidadania foi praticada pelo Imperador D. Pedro II com a criação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, hoje denominado Instituto Benjamin Constant. Outras iniciativas foram realizadas em outros Estados, como a fundação dos Institutos São Rafael (1926), em Belo Horizonte; Padre Chico (1927), em São Paulo; Santa Luzia (1935), em Porto Alegre; Instituto de cegos na Bahia (1936), entre outros. Em 1946 foi criada, em São Paulo, a Fundação para o Livro do Cego no Brasil, hoje denominada Fundação Dorina Nowill.

Apesar das primeiras clínicas para atendimento às pessoas com baixa visão serem datadas do início da década de 1970, a Escola Estadual Carlos Gomes (Campinas), na década de 1950, já realizava atendimentos educacionais distintos aos escolares cegos e com baixa visão. Em 1973, o médico otorrinolaringologista Gabriel Oliveira da Silva Porto

fundou o Centro de Reabilitação Gabriel Porto, hoje denominado Centro de Estudos e Pesquisas em Reabilitação Prof. Dr. Gabriel Porto (Cepre), que teve como primeira coordenadora Terezinha Von Zuben. Começou a funcionar realizando o atendimento às pessoas com deficiência visual e deficiência auditiva no prédio da Cruzada das Senhoras Católica, localizado no centro de Campinas.

Segundo dados do World Report on Disability 2010 e do Vision 2020, a cada 5 segundos, uma pessoa se torna cega no mundo. Além disso, do total de casos de cegueira, 90% ocorrem nos países emergentes e subdesenvolvidos. Porém, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que, se houvesse um número maior de ações efetivas de prevenção e/ou tratamento, 80% dos casos de cegueira poderiam ser evitados.

O glaucoma, retinopatia diabética, atrofia do nervo óptico, retinose pigmentar e degeneração macular relacionada à idade (DMRI) são as principais causas da cegueira na população adulta. Entre as crianças, as principais causas são glaucoma congênito, retinopatia da prematuridade, catarata congênita e toxoplasmose ocular congênita. Importante ressaltar que se houver a perda visual, o tratamento precoce, atendimento educacional adequado, programas e serviços especializados levam a uma vida independente e produtiva.

Portanto o diagnóstico precoce, o tratamento inicial e uma formação educacional adequada as realidades de cada indivíduo são fundamentais para a mitigação da baixa visão e para o preparo do cego para uma vida social, educacional e econômica ativas.

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), 17,3 milhões de pessoas com dois anos ou mais de idade (8,4% dessa população) tinham alguma das deficiências investigadas, e cerca de 8,5 milhões (24,8%) de idosos estavam nessa condição.

Ainda segundo a PNS 2019, 3,4% da população do país com 2 anos ou mais de idade declararam ter muita dificuldade ou não conseguem de modo algum

enxergar, o equivalente a 6,978 milhões de brasileiros com deficiência visual, que atingia a 2,7% dos homens e a 4,0% das mulheres. Cerca de 0,5% da população com 2 a 9 anos tinha deficiência visual, ante 9,2% entre os idosos.

Aproximadamente 4,2% das pessoas com 18 anos ou mais de idade tinham deficiência visual, sendo 8,1% entre as pessoas sem instrução ou com nível fundamental incompleto, 3,2% para aquelas com fundamental completo ou médio incompleto, 2,1% para aquelas com médio completo ou superior incompleto e 1,0% para o nível superior completo.

Na população com 2 anos ou mais de idade, 3,4% tinham deficiência visual, sendo que nos domicílios que tinham rendimento de até 1 salário mínimo tiveram percentuais variando de 3,9% a 4,4%. Dentre os domicílios com rendimento per capita de 5 salários mínimos ou mais, esse percentual foi de 1,2%. Segundo a PNS, 2,3% das pessoas ocupadas tinham deficiência visual. Já o percentual de pessoas com deficiência visual fora da força de trabalho foi de 6,6%.

Este quadro vem confirmar que quando a pessoas com deficiência visual, seja, de baixa visão ou cegueira, quando diagnosticada precocemente e com acesso a um tratamento adequado as suas necessidades individuais, conseguem uma melhor inserção na vida social, acadêmica e econômica.

Além das instituições de ensino e formação profissional especializadas em pessoas com deficiência visual, existem nas redes e privadas e privadas de educação o atendimento aos alunos com deficiência visual por meio de um corpo técnico de Professores com especialização no atendimento a esses alunos de forma a potencializar o processo de ensino e de aprendizagem por meio de práticas pedagógicas e estratégias de atendimento conforme as necessidades e características individuais de cada aluno.

O atendimento especializado para estudantes com deficiência visual severa, profunda e a cegueira ocorre basicamente por meio de recursos adaptados, os

quais possibilitam e potencializam os diferentes meios de acesso ao conhecimento. Nesses casos o Ledor / Transcritor age não só como uma ponte entre o aluno deficiente visual e o material de estudo, pois, além de apenas ler e transcrever, eles desenvolvem um papel pedagógico importante, ajudando a decifrar informações e apresentá-las de uma forma que o aluno possa entender.

Não se trata, portanto, apenas em ler e transcrever o material, mas garantir de que a informação esta sendo transmitida da maneira correta e de forma mais completa possível, personalizando a experiência de aprendizado de acordo com as necessidades individuais do aluno.

Ao ler ou transcrever um material de ensino, o Professor Ledor / Transcritor precisara, alem da leitura e / ou transcrição dos textos e desenhos, se utilizar de vários recursos pedagógicos de forma a garantir que o que esta sendo trabalhado possa ser entendido da melhor maneira possível para o aluno dentro das suas necessidades individuais.

O Professor Ledor/Transcritor precisa utilizar métodos e abordagens pedagógicas que garantam o melhor entendimento por parte do aluno do texto lido, para isso podem ser utilizados recursos como sons, texturas, entre outros de forma a traduzir da melhor forma possível a experiência do aprendizado sempre de acordo com as especificidades e respeitando a individualidade de cada aluno atendido.

Os ledores e transcritores são profissionais que atuam na promoção da acessibilidade da comunicação e da informação, com vistas a inclusão de pessoas com deficiência visual. Um trabalho que exige além de qualificação e de formação especifica, um cuidado em garantir o processo de ensino e de aprendizado por meio de recursos pedagógicos disponíveis como uso de gravador, máquina de escrever Braille, de computadores com programas sintetizadores de voz, texturas, temperaturas, sons e atividades colaborativos em dupla

em sala de aula regular, que possibilitem ao aluno cego ter, em seu colega de turma, um escriba e leitor.

O papel do professor no ensino dos cegos precisa ser integrado com as relações familiares, o que permite vivenciar um pouco da experiência familiar e social do aluno atendido. E assim acompanhar o desempenho e aprendizado, e fazer possíveis intervenções em conjunto. O professor é peça importante da inclusão de pessoas deficientes na educação, isto, claro, com ajuda indispensável da família, da sociedade e de estrutura e recursos adequados aos alunos com deficiência visual do governo e da sociedade como um todo.

A lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, é um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover, em igualdade de condições com as demais pessoas, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania.

A maior parte desses dispositivos são autoaplicáveis, ou seja, contêm todos os quesitos necessários para sua efetivação. Outros, contudo, precisam de regulamentação complementando a norma disposta.

O Dia Nacional do Cego é comemorado no país desde 1961. Criada por decreto pelo então presidente da República, Jânio Quadros, a data tem como objetivo incentivar a solidariedade. Para garantir o direito à educação dessas pessoas — 3,6% da população brasileira, segundo dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PSA) —, o Ministério da Educação trabalha em uma série de programas e ações.

Um dos maiores desafios enfrentados pelos deficientes visuais são, entre outros, a acessibilidade, formação e comunicação. Nesse contexto, em 2007, o Ministério da Educação e Cultura instituiu o Programa Escola Acessível, que integra uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), bem como do Plano de Ações Articuladas (PAR).

Entre outros objetivos está o de promover condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e à comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. A proposta é tornar as escolas preparadas para receber todos os alunos. Para isso, o programa promove a acessibilidade ao ambiente escolar por meio de salas com recursos multifuncionais e adequação do espaço físico para atender estudantes com deficiência. Mais de 48 mil escolas foram beneficiadas com recursos do programa.

Outra iniciativa é a instalação de salas de recursos multifuncionais em as escolas de educação básica. São oferecidos equipamentos, mobiliários, materiais pedagógicos, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a plena participação dessas pessoas na sociedade.

A política do MEC inclui, para as escolas contempladas com as salas de recursos multifuncionais, a oferta de cursos de formação continuada para professores que atuam no atendimento especializado. Prevê ainda apoio financeiro para a garantia da acessibilidade arquitetônica a prédios escolares e aquisição de tecnologias.

O Dia Nacional da Pessoa com Visão Monocular será celebrado anualmente em 5 de maio. A Lei 14.622, de 2023, que instituiu a medida, foi publicada no Diário Oficial da União de segunda-feira, dia 17 do mesmo mês. A norma teve origem no Projeto de Lei projeto de lei 940/2021, aprovado em decisão final pela Comissão de Educação do Senado.

O dia 5 de maio foi escolhido por ter ocorrido nessa data, em 2009, a publicação da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que garantiu às pessoas com visão monocular o direito de concorrer, em concurso público, às vagas reservadas a pessoas com deficiência. A Organização Mundial de Saúde (OMS) classifica a visão monocular como deficiência visual em razão da perda da visão binocular (em ambos os olhos).

Apesar de todos os esforços muito ainda precisa ser feito de forma a proporcionar a inclusão de pessoas com necessidades especiais de forma a proporcionar uma vida plena de oportunidades e realizações sejam no âmbito social, familiar e econômico e trazer este debate joga luz para esse tema tão importante e de repercussão geral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a relevância e poucos materiais acadêmicos publicados, a temática traz a luz de questões importantes do papel do pedagógico para que se possa melhorar e aperfeiçoar profissionais para o desenvolvimento do processo ensino aprendizagem do alunado, e esse aperfeiçoamento profissionais tragam melhorias na didática para o desenvolvimento intelectual do aluno com as questões de deficiência visual.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 04 de abril de 2013, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que **estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm#:~:text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%AAs](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm#:~:text=Alterar%20a%20Lei%20n%C2%BA%209.394,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20dar%20outras%20provid%C3%AAs). Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm). Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015, **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em 01 nov. 2020.

BRASIL. PROJETO DE LEI N.º 3.513, DE 2019, **Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional do Ledor e do Transcritor, e dá outras providências**. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mosstrarintegra;jsessionid=917A2B72B38945A7A93BFB3CF0683013.proposicoesWebExterno?co\\_dteor=1774898&filename=Avulso+PL+3513/2019#:~:text=O%20CONGRESSO%20NACIONAL%20decreta%3A,ambiente%20escolar%20e%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o.&text=%C2%A7%202%C2%BA%20Apl ica%2Dse%20a%20esta%20lei%20o%20disposto%20no%20art..](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mosstrarintegra;jsessionid=917A2B72B38945A7A93BFB3CF0683013.proposicoesWebExterno?co_dteor=1774898&filename=Avulso+PL+3513/2019#:~:text=O%20CONGRESSO%20NACIONAL%20decreta%3A,ambiente%20escolar%20e%20de%20avalia%C3%A7%C3%A3o.&text=%C2%A7%202%C2%BA%20Apl ica%2Dse%20a%20esta%20lei%20o%20disposto%20no%20art..) Acesso em 20 nov. 2020.

ALVES, J.F. **A audiodescrição no contexto escolar: a imagem sendo revelada pela palavra**. In: Maria da Conceição Bezerra Varella; Luzia Guacira dos SANTOS, Silva; Cláudia Rosana Kranz; Jefferson Fernandes Alves. (Org.). Educação Inclusiva e formação continuada de professores: diálogos entre teoria e prática. 1 ed. Natal/RN: EDUFRRN, 2012, v 2, p. 87 – 103.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT. NBR 16537: **Acessibilidade — Sinalização tátil no piso — Diretrizes para elaboração de projetos e instalação**. Versão corrigida 27.10.2016. ISBN 978-85-07- 06306-3. Disponível em: [http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield\\_generico\\_i magens-filefield-description%5D\\_176.pdf](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/arquivos/%5Bfield_generico_i magens-filefield-description%5D_176.pdf) > Último acesso em: 03 de Outubro de 2017.

BRASIL. Ministério da educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEEP. 2007.

CONDE, A. J. M. **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. IBC – Instituto Benjamin Constant. Disponível em: <http://ibcserver0c.ibc.gov.br/?itemid=94#more>> Último acesso em: 09 de Maio de 2017.

**CONTRIBUIÇÕES DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO:  
DESAFIOS, ENTRAVES E PERSPECTIVAS**  
**CONTRIBUTIONS OF PLANNING, MANAGEMENT AND EVALUATION OF EDUCATION:  
CHALLENGES, BARRIERS AND PROSPECTS**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-25

**José Armando Soares dos Santos**<sup>1</sup>

**RESUMO**

Neste trabalho, o ensejo foi estudar as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação. Foram considerados os desafios e entraves que lhes eram comuns naquele momento, bem como as perspectivas que lhes eram inerentes, visando contribuir para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade no futuro. O principal OBJETIVO aqui foi analisar as atividades de planejamento, gestão e avaliação da educação, visando compreender o impacto de cada uma delas na construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Sendo assim, foi preciso investigar os processos de planejamento educacional, identificando as estratégias e abordagens adotadas para aprimorar a qualidade da educação. Ao agir assim, foi viável se verificar como o planejamento educacional contribui para uma mentalidade educacional de qualidade. Por isto buscou também avaliar a eficácia da gestão educacional, examinando os processos de avaliação da educação. Isto foi possível se realizar mediante uma revisão integrativa de natureza qualitativa. METODOLOGIA, a pesquisa sobre as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação será realizada por meio de uma revisão integrativa qualitativa. Este tipo de revisão é uma abordagem metodológica que permite reunir e analisar de forma sistemática pesquisa já publicada, sobre um determinado tema, a fim de obter uma visão abrangente e aprofundada dos desafios, entraves e perspectivas comuns relacionados ao objeto de estudo (LAVILLE; DIONNE, 2008). CONSIDERAÇÕES FINAIS o planejamento, a gestão e a avaliação da educação são fundamentais para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Essas atividades garantem que as estratégias sejam eficazes, os recursos sejam utilizados de maneira adequada e os resultados sejam monitorados e analisados. Ao trabalharem em conjunto, esses processos contribuem para a promoção de uma educação de qualidade, que atenda às necessidades dos alunos e prepare-os para um futuro promissor.

**PALAVRAS-CHAVE:** Planejamento, Gestão e Avaliação, Qualidade do Ensino, Brasil.

**ABSTRACT**

In this work, the opportunity was to study the contributions of planning, management and evaluation of education. The challenges and obstacles that were common to them at that time were considered, as well as the perspectives that were inherent to them, aiming to contribute to the construction of a quality educational mentality in the future. The main OBJECTIVE here was to analyze the activities of planning, management and evaluation of education, aiming to understand the impact of each one of them in the construction of a quality educational mentality. Therefore, it was necessary to investigate the processes of educational planning, identifying the strategies and approaches adopted to improve the quality of education. By doing so, it was possible to verify how educational planning contributes to a quality educational mindset. For this reason, it also sought to evaluate the effectiveness of educational management, examining the educational evaluation processes. This was possible through an integrative review of a qualitative nature. METHODOLOGY, the research on the contributions of planning, management and evaluation of education will be carried out through a qualitative integrative review. This type of review is a methodological approach that systematically gathers and analyzes already published research on a given topic, in order to obtain a comprehensive and in-depth view of the challenges, barriers and common perspectives related to the object of study (LAVILLE; DIONNE, 2008). FINAL CONSIDERATIONS The planning, management and evaluation of education are fundamental for building a quality educational mindset. These activities ensure that strategies are effective, resources are used appropriately, and results are monitored and analyzed. When working together, these processes contribute to the promotion of quality education that meets the needs of students and prepares them for a promising future.

**KEYWORDS:** Planning, Management and Evaluation, Teaching Quality, Brazil.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação pela ACU - Absolute Christian University; Mestre em Políticas e Administração de Educadores - UAB; Especialização em Gestão Escolar - UFMA; Especialização em História do Brasil, - IESF; Graduação: Licenciatura em História, - UEMA e Bacharel em Administração, - ANHANGUERA e Professor de Ensino Fundamental na Rede de Ensino do Município de Aldeias Altas MA. **E-MAIL:** jarmandosantos@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/1248401731906749

## INTRODUÇÃO

Neste artigo, o tema a se investigar será as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação. Para tanto, deverão ser considerados os desafios e entraves que lhes são comuns no momento, além das perspectivas que lhes são inerentes, contribuindo para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade adiante.

Espera-se que os resultados que serão obtidos neste estudo sejam úteis para se identificar as práticas de planejamento, gestão e avaliação adotadas no ambiente escolar, avaliando seus impactos na qualidade do ensino. Serão discutidos aspectos como a efetividade do planejamento pedagógico, o papel dos gestores escolares na tomada de decisões e a utilização dos resultados das avaliações para o aprimoramento da educação. Com base nas análises realizadas, espera-se, portanto, fornecer subsídios para a melhoria do planejamento, gestão e avaliação da educação (AGUIAR; DOURADO, 2018; CARVALHO; OLIVEIRA; LIMA, 2018). Nestas condições, os resultados e discussões deste estudo poderão contribuir para a formulação de políticas educacionais mais eficazes e direcionadas às necessidades da comunidade escolar, visando à promoção de uma educação de qualidade e o desenvolvimento educacional.

Perante tudo isso, busca-se resolver o seguinte problema de pesquisa: Até que ponto as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação são imprescindíveis para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade? Em um primeiro momento, cogita-se que o planejamento educacional adequado é crucial para melhorar a qualidade da educação do município de Aldeias Altas no Maranhão. Se as escolas implementarem um planejamento estratégico abrangente, estabelecendo metas educacionais claras, distribuindo recursos de forma eficiente e estabelecendo um cronograma realista, é provável que a mentalidade educacional melhore significativamente (GAMA;

SANTOS, 2020). Ao lado disto, especula-se, também, que a gestão eficaz das escolas é um fator-chave para o aprimoramento da qualidade da educação. Uma gestão competente envolve a seleção adequada de professores qualificados, a supervisão contínua de suas atividades, a implementação de práticas de ensino eficazes, a criação de um ambiente de aprendizado positivo e a promoção da participação ativa dos pais e da comunidade (GESSER *et al*, 2021; GRIBOSKI; PEIXOTO; HORA, 2018). Quando a gestão escolar é eficiente, é mais provável que ocorra uma melhoria na mentalidade educacional.

Sendo assim, o principal objetivo aqui será analisar as atividades de planejamento, gestão e avaliação da educação, visando compreender como cada uma delas tende a contribuir para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Por sua vez, o primeiro objetivo específico se destina a investigar os processos de planejamento educacional, a fim de identificar as estratégias utilizadas para melhorar a qualidade da educação. O segundo tem como meta avaliar a eficácia da gestão educacional, sobretudo tomando consciência das repercussões sobre as práticas de liderança, organização e tomada de decisão. O terceiro busca examinar os processos de avaliação da educação, com o objetivo de compreender como eles contribuem para a melhoria da qualidade educacional.

A realização do estudo sobre as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação é justificada por diversos pontos que evidenciam sua relevância e necessidade para o aprimoramento da qualidade educacional na região (SANTOS FILHO; SOUZA, 2019). Nesta perspectiva, deve-se, também, considerar os desafios, entraves e perspectivas enfrentados pelos gestores das escolas municipais quando se trata das atividades de planejamento, gestão e avaliação educacional. Cada contexto apresenta suas particularidades e demandas específicas, e é necessário compreender as dificuldades enfrentadas pelos gestores para fornecer suporte adequado e buscar soluções efetivas. Conhecer as perspectivas dos gestores permite

alinhar as políticas educacionais às necessidades locais, promovendo uma gestão mais eficaz e uma melhor qualidade educacional.

Em relação à explanação do conteúdo, este artigo irá se subdividir em três partes distintas, logo após esta Introdução, precedendo a resolução do problema de pesquisa nas Considerações Finais. Sendo assim, mais adiante disponibilizar-se-á a fundamentação teórica do estudo. Na seção seguinte se oferecerá, por sua vez, os procedimentos metodológicos do estudo, sendo sucedida logo adiante pela apresentação e a análise de resultados. Tal postura destina-se a contribuir para a resolução adequada da problemática investigada.

Em suma, são estas as mais importantes ideias que deverão ser consideradas mais adiante. Ciente de suas prováveis limitações espera-se, todavia, que este estudo seja pelo útil no entendimento da problemática que lhe sintetiza, contribuindo para melhor entendimento dos desafios, entraves e perspectivas comuns ao planejamento, à gestão e à avaliação da educação.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A qualidade educacional é um objetivo fundamental para garantir o pleno desenvolvimento dos estudantes e prepará-los para os desafios do mundo contemporâneo. Nesse sentido, o planejamento estratégico e uma gestão eficiente desempenham um papel crucial na promoção de uma educação de excelência.

O planejamento estratégico é um processo que permite às instituições educacionais estabelecer metas claras e definir as estratégias necessárias para alcançá-las. Por meio desse planejamento, as escolas podem identificar suas necessidades, recursos disponíveis e desafios a serem superados. Ao analisar esses aspectos de forma sistemática, é possível direcionar os esforços para as áreas prioritárias e aperfeiçoar a utilização dos recursos disponíveis. Dessa forma, o planejamento

estratégico contribui para uma gestão eficiente, orientada para o alcance dos objetivos educacionais.

Uma gestão eficiente, por sua vez, envolve a organização e a coordenação dos diversos elementos que compõem o ambiente educacional. Isso inclui a alocação adequada de recursos humanos e materiais, a implementação de práticas pedagógicas inovadoras, a promoção de um clima escolar favorável e a adoção de processos de avaliação efetivos. Uma gestão eficiente se baseia em uma liderança comprometida, que inspire e motive toda a equipe escolar, e que tenha uma visão clara dos objetivos educacionais a serem alcançados.

A avaliação educacional desempenha um papel fundamental na busca pela qualidade da educação. Ela permite monitorar e avaliar o progresso dos estudantes, identificar áreas de melhoria e tomar decisões fundamentadas para promover o desenvolvimento dos alunos. No contexto de uma avaliação educacional inclusiva e cidadã, é necessário ir além da mensuração do desempenho acadêmico. É preciso considerar aspectos como as habilidades socioemocionais, a formação cidadã, a inclusão e a diversidade.

Uma avaliação educacional inclusiva reconhece e valoriza as diferentes formas de aprendizagem e expressão dos estudantes. Ela busca proporcionar oportunidades equitativas para que todos os alunos possam demonstrar suas habilidades e conhecimentos. Além disso, a avaliação inclusiva considera a diversidade cultural, linguística e cognitiva dos estudantes, garantindo que eles se sintam representados e incluídos no processo avaliativo.

Uma avaliação educacional cidadã vai além dos resultados individuais e busca promover uma reflexão crítica sobre o papel da educação na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Ela engloba a avaliação das competências e atitudes relacionadas à participação cívica, aos valores éticos, à responsabilidade social e à consciência ambiental. Através dessa avaliação, os estudantes são incentivados a se engajarem ativamente na sociedade, a se tornarem agentes de

mudança e a contribuírem para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável.

Ao lado disso, é essencial que a avaliação educacional esteja alinhada com princípios inclusivos e cidadãos, reconhecendo a diversidade e promovendo o desenvolvimento integral dos estudantes. Somente dessa forma poderemos alcançar uma educação de qualidade que prepare os jovens para os desafios do mundo atual e contribua para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em suma, o planejamento estratégico e a gestão eficiente são fundamentais para promover a qualidade educacional. Eles fornecem uma base sólida para o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes, a alocação adequada de recursos e a promoção de um ambiente escolar favorável.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa sobre as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação será realizada por meio de uma revisão integrativa qualitativa. Este tipo de revisão é uma abordagem metodológica que permite reunir e analisar de forma sistemática pesquisa já publicada, sobre um determinado tema, a fim de obter uma visão abrangente e aprofundada dos desafios, entraves e perspectivas comuns relacionados ao objeto de estudo (LAVILLE; DIONNE, 2008).

No caso desta pesquisa, a revisão integrativa qualitativa será utilizada para compreender melhor as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação na construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Por meio dessa revisão, será possível identificar os principais achados e as tendências existentes na literatura científica, bem como explorar lacunas de conhecimento e propor recomendações para aprimorar essas práticas (PRODANOV; FREITAS, 2013; RICHARDSON, 2018). Para selecionar os artigos que serão utilizados na pesquisa, será realizado um levantamento no portal de periódicos da Capes, que é uma plataforma

que oferece acesso a diversas revistas científicas de diferentes áreas do conhecimento. Os artigos serão selecionados com base em descritores pré-definidos, que neste caso são: "Planejamento, Gestão e Avaliação da Educação", "Qualidade do Ensino" e "Brasil". Esses descritores são palavras-chave que ajudarão a filtrar os artigos relevantes para o tema em questão.

Para delimitar o escopo da pesquisa, serão considerados apenas os artigos publicados em língua portuguesa a partir do ano de 2010. Esta restrição tem como objetivo utilizar pesquisas recentes que reflitam as abordagens e as práticas atuais relacionadas ao planejamento, gestão e avaliação da educação no contexto brasileiro. Aliás, a revisão integrativa qualitativa é pertinente para o estudo em pauta, pois permite a análise sistemática e a síntese de pesquisas já existentes sobre o tema, contribuindo para a compreensão aprofundada das contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação na melhoria da qualidade educacional.

Esta abordagem metodológica permite a identificação de diferentes perspectivas e abordagens, bem como a análise crítica dos resultados e a elaboração de recomendações para fortalecer essas práticas no contexto específico das escolas (VERGARA, 2018).

## APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Uma mentalidade educacional de qualidade é fundamentada na equidade, inclusão, participação, engajamento, formação cidadã e valores éticos. Esses elementos desempenham papéis essenciais na construção de um ambiente educacional que promove o desenvolvimento integral dos estudantes e prepara cidadãos conscientes, responsáveis e éticos.

A equidade e a inclusão são pilares que garantem que todos os estudantes tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, independentemente de suas origens socioeconômicas,

raça, gênero ou habilidades. Ao considerar as necessidades específicas dos alunos no planejamento educacional, as escolas podem adaptar materiais didáticos, oferecer apoio individualizado e adotar estratégias diferenciadas de ensino. Isso cria um ambiente educacional mais justo e efetivo, onde todos os alunos têm a oportunidade de alcançar seu pleno potencial.

A participação e o engajamento dos diversos atores envolvidos nas atividades educacionais são fundamentais para a melhoria da qualidade da educação. Quando estudantes, pais, professores, gestores escolares e a comunidade em geral são ativamente envolvidos no processo educacional, isso traz benefícios significativos. No planejamento educacional, a participação de todos os atores ajuda a garantir que as metas, estratégias e políticas adotadas sejam adequadas e atendam às necessidades reais da comunidade escolar. Além disso, a participação dos alunos na gestão escolar fortalece seu sentimento de pertencimento e responsabilidade pelo próprio aprendizado. Já a participação dos pais e da comunidade promove uma parceria entre escola e família, que impacta positivamente no acompanhamento do desempenho dos estudantes.

A formação cidadã e a promoção de valores éticos são essenciais para uma mentalidade educacional de qualidade. Ao incorporar a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e éticos como objetivos centrais, as escolas preparam os estudantes não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para se tornarem agentes de transformação social. A formação cidadã orienta a seleção e organização dos conteúdos curriculares, incluindo temas relevantes como direitos humanos, sustentabilidade, diversidade cultural e justiça social. Isso amplia a visão de mundo dos alunos, desenvolve sua consciência crítica e capacita-os a se envolverem ativamente na construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Além disso, a promoção de valores éticos na gestão escolar e na avaliação educacional contribui para um ambiente escolar inclusivo e respeitoso. A tolerância, o respeito à diversidade, a resolução pacífica de conflitos e a participação cidadã são valores que fortalecem a convivência harmoniosa e criam uma cultura escolar positiva. A avaliação educacional também se beneficia da formação cidadã e da promoção de valores éticos, ao considerar não apenas o conhecimento e as habilidades acadêmicas, mas também as atitudes e comportamentos dos estudantes em relação aos valores éticos e à cidadania.

Em resumo, a equidade, a inclusão, a participação, o engajamento, a formação cidadã e os valores éticos são elementos fundamentais para uma mentalidade educacional de qualidade. Ao adotar uma abordagem que valoriza esses princípios, as escolas estarão comprometidas em promover o sucesso educacional, o desenvolvimento integral dos estudantes e a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e ética.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No referido artigo, o ensejo foi estudar as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação. Foram considerados os desafios e entraves que lhes eram comuns naquele momento, bem como as perspectivas que lhes eram inerentes, visando contribuir para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade no futuro.

Por consequência, o principal objetivo aqui foi analisar as atividades de planejamento, gestão e avaliação da educação, visando compreender o impacto de cada uma delas na construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Sendo assim, foi preciso investigar os processos de planejamento educacional, identificando as estratégias e abordagens adotadas para aprimorar a qualidade da educação. Ao agir assim, foi viável se verificar como o planejamento educacional

contribui para uma mentalidade educacional de qualidade. Por isto buscou-se também avaliar a eficácia da gestão educacional, examinando os processos de avaliação da educação.

Perante tudo isso, indaga-se mais uma vez; Até que ponto as contribuições do planejamento, gestão e avaliação da educação são imprescindíveis para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade?

De modo geral, o planejamento, a gestão e a avaliação da educação desempenham um papel crucial na construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Essas atividades são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias eficazes, garantindo que os recursos sejam utilizados de maneira adequada, as metas sejam estabelecidas e os resultados sejam monitorados e analisados. Aliás, o planejamento educacional é o ponto de partida para a melhoria da qualidade da educação. Ao planejar, as escolas estabelecem objetivos claros e definem as ações necessárias para alcançá-los. Por exemplo, um objetivo pode ser melhorar os resultados de aprendizagem dos estudantes em uma determinada disciplina. Com base nesse objetivo, os professores podem criar planos de ensino e planos de aula que abordem as necessidades dos alunos, utilizando métodos de ensino adequados e recursos educacionais relevantes. Uma conquista complicada, embora essencial ao constituir com uma mentalidade educacional de qualidade.

Além disso, o planejamento também envolve a definição de metas e objetivos educacionais de longo prazo. Por exemplo, uma escola pode estabelecer a meta de aumentar a taxa de conclusão do ensino fundamental em determinado período. Com essa meta em mente, a escola pode desenvolver estratégias para reduzir a evasão escolar, oferecer suporte acadêmico e socioemocional aos estudantes e promover uma cultura de valorização da educação. Inclusive a gestão educacional desempenha um papel fundamental na implementação efetiva das estratégias planejadas. Isso

envolve a liderança escolar, a organização dos recursos e o estabelecimento de um ambiente propício à aprendizagem. Por exemplo, um gestor educacional eficaz pode mobilizar a equipe docente, incentivar a colaboração entre os professores e promover a capacitação contínua. Além disso, a gestão adequada dos recursos financeiros e materiais são essenciais para garantir que as necessidades dos alunos sejam atendidas de forma adequada.

A avaliação da educação é o processo que permite verificar se as estratégias planejadas estão alcançando os resultados desejados. Ela fornece informações importantes sobre o progresso dos alunos, identifica áreas que precisam de melhorias e orienta a tomada de decisão. Por exemplo, uma escola pode realizar avaliações periódicas para verificar o desempenho dos estudantes em relação aos objetivos estabelecidos. Com base nos resultados, os professores podem fazer ajustes em suas práticas pedagógicas e implementarem intervenções específicas para ajudar os alunos que estão enfrentando dificuldades. Sendo assim, a avaliação também permite a prestação de contas para os diferentes atores envolvidos na educação, como os pais, a comunidade e as autoridades educacionais. Ela é essencial para garantir a transparência e a qualidade do sistema educacional como um todo.

Nessa perspectiva, o planejamento, a gestão e a avaliação da educação são fundamentais para a construção de uma mentalidade educacional de qualidade. Essas atividades garantem que as estratégias sejam eficazes, os recursos sejam utilizados de maneira adequada e os resultados sejam monitorados e analisados. Ao trabalharem em conjunto, esses processos contribuem para a promoção de uma educação de qualidade, que atenda às necessidades dos alunos e prepara-os para um futuro promissor.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S.; DOURADO, L. F. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: **ANPAE**, 2018. Disponível em: <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCC-VERSAO-FINAL.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

CARVALHO, H. A.; OLIVEIRA, O. S.; LIMA, I. A. Avaliação Institucional em uma universidade pública brasileira multi campus: processos e desafios na qualificação da gestão. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 23, n. 1, p. 217-243, 2018. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000100217&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1414-40772018000100217&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 28 maio 2023.

FALQUETO, J. M. Z. *et al.* Avaliação da implantação do planejamento estratégico em uma universidade pública: barreiras, facilitadores e eficácia. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 24, p. 357-378, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/MLtmTYfDqP55773XgcqCZMq/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 maio 2023.

FÁTIMA, M. R. *et al.* Atuação do serviço social no processo de gestão e avaliação de políticas e programas sociais. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 561-578, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3211/321158844026/321158844026.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

FURTADO, J. P. *et al.* Planejamento e Avaliação em Saúde: entre antagonismo e colaboração. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00087917, 2018. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csp/2018.v34n7/e00087917/>. Acesso em: 28 maio 2023.

GAMA, M. E. R.; SANTOS, J. T. de los. Gestão na educação superior e as avaliações de suas práticas. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, p. 458-476, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/FcwGqFQjDWWvFsqfybyVLQy/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 28 maio 2023.

GESSER, G. A. *et al.* Governança universitária: um panorama dos estudos científicos desenvolvidos sobre a governança em instituições de educação superior brasileiras. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, p. 5-23, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/dHSCFkhscTBnXtYzv59KBgD/>. Acesso em: 28 maio 2023.

GRIBOSKI, C. M.; PEIXOTO, M. do C. de L.; HORA, P. M. da. Avaliação externa, autoavaliação e o PDI. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 23, p. 178-197, 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/aval/a/NctWXzfbGWJ5YCTnk846xS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2023.

GUERRA, M. das G. G. V.; SOUZA, S. R. A de. Avaliação da educação superior no Brasil. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 9, n. 18, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4718/471864018016/471864018016.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

HECK, M. F. Sistema nacional de avaliação da educação básica (SAEB): compreendendo a realidade educacional. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 4, n. 11, 2018. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1601>. Acesso em: 28 maio 2023.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas**. Cortez Editora, 2022.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de Metodologia Científica**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2017.

PEREIRA, W. F. Promoção da gestão democrática no planejamento e na avaliação educacional. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 56, p. 157-168, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovaacao/article/view/3617>. Acesso em: 28 maio 2023.

PEREIRA, M. M. de A.; SILVA, L. G. de O. Sistema de avaliação da educação básica: uma análise estatística para o estado de Pernambuco. **Revista Acervo Educacional**, v. 5, p. e12403-e12403, 2023. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/educacional/article/view/12403>. Acesso em: 28 maio 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. 3. ed. Atlas: São Paulo, 2018.

ROLIM, P. Y. F.; RAMOS, A. S. M. Análise da gestão dos Programas de Pós-Graduação baseada no resultado da avaliação CAPES por meio da matriz importância-desempenho. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 25, p. 525-545, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/wN88KZ4XXqBryHnPYN VmT9z/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 maio 2023.

SANTOS FILHO, S. B.; SOUZA, K. V. de. Metodologia para articular processos de formação-intervenção-avaliação na educação profissional em enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 79-88, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/79-88/pt/>. Acesso em: 28 maio 2023.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2018.

VITELLI, R. F.; FRITSCH, R.; CORSETTI, B. Indicadores educacionais na avaliação da educação básica e possíveis impactos em escolas de Ensino Médio no município de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, 2018. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/v23/1809-449X-rbedu-23-e230065.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

## O SILÊNCIO DE DEUS É DESAFIADOR GOD'S SILENCE IS CHALLENGING

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-26

Salatiel Elias de Oliveira <sup>1</sup>

### RESUMO

Com a finalidade de explorar a profunda interconexão entre vários elementos-chave da jornada humana, incluindo o desenvolvimento da fé e confiança, a introspecção e autoconhecimento, a prática do desapego e aceitação, o processo de aprendizado através da paciência, bem como o crescimento tanto espiritual quanto humano surge o assunto que resultou no título em foco: O Silêncio. Além disso, ele aborda a influência das experiências com o sobrenatural e como o silêncio, por vezes, contém ensinamentos valiosos. Um desafio está posto. “O Silêncio de Deus é desafiador?” O texto ressalta a magnitude de uma pesquisa interna para a produção de uma nuvem de palavras, indo além da pesquisa bibliográfica, e como isso contribui para criar uma visão abrangente. A afirmação central de que “O silêncio de Deus é desafiador” sugere que nos momentos em que parece que Deus está silente ou distante, há um propósito mais profundo a ser compreendido. Esse silêncio nos instiga à reflexão, nos encoraja a buscar respostas dentro de nós mesmos e a aprofundar nossa compreensão da vida e da espiritualidade. Ele nos desafia a desenvolver nossa fé, paciência e autoconhecimento, transformando a ausência aparente de respostas em uma valiosa oportunidade de crescimento e aprendizado. Portanto, o silêncio de Deus é considerado um meio sutil de educação/aprendizagem ativa que nos guiará na jornada do crescimento espiritual e humano, proporcionando uma compreensão mais rica do divino e da vida em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** Silêncio; Desafios; Confiança; Reflexão; Sobrenatural.

### ABSTRACT

With the purpose of exploring the deep interconnection between several key elements of the human journey, including the development of 196ncon and trust, introspection and self-knowledge, the practice of letting go and acceptance, the 196ncontra196f learning through patience, as well as growth both spiritual as well as human, the subject that resulted in the title in focus: O Silêncio. In addition, he 196ncontra the influence of experiences with the supernatural and how silence sometimes contains valuable teachings. A challenge is set. “Is the Silence of God challenging?” The text emphasizes the magnitude of na internal research for the production of a cloud of words, going beyond the bibliographical research, and how this contributes to create a comprehensive vision. The central statement that “God’s silence is defiant” suggests that in times when it seems that God is 196ncontr or distant, there is a deeper purpose to be understood. This silence instigates us to reflection, encourages us to seek answers within ourselves and to deepen our understanding of life and spirituality. He challenges us to develop our 196ncon, patience and self-knowledge, transforming the apparent absence of answers into a valuable opportunity for growth and learning. Therefore, the silence of God is considered a subtle means of active education/learning that will guide 196ncon the journey of spiritual and human growth, providing a richer understanding of the divine and life in general.

**KEYWORDS:** Silence; Challenges; Trust; Reflection e Supernatural.

<sup>1</sup> Pós-Doutorando em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University (2023), Doutor em Ciências da Educação pela ACU – Absolute Christian University (2019), Comendador: AMIGO DA EDUCAÇÃO. Guaçuai-ES (2018); Doutor Honoris Causa: TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS. Vila Jacuí-SP (2022); Doutor Honoris Causa: EDUCAÇÃO. Santa Cruz do Sul-RS (2022); Doutor Honoris Causa: MINISTÉRIO PASTORAL. Itapipoca-CE (2023); Doutor Honoris Causa em CIÊNCIAS DA SAÚDE. Serra Talhada-PE (2023). Mestre em Psicanálise pela Associação Brasileira de Psicanálise Clínica (2007), Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ (2005/2006), Pedagogia, Habilitado em Orientação Educacional (FAFILE-MG 1995), Pós-Graduado em Psicopedagogia Institucional e Clínica UNIRIO-RJ (2001), Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica e Práticas Educacionais UNIG (2010), Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica com ênfase em Gestão Educacional FIB-Cariacica-ES (2014), Pós-Graduação em Metodologia do Ensino Religioso FIB-Cariacica-ES (2015), Pós-Graduação em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional – FIB – Cariacica-ES (25/11/2017), Pós-Graduação em Educação Especial e Inclusiva – Faculdade de Educação Regional Serrana – FUNPAC – Conceição do Castelo-ES. 09/10/2019, DOUTORADO CONCLUÍDO na Absolute Christian University – Florida-USA em 06/05/2019. RECONHECIMENTO DO DOUTORADO: Processo de Registro/Convalidação no Brasil. – APOSTILA DE RECONHECIMENTO. UNOESTE – Universidade Oeste Paulista – Presidente Prudente - SP em 14/04/2021, PÓS-DOUTORANDO EM EDUCAÇÃO na Absolute Christian University – Florida-USA desde 07/06/2021. Pós-Graduando em Psicogerontologia – Faculdade Serra Geral – Timóteo-MG 2021. Orientador e Professor da ACU – Aboulute Christian University, Diretor do Instituto CRE & SER – Cursos, Palestras, Treinamentos, Reabilitação e Serviços, Membro do Comitê Editorial da A.C.U. e Membro do Comitê Editorial da Revista Científica Excellence. ORDENAÇÃO ECLESIASTICAS: Auxiliar de Trabalho em 27/10/1989 Pr. Gideão Rodrigues da Silva. Ordenação ao Ministério Pastoral: 21/06/2016 Pr. Cícero Toledo de Albuquerque. Recebimento: Diácono: 04/07/2021 Pr. Fábio Rodrigues da Silva – Bom Jesus do Itabapoana-RJ e Recebimento: Diácono: 30/04/2023 Pr. Josair Macedo – Presidente Kennedy-ES. Idealizador e Coordenador de Projetos voluntários e filantrópicos em prol de: crianças, adolescentes, jovens e idosos. Escritor, Conferencista, Articulista e Mestre de Cerimônias. **E-MAIL:** salatielok@hotmail.com. **CURRÍCULO LATTES:** lattes.cnpq.br/3201179589806094

## INTRODUÇÃO

O corpo do texto explora a profunda conexão entre a ideia de que “o silêncio de Deus é desafiador” e várias facetas da jornada humana e espiritual. Esta abordagem, presente em várias tradições religiosas e filosóficas, sugere que a aparente ausência de comunicação divina ou respostas diretas pode conter lições valiosas. Isso abrange o desenvolvimento da fé e confiança, encorajando a confiança na sabedoria divina, a reflexão e autoconhecimento, promovendo uma profunda introspecção e compreensão de si mesmo, além do desapego e aceitação, ensinando a lidar com situações além do nosso controle.

O texto também destaca o aprendizado através da paciência, sugerindo que a espera por respostas pode cultivar essa virtude essencial. Além disso, o silêncio de Deus é visto como um catalisador para o crescimento espiritual e pessoal, desafiando os indivíduos a buscar respostas por si mesmos. A experiência com o sobrenatural é enfatizada, lembrando a complexidade e a profundidade do divino.

No geral, a interligação desses elementos cria um panorama complexo e enriquecedor da jornada humana, destacando como a busca por compreensão em meio ao silêncio divino pode levar a um crescimento espiritual e humano significativo. A pesquisa bibliográfica foi fundamental na construção desse entendimento, contribuindo para fundamentar a análise e os argumentos apresentados na pesquisa.

## DESENVOLVIMENTO DA FÉ E DA CONFIANÇA

Para muitos, a crença no silêncio de Deus, entrelaçados com o ato da aprendizagem ativa pode fortalecer a fé, pois eles veem desafios e momentos de não resposta como oportunidades para aprimorar sua relação com o eteno. No entanto, é importante lembrar que essa interpretação é subjetiva e pode variar de acordo com as crenças religiosas, filosóficas e pessoais de

cada indivíduo. As várias tradições religiosas e seus interlocutores podem ter abordagens variadas em relação a ideia de que o silêncio de Deus e seus desafios podem desenvolver atos de aprendizagem diferenciadas. Por isto a pergunta: *Como entender a relação entre Deus e o silêncio?*

Em uma pesquisa dinâmica e influenciadora encontrada no Dicionário Bíblico Wycliffe (2006) traz a seguinte definição para palavra silêncio:

**SILÊNCIO:** Diversos termos significam silêncio (em heb. Hasa, harsh, dumiya, duma, diimanv, em gr. Sige, hesuchia). O primeiro termo, como uma ordem em Habacuque 2.20), soa como a nossa ordem para ficar “quieto!”. O termo duma só é usado de forma metafórica: em relação a Edom em Isaías 21.11, “Peso de Dumá” (lit. silêncio), sendo 8 1 4 SILÊNCIO SILÓ uma referência figurativa para a desolação que cairia sobre Edom (Dumá); em relação à morte (Sl 94.17), “Se o Senhor não fora em meu auxílio, já a minha alma habitaria no lugar do silêncio” (morte); e em relação ao inferno (Sl 115.17), “Os mortos não louvam ao Senhor, nem os que descem ao silêncio” (isto é, ao lugar do silêncio). Os outros termos são usados como uma referência ao ato literal de reter a fala (Sl 39,2; At 21.40); à reserva silenciosa das mulheres na Igreja (1Tm 2.11,12); figurativamente, ao silêncio da Babilónia (de extinção, Is 47.5); aos ídolos emudecidos (“pedra muda”, Habacuque 2.19) e à resignação silenciosa da fé (Sí 62,1). Outro termo hebraico demama “sussurro”, praticamente traz consigo a força do “silêncio” (Sl 107.29; 1 Rs 19.12), como em Jó 4.16. (DICIONÁRIO BÍBLICO WYCLIFFE, pp. 1814-1825, 2006).

O silêncio de Deus, uma expressão que ecoa através das páginas da história religiosa e da filosofia, provoca reflexões profundas sobre a relação entre o divino e a experiência humana. Em meio às turbulências da vida, muitas vezes nos deparamos com a ausência aparente de respostas divinas para nossas preces e questionamentos. No entanto, essa aparente falta de comunicação não deve ser interpretada como um vazio,

mas sim como um convite ao entendimento mais profundo do significado do silêncio divino.

Embora a Bíblia seja rica em ensinamentos, princípios e histórias que abordam diversos aspectos da vida humana e espiritualidade, ela também inclui versículos que refletem a ideia de que há momentos de silêncio ou aparente ausência de Deus. Exemplos notáveis incluem os Salmos, onde o salmista expressa angústia e busca por respostas diante do silêncio divino, como no Salmos 22:1, onde se lê: “Meu Deus, meu Deus, por que me desamparaste?” (A BÍBLIA SAGRADA, p. 735, 2020). Esse versículo oferece um espaço para reflexão sobre a natureza da fé, paciência e confiança, mesmo nos períodos de silêncio espiritual, ressaltando a complexidade das relações entre Deus e a humanidade ao longo da narrativa bíblica.

A segunda parte registrada no Salmos 22.1, como referência de fé e escrito com legas garrafais, irão perdurar por uma eternidade: Por que te alongas do meu auxílio e das palavras do meu clamor? Uma palavra de solidão, desespero e profunda comoção que vem acompanhando a existência da raça humana.

Na busca por um significado para o silêncio de Deus, muitas interpretações podem ser encontradas. Por exemplo: “o silêncio divino é desafiador” (gripo nosso), ou seja, um veículo pelo qual Deus transmite lições valiosas. Esse silêncio desafia nossa busca por respostas prontas, incentivando a introspecção e a reflexão. Ele nos convida a desvendar a sabedoria que reside em nossa própria jornada, impulsionando o desenvolvimento pessoal e espiritual.

O silêncio de Deus também pode ser visto como uma oportunidade para o crescimento da fé e da confiança. Ao não recebermos respostas imediatas às nossas orações, somos desafiados a acreditar em um propósito maior, a manter a fé durante a incerteza e a confiar que as respostas certas se revelarão no momento adequado. Nesse sentido, o silêncio divino nos convida a transcender a limitação do imediatismo e a cultivar a virtude da paciência.

Mediante os relatos bíblicos, o Salmista registrou em Salmo 42:9-10:

<sup>9</sup> Direi a Deus, Minha Rocha: por que Te esqueceste de Mim? Por que ando Eu enlutado pela opressão do inimigo?

<sup>10</sup> Como uma espada quebrando Meus Ossos, os Meus inimigos Me afrontam, dizendo-Me a cada dia: Onde está o Teu Deus? (BÍBLIA SAGRADA DE ESTUDO DO EXPOSITOR, pp. 936-937, 2019).

Quando somos confrontados com o silêncio de Deus, somos convidados a examinar a natureza de nossa fé. Em vez de encarar a falta de respostas como um sinal de abandono, podemos escolher encontrá-la como um teste de nossa convicção. É nesse momento que a verdadeira profundidade da fé é revelada. Acreditar em um plano divino mesmo quando não podemos ver seus contornos exige uma confiança que ultrapassa os limites da compreensão humana.

Jimmy Swaggart, escritor e pastor americano, faz uma reflexão referente aos apontamentos dos inimigos (2019):

(9) Esta citação não só retrata os problemas de Davi, mas também o sofrimento futuro de Israel sob o Anticristo; de fato, o sofrimento será tão severo que os Israelitas pensarão que as Promessas de Deus a Abrão, Isaque e Jacó caíram no esquecimento. (10) Os inimigos de Davi não só disseram isto a ele, onde está o Teu Deus? Mas também o disseram a Cristo, quando Ele foi pendurado na Cruz. O Anticristo também dirá isso a Israel durante a batalha do Armagedom, quando parecerá que o povo escolhido vai ser completamente aniquilado. E, finalmente, às vezes nos dizem o mesmo na atualidade. (BÍBLIA SAGRADA DE ESTUDO DO EXPOSITOR, pp. 936-937, 2019).

A confiança, por sua vez, é intrinsecamente entrelaçada com a fé. Enquanto a fé envolve acreditar em algo maior do que nós mesmos, a confiança implica entregar nossas preocupações e incertezas ao divino com

a certeza de que seremos cuidados. O silêncio de Deus nos desafia a confiar mesmo quando as circunstâncias parecem obscuras. Ele nos lembra de que as respostas podem se revelar no momento certo e que, enquanto isso, podemos confiar que nossos pedidos e anseios estão sendo ouvidos.

Ao navegar pelo silêncio de Deus, a fé e a confiança podem se tornar âncoras que nos sustentam nas tempestades da vida. Esses valores não apenas nos ajudam a encontrar significado nas dificuldades, mas também nos capacitam a manter a esperança viva quando tudo parece incerto.

Ao invés de permitir que o silêncio seja motivo de desespero, ele pode se tornar um catalisador para uma fé mais resiliente e uma confiança mais profunda. Nas palavras profundas em Mateus 27:46 registradas na Bíblia Sagrada, o autor deixou registrado um dos momentos mais cruciais da história da humanidade, relatando que *“por volta das três horas da tarde, Jesus bradou em alta voz: ‘Eli, Eli, lemá sabactâni?’ que significa: ‘Meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste?’* Um momento de angústia e livramento para a história da humanidade.

Esses versículos refletem os sentimentos de abandono, solidão e busca por resposta diante do aparente silêncio de Deus. Eles também destacam a natureza humana de Jesus ao expressar esse sentimento durante Sua crucificação. Vale ressaltar que, em muitos casos, esses momentos de silêncio ou aparente ausência de Deus também são seguidos por revelações ou ações divinas que mostram o propósito ou a presença contínua de Deus na vida das pessoas.

Portanto, o desenvolvimento da fé e da confiança no contexto do silêncio divino é um convite para abraçar a incerteza como parte essencial da jornada espiritual. Através desse processo, aprendemos que a falta de respostas imediatas não é um sinal de abandono, mas uma oportunidade para crescer e fortalecer nossa conexão com o divino. Ao escolher confiar e acreditar, transformamos o silêncio de Deus em um terreno fértil

onde nossas raízes espirituais podem se aprofundar e nossas crenças podem se solidificar, permitindo-nos transcender as limitações da compreensão humana e abraçar a vastidão do mistério divino.

## REFLEXÃO E AUTOCONHECIMENTO

O autoconhecimento, uma jornada interior de exploração e reflexão, é um dos caminhos mais significativos que um indivíduo pode percorrer ao longo da vida. É a busca consciente e contínua para compreender quem somos além das aparências exteriores, mergulhando nas profundezas de nossos pensamentos, emoções, valores e motivações. No cerne do autoconhecimento está o reconhecimento de que a verdadeira compreensão do mundo começa com a compreensão de si mesmo.

No livro de Atos, registrados no capítulo 17 e versículos 27 a 30, convida-nos a uma reflexão... Somos descendência dele.

<sup>27</sup> “Seu propósito era que as nações buscassem a Deus e, tateando, talvez viessem a encontrar-lo, embora ele não esteja longe de nenhum de nós.

<sup>28</sup> Pois nele vivemos, nos movemos e existimos. Como disseram alguns de seus próprios poetas: ‘Somos descendência dele’.

<sup>29</sup> E, por ser isso verdade, não devemos imaginar Deus como um ídolo de ouro, prata ou pedra, projetado por artesãos.

<sup>30</sup> “No passado, Deus não levou em conta a ignorância das pessoas acerca dessas coisas, mas agora ele ordena que todos, em todo lugar, se arrependam.

O autoconhecimento é uma ferramenta poderosa para a autorreflexão e a autorregulação emocional. Conhecer nossas emoções e como elas afetam nosso comportamento nos capacita a tomar decisões mais conscientes e alinhadas com nossos valores. Além disso, nos ajuda a reconhecer padrões de pensamento negativos ou autossabotadores,

permitindo-nos trabalhar em direção a uma mentalidade mais positiva e construtiva.

A busca pelo autoconhecimento também nos conecta com uma compreensão mais profunda de nossas motivações e desejos. Quando identificamos nossos propósitos e paixões genuínos, podemos direcionar nossos esforços para áreas que nos preenchem de verdadeira satisfação e realização. Isso nos ajuda a evitar a armadilha de seguir um caminho que não está alinhado com quem realmente somos.

O conhecimento e leitura do Livro da Origem registrado em Gênesis Capítulo 3 e Versículos de 1 a 8 faz um convite a entrar nas ondas profundas do conhecimento e descobrirmos o real motivo da origem e consequência no Pecado Original. Mesmo o homem sendo criado a imagem e semelhança do criador segundo os Escritos da Bíblia Plenitude (2023):

<sup>1</sup> Ora, a serpente era mais astuta que todas as alimárias do campo que o SENHOR Deus tinha feito. E esta disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda a árvore do jardim?

<sup>2</sup> E disse a mulher à serpente: Do fruto das árvores do jardim comeremos,

<sup>3</sup> Mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Não comereis dele, nem nele tocareis para que não morrais.

<sup>4</sup> Então a serpente disse à mulher: Certamente não morrereis.

<sup>5</sup> Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se abrirão os vossos olhos, e sereis como Deus, sabendo o bem e o mal.

<sup>6</sup> E viu a mulher que aquela árvore era boa para se comer, e agradável aos olhos, e árvore desejável para dar entendimento; tomou do seu fruto, e comeu, e deu também a seu marido, e ele comeu com ela.

<sup>7</sup> Então foram abertos os olhos de ambos, e conheceram que estavam nus; e coseram folhas de figueira, e fizeram para si aventais.

<sup>8</sup> E ouviram a voz do Senhor Deus, que passeava no jardim pela viração do dia; e esconderam-se Adão e sua mulher da presença do Senhor Deus, entre as árvores do jardim. (BÍBLIA ESTUDO PLENITUDE, pp. 7-8, 2023).

É importante destacar que o autoconhecimento é um processo contínuo e não um destino final. À medida que crescemos e vivenciamos novas experiências, nossa compreensão de nós mesmos também evolui. É uma jornada que exige autocompaixão e paciência, pois pode ser desafiadora e, por vezes, desconfortável. No entanto, os benefícios são profundos e duradouros: uma sensação mais profunda de autenticidade, uma compreensão mais compassiva de nossos próprios erros e uma maior capacidade de construir relacionamentos saudáveis e significativos.

## DESAPEGO E ACEITAÇÃO

O desapego e a aceitação, embora desafiadores, são qualidades que oferecem uma nova perspectiva sobre a maneira como enfrentamos as complexidades da vida. O desapego nos lembra que a verdadeira liberdade reside na capacidade de soltar nossas expectativas rígidas e apegos emocionais às circunstâncias. Ao nos desvincularmos das amarras do controle excessivo, permitimos que a vida flua de maneira mais orgânica, abrindo espaço para oportunidades inesperadas e crescimento pessoal. O desapego nos convida a reconhecer que a verdadeira paz reside na aceitação do que não podemos mudar e na disposição de abraçar o presente com gratidão.

A aceitação, por sua vez, é um ato de coragem e autenticidade. Requer a disposição de encarar a realidade de frente, mesmo que ela não seja exatamente como desejamos. Aceitar não é resignar-se, mas sim reconhecer a verdade do momento presente e escolher responder a partir desse entendimento. Ao praticarmos a aceitação, encontramos um espaço onde a luta contra a realidade cede lugar a uma serenidade interior. Aceitar a incerteza, os desafios e até mesmo os aspectos menos desejáveis de nós mesmos nos permite avançar com um coração mais leve e uma mente mais tranquila.

O terceiro livro do Novo Testamento, registrado nas Sagradas Escrituras no Novo Testamento, Lucas 9: 57 a 62:

<sup>57</sup> E aconteceu que, indo eles pelo caminho, lhe disse um: Senhor, seguir-te-ei para onde quer que fores.

<sup>58</sup> E disse-lhe Jesus: As raposas têm covis, e as aves do céu, ninhos, mas o Filho do homem não tem onde reclinar a cabeça.

<sup>59</sup> E disse a outro: Segue-me. Mas ele respondeu: Senhor, deixa que primeiro eu vá a enterrar meu pai.

<sup>60</sup> Mas Jesus lhe observou: Deixa aos mortos o enterrar os seus mortos; porém tu vai e anuncia o reino de Deus.

<sup>61</sup> Disse também outro: Senhor, eu te seguirei, mas deixa-me despedir primeiro dos que estão em minha casa.

<sup>62</sup> E Jesus lhe disse: Ninguém, que lança mão do arado e olha para trás, é apto para o reino de Deus. (BÍBLIA SAGRADA DE ESTUDO DO EXPOSITOR, pp. 1846-1847, 2019).

Portanto, o desapego e a aceitação são dois pilares que nos convidam a viver de maneira mais autêntica e harmoniosa.

Além disso, o silêncio de Deus pode ser interpretado como uma chamada ao desapego. Ao não ter todas as respostas prontas e claras, somos incentivados a abandonar nossas expectativas rígidas e a aceitar as complexidades da vida. Esse processo de aceitação pode levar a uma maior compreensão das nuances da existência e à capacidade de enfrentar desafios com serenidade e sabedoria.

Os comentários deixados pelo Reverendo Jimmy Swaggart referente ao texto citado na Bíblia de Estudo do Expositor (2019), menciona que:

(57) continuando na manhã seguinte a viagem para Jerusalém, segundo Mateus, esse homem era um Escrita (Mt. 8. 19). (58) a implicação com respeito ao Escrita é que não havia calculado o custo, e quando lhe foi revelado, não quis pagar o preço. (59) a esse homem Cristo faz um convite. Revela que as “preocupações desta vida” lhe roubaram a primazia de Cristo. (60) não

tinha a intenção de mostrar desrespeito pelos mortos, nem de fugir da responsabilidade; não foi a ideia de enterrar a seu pai, mas a de colocar esses compromissos em primeiro lugar; Cristo deve estar em primeiro lugar em todas as coisas. Havia muitas outras pessoas que poderiam desempenhar as outras tarefas, mas muito poucos para pregar a Palavra de Deus. (61) o Espírito Santo está aqui retratando para nós o propósito sincero que deve ser o mais importante na vida de cada Crente, isto é, se quiserem seguir a Cristo como devem. (62) a adesão a Cristo e ao Seu Serviço deve ser incondicional. (BÍBLIA SAGRADA DE ESTUDO DO EXPOSITOR, pp. 1846-1847, 2019).

Quando nos libertamos das amarras do apego excessivo e abraçamos a realidade com aceitação, abrimos as portas para uma vida mais plena e significativa. Ao cultivar essas qualidades, aprendemos a fluir com as marés da vida, encontrando equilíbrio entre nossas aspirações e a disposição de aceitar o que for apresentado pela jornada em seus mais profundos desafios.

## APRENDIZADO ATRAVÉS DA PACIÊNCIA

A paciência, muitas vezes considerada uma virtude, é uma qualidade que transcende a mera espera passiva. Ela é uma habilidade ativa que nos ensina a enfrentar os desafios da vida com calma e serenidade, mesmo quando as respostas não estão imediatamente ao nosso alcance. Através da prática da paciência, somos levados a um profundo aprendizado que vai além do tempo cronológico.

A paciência nos ensina o valor de cultivar uma perspectiva mais ampla. Em um mundo onde a gratificação instantânea é valorizada, a paciência nos lembra que algumas coisas só se desenvolvem plenamente com o tempo. Ela nos mostra que algumas situações requerem criação, desenvolvimento e maturidade. Ao aceitar essa realidade, aprendemos a

apreciar o valor de esperar e a compreender que nem tudo pode ser apressado ou mantido em uma eterna lentidão.

Além disso, a paciência nos desafia a lidar com a incerteza de maneira construtiva. Quando somos capazes de esperar sem ansiedade, desenvolvemos resiliência emocional. Aprendemos a tolerar a ambiguidade e a lidar com a complexidade, habilidades que são inestimáveis em um mundo em constante mudança. A paciência nos ensina a separar o que podemos controlar daquilo que não podemos, capacitando-nos a investir nossa energia onde realmente importa.

Na carta de Paulo aos Romanos, escrito por Paulo no Capítulo 5 e versículos 3 a 5:

<sup>3</sup> E não somente isto, mas também nos gloriamos nas próprias tribulações, sabendo que a tribulação produz perseverança;

<sup>4</sup> e a perseverança, experiência; e a experiência, esperança.

<sup>5</sup> Ora, a esperança não confunde, porque o amor de Deus é derramado em nosso coração pelo Espírito Santo, que nos foi outorgado. (A BÍBLIA DA MULHER, p. 1410, 2003).

A prática da paciência também nos oferece a oportunidade de refinar nossas habilidades de observação e reflexão. Ao esperar, temos tempo para examinar nossas motivações, compreender nossas reações emocionais e avaliar as melhores maneiras de agir. Essa introspecção enriquece nosso autoconhecimento e nos permite tomar decisões mais informadas e conscientes.

Uma alma paciente, Deus sempre a ouvirá. O caminho da obediência será sempre melhor que o do sacrifício. Dentre todas as orações realizadas e registradas no Livro de Salmos, está a oração a Deus para que livre dos males existentes. O Salmo de número 40 e versículo primeiro, registra que “Esperei com paciência

no Senhor, e ele se inclinou para mim, e ouviu o meu clamor”. (BÍBLIA DO CULTO E DO MINISTRO, p. 704, 2019). A oração mexe com gerações e o principal, sacode as estruturas eternas.

O aprendizado através da paciência não é apenas sobre esperar passivamente, mas sobre ter uma postura ativa de aprendizado e crescimento. Ao cultivarmos essa virtude, somos agraciados com uma sabedoria que transcende o tempo e nos guia em direção a uma compreensão mais profunda da vida e de nós mesmos. A paciência é uma professora silenciosa que nos ensina a dançar com o ritmo da vida, encontrando graça e significado na jornada.

## CRESCIMENTO ESPIRITUAL E HUMANO

O crescimento espiritual e humano é um processo intrincado e contínuo que transcende os limites físicos e temporais da existência. Ele abrange uma jornada que nos convida a explorar tanto as dimensões interiores quanto exteriores de nossa vida. Enquanto o crescimento humano refere-se ao desenvolvimento de nossas habilidades, conhecimentos e experiências no mundo tangível, o crescimento espiritual é uma busca interior por um entendimento mais profundo de nossa conexão com o divino e com as questões sagradas e subjetivas.

À medida que crescemos espiritualmente, nossa compreensão da vida e do propósito se expande. A busca por significado transcende as preocupações cotidianas, nos conduzindo a questionar o que nos move e nos inspira. O crescimento espiritual muitas vezes envolve a prática de valores como amor, compaixão, gratidão e empatia. À medida que nos conectamos mais profundamente com esses princípios, nossa visão do mundo se amplia e nossa capacidade de contribuir positivamente para a sociedade se fortalece.

Em seus manuscritos, a Bíblia Sagrada traz um registro encontrado em 1º Pedro 2: 1 a 6 (BÍBLIA

SAGRADA, 2023) que narra a transformação para os que crê, e reafirma: não será confundido.

<sup>1</sup> Deixando, pois, toda malícia, e todo engano, e fingimentos, e invejas, e todas as murmurações,

<sup>2</sup> desejai afetosamente, como meninos novamente nascidos, o leite racional, não falsificado, para que, por ele, vades crescendo,

<sup>3</sup> se é que já provastes que o Senhor é benigno.

<sup>4</sup> E, chegando-vos para ele, a pedra viva, reprovada, na verdade, pelos homens, mas para com Deus eleita e preciosa,

<sup>5</sup> vós também, como pedras vivas, sois edificados casa espiritual e sacerdócio santo, para oferecerdes sacrifícios espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo.

<sup>6</sup> Pelo que também na Escritura se contém: Eis que ponho em Sião a pedra principal da esquina, eleita e preciosa; e quem nela crer não será confundido. (BÍBLIA SAGRADA, pp. 1309-1310, 2023).

Junto com o crescimento espiritual, o desenvolvimento humano é um aspecto fundamental de nossa jornada. Ele envolve a busca constante pelo conhecimento, aprimoramento de habilidades e a expansão de nossos horizontes. O crescimento humano nos capacita a enfrentar os desafios da vida de maneira mais eficaz e a realizar nosso potencial máximo. Ao cultivar nossa mente e corpo, estamos mais bem equipados para enfrentar as adversidades, alcançar nossos objetivos e contribuir para o bem-estar coletivo.

## EXPERIÊNCIA COM O SOBRENATURAL

A experiência com o sobrenatural é um território que transcende os limites da compreensão humana e nos leva a um reino de mistério e maravilhas. Esses momentos, muitas vezes difíceis de explicar ou compreender completamente, desafiam nossa visão convencional da realidade e nos convidam a considerar a possibilidade de forças além do nosso entendimento racional. Essas experiências podem se manifestar de

várias maneiras, como sincronicidades, intuições profundas, visões espirituais ou encontros inexplicáveis.

Ao vivenciar o sobrenatural, somos levados a reconhecer a complexidade e a diversidade do universo. Essas experiências nos lembram que nossa compreensão é limitada e que existe uma vastidão de fenômenos que estão além de nossa percepção normal. Isso pode abrir um espaço para a humildade, nos lembrando que mesmo com todos os avanços da ciência e da tecnologia, ainda há muito que não sabemos.

Paulo escreve aos Romanos 5: 1 a 8, (devidamente registrado nas Sagradas Escrituras) que a justificação ocorre pela fé em Deus:

<sup>1</sup> Sendo, pois, justificados pela fé, temos paz com Deus por nosso Senhor Jesus Cristo;

<sup>2</sup> pelo qual também temos entrada pela fé a esta graça, na qual estamos firmes; e nos gloriamos na esperança da glória de Deus.

<sup>3</sup> E não somente isto, mas também nos gloriamos nas tribulações, sabendo que a tribulação produz a paciência;

<sup>4</sup> e a paciência, a experiência; e a experiência, a esperança.

<sup>5</sup> E a esperança não traz confusão, porquanto o amor de Deus está derramado em nosso coração pelo Espírito Santo que nos foi dado.

<sup>6</sup> Porque Cristo, estando nós ainda fracos, morreu a seu tempo pelos ímpios.

<sup>7</sup> Porque apenas alguém morrerá por um justo; pois poderá ser que pelo bom alguém ouse morrer.

<sup>8</sup> Mas Deus prova o seu amor para conosco em que Cristo morreu por nós, sendo nós ainda pecadores. (BÍBLIA SAGRADA, 4ª edição, p. 1482, 2016).

As experiências com o sobrenatural também podem ter um profundo impacto em nossa visão de mundo e em nossa jornada espiritual. Elas podem nos inspirar a buscar um entendimento mais profundo das forças invisíveis que moldam nossa realidade. Algumas pessoas encontram conforto e significado nessas experiências, pois elas oferecem uma sensação de conexão com algo maior do que nós mesmos.

No livro Salmos 99, em uma visão ampla da realidade o bispo de Hipona (1997), percebeu uma profunda transformação naquele que consegue sentir na profundidade a presença de Deus.

Antes de experimentar, julgavas poder falar de Deus; começas a perceber, e verificas ser impossível traduzir o que experimentas. Sabendo ser impossível explicar o que percebes, calarás? Não louvarás? Emudecerás os louvores de Deus e não darás graças àquele que se deu a conhecer? Louvavas quando buscavas; ao encontrares, calarás? De modo nenhum. Não serás ingrato. [...] Louvar, mas como? [...] Escuta, contudo, o salmo: “Jubilai diante do Senhor, terra inteira”. Ouviste o júbilo da terra inteira, se teu júbilo se expande diante do Senhor. (AGOSTINHO DE HIPONA, v 2, p. 1172, 1997).

No entanto, é importante abordar as experiências com o sobrenatural com um senso de discernimento. Nem todas as experiências são necessariamente sobrenaturais; algumas podem ser explicadas por fatores psicológicos, emocionais ou científicos. É crucial manter uma mente aberta, mas também crítica, para evitar conclusões precipitadas ou superstições infundadas.

### NUVEM DE PALAVRAS

Uma nuvem de palavras, também conhecida como nuvem de tags, word cloud ou stop words, é uma representação visual de palavras onde o tamanho de cada palavra é proporcional à sua frequência ou importância em um determinado texto ou conjunto de textos. Essa representação gráfica transforma as palavras em elementos visuais, criando um panorama instantâneo das ideias centrais ou dos temas dominantes presentes no texto analisado.

O processo pode ser manual ou automatizado por meio de software e ferramentas específicas. Ao final, as palavras mais frequentes ou significativas são exibidas

em diferentes tamanhos e cores, tornando a nuvem uma representação intuitiva das tendências e padrões presentes no conteúdo textual.

Essa representação permite uma rápida visualização das palavras mais relevantes ou predominantes em um conjunto de dados textuais, facilitando a identificação de temas ou tópicos-chave. Geralmente, as nuvens de palavras são utilizadas para resumir o conteúdo de um texto de forma visualmente atraente e intuitiva, auxiliando na análise textual e na comunicação de informações essenciais.

“O silêncio de Deus é desafiador” que hora trouxe uma reflexão a respeito do silêncio e do processo de aprendizagem envolvido dentro dos subjetivos desafios apresentados, também nos conduz a pensamentos direcionados a repensar a nossa postura perante a novos desafios relacionados ao entendimento do que é espiritual e sagrado sem perder a conexão com as questões humanas e materiais.

O texto bíblico escrito e registrado em Mateus Capítulo 18, possui 35 versículos, os quais estão divididos em assuntos específicos: O maior no reino dos céus, A ilustração da ovelha perdida, O irmão que peca contra outro e A ilustração do servo sem misericórdia. Especificamente no versículo 18, está escrito: “Digo a verdade: Tudo o que vocês ligarem na terra terá sido ligado no céu, e tudo o que vocês desligarem na terra terá sido desligado no céu” (BÍBLIA DO MINISTRO, p. 29, 2019). Desta forma, toda e qualquer conexão será valiosa frente aos desafios de todos os dias: oração, leitura bíblica, jejum, realização de ações sem requerer o retorno e um coração de boa índole.

No texto em foco, com a realização da observação direta do mundo ao redor via “pesquisa bibliográfica” como base de novas descobertas e embasamento teórico, como forma de expandir as ideias, que segundo Emanuel Lévinas em seu Livro: *De Deus que vem à ideia* traduzido do Inglês: “De Dieu que vient à l’idée” (2002) faz uma provocação que nos leva a pensar:



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexa jornada espiritual do indivíduo, destacando como diferentes aspectos se entrelaçam nesse caminho. Começa com a base sólida de fé e confiança, ressaltando a crença em um propósito maior e a confiança de que o tempo divino se revelará a seu próprio ritmo. O silêncio de Deus, muitas vezes interpretado como falta de comunicação divina, é visto como uma oportunidade para fortalecer essa fé e confiança, transformando a incerteza em um meio de aprofundar a conexão com o divino.

A jornada espiritual também envolve uma profunda reflexão e autoconhecimento. O silêncio divino desafia os indivíduos a olharem para dentro de si mesmos, examinando valores, crenças e aspirações. Isso resulta em um contínuo processo de crescimento e autoaperfeiçoamento.

O silêncio divino ensina o valor do desapego e da aceitação. Ao não receber respostas imediatas, somos lembrados da importância de liberar nossas expectativas rígidas e de abraçar as complexidades da vida.

Em resumo, a jornada espiritual através do silêncio de Deus é uma jornada de crescimento e evolução, onde fé, confiança, autoconhecimento, desapego e conexão com o sobrenatural se entrelaçam para criar uma rica tapeçaria de experiência espiritual. Cada passo nessa jornada nos desafia a expandir nossa compreensão do divino, de nós mesmos e do mundo que nos cerca.

Por fim, o processo de autoconhecimento, reflexão e crescimento espiritual culmina em uma experiência mais profunda do sobrenatural. À medida que exploramos mais a fundo nossa jornada, somos capazes de experimentar momentos de conexão íntima com o divino e uma compreensão interior de verdades espirituais. O silêncio divino, que antes era visto como ausência, se revela como uma oportunidade de experimentar a presença do sobrenatural de maneiras profundas e transformadoras.

## REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. **Contendo o velho e o novo testamento**. Traduzida por João Ferreira de Almeida: resista e corrigida, com índice do esboço temático e resumo dos livros, Letra Hipergrante. Várzea Paulista – SP: Casa Publicadora Paulista, 2020.

A BÍBLIA SAGRADA: **Leitura, devocional, estudo** / gerência editorial Sidney Alan Leite ; tradução Neyd V. Siqueira... [et al] ; preparação e adaptação de texto Liege Maruci Abud, Sociedade Bíblica do Brasil ; revisão Érica S. S. de Freitas... [et al] ; projeto gráfico, diagramação, capa, fotolito e acabamento Sociedade Bíblica do Brasil. Barueri, SP : Sociedade Bíblica do Brasil ; São Paulo : mundo Cristão, 2003.

AGOSTINHO DE HIPONA, Santo. **Comentários aos salmos**. Salmos 51-100. São Paulo – SP : Paulus, v. 2, v. 2, 1997b.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia do culto e do ministro**. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição com Letras Maiores e novo Testamento em duas cores. Revista e Corrigida. 6ª edição. 5ª reimpressão. Santo André – SP: Editora: Geográfica Editora, 2019.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia de estudo plenitude**. Sociedade Bíblica do Brasil - Bíblia de Estudo com índice. Almeida Revista e Atualizada (ARA). 2ª edição, Santo André – SP : Editora: SBB, 2023.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia sagrada**. Bíblia letra gigante. Traduzida em Português por João Ferreira de Almeida. Revista e Corrigida. 4ª edição 2009. Barueri – SP : Sociedade Bíblica do Brasil, Impressão: 2016.

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia sagrada de estudo do expositor**. Traduzida das línguas originais e com traduções anteriores comparadas e revisadas diligentemente. 2ª edição. Comentários: Jimmy Swaggart, 2019.

BÍBLIA SAGRADA. **Sua bíblia** : letra grande : nova versão internacional / [Publisher Omar de Souza]. – 1. Ed. Rio de Janeiro : Thomas Nelson Brasil, 2018.

DIASCÂNIO, José Maurício. **Etapas da pesquisa científica** / José Maurício Diascânio. – Rio de Janeiro, RJ : Autografia, 2020.

DICIONÁRIO BÍBLICO WYCLIFFE. **Dicionários**. Tradução de Degmar Ribas Júnior. CPAD, 2ª edição, 2006.

LÉVINA, EMMANUEL. **De Deus que vem à ideia / Emmanuel Lévinas** ; Pergentino Stefano Pivatto (coordenador e revisor) ; tradução Marcelo Fabri, Marcelo Luiz Pelizzoli, Evaldo Antônio Kuiava. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2002.

SANTOS, Izequias Estevam dos. **Manual de métodos e técnicas de pesquisa científica** / Izequias Estevam dos Santos – 12ª edição. ver., atual. e ampl. – Niterói, RJ: impetus, 2016.

## IMPACTOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA AÇÃO HUMANA E DA NATUREZA ENVIRONMENTAL IMPACTS CAUSED BY HUMAN AND NATURE ACTION

INSS: 2595-8704. DOI: 10.29327/2323543.22.1-27

José Ernando Soares <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar os fatores oriundos dos impactos ambientais causados pela ação humana na ocupação do solo no Brasil, pela agropecuária, urbanização e o extrativismo vegetal e mineral. Para que se tenha uma visão ampla dos problemas, fazemos uma breve análise histórica do tema biodiversidade na relação vida animal e vegetal com fenômenos da natureza. Para melhor entendermos, destacamos os principais fatores que causam a degradação ambiental historicamente. A retirada da cobertura vegetal pelo uso inadequado da agricultura é o dano mais agravante ao meio ambiente; a erosão é um processo natural, mas a ação humana tem acentuado este processo causando a lixiviação do solo, o assoreamento dos rios e lagos e as voçorocas, processo mais degradante do processo erosivo. Tais processos causam o empobrecimento do solo ficando inadequado para a agricultura. Por outro lado, a pecuária necessita de grandes áreas para pastagem e quando ocorre grande concentração de animais em uma propriedade, o pisoteio causa a compactação do solo dificultando a infiltração das águas no solo, os dejetos geram resíduos líquidos contaminando o solo com e aumenta a concentração de gás metanol um dos gases que tem a maior participação no efeito estufa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Biodiversidade; Impactos Ambientais; Ocupação do Solo.

### ABSTRACT

The present study has with objective to analyze the factors originating from of the environmental impacts caused by the human action in the occupation of the soil in Brazil, for the farming, urbanization and the vegetable and mineral extractive. For a wide vision of the problems to be had, we make an analysis of the theme biodiversity in the relationship animal and vegetable life with phenomena of the nature. For best we understand, the main factors that cause the environmental degradation highlighted historically. The retreat of the vegetable covering for the inadequate use of the agriculture is the most aggravating damage to the environment; the erosion is a natural process, but the human action has been accentuating this process causing the lixiviate of the soil, the silting of the rivers and lakes and the ravine, more degrading process of the erosive process. Such processes cause the impoverishment of the soil being inadequate for the agriculture. On the other hand, the livestock needs great areas for pasture and when it happens great concentration of animals in a property, the trampling cause the compacting of the soil hindering the infiltration of the waters in the soil, the dejections generate liquid residues contaminating the soil with and it increases the concentration of gas methanol one of the gases that has the largest participation in the greenhouse effect.

**KEYWORDS:** Biodiversity; Environmental impacts; Occupation of the Soil.

<sup>1</sup> Professor Licenciado e Bacharel em Filosofia e Bacharel pela Universidade Estadual do Ceará, Docência no Ensino Fundamental, Habilitado em Administração Escolar, Especialista: em Gestão Ambiental na Área da Educação pela FALC-Faculdade da Aldeia de Carapicuíba e Ciências Humanas pela Universidade Federal do Ceará. **E-MAIL:** ernaando@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Biodiversidade é o conjunto de todas as espécies de seres vivos existentes em determinada região. A biodiversidade varia de acordo com o ecossistema terrestre, sendo bem maior em regiões tropicais do que em regiões temperadas. Também chamada de diversidade biológica, a biodiversidade é uma das propriedades fundamentais da natureza, responsável pelo equilíbrio e pela estabilidade dos ecossistemas. (Fonte: <http://educador.brasilecola.com/estrat%C3%A9gias-ensino/biodiversidade.htm>)

A natureza de forma geral e o meio ambiente em si passaram a ser tema obrigatório, em todas as atividades praticadas pelo homem. Tais preocupações justificam-se pelo fato de as atividades humanas estarem relacionadas à exploração da natureza seja pela necessidade de sobrevivência seja por interesses comerciais, ambas as formas de exploração econômica levam a degradação do meio ambiente. Ao longo da história, as civilizações eurásianas, estabeleceram uma forma produtiva que ia além da necessidade de sobrevivência, ao produzirem excedentes que utilizado para troca entre outros produtos, vindo surgir posteriormente à atividade comercial propriamente dita geradora de lucro. Tais interesses fizeram o homem perder o seu elo com a natureza passando a ver está simplesmente como forma de produzir riquezas. Já as civilizações americanas, africanas e australianas, mantinham uma relação harmoniosa com a natureza de forma que sua exploração não deixava marcas que causassem danos comprometedores. (AGUA.BIO. 2010).

“Desde que o homem começou a praticar a agricultura, há cerca de 10 mil anos atrás, vem provocando alterações no solo dos locais por onde passa. Essas alterações têm sido tanto mais severas quanto têm avançado as tecnologias voltadas ao aumento da produção agrícola”. (SILVA N.; SILVA S., 2009, p.60).

### A DEGRADAÇÃO DO SOLO NO ESPAÇO URBANO

Paralelo ao crescimento das áreas agricultáveis surgia às cidades. O crescimento da população tornava necessária a construção de novas casas e como consequências novas áreas eram desmatadas. (FIGUEIREDO, 1995)

Desde o surgimento das primeiras cidades o processo de urbanização vem evoluindo de tal forma que a cada período histórico tínhamos mais cidades. Porém, destacamos que esse processo de urbanização se intensificou a partir do período em que a crise atingiu o modo de produção feudal, devido à peste e à inelasticidade das terras, período esse citado por (FIGUEIREDO, 1995).

Contudo, foi a partir das revoluções industriais que o capitalismo veio se firmar como sistema econômico em nível mundial. Tendo isso ocorrido, e sendo o acúmulo de capital a principal característica deste modo de produção, inicia-se a difusão da industrialização baseada na divisão internacional do trabalho, o qual vale lembrar que passou por diversas fases, às quais não iremos nos ater, pois o que se quer aqui é fazer uma relação entre a urbanização e o capitalismo. Então, baseados nas características deste modo de produção, podemos dizer que de fato ele influenciou de forma determinante na urbanização em nível mundial, sendo sua principal influência a aceleração desse processo, como descreve. (CARLOS, 1994)

## EROSÃO

A erosão é um processo natural de desagregação, decomposição, transporte e deposição de materiais de rochas e solos que vem agindo sobre a superfície terrestre desde os seus princípios, pela ação combinada da gravidade com a água, vento, gelo ou organismos. Ele pode ser provocado por fenômenos naturais, geológicos ou pela ação humana. De acordo pesquisas recentes, o Brasil perde cerca de 500 milhões de toneladas de solos por essa razão. (IPT, 1986).

No que se refere às ações da natureza, podemos citar as chuvas como principal causadora da erosão. Ao

atingir o solo, em grande quantidade, provoca deslizamentos, infiltrações e mudanças na consistência do terreno. Desta forma, provoca o deslocamento de terra. O vento e a mudança de temperatura também são causadores importantes da erosão. (IPT, 1986).

Os processos erosivos são condicionados basicamente por alterações do meio ambiente, provocadas pelo uso do solo nas suas várias formas, desde o desmatamento para a agricultura, até obras urbanas e viárias, que, de alguma forma, propiciam a concentração das águas de escoamento superficial.

Os processos erosivos se iniciam pela retirada da cobertura vegetal, seguido pela adução e concentração das águas pluviais na implantação de obras civis (saída de coletores de drenagem em estradas, arruamento urbano, barramento de águas pluviais pela construção de estradas forçando sua concentração nas linhas de drenagem), estradas vicinais, ferrovias, trilhas de gado, uso e manejo inadequado das áreas agrícolas.

A urbanização forma mais drástica do uso do solo, impõe a adoção de estruturas pouco permeáveis, fazendo com que ocorra diminuição da infiltração e aumento da quantidade e da velocidade de escoamento das águas superficiais. (OLIVEIRA, 1994).

Nos últimos anos, a erosão tem provocado sérios problemas ao ser humano. Milhares de pessoas já foram atingidas por deslizamentos de terras em regiões habitadas, principalmente em regiões carentes, provocando o soterramento de casas e mortes de pessoas. Algumas acabaram morrendo soterradas ou perdendo, praticamente, tudo o que tinham. Não podemos nos esquecer dos prejuízos econômicos, causados pelo fechamento de rodovias, estabelecimentos comerciais, etc. (LEMBA, 2010).

## VOÇOROCA

As voçorocas são formas de erosões que apresentam alto grau de degradação ambiental geralmente proveniente

de manejos agrícolas mal planejados, causam sérios problemas às propriedades (figuras 5, 6, 7 e 8), compromete a navegação assoreando os rios e reservatórios d'água e até mesmo a geração de energia elétrica por hidrelétricas.

As voçorocas são fenômenos geológicos que ocorrem em áreas desmatadas geralmente para a agricultura, onde as ações erosivas das enxurradas das águas da chuva com o solo formam grandes buracos.

A voçoroca é a feição mais flagrante da erosão antrópica, podendo ser formada através de uma passagem gradual da erosão laminar para erosão em sulcos e ravinas cada vez mais profundas, ou então, diretamente a partir de um ponto de elevada concentração de águas pluviais (IPT, 1986).

No desenvolvimento da voçoroca atuam, além da erosão superficial como nas demais formas dos processos erosivos (laminar, sulco e ravina), outros processos, condicionados pelo fato desta forma erosiva atingir em profundidade o lençol freático ou nível d'água de subsuperfície. A presença do lençol freático, interceptado pela voçoroca, induz ao aparecimento de surgências d'água, acarretando o fenômeno conhecido como "pepino" (erosão interna que provoca a remoção de partículas do interior do solo, formando "tubos" vazios que provocam colapsos e escorregamentos laterais do terreno, alargando a voçoroca, ou criando novos ramos).

As voçorocas se constituem na forma de erosão mais severa, origem da degradação dos solos agrícolas, com repercussão na produtividade, causando assoreamento de rios e reservatórios, comprometendo a navegabilidade e a geração de energia elétrica. Devido ao aumento intensivo do desmatamento e das queimadas, tem crescido, assustadoramente, o número de voçorocas em todo o território brasileiro, com perdas sensíveis de áreas agrícolas que, antes, eram produtoras de alimentos ou de pastagens. Em função do alto grau de erodibilidade de alguns tipos de solos, a simples retirada da mata (cobertura vegetal) que protege o terreno, facilitando a ação direta da água da chuva, ocasiona a formação de

voçorocas. A deficiência de conhecimentos tecnológicos, por parte dos agricultores, pecuaristas, lenhadores, carvoeiros e outros usuários, têm contribuído para que os terrenos com voçorocas aumentem demasiadamente. (CORRÊA, 1999).

## ASSOREAMENTO

O assoreamento enquanto agente de degradação é tão antigo quanto à origem dos rios, lagos mares e oceanos, tal processo já depositou bilhões de metros cúbicos de sedimentos no fundo dos oceanos e, quando acelerado, este acarreta prejuízos a toda a vida nativa. (MASSAD, 2003).

Assoreamento é a obstrução, por sedimentos, terra, areia ou outro detrito de um estuário, rio, ou canal. A redução do fluxo nos aquíferos do mundo e uma das formas gerada pelo assoreamento, causando a morte das nascentes. Esta provoca a diminuição de profundidade gradual dos rios, vindo de processos erosivos, gerados principalmente pelas águas da chuva, além de processos químicos, antrópicos e físicos, que desagregam solos e rochas formando sedimentos que serão transportados (PENTEADO, 1983).

A ação humana associada à ação que ocorre nos meios físicos vem acelerando este processo erosivo através dos desmatamentos, que expõe áreas à erosão, como a construção em encostas que além de desmatar, geram a erosão acelerada devido à declividade do terreno, e às técnicas agrícolas inadequadas. Os desmatamentos extensivos promovidos para dar lugar a áreas plantadas e a ocupação do solo, impedem grandes áreas de terrenos de cumprirem seu papel de absorvedor de águas, e aumentam a potencialidade do transporte de materiais, devido ao escoamento superficial e das grandes emissões gasosas (BRANCO, 2000).

Os sedimentos que são depositados nos rios causando assoreamento não impedem o curso d'água, o leito aterrado faz com que os rios transbordem desabrigando a população ribeirinha, diminui o volume de suas

águas, e quanto às nascentes e córregos, estes podem ser impossibilitados de exercer seu poder de afluentes ou mudar o curso dos rios. Podemos citar como exemplo o rio Amazonas, que antigamente corria para o Oeste e hoje corre a Leste. Essa mudança fez com que ele trouxesse muitos sedimentos, porém isso não impediu que ele fluísse, apesar da grande seca do Amazonas ocorrido em 2005, que foi um grande alerta da natureza em revolta (WIKIPÉDIA 2007).

A ação humana vem alterando ciclos, os quais aumentam o risco de desertificação, e conforme a FAO (Food and Agriculture Organization) quase todas as terras áridas se acham em situação de risco, sendo que cálculos de 1998 estimam em oito (8) milhões de km<sup>2</sup> de deserto, que podem em pouco tempo se triplicar, afetando principalmente países de terceiro mundo (DREW, 1998).

## IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

Os impactos ambientais climáticas são inumeráveis, pois um impacto desencadeia uma série de outros impactos. Em uma avaliação de impactos climáticos em proporções globais o que se pode enumerar são os danos maiores, que afetam diretamente o homem.

O desmatamento da Amazônia causaria mudanças no aquecimento global, ameaça da biodiversidade e frequência de incêndios na floresta na frequência de incêndios na floresta e na ameaça para a biodiversidade nos ecossistemas tropicais. Alteração do ciclo do fenômeno El Niño e La Niña redução de precipitações em algumas áreas e aumento em outras.

Simulações climáticas com modelos do Hadley Centre da Grã-Bretanha, do Laboratório de Meteorologia Dinâmica da França, do NASA/GSFC dos USA e do CPTEC/INPE no Brasil, indicam que haveria uma redução de 20 por cento no volume de água, o clima ficaria mais quente e menos úmido se ocorresse uma substituição da floresta Amazônica por pastagem.

O Pantanal desempenha importante papel no controle do volume das enchentes do Rio Paraguai localizado na da bacia do Paraná, no Sudoeste do Brasil. Qualquer alteração no clima da Amazônia ocorre um aumento significativo da vazão, resultante de alterações climáticas, ou do desmatamento, irá afetar negativamente a capacidade de retenção e controle desta grande área alagada resultantes das chuvas torrenciais sobre o Mato Grosso. (HULME; SHERE, 1999).

## A MATA ATLÂNTICA

A mata atlântica por ficar próximo ao litoral, como caracteriza o próprio nome foi, o primeiro espaço a ser ocupado, pelos portugueses, holandeses e franceses. Gradativamente o espaço primitivo foi sendo transformado pela exploração humana.

Paralelamente ao uso do Pau-Brasil, foram implantados engenhos de cana-de-açúcar, A base da economia colonial era o engenho de açúcar. O senhor de engenho era um fazendeiro proprietário da unidade de produção de açúcar. Utilizava a mão-de-obra africana escrava e tinha como objetivo principal a venda do açúcar para o mercado europeu. Além do açúcar destacou-se também a produção de tabaco e algodão, contribuindo substancialmente para a devastação da Floresta Atlântica. Na Zona da Mata Nordestina, o primeiro local ocupado pelos colonizadores, a floresta foi completamente devastada e em seu lugar surgiram extensos canaviais principal atividade econômica do século XVI e XVII. (CARVALHAL; RODRIGUES; BERCHEZ, 2010).

A monocultura da cana-de-açúcar era plantada em latifúndio, ocupando grandes áreas para atender o mercado europeu, causando o empobrecimento do solo e aumentando a devastação. A pecuária expandia como atividade econômica e principalmente força motriz dos engenhos, causando sérios danos à mata atlântica. (HISTORIA DOBRASIL, 2010)

Cronologicamente através da mineração, segue a instalação de vilas e arraiais devastação da Mata Atlântica consequentemente, destruindo extensas áreas do estado de Minas Gerais para a retirada do ouro. Com o fim do ciclo da mineração, surge outro ciclo econômico do Brasil, o da cafeicultura, localizado em área de Mata Atlântica. Instalou-se inicialmente na região do Vale do Paraíba, Baixada Fluminense e Sul de Minas, que se expandiu para o oeste a partir de 1850, passando por Campinas (SP), posteriormente chegando a Ribeirão Preto (SP), onde se consolidou. (IB.USP, 2010b).

No século XIX o cultivo do café comanda a economia brasileira e a ocupação principalmente no Estado de São Paulo, fazendo surgir várias cidades, formando um mercado consumidor, várias industriais foram implantadas, expandiram-se rapidamente, principalmente no Centro-Sul do país e a retirada de matéria-prima acompanhou sua expansão.

## A CRIAÇÃO DE GADO NO BRASIL E A COMPACTAÇÕES DO SOLO CAUSADO PELO PISOTEIO ANIMAL

No início a criação de gado era apenas uma atividade complementar nas fazendas, sua principal utilidade era como força matriz nas fazendas e nos engenhos. Somente no século XVII, tanto quanto outra atividade, a criação de gado foi se expandindo e se tornando uma atividade independente. A pecuária exigia muito espaço para a pastagem dos animais houve a necessidade da expansão para o interior. Foi aí que a atividade pecuária desenvolveu um papel importantíssimo no processo da colonização, expandindo e povoando o território brasileiro, principalmente nas regiões Nordeste, Centro-Oeste e no sul do País. (FARIA, 2010).

O pisoteio intenso dos animais tem causado preocupação a produtores e técnicos, devido à compactação superficial que causa a redução de aeração, infiltração de água, aumento da resistência do solo e estado de compactação que podem restringir o crescimento das raízes e a produtividade das plantas. Os fazendeiros buscando

uma maior produtividade aumentam a concentração de animais em suas propriedades. O resultado é uma maior compactação do solo e maior produção de dejetos além da capacidade do solo e das plantas. Logo que chovem os dejetos escoam cominando os cursos d'água. (SCHLESINGER, 2010).

Alguns países como Austrália, Argentina, Uruguai, usam confinamentos e outras técnicas de criação de gado, reduzindo o tempo de abate de quatro anos para dois anos e dobrando o peso em relação ao Brasil. No Brasil a técnica de confinamento é recente. Busca-se reduzir os impactos ambientais causados pela pecuária extensiva. Por outro lado, a criação intensiva gera outros problemas provenientes do resíduo orgânico gerado pelo processo. (SCHLESINGER, 2010).

Manso e Ferreira (2007) observam que “fatores relacionados ao acúmulo de dejetos, geração de resíduos líquidos com altas concentrações de carga orgânica e a possibilidade da proliferação de moscas e mosquitos podem causar poluição direta do local, com consequências em toda área de influência indireta, afetando a qualidade ambiental e principalmente pela possibilidade da contaminação dos recursos hídricos. Estes devem ser vistos com mais preocupação por parte dos pecuaristas e dos órgãos de fiscalização ambiental”.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através deste trabalho, verifica-se a importância de se preservar a biodiversidade. A análise histórica constata que o homem sempre explorou a natureza como se ela fosse infinita. Com a urbanização e desenvolvimento industrial constatou-se quanto à natureza é limitada e precisa que seja preservada não só para garantir a vida das espécies animal e vegetais, mas principalmente a espécie humana.

A ocupação do solo brasileiro iniciou pelo litoral com a exploração da Mata Atlântica, continuou em direção ao Centro-Oeste em seguida a região Sul, praticando monoculturas e a pecuária. Passados cinco séculos, com

a visão que o homem tem da necessidade de se preservar os recursos naturais, percebe-se que quase nada mudou. A interiorização do país continua cada vez mais acelerada. As regiões Norte e Centro-Oeste são hoje palco de tais ações principalmente nos estados de Mato Grosso e Amazonas.

O desenvolvimento tecnológico possibilitou que o homem constate através dos satélites em tempo real as diversas alterações que ocorre no planeta nos diversos biomas e propor ações e alternativas a partir do que é diagnosticado para que o planeta tenha “saúde” como um organismo vivo. A identificação de impactos ambientais provocados pela exploração dos recursos naturais que deve e podem ser reversíveis, que concilie o crescimento econômico com a preservação ambiental para tornar possível uma sustentabilidade após a Avaliação de Impactos Ambientais. Sousa (1987).

### OBJETIVO

Levar ao conhecimento da sociedade e particularmente aos agentes causadores dos impactos ambientais e as autoridades responsáveis pela contenção e controle dos impactos ambientais, da necessidade de manter presente no cotidiano da sociedade o tema da preservação Ambiental.

### METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa, onde foram analisados tempo e espaço na ocupação do território brasileiro, os agentes causadores dos diversos tipos de impactos ambientais e os diferentes tipos de degradações e suas consequências para biodiversidade. Onde o ser humano é o ator principal desse processo, paralelamente ao desenvolvimento de técnicas e tecnologias, utilizadas no processo de produção de bens para satisfazer as necessidades do crescimento das cidades e da população.

### REFERÊNCIAS

ALENCAR, Ane et al. **Desmatamento na Amazônia:** indo além da "Emergência Crônica. Belém: Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, 2004. 85 p.

BRANCO, N. **Avaliação da produção de sedimentos de eventos chuvosos em uma pequena bacia hidrográfica rural de encosta.** 1998. 135f. , Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1998.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade.** São Paulo: FFLCH, 2007, 123p.

DREW, D. **Processos interativos homem - meio ambiente.** Trad. de João Alves dos Santos:revisão de Suely Bastos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 224p. 1998.

FANRON ,Gilso. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, 6(2): 75 - 92, 2008. (ISSN 1678—698X) Disponível <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>>. Acesso em: 18 de dez. 2010.

FARIA, Caroline. **Pecuária brasileira.** Disponível em: <<http://www.infoescola.com/economia/pecuaria-brasileira/> .> Acesso: 14 de dez 2010.

GUIDICINE, G. NIEBLE, C. M. **Estabilidade de taludes naturais e de escavação.** São Paulo: Edgard Blücher, 1983. 194 p.

HISTORIA DO BRASIL. **O Período Pré-Colonial:** A fase do pau-brasil (1500 a 1530). Disponível: <http://www.historiadorbrasil.net/colonia/>> Acesso em: 13 out. 2010.

IB.USP. **História.** Disponível em: <[http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos\\_educ/mata/historia/historia.htm](http://www.ib.usp.br/ecosteios/textos_educ/mata/historia/historia.htm)> Acesso: 13 de dez. 2010a.

LEMEBA, Abelardo. **Ambiente Sustentável.** Disponível em: <<http://abelardolemba.blogspot.com/2010/07/erosao.html>> Acesso: 26 de nov. 2010.

MASSAD, Façal – **Obras de Terra:** curso básico de geotecnica. São Paulo: Oficina de Textos. 2003. p. 81.

OLIVEIRA, A.M.S. 1994. **Depósitos tecnogênicos e assoreamento de reservatórios.** Exemplo do reservatório de Capivara, rio Paranapanema,SP/PR. São Paulo: Departamento de Geografia. USP. 211p.

OLIVEIRA, A. M. S. ; LEITE, C.A.G. . **Tecnologias Simples para aproveitamentos de pequeno porte dos recursos hídricos do semi-árido nordestino.** In: ABGE. (Org.). ABGE- Artigo técnico. 1987, v. 14, p. 20-20.

OLIVEIRA, J.F.S, **Gestão Ambiental.** Lisboa, Lidel, 2005.

PENTEADO, MARGARIDA MARIA, **Fundamentos de geomorfologia I**, 3. ed., 2. tiragem . - Rio de Janeiro : IBGE, 1983.

SILVA, Elias. **Técnicas de Avaliação de Impactos Ambientais.** Vídeo-curso, Viçosa: MG, CPT - [www.cpt.com.br](http://www.cpt.com.br), 1999. 64p. Pulicação nº199.

SILVA, M.L.N. **Conservação e planejamento de uso do solo.** In: MARQUES, J.J. et al. Solo no contexto ambiental. Lavras: UFLA/FAEPE, p.111-115, 2001. FILHO,Sobral R.M. et al. **Práticas de conservação de solo.** Rio de Janeiro.

SILVA, Nathieli K. Takemori. SILVA, Sandro Menezes. **Educação Ambiental e Cidadania,** Curitiba, IESDE,2009.

**O NÚCLEO GESTOR E O DESENVOLVIMENTO DA LEITURA  
E ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**  
**THE MANAGEMENT CORE AND THE DEVELOPMENT  
OF READING AND WRITING IN CHILD EDUCATION**

**INSS:** 2595-8704. **DOI:** 10.29327/2323543.22.1-28

**Francisca Edineuza Souza Pereira <sup>1</sup>**

**RESUMO**

Foi realizada uma pesquisa cujo foco central é a influência da gestão no desenvolvimento da leitura e escrita na educação infantil, com foco principalmente na Educação Infantil V. O presente artigo tem por objetivo valorizar o desenvolvimento da leitura e escrita na Educação Infantil que já é trabalhada por meio da Linguagem Oral e Escrita. A aprendizagem nem sempre acontece espontaneamente, há uma necessidade de introduzir no indivíduo o estímulo de ler e escrever, usando técnicas que venham serem prazerosas, criativas e que proporcione compreensão na construção dos conteúdos explicitados sobre a leitura aprimorando a linguística e a capacidade de interpretação e escrita no desenvolvimento intelectual e moral do leitor, pois ler e escrever são atos indissociáveis. O hábito de ler é importante para desenvolver o raciocínio, o senso crítico, a capacidade de interpretação, e deve ser estimulado desde a infância, pois enriquece o seu repertório linguístico, ampliação e compreensão de mundo, tornando um leitor crítico com capacidade de participação ativa, reflexiva, imaginária criativa e alarga os horizontes cognitivos e emocionais. Para fundamentação teórica utilizamos os seguintes autores: Ferreiro (1990; 1999), Teberosky (1999), Melo (2010), Vigotski (2005; 2007). Para coleta de dados foi analisada uma escola municipal do bairro Jardim Jatobá em Fortaleza.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão. Leitura. Escrita. Educação Infantil.

**ABSTRACT**

A research whose central focus is the influence of the management in the development of reading and writing in the early childhood education, with focus mainly in Child Education V. The goal of this article is to appreciate the development of the reading and writing in the Childhood Education which are already worked through oral and written languages. Learning does not always happen spontaneously, there is a need to introduce to the individual encouragement to read and write, using techniques that are enjoyable, creative and provide understanding on the construction of reading's explicit content improving language and the ability to interpret and to write in the reader's intellectual and moral development, for reading and writing are inseparable acts. The habit of reading is important to develop reasoning, critical thinking, the ability to interpret, and should be encouraged from early childhood because it enriches their linguistic repertoire expansion and understanding of the world, becoming a critical reader with active participation capacity, reflective, creative imaginary and it broadens the cognitive and emotional horizons. For theoretical grounds, we use the following authors: Ferreiro (1990; 1999), Teberosky (1999), Melo (2010), Vigotski (2005; 2007). For data collection, a municipal school of the Jardim Jatobá neighborhood in Fortaleza was analyzed.

**KEYWORDS:** Management. Reading. Writing. Childhood education.

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade Paulista – UNIP. **E-MAIL:** edinneuza@hotmail.com

**ORIENTADORA:** Thaís Helena Ellery de Alencar. Professora Mestra vinculada a Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. **E-MAIL:** thatylena@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

De acordo com alguns autores, o indivíduo que lê pouco apresenta dificuldades de compreensão, criatividade, interação e socialização. Ler é para o desenvolvimento humano. O objetivo do artigo é demonstrar “O núcleo gestor e o desenvolvimento da leitura e escrita na educação infantil”. Visando desenvolver diferentes metodologias, mostrando um mundo vasto de conhecimentos e sob o ângulo de concepções de demonstrar desta temática, de forma abrangente e com aprendizagem significativas.

Considerando a realidade de que todos os alunos não são iguais, quanto em suas capacidades, tanto em suas motivações, a maneira de aprender, condições ambientais, e compreendendo que todas as problemáticas, são em si mesmas contextuais e dependentes, é preciso respeitar o processo de interação ensino-aprendizagem. Sabendo que é um processo complexo em que estão inseridas diversas inconstantes. Portanto, a aprendizagem do aluno não depende apenas dele, e sim do desempenho da ajuda do professor proporcionará a ele. Portanto, desenvolver o hábito de ler desde a infância é fundamental, na aquisição de novas experiências, conhecimentos diversos e na valorização da cultura. Tornando-se adultos com senso crítico, ampliação vocabular, desenvolvimento da criatividade, letrados e capazes de exercer sua cidadania e desempenhar seu papel na sociedade.

A leitura e escrita são os pontos que sustentaram o aluno em toda sua caminhada estudantil e que o leva a possivelmente a exercer seus direitos de cidadãos, é a partir da aprendizagem na educação infantil, que são formadas crianças capazes de interpretar um texto, elaborar uma redação, então notamos assim à grande importância do professor e da escola no papel de ensinar.

## A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA LEITURA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A leitura deve ser desenvolvida desde a Educação Infantil e vindo a contribuir para que o aluno possa desenvolver suas habilidades cognitivas. A leitura é essencialmente uma busca construtiva, para o ser humano, desde a infância e se prolonga por toda a sua vida. Segundo Ferreiro (1990) podemos pensar na leitura como sendo composto de quatro ciclos, começando como o ótico, gramatical, perceptual e significado, sendo assim à medida que vamos se apropriando da leitura começamos a desenvolver esses ciclos. Existem estudos relativos à importância da leitura no desenvolvimento humano. Nos Estados Unidos da América (EUA), temos por modelo:

A Academia Americana de Pediatria recomenda aos médicos que orientem os pais a lerem para os seus filhos. Desde o nascimento, a superestimação tem se tornado uma constante em casa e invadido o espaço escolar. Livros no banho e e-books são elementos cuja proposta é desencadear o gosto pela leitura logo cedo. O equilíbrio entre inserir na cultura letrada e “forçar” funções para as quais ainda não estão preparados, defendem os especialistas, depende de bom senso. (RUBIM; JORDÃO, 2015, p.1)

É necessário despertar no aluno, o prazer a ler, inicialmente na criança, utilizando assim técnicas e estratégias, que despertem o gosto pela leitura e consequentemente se tornarem leitores conscientes da importância de ler para sua vida acadêmica e como cidadão, que irão exercer suas funções em uma sociedade crítica e em constantes mudanças.

A criança que desde cedo aprende a ler é beneficiada de várias maneiras: ela aprende melhor, pronuncia melhor as palavras, se comunica melhor de forma geral. Essa inclusão da criança, desde cedo no mundo letrado, amplia seu processo cognitivo desenvolvendo a compreensão, a interação e a

interpretação. Desde cedo as crianças precisam ter contato com o mundo da leitura e escrita e assim iremos esclarecer e refletir o que dizem teóricos como LERNER (2002), SILVA (2003), dentre outros que vieram ajudar a reflexão e organização deste artigo.

Para Lerner (2002, p.73) “Ler é entrar em outros mundos possíveis”. Nessa fase as crianças são muitas observadoras, formulam boas perguntas, relacionam o conhecimento, levantam suposições, fazem comparações e tem capacidades de compreender as leituras. Por meio da leitura, a criança desenvolve a imaginação, a criatividade, além de adquirir cultura, conhecimento e valores. Segundo o Ministério da Educação (MEC) e outros órgãos ligados à educação, a leitura: Desenvolve o repertório, pois ler é um ato valioso para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional. É uma forma de ter acesso às informações e, com elas, buscam melhorias para você e para o mundo; Liga o senso crítico na tomada, pois livros, inclusive os romances, nos ajudam a entender o mundo e nós mesmos; Amplia o nosso conhecimento geral porque além de ser envolvente, a leitura expande nossas referências e nossa capacidade de comunicação; Aumenta o vocabulário, pois graças aos livros, descobrimos novas palavras e novos usos para as que já conhecemos; Estimula a criatividade pois ler é fundamental para soltar a imaginação. Por meio dos livros, criamos lugares, personagens, histórias; Emociona e causa impacto, pois quem já se sentiu triste (ou feliz) ao fim de um romance sabe o poder que um bom livro tem; Muda sua vida, pois quem lê desde cedo está muito mais preparado para os estudos, para o trabalho e para a vida; Facilita à escrita: ler é um hábito que se reflete no domínio da escrita. Ou seja, quem lê mais escreve melhor. Conforme Lerner (2002, p.90) “Em primeiro lugar, leitura e escrita se inter-relacionam permanentemente: ler “para escrever”[...]”.

Diante de todos esses benefícios que a leitura proporciona, estudiosos e teóricos têm voltado sua atenção para essa forma educacional e tem pesquisado

sobre o poder da leitura no desenvolvimento cognitivo das crianças. Por isso é necessário inserir as crianças desde cedo no mundo letrado para que ela possa ter uma aprendizagem com sentido e prazerosa. Percebe-se o professor como o principal mediador de estímulo em relação ao aluno no papel de despertar o seu interesse e o gosto pela leitura. Conforme SILVA (2003, p.109).

Mais especificamente, para que ocorra um bom leitor. No âmbito das escolas, de nada vale o velho ditado “faça o que eu digo (ou ordeno!), não faça como eu faço (porque eu mesmo não sei fazer)” isso porque os nossos alunos necessitam do testemunho vivo dos professores no que tange a valorização e encaminhamento de suas práticas de leitura.

Além de o docente ser o principal responsável pelo estímulo a leitura, tem também a incumbência de promover condições do aluno aprender a conhecer a si e ao seu próximo, e o meio em que está inserido. Ainda, o professor em a necessidade de desenvolver estratégias para que seus alunos aprendam não só decodificar os escritos dos textos, mas que possa entender o que está sendo transmitido através da leitura.

O hábito da leitura ajuda na formação psicológica, cognitiva e psicomotora da criança, levando-o a viajar pelo mundo do faz de conta, pois o universo infantil é cheio de lúdico e por meio deste mundo, o professor e alunos se integram, vindo então a acontecer o processo de ensino e aprendizagem de maneira satisfatória. Bamberger (2002, p.32) comenta que “A leitura impulsiona o uso e o treino de aptidões intelectuais e espirituais, como fantasia, o pensamento, à vontade, a simpatia, a capacidade de identificar etc”. Vale salientar que através da leitura o indivíduo tem habilidade de abrir janelas imaginárias, para um contato com o mundo da imaginação.

O hábito da leitura estimula a capacidade criadora, amplia seu repertório de palavras, amplia o

conhecimento, acrescenta o senso crítico e ajuda na vida profissional. Silva (2003) comenta que a leitura faz parte de um processo contínuo que muda a vida do indivíduo, é um caminho onde o arrasta a libertação e a ajuda a obter um escudo contra o processo de alienação. O contato com a leitura deve começar o mais cedo possível, quando as crianças estão mais flexíveis e com a curiosidade aguçada. Mello afirma (2010) que a criança desde o berçário pode ter uma relação com o objeto chamado livro, que são cheios de significados.

O processo de leitura se inicia muitas das vezes em casa, com os pais leitores que dão exemplo aos filhos. Mas, quando essa prática não se inicia em casa, é na escola que esse contato com os livros acontece, ao ingressar na pré-escola. Magnani (2001) relata que, para aprender a ler e a escrever é preciso antes de tudo se alfabetizado, processo este, que cabe diretamente a escola. Portanto a escola fica na responsabilidade de incentivar, motivar ao hábito de leitura mostrar que o ato de ler é algo interessante. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), (1997, p.43) “[...] Uma prática de leitura que não desperte e cultiva o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente.” A prática da leitura se faz necessária, pois possibilita a vivência de emoção, exercendo o mundo da fantasia e do imaginário, essa leitura pode ser realizada de diferentes formas, sabendo que a escola se torna parceira fundamental na inserção da criança neste universo simbólico. Foucambert (1994, p.17) diz que “A escola é um momento da formação do leitor.” A criança pode ter contato com a leitura de forma descompromissada.

Bamberger (2002, p.24) afirma que “[...] na idade pré-escolar e nos primeiros anos de escola, contar e ler história em voz alta e falar sobre livros de gravura é importantíssimo para o desenvolvimento do vocabulário, e mais importante ainda para a motivação da leitura”. É no ambiente escolar que a criança vai se apropriando do hábito de ler, através da contação de histórias, é importante que o professor seja o mediador desses conhecimentos, criando condições para que a

criança seja estimulada em sua imaginação. A leitura faz com que, seja ampliado seu repertório de palavras e sua formação, a partir de sua percepção de mundo. Ferreira (2001, p.57) destaca que “Neste espaço que instaura a ação pedagógica do professor como alguém que promove situação capaz de revitalizar o desejo de ler”.

O estímulo à leitura é de suma importância, na vida da criança. Como destaca Lerner (2002, p.24) “A aprendizagem, começa a partir do momento em que o indivíduo passa a ter contato com o objeto, em questão.” O instrumento das atividades de ensino, quanto à leitura é o livro. É necessário a criança ter contato com todo tipo de obra da literatura. A criança ao tomar ciência do conteúdo, pode fazer a sua própria opção de literatura. Para Lerner (2002, p.73) “Ler é entrar em outros mundos possíveis”. A autora mostra uma ideia simples do complexo mundo da decodificação da escrita e da leitura.

De acordo com Silva (2003, p.109) percebe-se “O professor como agente ativo de estímulo em relação ao aluno no papel de despertar o interesse e o gosto pela leitura.” O professor é o principal responsável pelo trabalho com a leitura em suas atividades em sala de aula e na busca de influenciar os alunos com o mundo da leitura. Para que a criança desde cedo possa ter bons hábito de leitura para toda vida. Silva (2014, p.83) “Quando entra na escola, o educando aprende a ler e ao professor fica a incumbência de apresentá-lo a leitura e ao gosto de ler.” O exemplo do professor é de extrema importância na educação infantil como estímulo ao ato de ler e ao desenvolver este hábito a criança leve até a sua fase adulta.

#### **A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA ESCRITA NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A linguagem escrita é de extrema importância e faz parte do desenvolvimento cultural da criança. Assim, Vygotsky (2007) afirma que, “Ao analisar a história do desenvolvimento da linguagem escrita pela criança

depara-se com descontinuidades. Assim, deve-se permear, inicialmente, por revelar a pré-história da linguagem escrita, mostrar o que leva as crianças a escrever, mostrar os pontos importantes pelos quais passa esse desenvolvimento pré-histórico e qual sua relação com o aprendizado escolar.” (VYGOTSKI, 2007, p.127). Com esta afirmação o autor, aponta um caminho que nos leva a refletir que é necessário reconhecer o processo da criança no desenvolvimento da escrita e também em relação com o processo da história. O incentivo deve ser destinado à criança, para que tenha um desenvolvimento social, a partir das interações as quais envolvem a linguagem falada e o meio em que convivem.

Para Oliveira (1997) “A linguagem é um sistema de símbolos, necessário para todos os grupos humanos, em relação ao desenvolvimento da linguagem e sua relação com o pensar”. Este teórico nos mostra a importância da linguagem como elemento fundamental no desenvolvimento da escrita. Percebemos então, que o desenvolvimento da linguagem está relacionado com o pensamento e também em funções determinantes na formação do sujeito.

Para Vygotski (2007), existe conexão entre gestos e escrita. O gesto é como sendo o primeiro símbolo visual da escrita da criança e tendo ainda, a ligação por meio dos rabiscos das crianças. “Quando ela tem de desenhar o ato de pular, sua mão começa por fazer os movimentos indicativos de pular; o que acaba aparecendo no papel, no entanto, é a mesma coisa: traços e pontos”. Em geral, tendemos a ver os primeiros rabiscos e desenhos das crianças mais como gestos do que como desenhar no verdadeiro sentido da palavra (VYGOTSKI, 2007, p.129).

Para Cagliari (1998), “A escrita surge e, conseqüentemente, paralelo ao seu surgimento, vem às regras da alfabetização, capazes de conduzir o leitor ao entendimento de que está escrito, compreendendo o sistema da escrita funcional, ao ponto de saber usá-lo apropriadamente”. Vale ressaltar que, alfabetizar

ultrapassa o contexto da decodificação e codificação de letras, ou seja, o aprender a ler e escrever. Devemos incentivar o uso da escrita e leitura, de maneira que possa compreender de tudo que foi lido e escrito. Conforme Cagliari (1998, p.312) “[...] alfabetizar é, na sua essência, ensinar alguém a ler, ou seja, decifrar a escrita. Escrever é uma decorrência desse conhecimento, [...]”.

Aprender a ler e a escrever é aprender a ler o mundo, compreender o seu contexto numa relação dinâmica vinculando linguagem e realidade e ser alfabetizado é torna-se capaz de usar a leitura e a escrita como meio de tomar consciência da realidade e de transformá-la (FREIRE, 2002, p.45).

A educação infantil é uma etapa de formação da criança, que deve ser estimulado seus sentidos, que é à base da sua formação futura, sendo o berço da introdução da leitura e da escrita na vida da criança. No ano de 1996, no Brasil, a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDB (lei 9394/96), a educação infantil passou a compor a educação básica, em complemento com o ensino fundamental e o ensino médio, conforme a lei de Diretrizes e Bases da Educação artigo 29: “A educação infantil, primeira etapa da educação básica tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementado a ação da família e da comunidade”. A educação infantil é à base da educação, e irá refletir em toda a formação do indivíduo. O uso da linguagem escrita vai se constituindo, conforme o incentivo e despertar da criança para esse universo.

## METODOLOGIA

Para elaboração desse artigo, foi escolhido utilizar o estudo de caso, uma metodologia qualitativa largamente utilizada em pesquisas em ciências sociais (YIN, 2001), até mesmo em pesquisa organizacional. Essa técnica é utilizada principalmente por possibilitar o

aprofundamento no estudo dos processos observados. Para Eisenhardt (1989), o estudo de caso, é descrito como uma estratégia de pesquisa que se aplica na compreensão dos fatos presentes em cenários únicos, combinando técnicas de coleta como análise de documentos, entrevistas, questionários e observações, podendo a evidência ser quantitativa, qualitativa ou ambos. A pesquisa acompanhou um processo de elaboração e aplicação do questionário, que serviu de ferramenta de coleta de dados para um trabalho de pós-graduação, que tratou da gestão no desenvolvimento da leitura e escrita na Educação Infantil e em foco na educação infantil V.

Analisamos as estratégias do núcleo gestor utiliza no incentivo à leitura e escrita numa turma de infantil V numa escola municipal de Fortaleza por meio de questionário. Segundo Gil (1999): “Pode-se definir questionário como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito as pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p.128)

A metodologia definida contribuiu para determinar dados sobre o tema, a importância da leitura e escrita na formação de alunos leitores. Para que se adquirissem os dados propostos para a pesquisa, foi escolhida a gestora e professora do infantil V da escola municipal localizada no bairro Jatobá em Fortaleza.

### **ANÁLISE E DISCUSSÕES**

É importante esclarecemos que a análise dos dados obtidos nesta pesquisa terá finalidade acadêmica. A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Fortaleza, com a gestora da instituição pesquisada e a professora da sala do Infantil V.

### **ANÁLISE DA OBSERVAÇÃO**

Analisar as estratégias do núcleo gestor utiliza no incentivo à leitura e escrita para o desenvolvimento na Educação Infantil, foi focada a sala do Infantil V. Também foi questionado como professora tem posto essas estratégias em práticas e o retorno que tem propiciado as crianças.

Foi feito uma visita na sala de aula do infantil V da determinada escola pesquisada, no dia da visita, a parede estava muito decorada com desenhos de meios de transportes, figuras geométricas, números de 1 a 100, os nomes dos alunos na parede, o cantinho da leitura, uma árvore muito bonita com os aniversariantes do mês e também o alfabeto com letras cursivas e maiúsculas. Naquele dia a professora estava utilizando recorte de revistas para aprenderem a matemática. As crianças recortaram vários desenhos de coisas que elas tinham na sala de suas determinadas casas. Após a colagem das figuras contaram em voz alta e escreviam os números em baixo, com maior facilidade. Para Lerner (2002, p.18): “O necessário é fazer da escola um âmbito onde leitura e escrita sejam praticas vivas e vitais, onde ler e escrever sejam instrumentos poderosos que permitam repensar o mundo e reorganizar o próprio pensamento, [...]”.

Vale ressaltar que, nesta idade as crianças já tem concentração nas atividades já que fazem com domínio o que a professora pede e interagem com os outros colegas. Na sala a professora passou a agenda na lousa e escreveram a sua própria agenda.

### **ANÁLISE A ENTREVISTA COM A GESTORA**

Para elaboração do estudo de caso foi aplicado um questionário a gestora da Escola Municipal do Bairro Jatobá na cidade de Fortaleza.

Com base no questionário o primeiro assunto a ser abordado foi às estratégias que o núcleo gestor utiliza no incentivo nas práticas de leitura e escrita na Educação Infantil. A gestora relatou várias estratégias utilizadas e chegou a demonstrar grande interesse e

motivação quanto a essas práticas. Em relação a estratégias segue a fala da coordenadora: C.P. “As crianças tem um cantinho da leitura, com vários portadores de texto: jornais, revistas, livros de histórias, todos os dias tem a contação de histórias, professora como escriba, ou seja, a criança conta a história e o professor escreve. Ainda foi criada uma estratégia, para fazer com que os pais, participem da aprendizagem dos seus filhos; as crianças levam ao final de semana uma sacola, com um travesseiro e dentro tem uma mensagem sobre leitura e um livro. Portanto, pai conta a história para a criança, que retorna na segunda feira com a sacola e reconta a historinha para o professor”. O contato com os livros proporciona à criança compreender melhor a si e o mundo ao seu redor. Ainda questionada sobre os projetos implantados para auxiliar no aprendizado. Foi bem taxativa em sua resposta: C.P. “Temos alguns projetos; como músicas, poema, escritas espontâneas, trabalha com a fichinha para reconhecer e escrever o seu nome”. É importante que a criança seja trabalhada dentro do seu contexto social cultural. Conforme pontua o Referencial Curricular-Nacional para a Educação Infantil – RCNEI (Brasil, 1998, p.117), diz que:

[...] aprender uma língua não é somente aprender as palavras, mas também os seus significados culturais [...], sendo a educação Infantil um espaço para ser ampliado a comunicação e expressão e o acesso ao letramento, principalmente para crianças, que tem pouco acesso a material escrito nos seus espaços familiares.

A gestora ao ser questionada, sobre o retorno que estas práticas têm propiciado, a gestora foi taxativa em responder: C.P. “Se o professor colocar em prática com certeza o retorno é certo e a criança vai aprender de forma prazerosa e contextualizada. E além do mais, tem percebido que os alunos têm desenvolvido bastante a sua aprendizagem na leitura; reconhecendo

até as letras do nome do seu colega”. E acrescentou: “O professor ter prazer e amor pela leitura, para que a criança possa ver e sentir a mesma vontade”. Portanto, relatou a gestora da instituição pesquisada. Relata Paulo Freire (1982) “[...] A leitura no mundo procede à leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente.” Assim percebemos a importância da leitura na compreensão de vida, vai além das fronteiras da comunidade em que vivemos.

Em relação ao acompanhamento da coordenação aos planos de aula e verificação se de fato o professor está colocando em prática as estratégias que é tão essencial para o desenvolvimento da criança. Diante deste questionamento relatou que: C.P. “Pelo fato que tudo ser resolvido dentro da creche pela gestão, não sobra tempo para acompanhar o professor em sala de aula. Mas elabora os projetos, dar sugestões de atividades, verificar o relatório e ficha de acompanhamento do desenvolvimento da criança”. Sobre este assunto comenta Lerner (2002, p.46):

O acompanhamento na sala de aula se desenvolve no mínimo durante um ano letivo e é especialmente fecundo quando inclui a participação do coordenador nas atividades com as crianças, entrevistas com cada professor e reuniões que agrupam professores de diferentes escolas [...].

Sabemos que cada criança é um ser único, cada um tem o seu próprio jeito de aprender e compreender tudo que está a sua volta. Portanto cada criança tem o seu ritmo para aprender necessitando apenas de um estímulo. Em relação às crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem. Quais as estratégias usadas pela gestão para auxiliar o professor. Nessa questão a gestora ficou pensativa e demonstrou pouca ação. Apenas falou que: C.P. “Incentiva a professora a fazer rodas de conversa, roda de história, música e

diferentes gênero textuais”. E não relatou mais nada. De acordo com Zabalza (1998, p.52): “Embora o crescimento infantil seja um processo global e interligado, não se produz nem de maneira homogênea nem automática. Cada área do desenvolvimento exige intervenções que o reforcem e vão estabelecendo as bases de um progresso equi-librado do conjunto.”

### **ANALISE COM A ENTREVISTA DA PROFESSORA DO INFANTIL V**

É importante destacar que, além do gestor que lança as estratégias, é necessário saber como o professor tem usado essas ferramentas no processo de aquisição da leitura e da escrita dos seus alunos. Foi escolhida a sala do Infantil V, pelo fato dos alunos, nesta idade já têm concentração nas atividades fazendo com domínio a tarefa determinada.

Primeiro foi abordado sobre o retorno que as estratégias lançadas pela coordenação têm propiciado a aprendizagem dos alunos na área da escrita e leitura. O que relatou a professora: P.I. “É coerente pontuar a construção de projetos que tem retornos significativos na aprendizagem das crianças, oferece oportunidades para que a criança entenda o mundo em que vive e seus aspectos culturais e sociais; estas estratégias têm possibilitado as crianças, experiências de narrativas, de apreciação e interação com a linguagem oral e escrita e convívio com diferentes suportes e gêneros textuais orais e escritos”. Sobre as práticas dessas estratégias comenta Lerner (2002, p.97):

Enfim, tanto ao mostrar como se faz para ler quando o professor se coloca no papel de leitor, como ao ajudar sugerindo estratégias eficazes quando a leitura é compartilhada, como ao delegar a leitura individual ou coletiva – as crianças, o professor estão ensinando a ler.

O segundo questionamento feito a professora foi sobre a ação que estas práticas favorecem aos

alunos, ou seja, como os alunos reagem mediante as práticas utilizadas. Foi bem sucinta na resposta. P.I. “Os alunos tem demonstrado bastante interesse, pois através delas as crianças têm: Desenvolver o potencial físico-motor, a coordenação motora e psicomotora e o domínio e amplia suas experiências e vivências integrada, interagem com entusiasmo e interesse expõem suas opiniões e sentimentos e interferem diretamente no processo educativo”. Sobre a importância desse processo relata Zabalza (1998, p.51) “É sobre a linguagem que vai sendo construído o pensamento e a capacidade de decodificar a realidade e a própria experiência, ou seja, a capacidade de aprender”.

Uma sala de aula para estimular e obter todo interesse da criança precisa ser diversificado. Pensando neste mundo encantado, foi questionada a professora, os instrumentos utilizados para estimular a criança na leitura e escrita. Ela citou várias estratégias de leitura. Segue a fala. P.I. “Trabalho com textos: poemas, trava línguas, letras de músicas, parlendas de forma contextualizada do todo para as partes; utilização de recursos lúdicos: mala viajante, aventais de contação de histórias, mala surpresa (livros); Cantinho da leitura, conto e reconto: com o objetivo de despertar o encantamento e favorecer o gosto pela leitura e escrita; Escrita espontânea; Confecção de cartazes literários coletivos; O professor como escriba; Diversos portadores de texto, jornais, revistas, livros..., alfabeto móvel, texto coletivo, reconto.” Conforme Zabalza (1998, p.53): “Uma sala de Educação infantil deve ser, antes de mais nada, um cenário muito estimulante, capaz de facilitar e sugerir múltiplas possibilidades de ação”.

Cada criança tem a sua maneira própria de aprender e já tem a sua própria bagagem de conhecimento. Sobre esse assunto foi abordado o seguinte questionamento, sobre o desempenho individual da criança, diante das atividades de leitura proposta. A professora respondeu: P.I. “a leitura é uma

fonte de conhecimentos que servem de grande estímulo e motivação para que a criança goste da escola e de estudar, elas demonstram satisfação pessoal, a qual contribui para as formas de escritas e continuamente onde a criança recebe ajuda e incentivo da professora para ampliar seus objetivos e interesses. Segundo Lerner (2002, p.27) o desafio da escola é:

O desafio é formar seres humanos críticos, capazes de ler entrelinhas e de assumir uma posição própria frente à mantida, explícita ou implicitamente, pelos autores dos textos com os quais interagem, em vez de persistir em formar indivíduos dependentes da letra do texto e da autoridade de outros.

Ainda pensando na criança que tem um grau de dificuldade na aprendizagem, em relação as outras. A professora foi questionada, a maneira que é elaborada o plano de aula para alcançar essas crianças. Segue a fala. P.I. “Cada aluno aprende de forma diferente, alguns só olhando, outros precisam da fala, e outros ainda da escrita. É preciso que aplique o conteúdo de formas diferentes para que venha facilitar a compreensão. A criança aprende com mais facilidade aquilo que lhe é concreto, pois o abstrato não lhe chama muita atenção, mas não se pode afirmar o grau de dificuldade do aluno, pois ainda está no Infantil V e cada criança tem o seu tempo”. De acordo com Lerner (2002, p.18):

O real é que levar à prática o necessário é uma tarefa difícil para a escola. Conhecer as dificuldades e compreender em que medida derivam (ou não) de necessidades legítimas da instituição escolar constituem passos indispensáveis para construir alternativas que permitam superá-las.

No dia da visitação a sala do Infantil V, a professora estava ensinando matemática. Então foi questionada o objetivo da atividade de matemática em relação à leitura e escrita. Ela foi bem suscita em

responder: P.I. “Na educação infantil o trabalho com noções matemática deve atender as necessidades da própria criança de construir conhecimentos, utilizando para isso a linguagem oral e a representação por meios de desenhos e da linguagem matemática. Pode se perceber que brincando, jogando, contando e ouvindo histórias, o aluno estabelece relação tanto com a matemática quanto com as demais áreas, objetivando modos de expressão cada vez mais elaborados à medida que constrói os próprios conhecimentos”. Segundo Coelho e José (1991, p.21):

É de suma importância, portanto, que o professor conheça o processo da aprendizagem e esteja interessado nas crianças como seres humanos em desenvolvimento. Ele precisa saber o que seus alunos são fora da escola e como são suas famílias.

Nessa ótica, os pais desempenham um papel fundamental de propiciar o contato com a leitura de forma significativa e prazerosa, facilitando o acesso no qual o professor desenvolverá com a leitura.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização desta pesquisa nossas atenções se ampliaram diante da realidade histórica atual, onde a Educação Infantil conseguiu grandes conquistas na legislação nacional e muitos são os pesquisadores que têm seus olhares voltados para essa etapa educacional tão fundamental na vida das crianças.

Desta forma, concluímos que é essencial ler para as crianças desde muito cedo, só assim estaremos proporcionando a elas contato com o mundo letrado, com a leitura e escrita e principalmente com o mundo da imaginação. A construção de o objeto conceitual ler, se faz ao percurso dos anos escolares e também fora dela, com a participação da família da criança. É do pleno conhecimento que o incentivo deve ser

participado pela escola e pela família, ambos são de extrema importância neste contexto. Se o aluno traz de casa o hábito de leitura torna mais fácil o aprendizado, se não é necessário desenvolver todo processo de conquista e de motivação em prol de uma leitura prazerosa e que tenha sentido para a criança.

Portanto, os educadores da educação infantil precisam compreender a importância do seu esforço para realizar da melhor maneira seu trabalho, nessa etapa educacional para ampliar as capacidades das crianças de maneira significativa, pois queremos uma educação de qualidade que seja capaz de formar pessoas letradas e não apenas analfabetos funcionais. Queremos estudantes que tenham prazer de ler e que entendam o que estão lendo, pois ler é uma das portas de entrada para o conhecimento. Assim, devemos fortalecer o trabalho de leitura desde a Educação Infantil, com estratégias variadas que desperte nas crianças o interesse e o prazer pela leitura, assim contribuindo para a construção de uma sociedade letrada.

Nesta fase do ensino, se trabalha muito com o lúdico, pois a criança nesse processo de desenvolvimento tem muita facilidade de se dispersar e perde o interesse. Para isso, é necessário usar estratégias corretas e bem planejadas, para que o aprendizado se torne uma tarefa brilhante e prazerosa para o aluno. Vimos que os autores abordados neste estudo mostraram o quanto à leitura é de suma importância para o dia-a-dia do ser humano, também o que se refere à vida doméstica, portanto também, as questões intelectuais e profissionais. O resultado final desse estudo foi construtivo, prazeroso, mostrando as grandes realizações que o indivíduo pode obter por intermédio da importância da leitura no desenvolvimento do ser humano em toda a sua totalidade.

#### REFERÊNCIAS

BRASÍLIA. **Referencial curricular nacional para a educação infantil (Volume 3): conhecimento de mundo**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

FERREIRO, E. TEBEROSKY, A. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

ZABALZA, M. A. Os dez aspectos-chave de uma educação infantil de qualidade. In.. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

BAMBERGER, Richard. **Como incentivar o hábito da leitura**. 7. Ed. São Paulo: editora Ática, 2002.

SILVA, Maria da Conceição. **A leitura e o incentivo a leitura: Monteiro Lobato como ponto de partida**. 2014.  
Disponível em: <http://books.google.com.br/?hl=pt-BR>. Acesso em: 14 de abr.2015.

SILVA, Ezequiel Theodoro. **Leitura na escola e na biblioteca**: 8. Ed. Campinas: Papirus, 2003.

MELLO, Ana Maria. **O dia a dia das creches e pré-escolas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

BRASIL, **Parâmetros curriculares nacionais**. Língua Portuguesa: Brasília, 1997.

FOUCAMBERT, Jean. **A leitura em questão**. Porto Alegre: Artmed, 1994.

FERREIRA, Liliana Soares. **Produção de leitura na escola**. Ijuí: Unijuí, 2001.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: O real o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

LAJOLA, Marisa. **Do mundo da leitura para a leitura do mundo**. São Paulo Ática, 2004.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

VIGOTSKI, Lev Semenovitch. **A formação social da mente**. 7°. Ed., São Paulo: Martins Fontes, 2007.

OLIVEIRA, Marta Kohl. Vygotski. **Aprendizado e desenvolvimento. Um Processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1997.

CAGLIARI, L C. **Alfabetizando sem bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 26° Ed. RJ: Paz e Terra, 2002.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRAZIL, **Parâmetros curriculares nacionais**. Língua portuguesa: Brasília, 1997.

COELHO, Maria Teresa; JOSÉ, Elisabete da Assunção. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo: Ática, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil: gostosuras e bobices**. 5. Ed. São Paulo: Scipiones, 1997.

YIN, R. **Estudo de caso: procedimentos e métodos**. 2° ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

EISENHARDT, K. **Building theories from case study research**. Academy of Management Review, v.14, n.4, p.532-550, 1989.

ISSN 2595-8704

The background of the entire page features a large, semi-transparent purple silhouette of a person's head and shoulders wearing glasses. In the lower right corner, there is a smaller, solid purple silhouette of a person in a suit standing with their back to the camera.

**excellence**  
REVISTA CIENTÍFICA

**Revista Científica Excellence | Periódico Multidisciplinar - Trimestral.**

CNPJ: 31.655.465/0001-04

**Endereço de correspondência:**

Rodovia do Sol. Nº100, Km 28. Ed.Praia do Sol. Bairro Recanto da Sereia. Guarapari. E.S.

CEP: 29.227-100

**E-mail:** revista@excellenceeduc.com | **Site:** www.excellenceeduc.com